UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
FABIANA SARGES DA SILVA

A LEI DE COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS TUKANO, NHEENGATU E BANIWA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: QUESTÕES SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA EM CONTEXTO MULTILÍNGUE

Manaus - AM
2013

FABIANA SARGES DA SILVA

A LEI DE COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS TUKANO, NHEENGATU E BANIWA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: QUESTÕES SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA EM CONTEXTO MULTILÍNGUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Frantomé B. Pacheco

Bolsa: CAPES.

Manaus – AM
2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva, Fabiana Sarges da

S586l

A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em são Gabriel da Cachoeira-Am: questões sobre política linguística em contexto multilíngue / Fabiana Sarges da Silva - Manaus, 2013.

193f. il. color.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Frantomé B. Pacheco

1. Antropologia linguística 2.Linguagem e cultura 3. Professores indígenas I. Pacheco, Frantomé B.(Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 1987 809.8(043.3)

FABIANA SARGES DA SILVA

A LEI DE COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS TUKANO, NHEENGATU E BANIWA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: QUESTÕES SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA EM CONTEXTO MULTILÍNGUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

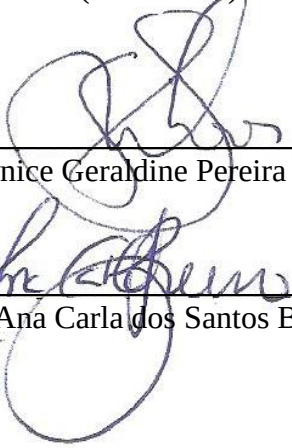
Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Frantomé B. Pacheco

Defendida em 07 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Frantomé Bezerra Pacheco - UFAM
(Orientador)



Profª. Drª. Raynice Geraldine Pereira da Silva– UFAM

Profª. Drª. Ana Carla dos Santos Bruno – INPA

Manaus-Am
2013

Aos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira o meu respeito e gratidão.

Ao meu esposo, Valtemir, cúmplice de todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não se faz sem a colaboração de muitas pessoas e instituições, aos quais agradeço imensamente.

A Coordenação de Aperfeiçaomento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que concedeu-me bolsa durante o mestrado.

Ao Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural vinculado a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (Fapeam) pelo recurso financeiro concedido para a viagem de campo em São Gabriel da Cachoeira.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas e ao seu corpo docente por proporcionarem momentos de reflexão e ensinamentos. Agradeço a Angélica pela constante disponibilidade em ajudar nos momentos em que eu precisei.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Carla Bruno pelas leituras, sugestões e dúvidas tiradas durante o desenvolvimento do trabalho. À Profa. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva pelos comentários e sugestões realizados durante a qualificação, os quais contribuíram para o trabalho em diferentes perspectivas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Frantomé Bezerra Pacheco pela paciência e pelos grandiosos conhecimentos passados durante as orientações. Agradeço a confiança e o acompanhamento no desenvolvimento do trabalho.

Aos colegas de curso, em especial a Ana Maria Lucena, Edson Kiss, Quézia Barbosa e Mariana Pedrett pelas trocas de experiências e momentos de risadas, sentirei saudades.

Meus agradecimentos à Profa. Dra. Cristina Fargetti por ter indicado o livro Terra das Línguas para leitura, o qual foi o ponto inicial para a construção do trabalho.

Aos coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) com cursos atuantes no município de São Gabriel da Cachoeira e aos professores por permitirem a minha entrada em sala de aula para que eu pudesse aplicar umas das metodologias utilizadas na pesquisa.

Agradeço a todos que colaboraram comigo em São Gabriel da Cachoeira. Meus agradecimentos aos professores indígenas, alunos dos cursos do Parfor de São Gabriel da Cachoeira, pela confiança e importante participação na pesquisa. Aos funcionários e ex-diretores da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), minha gratidão especial ao Maximiliano Correa Menezes, Irineu Laureano e Tarcísio. Aos ex-vereadores que contribuíram grandemente para este trabalho. A Sarah Shulist pelas conversas e troca de informações.

Agradeço às amigas de longa data que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram presentes.

Aos meus pais, grandes mestres, e às minhas irmãs pelo apoio e por compreenderem minha ausência em alguns momentos. Meu reconhecimento ao Ronaldo Valério por estar sempre disposto a ajudar.

Finalmente, ao meu esposo, sempre companheiro, por todo apoio e incentivo dado durante todo o desenvolver desse trabalho.

LISTA DE SIGLAS

- APIARN – Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
- CABC – Coordenadoria das Associações Indígenas Baniwa e Curripaco
- CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié
- CAIMBRN – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro
- COIDI – Coordenadoria das Associações Indígenas do Distrito de Iauareté
- COITUA – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés
- COPIARN – Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro
- FOIRN – Federações das Organizações Indígenas do Rio Negro
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
- ISA – Instituto Socioambiental
- PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
- SEMEC – Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira
- UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE ABREVIATURAS

ASS – Assistente
BAN - Baniwa
DESC – Descendente
ED. FÍSICA – Educação Física
EDUC. MATEMÁT. – Educação Matemática
E. MÉDIO – Ensino Médio
E. SUPERIOR – Ensino Superior
KUR – Kuripako
LIC – Licenciatura
NÃO RESP - Não respondeu
N. SUPERIOR – Normal Superior
PIR – Pira-tapuya
SUP – Superior
TÉC. AGROPEC – Técnico em Agropecuária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região do Médio e Alto Rio Negro 46

Figura 2 - Possibilidades de casamento entre grupos linguísticos da área do Uaupés 64

Figura 3 - Entrada do Colégio São Gabriel 87

Figura 4 - Entrada da Maloca 88

Figura 5 - Área de pouso e decolagem do aeroporto 89

Figura 6 - Parte interna da Maloca 90

Figura 7 - Parte interna do telhado da Maloca 90

Figura 8 - Placa localizada próximo a praia 91

Figura 9 - Muro de uma igreja evangélica 92

Figura 10 - Boletins informativos da FOIRN 93

Figura 11 - Livros produzidos no curso de Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável no Alto Rio Negro/AM 101

RESUMO

Localizado no Noroeste Amazônico, no Alto Rio Negro, o município de São Gabriel da Cachoeira apresenta uma realidade sociolinguística complexa por apresentar uma grande diversidade de etnias, línguas e culturas. São cinco as famílias linguísticas presentes na região que se dividem em vários grupos étnicos. Cada família linguística se concentra em maior número de pessoas em uma das calhas de rio: Uaupés, Içana e Rio Negro e Xié. Dessa maneira, as calhas de rio apresentam uma língua predominante que serve para a comunicação interétnica. Assim, temos o Tukano na bacia do Uaupés, o Nheengatu nos rios Negro e Xié e Baniwa no rio Içana. Após muitas discussões por parte das lideranças indígenas e algumas instituições e organizações (IPOL, ISA, UFAM, FOIRN) oficializou-se essas três línguas indígenas em nível municipal na lei 145/2002 e, após alguns anos, regulamentou-se na lei 210/2006. Neste trabalho tentamos analisar as representações que a lei de cooficialização e sua regulamentação possuem para os agentes sociais que vivenciam o processo de implementação da Lei. Durante o desenvolvimento do estudo verificamos como estão sendo desenvolvidas as ações que operacionalizam a política de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, bem como o uso dessas e das demais línguas indígenas nos contextos diversos do município de São Gabriel da Cachoeira, interior do estado do Amazonas. Partiu-se do ponto de vista dos professores indígenas participantes dos cursos de licenciatura do PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica – que, através das respostas dadas ao questionário aplicado, aliadas as entrevistas realizadas com ex-vereadores e diretores da FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, permitiu que fosse analisadas as representações, o conhecimento, opinião e atitudes acerca da política de cooficialização local, além de caracterizar o uso de outras línguas por essas pessoas. As respostas são estabelecidas por meio da interação dialógica que se apresentam em contextos de enunciações contornados pelo social.

Palavras-chave: multilinguismo, política linguística, lei de cooficialização, professores indígenas, interação dialógica, polifonia.

ABSTRACT

The municipality of São Gabriel da Cachoeira located on the Rio Negro in the Northwest Amazon, is home a diverse range of ethnic groups, languages, and cultures, forming a complex sociolinguistic reality. There are five language families in the region that are divided into several ethnic groups. Each language family is concentrated in one of the three main tributary river systems: Uaupés, Içana and Rio Negro/Xié. In this way, one language is predominant for interethnic communication in each of these river systems – Tukano in the Uaupés basin, Nheengatú along the Negro and Xié, and Baniwa along the Içana. After much discussion by the indigenous leaders and some institutions and organizations (IPOL, ISA, UFAM, FOIRN) these three languages were granted official status at the municipal level in the law 145/2002, which, after a few years, was regulated by the law 210/2006. In this thesis, I will analyze what the officialization law and its regulations represent for the social agents who are experiencing the process of its implementation. Throughout the study, I observed how actions are being developed to operationalize the policy cooficializing the Tukano, Nheengatú, and Baniwa languages, as well as the use of these and other indigenous languages in various contexts in the municipality of São Gabriel da Cachoeira. This study provides the perspectives of indigenous teachers participating in the PARFOR undergraduate program (a national program providing basic teacher training education), obtained through the use of a questionnaire. In addition, interviews were conducted with FOIRN (the Federation of Indigenous Organizations of the Rio Negro) directors and with former municipal councilors who had been involved in the development of this law. In the results presented here, I analyze the representations, knowledge, beliefs, and attidudes these people have about the coofficialization policy, in addition to characterizing their use of other languages. I will show how these two sources of information – survey responses and interview responses – work in dialogical interaction with one another, and situate both within a broader social context.

Keywords: multilingualism, language policy, co-oficialization, indigenous teachers, dialogical interaction, polyphony.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 SOBRE A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM CONTEXTOS BILÍNGUES E MULTILÍNGUES 30

2.1 A NOÇÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO 30

2.2 ALGUNS CASOS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA NA AMÉRICA LATINA 33

2.2.1 A atual política linguística para os indígenas do México 34

2.2.2 A política linguística na Colômbia 34

2.2.3 A Constituição do Paraguai 35

2.2.4 Brasil, um país multilíngue 36

3 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: UM CENÁRIO SINGULAR 45

3.1 LOCALIZAÇÃO 45

3.2 AS RELAÇÕES ENTRE ÍNDIOS E BRANCOS NO ALTO RIO NEGRO: OS PRIMEIROS CONTATOS 47

3.3 O CENÁRIO CULTURAL E LINGUÍSTICO 60

4 A POLÍTICA DE COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA 68

4.1 O PORTUGUÊS E AS LÍNGUAS INDÍGENAS 68

4.2 A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO-LINGUÍSTICO 71

5 O DISCURSO QUE RESSOA ENTRE OS AGENTES SOCIAIS ACERCA DA COOFICIALIZAÇÃO 105

5.1 SITUANDO OS CONCEITOS BAKHTINIANOS DE DIALOGISMO E POLIFONIA 106

5.2 AS VOZES QUE ECOAM ENTRE OS AGENTES SOCIAIS INDÍGENAS 110

CONSIDERAÇÕES FINAIS 133

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 137

ANEXOS 145

APÊNDICE – Considerações acerca da lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa: alguns dos resultados preliminares apresentados na qualificação. 178

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, ainda hoje, nos deparamos com pessoas que carregam consigo a concepção de que em nosso país falamos uma só língua, que somos uma nação monolíngue. O fato da outra face da realidade ser desconhecida, de que vivemos em sociedades heterogêneas e de que somos linguisticamente heterogêneos, se deve a questões políticas e de poder (científico, religioso e político-administrativo) construídas historicamente a fim de reprimir as outras línguas, consideradas hoje minoritárias (OLIVEIRA, 2009). Entretanto, tem crescido a preocupação em querer mostrar essa outra face da realidade através de estudos linguísticos, principalmente na área da Sociolinguística que tem como objeto a linguagem no meio do contexto social, revelando assim um país diversamente linguístico, cultural e social, ou seja, um país multilíngue.

Juntamente com estudos sobre diversidade linguística, iniciaram-se os estudos relacionados a línguas em contato em regiões como o sul do Brasil (como exemplo podemos citar os estudos de Pereira, 1999; Hilgemann, 2004; entre outros) e o Noroeste Amazônico (Sorense, 1967; Chernela, 1981, 2003, 2004; Jackson, 1983; Mellati, 2011; Stenzel, 2004, 2005; Bruno, 2010; Fleming, 2010; entre outros) que apresentam situações de multilinguismo, e se contrapõe à concepção monolíngue do país que muitas pessoas ainda possuem. Apesar da existência de vários estudos, ainda há lacunas a serem preenchidas, principalmente no que diz respeito às políticas linguísticas e planejamento linguístico e educacional voltados para essas situações.

Desse modo, nosso trabalho está direcionado ao município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no Noroeste Amazônico, na região do Alto Rio Negro. Uma área específica e complexa por apresentar-se como um espaço bastante diversificado em suas culturas e línguas. Trata-se de uma região onde diferentes crenças, línguas e costumes encontram-se e mantêm relações sociais e de subsistência comuns. Além disso, a população dessa região, em especial os Tukanos Orientais e Aruak, apesar da heterogeneidade cultural e linguística, possui características também comuns no que diz respeito a organização social. Escolhemos trabalhar neste município por apresentar uma situação linguística e cultural bastante diversificada e específica. Trata-se de uma região sociolinguisticamente bastante diferente, o que nos convida a realização de pesquisas que possam contribuir com os povos indígenas habitantes do local.

São cinco as famílias linguísticas presentes na região que se dividem em vários grupos étnicos (cf. tabela na seção 2.2). Cada família linguística se concentra em maior número de pessoas em uma das calhas de rio: Uaupés, Içana e Rio Negro e Xié (CABALZAR e RICARDO, 2006; EPPS e STENZEL, 2013; OLIVEIRA, 2007; PACHECO, 2012) que será mais bem descrito no capítulo 3. Dessa maneira, as calhas de rio apresentam uma língua predominante que serve para a comunicação interétnica. São elas, Tukano, Nheengatu e Baniwa, as quais foram cooficializadas na lei 145/2002 e regulamentada na lei 210/2006 (cf. OLIVEIRA, 2007; FARIA, 2007; SHIRAISHI NETO, 2007; SHULIST, 2012).

Ao lado das línguas indígenas está o espanhol, língua de fronteira, pois o município de São Gabriel da Cachoeira limita-se ao norte com os países Colômbia e Venezuela. Por conseguinte, temos o Português que, juntamente com as demais línguas, manifestam-se diversamente em diferentes domínios da vida social dos falantes. Dessa forma, trata-se de uma população indígena que se caracteriza por possuir sujeitos bilíngues ou multilíngues, que interagem em contextos de multilinguismo (ROMAINE, 2002). Os agentes sociais apresentados em nossa pesquisa são falantes de uma ou até seis línguas. A região também se apresenta em situação de diglossia entre o português e as línguas indígenas, em que uma assume funções mais importantes que a outra. Note-se que diglossia é um termo que foi empregado primeiramente por Ferguson (1959) ao referir-se a distinção funcional de duas variedades de uma mesma língua. Tempos depois, Fishman ampliou esse termo para incluir situações de bilinguismo e que pode haver diglossia "entre mais de dois códigos e, sobretudo, que esses dois códigos não precisam ter uma origem comum, uma relação genética" (CALVET, 2002).

Não podemos esquecer que a estrutura social da região, marcada por aspectos como aliança matrimonial, residencial virilocal, demarca significativamente a situação de multilinguismo do Alto Rio Negro, como será visto mais adiante.

Recentemente, a região conta com três línguas cooficiais ao lado do Português. Fruto de muitas mobilizações por parte dos indígenas, conjuntamente com vereadores, secretários municipais, instituições públicas e organizações não governamentais, a lei 145 de 11 de dezembro de 2002 e sua regulamentação na lei 210 de 31 de outubro de 2006 veio assegurar aos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira o uso de suas línguas no município, afirmando sua diversidade cultural e garantindo o direito à liberdade de expressão. Dessa maneira, a Lei volta-se especialmente para a sede do município, uma vez que a lei de

cooficialização está direcionada para aqueles que lá residem e, principalmente, para aqueles falantes de línguas indígenas que chegam à cidade, oriundos de comunidades do interior, muitas vezes não falantes de Português, possam sentir-se a vontade para expressar-se na sua própria língua.

O município de São Gabriel da Cachoeira recebe a visita constante de moradores de comunidades do interior, da área indígena e arredores, sendo, além disso, refúgio de migrantes indígenas que se deslocam de suas comunidades mais distantes em busca de trabalho remunerado, melhores condições de saúde e uma educação escolar mais desenvolvida. De acordo com Lasmar (2005) a mudança para a sede é um fato que tem se tornado cada vez mais frequente.

Segundo Cabalzar e Ricardo (2006) 85% da população residente no município é indígena o que requer políticas públicas voltadas a realidade social, linguística e cultural da região. Em vista disso, nossa pesquisa se volta para a política linguística municipal direcionada a garantir o direito à liberdade de expressão nas línguas dos povos do Rio Negro aprovada em 2002 e regulamentada em 2006 e toma como foco principal as opiniões daqueles que são protagonistas de tal política, os povos indígenas. Desse modo, o objetivo da pesquisa é analisar as representações que a lei de cooficialização possui para aqueles que a vivenciam cotidianamente. Diante de tal objetivo, enfatizamos nossas discussões a partir da visão que os agentes sociais[1], aqui representados por gestores públicos e professores indígenas, apresentam acerca da política linguística instituída no município.

Nossa inquietação por saber o que pensam os indígenas diante do processo de implementação da lei 145/2002, aliada a carência de estudos em contextos de multilinguismo, leva-nos a investigar como estão sendo desenvolvidas as ações que operacionalizam a política linguística que envolve a cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, a partir dos discursos desses agentes sociais envolvidos tanto no processo de elaboração da Lei e sua Regulamentação quanto no processo de implementação e divulgação, principalmente.

A lei de cooficialização das línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira insere-se no novo cenário que tem se configurado acerca de políticas linguísticas instituídas em contextos de multilinguismo. Durante muitos anos o papel das políticas linguísticas era o de

[1] Em nosso trabalho utilizamos a categoria "agentes sociais" por estarmos tratando de sujeitos que têm vozes. Dessa forma, não são considerados apenas como informantes de nossa pesquisa.

prezar pela homogeneidade linguística e cultural. Com a crescente discussão mundial a respeito do reconhecimento da diversidade, a política de homogeneização vai dando lugar às políticas de reconhecimento e garantias aos direitos linguísticos e culturais de grupos específicos. Surgem, então, as definições e as condições básicas para exercer esses direitos que, dentre eles, está o "direito de cada indivíduo de aprender e desenvolver livremente sua própria língua materna, a receber educação pública através dela, a usá-la em contextos oficiais socialmente relevantes [...]" (HAMEL, 2003, p.51). Como parte integrante dessas definições estão as disposições específicas a cada contexto linguístico. É o caso da lei 145/2002 e sua regulamentação 210/2006, promulgadas no município que se destaca por sua diversidade cultural e linguística (Cf. capítulo 3 deste trabalho).

De acordo com Zimmermann (1999) a elaboração e implementação de legislações linguísticas requer investigações preliminares a respeito da situação linguística apresentada no contexto em que se quer instituir. Além disso, a participação dos grupos que serão atingidos pela legislação é um fator importante durante todo o processo.

E é no envolvimento dos indígenas, seja na discussão e elaboração da Lei 145/2002 ou no processo de implementação vivenciada por eles neste momento, que nossa pesquisa está centrada. Nesse sentido, através dos discursos proferidos nas entrevistas ou nas respostas dadas ao questionário pelos agentes sociais, buscamos compreender o que representa para eles a lei de cooficialização e sua regulamentação. O que nos sugere outras questões: Quais conhecimentos que os agentes sociais têm sobre a lei e o que está previsto nela? Qual a opinião dessas pessoas sobre o andamento do processo de implementação? Que mudanças elas têm visto em suas comunidades ou na cidade? Que atitudes elas têm acerca da lei de cooficialização voltada ao município? E, finalmente, quais as opiniões e sugestões quanto à realização de ações que possam conduzir a efetivação dessa política linguística, principalmente junto à educação formal do município?

No intuito de investigar as representações e opiniões acerca da lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, optamos por desenvolver uma pesquisa qualitativa interpretativa, na qual busca-se entender os sentidos das ações definidos a partir da perspectiva e experiência continuada dos participantes (ERICKSON, 1990). Esse tipo de pesquisa envolve pesquisa de campo, observação, participação, relatos descritivos, narrativos, além de registros e análises de dados.

Nosso trabalho, desse modo, envolve registros do que ocorre no contexto pesquisado a partir de notas de campo, gravações de áudio, reflexões dos registros de campo de relatos diretos de ex-vereadores envolvidos, na época, na aprovação e regulamentação da lei de cooficialização, administradores do setor de educação escolar indígena e diretores (2009-2012) da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), além do ponto de vista dos professores indígenas participantes dos cursos de licenciatura do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica - PARFOR.

Temos, assim, duas formas de obtenção de dados em nossa pesquisa. A primeira deu-se através de entrevistas, com o objetivo de obter mais elementos acerca da aprovação e regulamentação da lei de cooficialização, procurando relacioná-la, de alguma forma, com as respostas dadas aos questionários pelos indígenas. As entrevistas foram realizadas com as pessoas envolvidas no processo de aprovação e regulamentação, são elas: o vice-prefeito (2009-2012), baniwa; o ex-vereador (2001-2004), baniwa; a ex-vereadora (2005-2008), não indígena; o vice-diretor presidente da FOIRN (2009-2012), tukano e também participante do curso de Magistério Indígena I; o diretor da FOIRN, (2009-2012), baniwa e também participante do curso de Magistério Indígena I[2]; e um funcionário da FOIRN, baniwa falante de Nheengatu. Essa etapa foi abordada com uma entrevista semi-estruturada, gravada e posteriormente transcrita, constituindo um corpus de seis entrevistas, formando nosso primeiro grupo de sujeitos.

A segunda forma de obtenção de dados diz respeito aos registros obtidos a partir de outro instrumento de coleta de dados, o questionário. Em nosso estudo, ao abordarmos as representações, opiniões e atitudes dos participantes acerca da lei de cooficialização, notamos que tanto as falas nas entrevistas quanto as respostas do questionário estabelecem uma relação de constante interação. Os pontos de vista dos agentes parecem conversar um com outro a medida que vão sendo construídos. De acordo com Bakhtin (2010) a interação é um ponto importante para entender a relação entre dois ou mais interlocutores que recebem influências de forças sociais na constituição de seus discursos. Diante disso, levamos em consideração o questionário não somente como um instrumento de investigação, mas como um gênero de discurso, como veremos mais adiante.

[2] O vice-diretor presidente e o diretor fazem parte do Conselho Diretor da FOIRN. Tal Conselho possui cinco representantes de cada região do Noroeste Amazônico. As eleições para participar do Conselho Diretor da FOIRN acontece a cada quatro anos e é constituído por um Diretor presidente, um Vice-diretor presidente e mais três Diretores. (Cf. http://www.foirn.org.br/category/sobre-foirn/quem-somos/). Acessado em 13 de outubro de 2013.

Nosso questionário buscou informações gerais sobre o falante, mas concentrando questões que levassem à escrita de opiniões acerca da política de cooficialização do município. Para tanto, decidimos aplicar questionários construídos com base em critérios próprios para este procedimento metodológico, adaptados a realidade sociolinguística e cultural da cidade investigada. Para a construção desses questionários tomamos como base o questionário aplicado por King (2001) em duas comunidades de Saraguros, Equador, a fim de descrever e analisar aspectos como uso da língua, atitudes linguísticas e concepções de identidade étnica. Através de algumas mudanças e adaptações do questionário de King à realidade local, chegamos ao questionário final a ser aplicado.

O questionário está dividido em quatro partes. A primeira trata-se da identificação do falante e apresenta questões como idade, sexo, lugar de residência, etnia a que pertence, etc.; a segunda diz respeito as competências linguísticas, são colocadas questões sobre as línguas faladas pelo falante, língua melhor falada, língua aprendida primeiro, línguas usadas em casa, etc.; questões sobre a política de cooficialização constitui a terceira parte do questionário; ficando a quarta parte sobre a língua no âmbito da escola. O objetivo do questionário foi verificar o pensamento e as opiniões das pessoas indígenas com relação ao que está ou não sendo feito concretamente acerca das políticas de línguas presentes no município, em especial a lei 145/2002, além de caracterizar os usos de outras línguas por essas pessoas. Um modelo deste questionário encontra-se no anexo deste trabalho.

É importante salientar que antes de iniciarmos completamente a aplicação fizemos um teste piloto em uma das quatorze turmas do curso de licenciatura do PARFOR. Durante o teste piloto, verificamos que o questionário ainda precisava ser modificado de modo a atender a realidade apresentada. Feita as modificações, iniciamos a aplicação dos questionários. Os questionários foram aplicados entre os dias 02 e 13 de fevereiro de 2012, sempre no tempo permitido pelo professor responsável pela turma. O tempo de aplicação foi determinado pela agilidade das pessoas em escrever suas respostas e girava em t orno de 45 a 60 minutos. Dessa forma, conseguimos aplicar os questionários a doze turmas do curso, cada uma com no mínimo dezoito participantes, totalizando trezentos e sessenta e sete questionários. Entretanto, nossa pesquisa volta-se para a população indígena residente no município de São Gabriel da Cachoeira e o curso PARFOR admite pessoas oriundas de outros municípios como Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, o que nos levou a selecionar os questionários a partir do lugar de residência e dos indígenas que fazem parte das etnias pertencentes ao município.

Outro fator que contribuiu para a seleção dos questionários foram as quantidades de respostas. Muitos questionários apresentaram-se com o bloco 3, que enfatizaremos em nossas discussões, com algumas questões não respondidas. Demos assim, preferência aos questionários que apresentaram apenas uma questão sem resposta. Diante disso, chegamos a um total de 268 questionários que serão utilizados para nosso estudo.

Quanto aos sujeitos de nossa pesquisa que responderam o questionário, são professores indígenas participantes dos cursos de licenciatura do PARFOR que ainda não têm uma graduação ou já possuem uma graduação e encontram no PARFOR a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos. Os cursos não são indicados apenas aos professores que não tem uma licenciatura, os que já possuem uma licenciatura também podem participar dos cursos e adquirir uma segunda licenciatura. Vale ressaltar que os cursos de licenciatura do PARFOR não são específicos para professores indígenas, mas no município de São Gabriel da Cachoeira a quantidade de professores indígenas nos cursos é expressiva.

Vemos que são pessoas em busca da aquisição de conhecimentos e de melhor qualificação, pois, segundo a opinião desses professores, tendo um curso de licenciatura poderão participar de concursos e processos seletivos municipais e estaduais em que ter um curso de licenciatura é fator essencial. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9.394/96 art. 62) a partir de 2007 somente podem ser admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Nesse sentido, muitos professores indígenas habilitados ou não em nível superior buscam no programa PARFOR melhorias na sua qualificação.

Para participar desses cursos exige-se que a pessoa esteja atuando como professor e tenha cursado o ensino médio. Os participantes dos cursos do PARFOR de São Gabriel da Cachoeira são professores atuantes em diversas comunidades da região, inclusive da própria sede do município. Fato este considerado importante para a nossa pesquisa, uma vez que nosso foco está na opinião dos indígenas acerca da lei de cooficialização 145/2002. E os cursos do PARFOR concentram um número bastante significativo de crenças, conhecimentos, opiniões e atitudes que possam contribuir para o alcance de nossos objetivos.

Abaixo apresentamos o quadro com dados como idade, etnia, formação e local de trabalho[3] dos professores participantes de nossa pesquisa que responderam o questionário. Esses professores serão considerados como sujeitos e estão numerados de acordo com a numeração dada ao questionário na hora da análise. A letra ao lado da numeração corresponde ao curso ao qual o sujeito participa, de modo a facilitar seu acesso e também preservar sua identidade. O quadro foi formulado a partir das perguntas presentes no questionário. Os itens constituintes das três colunas após o aspecto 'sujeito' pertencem à primeira parte do questionário. Os dois últimos itens correspondem à quarta parte do questionário (cf. anexo).

Quadro 1.1 - Perfil dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Idade	Etnia	Escolaridade	Curso de formação	Localização da escola onde trabalha	Tempo como professor
1A	31	Pira-tapuya	E. Médio	Magistério	Sede	4 anos
2A	29	Tukano	E. Médio	Magistério	Sede	5 anos
3A	37	Tukano	E. Médio	Magistério	Sede	7 anos
4A	48	Pira-tapuya	E. Médio	Acadêmico	médio Uaupés, Iauaretê	13 anos
5A	34	Tariana	E. Médio	Magistério	Não respondeu	Não respondeu
7A	37	Baré	E. Médio	Acadêmico	Rio Xié	3 anos
8A	52	Wanano	Adicional	Magistério	Sede	12 anos
9A	37	Baré	E. Médio	Acadêmico	médio Rio Negro	4 anos
10A	44	Tukano	E. Médio	Não respondeu	Sede	23 anos
11A	41	Baré	E. Médio	Magistério	Sede	6 anos
12A	23	Baré	E. Médio	Acadêmico	Rio Xié	3 anos
13A	40	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	8 anos
14A	42	Tuyuka	E. Médio	Não respondeu	BR-307	5 anos
15A	27	Tariana	E. Médio	Acadêmico	baixo Rio Negro	3 anos
16A	33	Tariana	E. Superior	Ed. Física	médio Uaupés, Taracuá	6 anos
17A	30	Tariana	E. Médio	Magistério	alto Uaupés	3 anos
18A	43	Baré	E.Superior	Pedagogia	Sede	12 anos
19A	36	Pira-tapuya	E.Médio	Não respondeu	médio Uaupés, Iauaretê	6 anos
20A	27	Tariana	E. Médio	Não respondeu	Rio Papuri, Iauaretê	4 anos

[3] Por motivo de espaço alguns nomes foram abreviados. Para conferi-los verifique a lista de abreviaturas que encontra-se localizada no início do trabalho.

21A	25	Tukano	E. Médio	Não respondeu	médio Rio Negro	4 anos
22A	41	desc.Pir	E. Superior	N. superior	Sede	11 anos
23A	49	Tukano	E. Superior	N. superior	Taracuá	24 anos
25A	30	Baniwa	E. Médio	Acadêmico	alto Rio Negro	3 anos
26A	25	Baré	E. Médio	Acadêmico	Ilha das Flores	3 anos
28A	39	Tukano	E. Médio	Acadêmico	Não respondeu	Não respondeu
29A	27	Baniwa	E. Médio	Acadêmico	Rio Içana	7 anos
30A	22	Kuripako	E. Médio	Acadêmico	Não respondeu	3 anos
32A	35	Tukano	E. Médio	Não respondeu	Não respondeu	4 anos
33A	27	Tukano	E. Médio	Téc. Agropec	baixo Rio Tiquié	2 anos
34A	29	Baniwa	E. Médio	Magistério	Rio Içana	10 anos
36A	29	Desana	E. Médio	Acadêm.	médio Rio Papuri	4 anos
37A	47	Desana	Especialização	Gestão Escolar	Sede	25 anos
38A	N. resp	Tukano	E. Médio	Acadêmico	médio Tiquié	6 anos
39A	35	Pira-tapuya	E. Superior	N. superior	Sede	12 anos
40A	34	Tukano	E. Superior	Téc. Análise e Desenvolv. de Sistemas	Sede	6 anos
42A	35	Tukano	E. Superior	Ed. Física	Sede	2 anos
1B1	32	Não respondeu	E. Médio	Magistério	Não respondeu	6 anos
2B1	35	Baniwa	E. Médio	Não respondeu	Sede	3 anos
3B1	36	Tukano	E. Superior	N. superior	Rio Xié	7 anos
4B1	39	Tukano	E. Superior	N. superior	Rio Tiquié	8 anos
5B1	41	Bará	E. Superior	Pedagogia	Pari-Cachoeira	11 anos
6B1	43	Tariana	E. Superior	N. superior	Sede	13 anos
7B1	43	Tariana	E. Superior	N. superior	Iauaretê	16 anos
8B1	29	Pira-tapuya	E. Médio	Não respondeu	Comum. Tapajós	6 anos
9B1	35	Aruak	E. Médio	Não respondeu	médio Içana	6 anos
10B1	N. res	Não resp.	E. Médio	Não respondeu	médio Rio Negro	5 anos
11B1	59	Baré	Sup.Incompleto	Pro Eja	Camanaus Km7	1 ano
12B1	25	Desana	E. Médio	Acadêmico	Comum. São José II	1 ano
13B1	32	Tariana	E. Superior	N. superior	Iauaretê	10 anos
15B1	30	Desana	E. Médio	Profissionalizante	Rio Tiquié	4 anos
16B1	42	Baré	Sup.Incompleto	Ass. Administração	Camanaus Km7	3 anos
17B1	32	Tariana	E.Superior	N.superior	Iauaretê	8 anos
18B1	31	Bará	E.Superior	N.superior	Não respondeu	8 anos
19B1	30	Baniwa	E.Médio	Não respondeu	Rio Aiari	2 anos
21B1	32	Baniwa	E. Médio	Magistério	Rio Içana	10 anos
22B1	25	Tariana	E. Médio	Não respondeu	Rio Xié	4 anos
1B2	33	Tariana	E. Médio	Magistério	Não respondeu	7 anos
2B2	30	Tariana	E. Superior	Matemática	Sede	2 anos
3B2	39	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	11 anos
4B2	42	Baré	E. Superior	Ciências Naturais	Sede	18 anos
5B2	47	Baré	E. Médio	Não respondeu	baixo Rio Içana	2 anos
6B2	36	Baré	E. Médio	Não respondeu	médio Rio Negro	5 anos

7B2	29	Baré	Pós-Graduação	Psicopedagogia	Sede	8 anos
8B2	52	Baré	E. Superior	Pedagogia	Rio Xié	20 anos
9B2	29	Tariana	E. Médio	Não respondeu	Iauaretê	3 anos
10B2	25	Baré	Sup.Incompleto	Língua Espanhola	Sede	3 anos
11B2	47	Desana	E. Superior	Proformar	Rio Içana	14 anos
12B2	32	Tariana	E. Médio	Informática	baixo Rio Negro	5 anos
13B2	25	Ban/Kur	E. Médio	Não respondeu	médio Rio Içana	3 anos
14B2	24	Tariana	E. Médio	Técnico Secretariado	Iauaretê	1 ano e meio
15B2	20	Baniwa	E. Médio	Formação de Gestores municipais	Não respondeu	5 anos
16B2	40	Baré	E. Superior	Língua Portuguesa	Cucuí	11 anos
17B2	30	Pira-tapuya	E. Superior	N.sup. Incompleto	Rio Xié	6 anos
18B2	28	Baré	E. Médio	Acadêmico	Não respondeu	3 anos
1B3	38	Baniwa	E. Médio	Magistério	Rio Aiari	12 anos
2B3	38	Tukano	E. Médio	Acadêmico	Comunidade Vila Nova	3 anos
3B3	44	Tukano	E. Superior	Pedagogia	Sede	18 anos
4B3	38	Tariana	E. Superior	N. superior	Iauaretê	12 anos
5B3	34	Tukano	E. Médio	Magistério	Sede	5 anos
6B3	38	Pira-tapuya	E. Superior	N. superior	Comunidade Uirapixuna	12 anos
7B3	24	Pira-tapuya	E. Médio	Acadêmico	Camanaus	3 anos
8B3	31	Baré	E. Médio	Acadêmico	baixo Rio Negro	4 anos
9B3	28	Wanana	E. Superior	N. superior	Sede	7 anos
10B3	45	Baré	E. Superior	Teologia	Sede	13 anos
12B3	25	Baré	E. Médio	Acadêmico	Comunidade V. Alegre	5 anos
13B3	45	Tukano	E. Médio	Não respondeu	baixo Rio Negro	15 anos
14B3	34	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	5 anos
15B3	21	Tariana	E. Médio	Acadêmico	Iauaretê	3 anos
17B3	27	Tukano	E. Médio	Acadêmico	Rio Içana	4 anos
18B3	28	Pira-tapuya	E. Superior	L. Portuguesa	Sede	4 anos
19B3	24	Tukano	E. Médio	Acadêmico	Comunidade Maturacá	4 anos
21B3	51	Tukano	E. Superior	N. superior	Não respondeu	Não respondeu
22B3	28	Kubeo	E. Médio	Não respondeu	Querari	3 anos
1C	30	Baniwa	E. Médio	Acadêmico	Rio Airi	2 anos
2C	24	Baré	E. Médio	Não respondeu	Alto Rio Negro	3 anos
3C	40	Pira-tapuya	E. Médio	Magistério	Iauaretê	16 anos
4C	51	Tariana	E. Superior	N. superior	Rio Uaupés	30 anos
5C	38	Tukano	E. Médio	Magistério	médio Tiquié	11 anos
6C	35	Wanana	Especialização	Gestão Escolar	Sede	16 anos
8C	28	Tukano	E. Superior	Filosofia	Sede	3 anos
9C	34	Bará	E. Superior	N. superior	Não respondeu	10 anos
10C	37	Tukano	E. Superior	N. superior	Sede	11 anos
11C	45	Não resp.	E. Superior	Ensino Religioso.	Sede	18 anos
14C	23	Kubeo	E. Médio	Acadêmico	alto Içana	2 anos
15C	N. resp	Tukano	E. Superior	Ciência Política	Sede	12 anos
16C	28	Baré	E. Médio	Técnico Secretariado	Sede	3 anos

17C	42	Tariana	E. Superior	N.superior	Sede	10 anos
18C	25	Baniwa	E. Médio	Não respondeu	Rio Aiari	2 anos
1D	40	Pira-tapuya	E. Superior	N. superior	Sede	19 anos
2D	39	Desana	E. Médio	Acadêmico	médio Tiquié	3 anos
3D	42	Tariana	Especialização	Psicopedagogia	Sede	15 anos
7D	45	Baniwa	E. Superior	N. superior	Sede/Semec	25 anos
8D	54	Bará	E. Superior	N. superior	baixo Rio Negro	30 anos
9D	32	Baré	E. Médio	Acadêmico	Área Yanomami	8 anos
10D	33	Tukano	E. Médio	Não respondeu	Rio Xié	2 anos
13D	35	Tariana	E. Superior	Pedagogia	Sede	12 anos
16D	37	Baniwa	E. Superior	N. superior	Rio Negro	Não respondeu
17D	23	Desano	E. Médio	Não respondeu	alto Tiquié	1 ano
18D	28	Baré	E.Médio	Não respondeu	alto Rio Negro	3 anos
19D	53	Baré	E.Superior	Pedagogia	Sede	30 anos
20D	25	Baniwa	E. Médio	Não respondeu	Rio Içana	2 anos
23D	29	Desano	E. Médio	Magistério	Área Yanomami	6 anos
26D	33	Tukano	E. Médio	Magistério	baixo Uaupés	2 anos
28D	28	Tukano	E. Médio	Magistério	Rio Japú, Médio Uaupés	3 anos
29D	33	Não resp.	E. Superior	N. superior	Sede	5 anos
30D	N. resp	Baré	Sup.Incompleto	Enfermagem	Não respondeu	Não respondeu
32D	23	Baniwa	E. Médio	Acadêmico	baixo Rio Içana	3 anos
33D	41	Baré	Especialização	Turismo e gestão territorial	Sede	18 anos
1E	53	Tukano	E. Médio	Não respondeu	baixo Rio Negro	30 anos
2E	37	Baré	E. Médio	Magistério Indígena	Rio Içana	15 anos
3E	39	Baniwa	E. Médio	Magistério Indígena	Não respondeu	4 anos
4E	37	Werekena	E. Médio	Magistério Indígena	Rio Xié	13 anos
5E	34	Tariana	E. Médio	Profissionalizante	alto Uaupés	6 anos
6E	29	Tariana	E. Médio	Magistério	Sede	10 anos
8E	37	Baniwa	E. Médio	Magistério	Rio Aiari	13 anos
9E	37	Tariana	E. Médio	Magistério	Iauaretê	9 anos
10E	59	Tariana	E. Médio	Não respondeu	Iauaretê	24 anos
12E	31	Tukano	E. Médio	Magistério	Rio Xié	8 anos
13E	37	Tariana	E. Médio	Magistério	Iauaretê	12 anos
14E	36	Baré	E. Médio	Magistério	Sede	12 anos
17E	32	Tukano	Não respondeu	Não respondeu	Sede	9 anos
18E	31	Baré	E. Médio	Magistério Indígena I	baixo Içana	13 anos
19E	39	Desano	E.Médio	Magistério Indígena	Sede	15 anos
22E	33	Wanana	E. Médio	Magistério	alto Uaupés	11 anos
23E	50	Baré	E. Médio	Magistéiro Indígena	Médio Rio Negro	20 anos
25E	40	Tariana	Sup.Incompleto	Ciência Política	Sede	6 anos
27E	30	Tariana	E. Médio	Não respondeu	Região Cauburis	9 anos
28E	51	Baniwa	Especialização	Gestão territorial e turismo	Sede	22 anos
29E	36	Kubeo	E. Médio	Magistério Indígena I	alto Rio Uaupés	18 anos
31E	37	Baré	E. Médio	Não respondeu	alto Rio Negro	15 anos

32E	35	Tariana	E. Médio	Magistério	médio Rio Uaupés	13 anos
33E	37	Baniwa	E. Médio	Magistério	médio Rio Negro	14 anos
34E	33	Desana	E. Médio	Não respondeu	Santa Cruz de Turi	10 anos
37E	35	Tukano	E. Superior	N. superior	Sede	13 anos
39E	32	Baré	E. Superior	Matemática	Sede	11 anos
3F	25	Baniwa	E. Médio	Acadêmico	baixo Içana	2 anos
4F	N. resp	Tariana	E. Médio	Magistério	Iauaretê	3 anos
5F	35	Tariana	E. Médio	Magistério	alto Uaupés	12 anos
6F	36	Wanana	E. Superior	Ciência Política	alto Uaupés, Iauaretê	5 anos
7F	24	Baniwa	E. Médio	Acadêmico	Camanaus	5 anos
8F	43	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	20 anos
10F	32	Desana	E. Superior	N. superior	Iauaretê	12 anos
12F	26	Tariana	E. Médio	Acadêmico	Iauaretê	3 anos
14F	32	Baré	E. Médio	Acadêmico	médio Rio Negro	1 ano
16F	33	Desana	E. Médio	Acadêmico	médio Uaupés	2 anos
17F	24	Desana	E. Médio	Acadêmico	Cucuí	4 anos
19F	37	Baré	E. Superior	Antropologia	Cucuí	7 anos
21F	26	Tukano	E. Médio	Acadêmico	médio Rio Negro	2 anos
29F	45	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	mais de 15 anos
37F	42	Baré	E. Médio	Magistério	Sede	4 anos
1G	41	Wanana	E. Superior	N. superior	Rio Xié	18 anos
5G	45	Tukano	E. Superior	N. superior	Iauaretê	15 anos
6G	35	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	12 anos
7G	25	Tuyuka	E. Médio	Não respondeu	médio Uaupés	2 anos
8G	21	Tukano	E. Médio	Não respondeu	Área Yanomami	3 anos
1H	44	Desana	E. Superior	N. superior	Sede	12 anos
3H	47	Baniwa	E. Superior	N. superior	Rio Içana	21 anos
4H	46	Wanana	E. Superior	N. superior	Camanaus	15 anos
5H	54	Wanana	E. Superior	N. superior	Camanaus	17 anos
6H	49	Tukano	E. Superior	N. superior	médio Rio Negro	30 anos
7H	46	Tukano	E. Superior	N. superior	baixo Rio Negro	16 anos
8H	39	Pira-tapuya	E. Superior	N. superior	alto Rio Negro	12 anos
9H	50	Tukano	E. Superior	N. superior	Sede	23 anos
10H	39	Tukano	Especialização	Didática do Nível Superior	baixo Uaupés	13 anos
11H	39	Tukano	E. Superior	N. superior	Cachoeirinha	23 anos
12H	43	Tukano	E. Superior	N. superior	alto Rio Içana	17 anos
13H	39	Tukano	E. Superior	N. superior	Camanaus	9 anos
14H	36	Baniwa	E. Superior	N. superior	médio Rio Negro	12 anos
15H	37	Baré	E. Superior	N. superior	Médio Rio Negro	15 anos
16H	39	Baniwa	E. Superior	N. superior	Foz do Rio Içana	12 anos
17H	37	Tariana	E. Superior	N.superior	Iauaretê	14 anos
18H	39	Pira-tapuya	E. Superior	N.superior	médio Rio Negro	17 anos
19H	32	Baniwa	E. Superior	N. superior	Sede	11 anos
20H	39	Tukano	E. Superior	Matemática.	Sede	9 anos

1I	27	Tukano	E. Superior	N. superior	Sede/Semec	2 anos
2I	51	Tariana	E. Superior	N. superior	baixo Uaupés	8 anos
3I	34	Arapaso	E. Superior	N. superior	Sede	7 anos
5I	32	Desana	E. Superior	N. superior	Baixo Rio Negro	7 anos
6I	30	Tukano	E. Superior	N. superior	Sede	7 anos
7I	37	Baniwa	E. Superior	N. superior	Rio Içana	13 anos
10I	38	Tariana	E. Superior	N. superior	Não respondeu	Não respondeu
11I	27	Tukano	E. Superior	N. superior	Sede	10 anos
12I	29	Baré	E. Superior	N. superior	Sede	3 anos
13I	42	Tariana	E. Superior	N. superior	Iauaretê	19 anos
14I	40	Baré	E. Superior	Pedagogia	alto Rio Negro	16 anos
15I	29	Desana	E. Superior	N. superior	Sede	8 anos
16I	37	Baniwa	E. Superior	N. superior	Rio Içana	9 anos
17I	52	Baré	E. Superior	N.superior	Cucuí	27 anos
18I	36	Baré	Especialização	Gestão Escolar	Sede	7 anos
19I	33	Tariana	E. Superior	N. superior	Sede	1 ano
20I	47	Baniwa	E. Superior	N. superior	Ucuqui-Cachoeira	19 anos
24I	45	Kubeo	E. Superior	N. superior	Comunidade Queru	22 anos
26I	33	Tukano	E. Superior	N. superior	alto Uaupés	7 anos
27I	49	Tukano	E. Superior	N. superior	Rio Tiquié	18 anos
28I	51	Baniwa	E. Superior	N. superior	Cucuí	13 anos
1J	45	Baniwa	E.Superior	N.superior	Rio Içana	12 anos
2J	37	Tariana	E.Superior	N.superior	Iauaretê	14 anos
3J	38	Tukano	E.Superior	Matemática	Sede	1 ano
4J	44	Taraina	E.Superior	N.superior	Médio Rio Uaupés	12 anos
5J	N.resp	Taraina	E.Superior	N.superior	Sede	25 anos
6J	53	Tuyuka	Especialização	Educ. Matemática	Sede	14 anos
7J	49	Tukano	E.Superior	Pedagogia	Taracuá	24 anos
8J	36	Tukano	E.Superior	Matemática	Sede	7 anos
9J	34	Desana	E.Superior	Matemática	Pari-Cachoeira	2 anos
10J	40	Tukano	E.Superior	Lic. Plena das Séries Iniciais	baixo Içana	14 anos
11J	38	Baré	E.Superior	Matemática	Iauaretê	1 ano
14J	41	Pira-tapuya	E.Superior	Matemática	alto Rio Negro	22 anos
15J	27	Baré	E.Superior	N.superior	Sede	3 anos
17J	35	Baré	E.Superior	Ciências Naturais	Sede	8 anos
18J	31	Baré	E. Superior	Matemática	Sede	1 ano e meio
19J	37	Tukano	E. Superior	Matemática	Sede	7 anos
21J	41	Baré	E. Superior	Matemática	Cucuí	5 anos
22J	35	Baré	E. Superior	Matemática	Interior	7 anos
24J	36	Baré	E. Superior	Matemática	Sede/Administrativo	8 anos
1L	46	Tukano	E. Superior	Pedagogia	Sede	23 anos
2L	33	Baniwa	E. Superior	N. superior	Não respondeu	12 anos
5L	55	Miriti-tapuya	Especialização	Gestão Escolar	Sede	22 anos
6L	48	Tukano	E. Superior	N. superior	baixo Rio Negro	10 anos

7L	36	Tariana	E. Superior	N. superior	Sede	9 anos
9L	32	Baniwa	E. Superior	N. superior	Ucuqui-Cachoeira	8 anos
10L	34	Tariana	E. Superior	Matemática	Rio Uaupés	10 anos
11L	40	Pira-tapuya	E. Superior	Ciências Naturais	Taracuá	14 anos
13L	34	Baré	E. Superior	N. superior	Rio Içana	13 anos
14L	38	Tukano	E. Superior	N. superior	Rio Içana	16 anos
15L	42	Tuyuka	E. Superior	N. superior	médio Rio Negro	15 anos
16L	33	Tariana	E. Superior	N. superior	alto Rio Uaupés	11 anos
17L	28	Baré	E.Superior	Matemática	Cucuí	5 anos
1M	49	Pira-tapuya	E. Médio	Acadêmico	Cucuí	17 anos
2M	26	Tukano	E. Médio	Acadêmico	Rio Tiquié	3 anos
4M	36	Tariana	E.Superior	N.superior	Rio Içana	19 anos
5M	27	Baré	E. Médio	N.superior	Sede	8 anos
6M	29	Tariana	E. Superior	N.superior	Sede	11 anos
7M	42	Kuripako	E. Médio	Magistério Indígena I	alto Rio Içana	15 anos
8M	27	Arapaso	E. Médio	Não respondeu	baixo Rio Negro	5 anos
9M	36	Tukano	E.Superior	Pedagogia	Não respondeu	12 anos
10M	40	Desana	E. Médio	Não respondeu	médio Rio Tiquié	2 anos
11M	30	Tariana	E.Superior	N.superior	baixo Rio Negro	10 anos
12M	N.resp	Pira-tapuya	E.Superior	N.superior	Sede	13 anos
13M	38	Tukano	E. Superior	N.superior	Iauaretê	10 anos
14M	37	Tukano	E.Superior	Pedagogia	médio Rio Negro	15 anos
15M	N.resp	Miriti-tapuya	E. Médio	Não respondeu	médio Rio Tiquié	2 anos
16M	36	Tariana	E.Superior	N.superior	alto Rio Uaupés	10 anos
17M	32	Tukano	E.Superior	Biologia	Sede	8 anos
18M	29	Tariana	E. Superior	N.superior	Rio Papuri, Iauaretê	6 anos
19M	N.resp	Não resp.	E. Médio	Magistério	Rio Içana	9 anos
21M	30	Tukano	E. Médio	Não respondeu	Sede	10 anos
22M	34	Baré	E. Médio	Magistério	Sede	2 anos
24M	33	Baré	E. Médio	Magistério	Sede	7 anos
25M	33	Tariana	E. Superior	N.superior	Sede	3 anos

O quadro acima nos mostra que apenas 80 dos professores trabalham na sede do município, os demais trabalham em comunidades próximas a sede ou no interior da área indígena. Esse aspecto, entre outros, pode contribuir fortemente com discussão acerca da Lei 145/2002 e também sobre a situação do ensino das línguas cooficiais dentro de escolas localizadas em várias comunidades. Além disso, observamos que a maioria já é habilitada com um curso de licenciatura e está buscando nos cursos do PARFOR outras habilitações, revelando uma preocupação com a formação, além de aumentar o número de opções na hora de conseguir um emprego.

O quadro nos dá uma visão sobre a diversidade cultural e linguística presente nos cursos de licenciatura que são realizados no município através do programa PARFOR. Os cursos contam com a colaboração de professores vinculados às Instituições de Ensino Superior do estado do Amazonas. As aulas são ministradas em língua portuguesa, pois são baseadas no método de ensino da educação formal. Essa situação se contrasta com a realidade local, principalmente porque a grande maioria dos alunos voltará para suas comunidades onde as práticas culturais e as línguas indígenas se fazem presentes.

De acordo com o site da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o PARFOR é um programa emergencial criado para atender o que está disposto no artigo 11, inciso III do Decreto n. 6.755 de 29 de janeiro de 2009. O programa funciona com a contribuição da Capes, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e das Instituições de Ensino Superior de todo o país. Visa qualificar professores que estão em exercício na educação básica, obtendo a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Os cursos de licenciatura são realizados nos meses de férias escolar dos professores (janeiro, fevereiro, meados de junho e julho). Em São Gabriel da Cachoeira os cursos são realizados na sede do município em uma escola pública cedida para esse fim. No momento da aplicação dos questionários, o espaço escolar cedido foi o da Escola São Gabriel.

Quanto à perspectiva teórica abordada, nosso estudo está vinculado aos aportes da Antropologia Linguística e da Sociolinguística Qualitativa (Cf. ALKMIN, 2005) em sua interface com a perspectiva bakhtiniana no que diz respeito ao dialogismo, polifonia e gênero discursivo. Dessa forma, buscaremos compreender as representações que são construídas a partir dos discursos dos agentes sociais quanto à Lei, cujo objetivo é beneficiar as comunidades indígenas do município. Ademais, pretendemos contribuir com discussões acerca de políticas linguísticas voltadas para contextos multilíngues, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira, e seus processos de implementação que envolvem indígenas e não indígenas.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. Neste primeiro, traçamos o percurso investigativo de nossa pesquisa. Nele apresentamos um quadro com o perfil dos 268 sujeitos participantes que responderam o questionário, além dos 6 sujeitos que contribuíram com as entrevistas.

No segundo capítulo apresentaremos um breve panorama a respeito de política linguística e planejamento linguístico, exemplificando com alguns casos em países da América Latina. As primeiras considerações sobre a política de cooficialização no município de São Gabriel da Cachoeira são feitas nesse capítulo, comentamos ainda acerca da política de cooficialização instituída no município de Tacuru em Mato Grosso do Sul.

O município de São Gabriel da Cachoeira é apresentado no terceiro capítulo. Este capítulo é importante para situar o leitor ao contexto de pesquisa desde a localização do município, passando pelos primeiros contatos com os não indígena e, finalmente, chegando ao cenário sociolinguístico que constitui o Noroeste Amazônico e que impulsionou a elaboração da política linguística de línguas cooficiais.

O quarto capítulo é constituído pelas discussões sobre a política de cooficialização. Partimos comentando sobre o processo de elaboração da lei 145/2002 e de sua regulamentação 210/2006, seguindo com a apresentação acerca do que tem sido feito em relação à aplicação da Lei. Este capítulo baseia-se nos discursos que foram apresentados durante as entrevistas.

No quinto capítulo nossas discussões tomam como ponto de partida as respostas dadas ao questionário. São pontos de vista, representações e conhecimentos que através da interação produzem sentidos. Trata-se de discursos permeados por valores sociais que ora se confrontam, ora se afirmam numa relação dialógica.

Nas considerações finais traçamos algumas linhas gerais sobre o estudo, revisando de modo breve argumentos centrais que deram alicerce a dissertação. Como expectativa, esperamos que o estudo possa subsidiar reflexões acerca de políticas linguísticas e seu processo de implementação em contextos multilíngues.

2 SOBRE A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM CONTEXTOS BILÍNGUES E MULTILÍNGUES

Neste capítulo faremos uma abordagem a respeito da atenção que vem sido dada, não só pelos linguistas, mas como também pelos agentes de políticas públicas, à questão das línguas faladas por diferentes grupos indígenas. Trata-se da necessidade de reconhecer e valorizar características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais presentes em nosso país e no mundo. Para tanto, iniciaremos discutindo sobre o termo que recentemente tem surgido no Brasil, política linguística, seu conceito e interesses. Mostramos, à guisa de exemplo, casos de política linguística introduzidos em alguns países. No Brasil, apresentamos a lei de cooficialização de línguas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira- Am, que foi o pioneiro em cooficializar línguas no país, e a cooficialização do Guarani.

2.1 A NOÇÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO

Embora a terminologia, política linguística, tenha nascido na metade do século XX, não camufla a existência de suas práticas de intervenção sobre as decisões de uso das línguas séculos antes. Historicamente muitas línguas indígenas eram faladas antes da chegada dos portugueses ao Brasil, que com uma política de privilégio à língua européia, o português, as línguas indígenas foram paulatinamente deslocadas. Com o Diretório dos Índios (1758), no século XVIII, Marquês de Pombal proibia a manifestação de qualquer outra língua se não fosse o português, resultando como língua nacional após a independência. Outra intervenção de política linguística se deu no século XX, com o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, que levou ao fechamento de escolas e a proibição do uso das línguas de imigrantes, principalmente o alemão e o italiano. Vemos, desse modo, que sempre foi alvo do Estado privilegiar uma língua, impondo seu uso a sociedade. A ideia de homogeneidade cultural e linguística dominando uma realidade heterogênea.

Hoje, quando falamos em política linguística não só a associamos a um conjunto de decisões que ocasionam mudanças nas ações a respeito da língua na sociedade, mas também a situação de plurilinguismo. Calvet (2007, p. 11) define *política linguística* como a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade que as

empregam ou as abrigam dentro de seus grupos. A política linguística, então, surge como um meio de intervenção que, em conjunto com as comunidades, busca colocar em prática ações que viabilizem a dissolução dos conflitos linguísticos que as comunidades ainda enfrentam.

Zimmermann (1999), ao falar em política linguística ressalta sobre a importância de se ter uma estrutura social capaz de suscitar uma atuação política. Pondera, no entanto, que a valorização das línguas também se dá socialmente, de modo que a posição social dos falantes reflete no status da língua. Para o autor a intervenção política das línguas requer um espaço de condições sociais e econômicas não satisfatórias. Dentre tais condições está:

a) os problemas de compreensão - ocasionados pelo multilinguismo nas situações socio-comunicativas. De acordo com o autor, a multiplicidade de línguas se torna um problema quando é considerada causa de uma diferenciação não desejada, ou até mesmo um problema de comunicação, ou quando dentro de uma língua existem condições que são percebidas como desagradáveis ou perigosas para a consistência postulada a um grupo, ou que não têm a mesma posição de poder (p. 11).

b) problemas de expressão – as línguas não são adequadas para determinadas funções comunicativas;

c) problemas de efetividade – não se tem sistemas ortográficos adequados ou a existência de grandes irregularidades causam problemas no sistema escolar;

d) ameaça da identidade linguística – frequentemente tem haver com o purismo que tenta eliminar as influências não desejadas na própria língua;

e) problemas de referência – os sistemas linguísticos não são capazes de distinguir referenciais necessários para designar entidades sociais.

f) discriminação

Desse modo, a política de língua, surge na tentativa de amenizar ou impedir certas problemáticas que se apresentam em situações linguísticas. É preciso levar em conta que a evolução de uma língua não é feita apenas por uma só pessoa, mas por várias. E que existem diferentes interesses sociais, portanto, a política ou a planificação linguística pode não satisfazer muitas comunidades. Por isso, é necessário que todos os indivíduos afetados possam participar das discussões acerca da política que se quer implementar. Em São Gabriel da Cachoeira, de acordo com os relatos apresentados nas entrevistas e nas respostas dadas ao

questionário (ver capítulo 4), houve a participação de muitos indígenas de toda a região do município durante as discussões a respeito da política de cooficialização. Mesmo assim, muitas pessoas reclamam que desconhecem tal política.

A esse respeito Zimmermann (ibide, p.91) reitera a importância de se consultar a população sobre o objetivo e as medidas que constituirá a política a ser implementada, em seus termos:

> Del principio de la autodeterminación se concluye que las etnias y los grupos afectados – que em muchos casos son minorias cuantitativas – deben participar adecuadmente en el proceso de decisión. [...] Y se ésta pretende orientarse em lós prinicipios éticos, se deberá hacer guiar ya desde el análisis de la situación de fondo, del objetivo, del tipo de medidas (y leyes) etc. por estos princípios éticos. Y eso implica – dicho de manera muy general – procedimientos muy determinados de *consulta pública* acerca de cómo proceder. (grifo do autor)

Paralelo à política linguística estão as ações que vão garantir que as decisões tomadas se concretizem, denominadas *planejamento linguístico*, isto é, a implementação das políticas linguísticas, ficando a cargo do Estado a aplicação dessas escolhas linguísticas (idem).

O termo *planejamento linguístico* (language planning) surgiu num artigo publicado, em 1959, por Einar Haugen, que mostrava a intervenção normativa do Estado para construir uma identidade nacional depois de séculos de dominação dinamarquesa. O mesmo trabalho é retomado em 1964 durante o evento organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, evento que marca o surgimento da sociolinguística (ibidem, p.13). Após isso, muitos estudos foram realizados por pesquisadores de diversos lugares do mundo sobre os temas e, consequentemente, muitas obras publicadas, todas concordando com a relação de subordinação entre política linguística e planejamento linguístico.

Segundo Calvet (idem, p. 24) apesar de Haugen propor um novo sintagma, *planejamento linguístico*, não criou um conceito novo. Adotando conceitos da economia (planejamento), da administração (teoria da decisão) e aplicando-os nos exemplos de intervenção do Estado sobre as línguas (Noruega, Grécia, Turquia), delimitou um domínio de atividade, sem desenvolver qualquer crítica aos conceitos adotados.

O campo da política linguística ampliou-se consideravelmente após a distinção feita por Kloss (1986, apud Calvet, p. 29) entre o planejamento do *corpus* e o planejamento do *status*. O primeiro relacionava-se às intervenções na forma da língua; e o segundo às intervenções nas funções da língua, seus *status* social e suas relações com as outras línguas.

Nesse sentido, Zimmermann (1999) nos fala que o planejamento do *status* tem como objetivo influenciar o status social e político das línguas onde é valorizada ou desvalorizada e tem a ver sempre com a competência de duas ou mais línguas. Dessa forma, dar-se um status nacional, como parte constitutiva do patrimônio cultural da nação. Em certas regiões, pode-se dar o status de co-oficialidade. O autor pontua que se deve estabelecer os domínios sociais e político-administrativo em que a língua deverá ser utilizada. E ressalta a importância do campo de ação para a implementação da política linguística, de modo a evitar uma destinação abstrata.

Quanto ao planejamento de *corpus*, o autor comunica que o objetivo desse planejamento recai sobre a estrutura da língua através das intervenções que levem a utilização da língua. Dessa maneira, a língua terá funções que antes não poderia cumprir. Dentre essas funções está a comunicação através da escrita. Apesar de a população indígena ter historicamente uma tradição oral, as atividades diárias realizadas por eles mostra o oposto. O desafio, portanto, está na padronização da escrita das línguas que requer a criação de uma ortografia. O problema é que, assim como qualquer língua, as línguas indígenas possuem diferenças dialetais que levam a discussões muitas vezes baseadas em aspectos de política interior da etnia. Zimmermann (ibidem, p. 159) assevera que é preciso conscientizar a população indígena que não existe uma ortografia perfeita e que a busca por uma ortografia perfeita adia ou impossibilita o processo de implementação da escrita. Após ser elaborada a ortografia parte-se para a elaboração de gramáticas e dicionários.

A partir do que foi exposto sobre política linguística e planejamento linguístico apresentaremos na próxima seção alguns casos de política linguística.

2.2 ALGUNS CASOS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Nesta seção abordaremos brevemente alguns casos de política linguística implantados em países que incorporaram em suas legislações direitos individuais e coletivos voltados aos povos indígenas. Optamos por comentar apenas as políticas linguísticas instaladas na América Latina por acreditarmos ser inviável, para este estudo, tratar de políticas linguísticas existentes em outras localidades do mundo. Desse modo, tentaremos ilustrar, a partir de exemplos de alguns países, as transformações pelas quais alguns Estados nacionais têm

passado, aderindo às suas legislações demandas que não poderiam ser atendidas no cenário nacional tradicional.

2.2.1 A atual política linguística para os indígenas do México

Fruto de grandes esforços das mobilizações indígenas, a Constitución Política de lós Estados Unidos Mexicanos de 1992 reconhece oficialmente a presença de povos indígenas com cultura e línguas diversificadas. Nove anos depois, o artigo 2. da Constituição foi modificado pelo governo do presidente da época, enfatizando, assim, a situação multicultural mexicana (Cf. BERMÚDEZ, 2007).

O autor também nos informa que após a promulgação da Constituição outros acordos direcionados ao povos indígenas foram realizados. Em 2003, por exemplo, foi aprovada a Ley General de Derechos Linguísticos de lós Pueblos Indígenas que, além de reconhecer os direitos individuais e coletivos dos indígenas, assegura a promoção do uso e das práticas das línguas indígenas (ibidem, p. 61; HAMEL, 2008). A Lei ainda estabelece o direito a educação bilíngue aos povos indígenas, sendo a língua mãe de cada povo indígena o meio para a educação primária. Ressalta também que os materiais didáticos devem ser produzidos nestas línguas. Quanto ao planejamento linguístico dessa Lei, o Instituto Nacional de Lenguas Indígenas tem trabalhado no projeto de investigação e desenvolvimento de um alfabeto gráfico das línguas indígenas.

2.2.2 A política linguística na Colômbia

A heterogeneidade do país é configurada pelas sessenta e cinco línguas indígenas, além da língua Castelhana, a língua oficial utilizada por quase toda população, e as línguas Crioulas, faladas por populações de origem negroafricanas. Em 1991, através da Constituição colombiana, artigo 55, o Estado reconheceu a natureza pluriétnica e multicultural de sua nação, em especial as comunidades indígenas e comunidades negras. A mudança na Constituição tem influências fortes das organizações indígenas instauradas a partir da década de 60 (ARRUTI, 2000).

A partir da promulgação da Constituição foi criado um conselho para assegurar a difusão e conhecimento do novo texto Constituinte de forma que todos tivessem acesso ao

texto. Com o apoio do Centro Colombiano de Estudos de Lenguas Aborígenes – CCELA- foi iniciado uma discussão para que a tradução para as línguas indígenas fosse realizada. A princípio almejava-se traduzir o texto para doze línguas, mas a carência de linguistas indígenas, bem como por razões financeiras, preferiu-se a tradução apenas para sete línguas. Através de um programa de investigação de interesse linguístico e antropológico que se desenvolveu entre os anos 1992 a 1994, a Constituição foi traduzida, culminando sua publicação em um livro e em gravações em fitas cassetes magnéticas (LANDABARU, 1997).

2.2.3 A Constituição do Paraguai

A Constitución de la República del Paraguay de 1992, reconhece o país como pluricultural e bilíngue, e institui como línguas oficiais o Castelhano e o Guarani. Dessa maneira, reconhece oficialmente a presença dos indígenas, definindo-os como grupos de cultura anteriores à formação e organização do Estado. É importante dizer que na Constituição de 1967 a língua Guarani já figurava como oficial. Recentemente, o Guarani ganhou reforço como língua oficial ao lado do Castelhano na Lei de Línguas do Paraguai aprovada em 2010. Nessa Lei também considera-se como patrimônio cultural da nação as outras línguas indígenas.

A Lei de Línguas do Paraguai coincide com a comemoração do bicentenário da independência do país e é resultado de reivindicações da população do país, que tem em sua grande maioria falantes de Guarani e Castelhano. Um dos objetivos da Lei é a criação da Secretaria Nacional de Políticas Linguísticas que terá como função o planejamento, pesquisa, documentação e promoção às línguas indígenas do país (Informativo Gênero, Raça e Etnia, 2011). Em novembro de 2012 foi criado a primeira Academia da Língua Guarani na América, Ava Ñe’e Rerekuá Pave na língua, com o objetivo de articular a unificação dos critérios sobre o uso da língua no país.

A língua Guarani também conta com o Dicionário Trilíngue español-português-guarani elaborado pelos linguistas Domingo Aguilera da Fundação Tapé Avirú e José Maria Rodrigues da Universidade Católica Nossa Senhora da Assunção. Publicado em 2011 pela Embaixada do Brasil e Assunção e pela Fundação Tapé Avirú Parguay, o dicionário “implica numa ruptura com a lexicografia tradicional da língua guarani. Trata-se do primeiro dicionário

intercultural do MERCOSUL que reconhece a autonomia da língua guarani em igualdade de status com as outras línguas oficiais do bloco, o espanhol e o português" (RODRIGUES, 2011). De acordo com Rodrigues, o dicionário é destinado para estudantes, professores, pesquisadores e interessados afins que desejam aprender o guarani.

2.2.4 Brasil, um país multilíngue

Em nosso país sempre houve a presença de uma extensa diversidade linguística. Quando os portugueses aqui ancoraram depararam-se com um grande número de indígenas que falavam aproximadamente cerca de mil e duzentas línguas (RODRIGUES, 2006). Segundo o autor, estima-se que 85% das línguas indígenas extinguiram-se nos últimos 500 anos. Hoje existem no Brasil cerca de 180 línguas por aproximadamente 220 grupos indígenas. A distribuição do número de falantes por língua é bastante desigual. Enquanto há línguas que possui cerca de 1.000 falantes, há também línguas que não tem mais de vinte falantes (Idem). Não há um número preciso dos falantes de línguas indígenas devido as dificuldades de se identificar o que é uma língua, dialeto ou variedades dela, além disso, a falta de estudos sobre a situação das línguas indígenas e seus falantes contribuem com o quadro de imprecisão (SEKY, 2000; MOORE, 2011). Cabe a nós, hoje, reconhecer o país como um lugar rico em suas especificidades culturais e linguísticas, compreendendo que muitos conhecimentos podem ser apagados a medida que as línguas forem se perdendo.

Como vimos, a valorização da língua portuguesa como a língua legítima, usada para a comunicação entre pessoas de línguas maternas diferentes, e a proibição das demais línguas existentes no Brasil, vistas como ameaças aos planos nacionais, se deu séculos atrás e permaneceu por muito tempo na história. Entretanto, apesar de muitas línguas indígenas terem desaparecido, muitas por motivo de colonização, continuamos um país rico e diverso nos aspectos sociais, históricos e culturais. Nesse sentido é conveniente dizermos que somos um país multilíngue independentemente do número de línguas faladas, pois a própria língua portuguesa, língua oficial, é rica em dialetos[4].

[4] O termo dialeto refere-se ao falar regional de um território. No Brasil, por exemplo, existe o dialeto paulista, o carioca, o baiano, etc. De acordo com Monteiro (2008), o termo pode ser usado também para a variedade padrão. A variedade de línguas estabelece diferenças entre faixas etárias, grupos étnicos e socioeconômicos.

Entendemos assim por multilíngue o indivíduo ou comunidade que utiliza comumente várias línguas para se comunicar, sendo elas oficiais ou não. Dentro dessa classificação estão as línguas diferentes faladas em contextos fronteiriços. As variedades linguísticas construídas a partir do contato das línguas de imigrantes com o português também fazem parte do cenário multilíngue do Brasil. Exemplos de indivíduos ou comunidades multilíngues são os povos indígenas do Brasil que além de falarem suas línguas falam também uma língua dominante como o português ou o espanhol. Os indígenas são povos de usos e costumes próprios, de crenças e experiências de vida singulares e de diferentes línguas (RODRIGUES, 2002).

Entre os povos indígenas é comum encontrar aqueles que falam só a língua indígena, outros que só falam a língua portuguesa e outros que falam duas, três ou mais línguas, muitas vezes isso acontece em uma só aldeia. É importante salientar que os indígenas têm muito bem definido a língua que usará em casa ou com familiares, a que usará quando houver presença de estranhos, a que usará fora de sua casa, etc. Esses ambientes em que são criadas situações comunicativas são chamados de *domínios.* Nesses domínios está inserida uma combinação de ambientes e relações sociais entre membros de um determinado grupo. (Cf. LYONS, 1897; MONTEIRO, 2008).

Não podemos esquecer que as línguas mudam com o tempo, pois estão expostas a fatores de instabilidade e variação. E o fato de necessitarmos nos comunicar, estar em contato com outras pessoas, muitas vezes falantes de outras línguas, reflete na diferença de falares, resultando na multiplicidade de línguas. Foi a partir do contato entre falantes de português (missionários, soldados e funcionários), no século XVII, e falantes indígenas que a língua portuguesa introduziu-se na região amazônica iniciando, dessa forma, o processo de bilinguismo entre falantes de português. Ora, quando os europeus chegaram a territórios amazônicos havia cerca de setecentas línguas indígenas, todas ágrafas, transmitidas através da oralidade e de vários tipos de narrativas (FREIRE, 2004). Hoje, na Amazônia brasileira, ao lado da hegemonia da língua portuguesa e da existência ainda de mais de uma centena de línguas indígenas, convive uma grande diversidade de experiências, costumes, conhecimentos, pontos de vista e maneiras de sentir. Dessa maneira, segundo Rodrigues (2001), o número de línguas existentes na Amazônia antes dos europeus é o mesmo para o número de culturas ou variáveis dela. Com isto, a região amazônica constitui-se não só de

situações de multilinguismo[5], incluindo as línguas de contato de regiões de fronteira, o espanhol e as línguas europeias, mas também de uma extensa diversidade cultural.

Diversidade cultural e também linguística que tem começado a ganhar espaço no discurso oficial, a começar pela Constituição de 1988 que, pela primeira vez, incluiu um capítulo sobre os indígenas. Nesse capítulo, o art. 231 faz referência ao reconhecimento das línguas indígenas.

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A atenção às línguas indígenas é também destacada no capítulo reservado à educação. Postula que o ensino fundamental no país será realizado em língua portuguesa, mas permite aos indígenas o uso de suas línguas maternas e dos seus processos próprios de aprendizagem.

> Art.210. §2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 também deu destaque à educação indígena quando determinou que o "Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e assistência aos índios, desenvolverá programas de ensino e pesquisa para oferta de educação bilíngue e intercultural aos povos indígenas".

Em seguida temos a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996 que proclama o direito à todas as línguas, assegurando o respeito e o pleno desenvolvimento delas. Além disso, reconhece e dá espaço para que os direitos linguísticos possam ser pensados considerando que fatores históricos, políticos, territoriais, ideológicos entre outros, interferem consideravelmente na situação de cada língua, exigindo políticas específicas e adequadas. E considera que

> [...]diversos fatores de natureza extralinguística (históricos, políticos, territoriais, demográficos, econômicos, socioculturais, sociolinguísticos e de atitude coletiva) originam problemas que provocam o desaparecimento, marginalização e degradação de numerosas línguas, e que, portanto, é necessário que os direitos linguísticos sejam

[5] Apesar de casos multilíngues em algumas terras indígenas do país, ainda há casos de monolinguísmo em línguas indígenas, principalmente entre os idosos e crianças, e também em língua portuguesa, em especial entre as novas gerações (Cf. Matos e Monte).

> pensados a partir de uma perspectiva global, para que possam ser aplicadas em cada caso as soluções específicas adequadas.

Essa distribuição de competências aparece no título III da Constituição, quando apresenta regras de atribuição de competências legislativas aos Estados e Municípios. A autonomia política é dada respeitando as diferenças na forma de atribuição desses poderes. As temáticas que serão legisladas pela União, de forma privativa, e pela União e pelos Estados concorrentemente, estão determinadas na Constituição. No entanto, aos Municípios não está definido as matérias para legislar, mas no art. 30, inciso I, define a competência de legislar sobre "assuntos de interesse local" e no art. 30, inciso II, "suplementar a legislação federal ou estadual, no que couber".

Ficam, portanto, de acordo com Santos (2009), aos Estados e Municípios os poderes de legislar sobre suas estruturas administrativas. Assim, os atos normativos locais serão editados para estruturar o funcionamento da Administração pública nos entes regionais e locais, seguindo as normas da União definidas constitucionalmente.

Desse modo, a Constituição reconhece a existência de povos indígenas em território nacional, devendo dar condições de sua continuidade e reprodução. Garante a utilização de suas línguas maternas, rompendo com o projeto brasileiro de integrar os índios à comunhão nacional. Cooficializar é, então, um ponto de partida importante para a proteção e fortalecimento da identidade dos povos indígenas.

> As leis municipais reforçam a figura da autodefinição próprios ou a consciência da sua identidade coletiva pelos próprios agentes sociais, reforçando o grau de autonomia frente ao Estado e às demais agências do campo de poder [...] Em São Gabriel da Cachoeira como em muitos outros lugares do Brasil são as línguas indígenas que constituem a língua franca que contagia todas as palavras em qualquer lugar e circunstância e a qualquer hora do dia. Elas aparecem em todo lugar, mesmo nos mais recônditos em que aparecem de maneira privada e bastante intimista (ALMEIDA, 2007, p.11).

E é nesse contexto que as leis municipais de cooficialização devem ser compreendidas. Ao reconhecer os indígenas e suas línguas, a Constituição fundamenta legalidade para edição de normas e aplicação de medidas, que possibilitem expressões em línguas próprias (SHIRAISHI NETO, 2007).

Nesse sentido, houve a cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira em 2002 e a cooficialização da língua Guarani em

2010. Nas próximas seções ficaremos conhecendo um pouco mais sobre as políticas de cooficialização que desmistificam a homogeneidade cultural e linguística em nosso país.

2.2.4.1A cooficialização da língua Guarani

O reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas na legislação brasileira, valorizando a língua e o direito de ensino das línguas nas escolas tem sido adquirido e assegurado na Constituição de 1988, conforme vimos acima, e na lei que cooficializa às línguas indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, que será comentada na próxima seção. Recentemente, também foi promulgada a lei que cooficializa a língua Guarani no município de Tacuru, no Mato Grosso do Sul.

Historicamente a população Guarani girava em torno de um milhão e meio quando os primeiros exploradores europeus adentraram ao Cone Sul Americano. Após séculos de contato e deslocamentos, a partir da região Amazônica, os guaranis se estabeleceram em diferentes regiões como Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. Interessa-nos, aqui, comentar sobre a língua Guarani no Brasil.

A língua Guarani é a língua indígena mais falada no Brasil com uma população com cerca de 50 mil, 80% dessa população vivem no estado do Mato Grosso do Sul e o restante estão distribuídos nos estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e uma terra reservada no estado do Pará. Vários grupos guaranis falam a mesma língua, apresentam culturas semelhantes, mas se autodenominam de maneiras diferentes de acordo com a região e o ramo familiar. A língua Guarani pertence ao tronco linguístico Tupi-Guarani, onde se ramificam outras 21 línguas. Está dividida em três grandes grupos denominados Nhandeva, Kaiowa e Mbya.[6]

A língua Guarani teve seu primeiro dicionário escrito em 1639 pelo padre Antonio Ruiz Montoya. Foi publicado em Madrid com 814 páginas possuindo 8100 palavras. Para os Guarani a palavra é uma expressão sagrada, pois lhes foi entregue por Deus. É na cultura que

[6] As informações apresentadas estão baseadas na cartilha produzida pela Comissão de Lideranças Guarani Kaiowá e Conselho Indigenista Missionário regionais Sul e Mato Grosso do Sul. Disponível em http://www.djweb.com.br/historia/arquivos/cartilha02.pdf. Acessado em 23 de junho de 2012.

os Guarani se fortalecem para enfrentarem o preconceito da sociedade envolvente e a imposição da educação escolar.

Apesar da grande população e do número de escolas presentes em muitos municípios do Mato Grosso do Sul, o status de língua é muito pequeno diante do Português. Nesse sentido, o vereador Julio Cesar de Souza elaborou um projeto de lei cooficializando a língua Guarani que foi aprovado e sancionado no dia 24 de maio de 2010.

Com a cooficialização do Guarani os serviços públicos básicos de saúde, campanhas de prevenção de doenças e tratamentos passam a ser disponibilizado na língua Guarani e no Português, assim como o apoio e incentivo ao ensino da língua nas escolas, já existente no município na legislação sobre educação escolar, mas agora mais especifica[7], e o uso nos meios de comunicação. Além disso, nenhuma pessoa pode ser discriminada em razão da língua oficial que faça uso. A lei que oficializa o Guarani, assim como a lei que cooficializou o Tukano, Nheengatu e Baniwa, representa o respeito e o reconhecimento à diversidade linguística e cultural.

2.2.4.2 A cooficialização de línguas indígenas da Amazônia

O número de línguas indígenas no Brasil foi drasticamente reduzido após o processo colonizador. Segundo Rodrigues (2005) havia cerca de 1.200 línguas indígenas no país, hoje são cerca de 180 línguas, estando a maioria delas concentradas na Amazônia Legal. A Amazônia é a região de maior densidade linguística do continente americano, com a presença de línguas indígenas variadas, porém o número de falantes por língua é muito baixo e nenhuma delas têm mais de quarenta mil falantes. De acordo com o autor (2003), são faladas cerca de 250 línguas indígenas, cerca de 150 no território brasileiro com mais de 50 famílias linguísticas.[8] As línguas indígenas da Amazônia apresentam fenômenos como fonéticos,

[7] O material didático que as escolas recebem em português é muito maior daquele em guarani, favorecendo o uso de material em português. Além disso, o ensino das séries iniciais precisa ser muito mais complementado (cf. COSTA, F. V. F. A cooficialização da língua Guarani. Disponível em: http://rededesaberes.org/3seminário/anais/textos/ARTIGOOSPDF/artigoGT8A-08-FranciscoVanderleiFerreiradaCosta.pdf. Acessado em 16 de agosto de 2011.

[8] Esse número é variável, devido a fatores como os limites da Amazônia; o que é língua e o que é dialeto; recentes informações sobre a existência de novas línguas e se há falantes vivos de determinada língua.

fonológicos, de organização gramatical, de construção de discurso e de uso que não se encontram em línguas de outras partes do mundo (FREIRE, 2004, p.47).

Ao lado dessa característica linguística apresentada na região está uma tensão política e histórica entre um processo de unificação de língua e o reconhecimento dessa pluralidade de línguas e etnias. Num país onde a língua Portuguesa é a língua oficial e a língua materna para a grande maioria dos brasileiros, acaba se conflitando com a realidade de muitos povos indígenas que falam suas próprias línguas. Desse modo, olhar para a situação linguística da Amazônia de maneira diferente daquela imposta por uma ação unificadora é uma questão necessária para manter a língua e a identidade indígena dentro de um sistema multilíngue.

O respeito à diversidade linguística dos indígenas brasileiros vem recebendo uma atenção especial, apesar de modesta ainda, não só de linguistas, mas de agentes de políticas públicas. Um exemplo disso é a Constituição Federal de 1988 que assegura direitos aos indígenas enquanto cidadãos não falantes de português, como uma educação diferenciada em que dá o direito ao uso de suas línguas nos processos escolares, ao lado do português. Com isso, criaram-se Núcleos de Educação Indígena em várias secretarias estaduais de educação com o objetivo de acompanhar a educação escolar das comunidades indígenas, à pesquisa, à produção e à difusão de material didático e à formação diferenciada e à atualização de professores índios e não índios (OLIVEIRA, 2007, p.39). Embora a Constituição apresente papel significativo, muito ainda tem a se fazer contra a desinformação e/ou aceitação da diversidade cultural e linguística existente no país e que ainda hoje sofre por não ter seus direitos reconhecidos.

Outro exemplo marcante de reconhecimento da diversidade linguística indígena, nosso enfoque de trabalho, se deu na região do alto rio Negro no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, onde foram cooficializadas as três línguas consideradas as mais faladas na região, Nheengatu, Baniwa e Tukano (cf. capítulos 4 e 5).

Com a realidade de multilinguismo, o município possui uma população com cerca de quarenta e seis mil habitantes, sendo 95% da população indígena pertencentes a 23 etnias. Estas estão situadas ao longo dos rios da região, em áreas culturais e linguísticas específicas e diversificadas entre si, e também na área urbana do município. Cada um desses rios apresenta uma língua predominante para a intercomunicação que funciona como *língua franca* naquele local definido (idem, p.46), sendo falada por um grupo de povos habitantes desses rios. Assim, o Nheengatu nos rios Negro e Xié, Baniwa no Rio Içana e afluentes e Tukano no

sistema Uaupés. As línguas foram reconhecidas juridicamente, após muitas mobilizações por parte das lideranças, juntamente com algumas instituições e organizações (IPOL, ISA, UFAM, FOIRN)[9] na lei 145/2002 de cooficialização de línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira que "Dispõe sobre a cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa a Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, Brasil."

E regulamentada na lei 210/2006 que "Dispõe sobre a regulamentação da cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, a Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas".

As três línguas foram reconhecidas pelo número elevado de falantes, pelo prestígio que têm na região e pelo respaldo político de que possuem. Assim, a lei dá às línguas Nheengatu, Baniwa e Tukano o status de cooficialidade permitindo que o município passe a contar com quatro línguas oficiais e estipula um prazo de cinco anos para que as medidas previstas com a nova política de plurilinguismo possam ser concluídas.

Dessa forma, com a aprovação da lei de cooficialização, fica assegurada aos povos indígenas a condição de se expressar publicamente na sua língua de origem sem ter que mudarem de língua, de participar de maneira mais autônoma suas relações com o Estado. O poder público passa a prestar seus serviços de atendimento, assim como seus documentos, ofertados nas três línguas. No que tange a educação, as escolas passam a ofertar o processo ensino-aprendizagem nas línguas, ficando a Secretaria de Educação do município a responsabilidade na formação do quadro de professores, bem como outros profissionais necessários à implementação da lei. O rádio e a televisão local também deverão contemplar em suas programações as medidas previstas na lei.

A lei que cooficializa as três línguas indígenas ao lado do português tem como objetivo oferecer aos falantes de línguas indígenas o uso de suas línguas, cotidianamente, em todos os lugares públicos e privados, garantindo o exercício de cidadania e suas relações com a sociedade brasileira sem terem que mudar de língua. Além disso, com a lei as outras línguas também ganham espaço, força e resistência. A lei de modo algum impõe que sejam faladas apenas as três línguas oficiais indígenas, pelo contrário, estimula o uso de todas as línguas indígenas em diversos espaços (SILVA, 2007).

[9] Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Políticas Linguísticas, Instituto Socioambiental, Universidade Federal do Amazonas, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

Para Farias (2007, p.57), a aprovação da lei “representa uma vitória dos povos indígenas do Rio Negro e de todo o Brasil na reconquista de seus direitos, de suas culturas e sua autonomia de poder decidir sobre o próprio futuro conforme seus códigos e linguagens e visão de mundo específicas”.

São Gabriel da Cachoeira foi o primeiro município a cooficializar línguas abrindo espaço para que outros casos no Brasil possam ser reavaliados, de modo a superar os preconceitos que a população indígena ainda sofre. De acordo com Oliveira (2011), medidas como essa reflete uma tendência mundial, podendo servir não somente para as línguas indígenas, mas também para as línguas de imigração, a exemplo temos o processo de cooficialização do Pomerano, no município de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo.

No próximo capítulo ficaremos conhecendo um pouco mais sobre o município pioneiro em cooficializar línguas no âmbito municipal.

3 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: UM CENÁRIO SINGULAR

3.1 LOCALIZAÇÃO

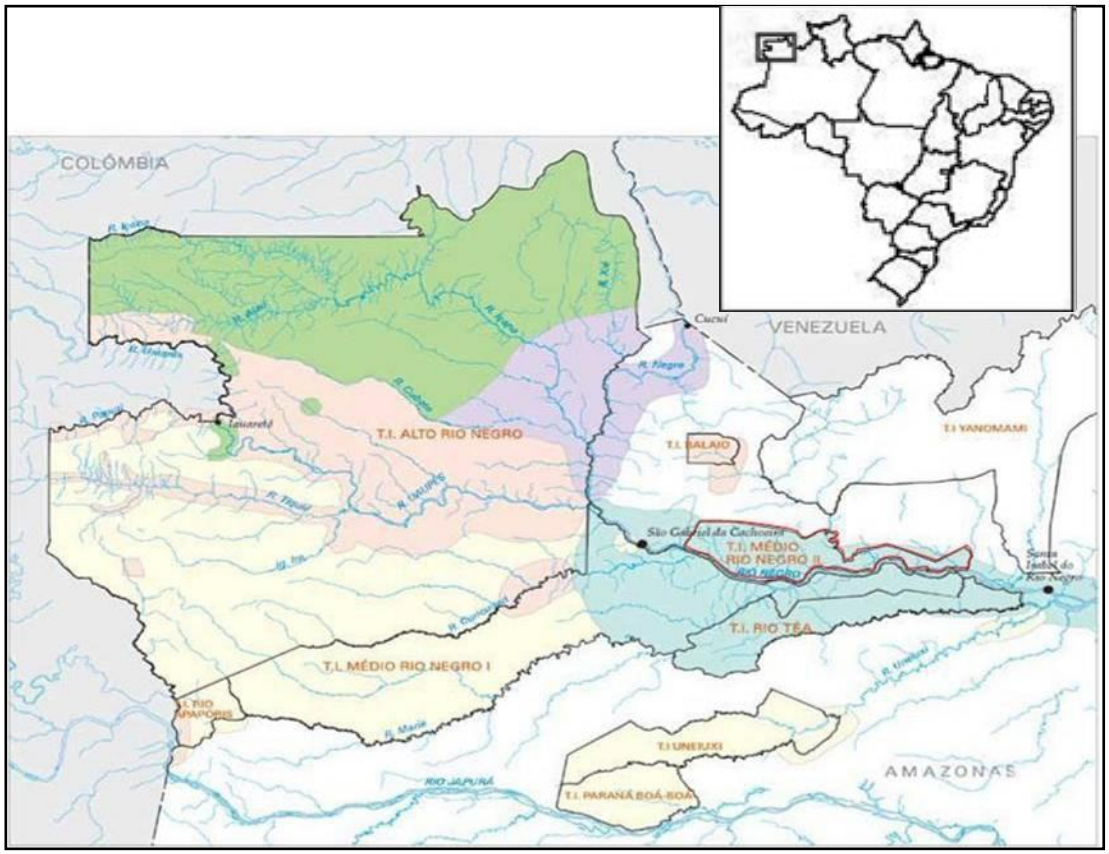
O município de São Gabriel da Cachoeira, situado no noroeste da Amazônia brasileira, é composto por um conjunto diversificado de povos indígenas com culturas, línguas e trajetórias de vida particulares que se encontram e se articulam sobre uma mesma cosmologia. A área do município corresponde a 112 quilômetros quadrados e se estende, ao norte, sobre a fronteira dos países Venezuela e Colômbia, ao sul e ao leste com o município de Santa Isabel do Rio Negro e ao sul com Japurá, ficando a 852 quilômetros de Manaus, capital do estado do Amazonas. Seu principal rio é o Negro que em seu alto curso, recebe, pela margem direita, o rio Içana e o Uaupés[10], formando a região do Alto Rio Negro. O Uaupés é o maior afluente que compõe a bacia hidrográfica do rio Negro com aproximadamente 750 quilômetros de extensão.

O município também é conhecido como Cabeça do Cachorro por seu território ter a forma semelhante à cabeça desse animal. Seus habitantes são em sua grande maioria indígenas que apesar do contato com os não indígenas ainda permanecem se identificando como tais (cerca de 95% da população é indígena, 85% da população na sede do município). Também são habitantes do local missionários salesianos e protestantes, militares do exército (lotados em quartéis de fronteiras e batalhões de construção de estradas) e, atualmente por migrantes nordestinos ou do próprio estado do Amazonas. (CABALZAR & RICARDO, 2006).

Abaixo no mapa podemos visualizar melhor a região.

[10] Também conhecido como Vaupés, principalmente na Colômbia, e tem cerca de 1.375 Km de extensão servindo de fronteira entre o Brasil e a Colômbia.

Figura 1 - Mapa da região do Médio e Alto Rio Negro



A área assinalada com a cor verde indica a região de predominância da família linguística Aruak; a área de cor rosa indica a predominância da família linguística Tukano Oriental; a área predominante da língua Nheengatu está destacada pela cor lilás; a parte em azul indica a predominância da língua Nheengatu com presença das línguas das famílias Tukano Oriental e Aruak
Fonte: Adaptado de CABALZAR & RICARDO, 2006.

Além das relações com os diferentes grupos indígenas, o contato com os não índios a partir do século XVII também compõe o cenário da região e faz parte de um longo processo de contato que acarretou num movimento paulatino em direção à cidade (LASMAR, 2005; ANDRELLO, 2006). O uso da população indígena como uma fonte de mão de obra, caracteriza a exploração do rio Negro pelos portugueses e marca o tema central da história dos primeiros contatos. História esta que ajuda a compor o quadro de configuração atual dos povos indígenas rio negrinos.

Daremos continuidade a este capítulo apresentando uma síntese dos povos indígenas da região a partir dos primeiros contatos com os não indígenas que vem sendo estudada por autores como Wright (1992, 2005), Meira (1994, 1996, 1997), Cabalzar e Ricardo (2006) entre outros. Trata-se de uma leitura de trabalhos acerca da história dos povos indígenas do rio Negro, a qual achamos necessário percorrer um pouco no intuito de identificarmos como se deu a interação entre os índios e não índios na região. Em seguida apresentamos a situação sociolinguística do Alto Rio Negro a partir das condições multilíngues encontradas no local.

3.2 AS RELAÇÕES ENTRE ÍNDIOS E BRANCOS NO ALTO RIO NEGRO: OS PRIMEIROS CONTATOS

As primeiras explorações da Amazônia, segundo as notícias que se tem, se deram em meados do século XVII, com a busca de drogas do sertão através do trabalho indígena. Porém, com a queda significativa da população indígena da colônia do Grão-Pará e Maranhão, por consequência das epidemias de varíola e do apresamento dos indígenas, a procura por mão de obra escrava passou a ser feita pelos rios Amazonas e Negro por expedições encaminhadas por colonos e missionários. Tais expedições, denominadas "tropas de regate", intensificaram-se a partir da segunda metade do século com a contínua captura de escravos sob o falso pretexto de tornar o preso livre das ameaças de canibalismo, motivando-os para as "guerras justas" e impondo a servidão como pagamento pelo resgate. De acordo com Wright (2005), a criação de imagens de tribos canibais[11] e as guerras intertribais justificava a busca e conquista tanto de jesuítas como das tropas de resgate, pois eram consideradas como "causas justas". Os colonos contavam com a ajuda de muitos indígenas durante a captura em troca de materiais como machados, anzóis e outros, o que induzia também as tribos indígenas a guerrearem entre si e dava forças para o comércio escravista.

[11] Segundo Wrigth (2005), no texto de Ignacio Szentmartonyi, padre jesuíta, enviado por Dom João V para trabalhar na primeira comissão no Noroeste Amazônico, encontra-se vários registros referentes à ingestão de carne humana e festas selvagens em ocasiões restritas. Dentre os registros está uma afirmação feita por Avogadri, o capelão de escravos em Mariuá, em relação aos povos do Alto Rio Negro: "Não há uma dessas nações que não coma carne humana, até de seu menor inimigo capturado em guerra, aguardam todos juntos até o dia da festa em que satisfarão seus apetites". Para Wrigth, o ato de canibalismo fazia parte de uma lógica mais inclusiva de "retribuição" ou "troca" (koada) nas relações sociopolíticas definidas entre grupos distantes e hostis.

As “tropas de resgate” e as “guerras justas” eram maneiras oficiais de obter escravos naquela época[12]. Dessa maneira, encarregavam-se de capturar o maior número possível de indígenas, seja através dos povoados aliados ou de guerras de represália contra tribos hostis. Belicosas, eram assim consideradas as tribos da região que juntamente com os conflitos intertribais impulsionava o massacre daqueles que resistiam à captura. A manipulação dos conflitos intertribais para obter escravos prevaleceu até o século XIX levando muita mão de obra ao Pará. Segundo David Sweet (1974), no mínimo mil escravos eram levados a cada ano ao Pará sem contar o número dos que migraram em razão dos descimentos levados por jesuítas, carmelitas e mercedários para aldeamentos nas terras baixas dos vales.

Com o objetivo de guarnecer a região contra o assédio de holandeses e espanhóis, garantindo a soberania do Estado e o controle da atividade escravista, os portugueses acharam necessária a construção de uma fortaleza que protegesse o rio Negro de incursões desconhecidas. E em 1669, erigiu-se a fortaleza de São José do Rio Negro, que viria a ser posteriormente a cidade de Manaus. Com a presença crescente de europeus, décadas depois, a região já era percorrida em busca de outros cativos para as empresas coloniais, contando com o apoio de alianças estabelecidas com grupos indígenas. Nesse período, missionários jesuítas fundaram algumas missões no rio Negro que, além de interesses econômicos e materiais, tinham a finalidade de converter os indígenas à religião e discipliná-los a aceitarem as novas condições de trabalho. Utilizavam da língua geral basílica ou língua geral para catequizar os índios que passavam a viver nas missões (ver seção 4.1). A partir de 1695, o rio Negro foi superado pela presença de missionários carmelitas, que aproveitou os aldeamentos jesuítas[13], os expandiu e fundou os primeiros núcleos de povoamento da primeira metade do século XVIII (cf. MEIRA, 1996).

Em 1723, chega ao rio Negro uma tropa oficial, estabelecendo-se no território dos Manao, onde capturou escravos com o apoio de chefes indígenas em troca de mercadorias. Os povos Manao conectavam-se com os povos dos rios Amazonas e Solimões e com as Guianas através de redes comerciais que incluía, dentre outros, produtos como brincos de ouro, ralos

[12] Naquela época havia uma lei, de 1688, que permitia tais procedimentos e contava com o financiamento do Estado para as “tropas de resgate”. Alegava-se que as expedições de resgate tornariam o preso livre das ameaças de antropofagia (CABALZAR & RICARDO, 2006).

[13] Os aldeamentos jesuítas referem-se ao lugar onde os diferentes grupos nativos se concentravam após serem deslocados de suas aldeias de origem. Portanto, não se trata de conservar as aldeias indígenas intactas com seus espaços tradicionais, mas uma reunião de grupos nativos para uma conversão mais fácil (GUZMAN, 2008).

de mandioca e tintas vegetais. Tempos depois, com a morte de dois membros dos Manao, houve revolta contra a tropa (CABALZAR & RICARDO, 2006). Usando argumentos de que os Manao mantinham relações comerciais (tráfico de indígenas) com os holandeses, além de serem acusados de canibalismo e incesto, o governo promove uma devassa, sob a liderança de Belchior Mendes de Moraes, legitimando um processo de "guerra justa" que, juntamente com os descimentos e a fuga de alguns grupos, resultou em uma redução bastante significativa no número populacional do médio e baixo rio Negro.

Esse período de devastação contra os Manao, de seus aliados, os Mayapena, e de outros povos indígenas, deu abertura para que os portugueses intensificassem as incursões pelo rio Negro chegando até a região do alto rio Negro - e seus afluentes como Uaupés, Içana e Xié - e continuassem o processo de captura de escravos. Wright (2005), considera o período, de 1728 a 1755, de grande atuação das tropas de resgate no rio Negro. Estima-se que aproximadamente 20 mil indígenas tenham sido levados como escravos do rio Negro. Nesse tempo, os aldeamentos missionários eram comandados pelos carmelitas e serviam como lugar de concentração de escravos[14], inclusive remanescentes de indígenas Manao, à espera de despacho.

Para contribuir com a devastação dos indígenas, epidemias de varíola e de sarampo alastraram-se por certas partes da região, matando uma grande quantidade de pessoas entre os anos de 1740 e 1760 (BUCHILLET, 1995). Diante de tais acontecimentos, registra-se que por volta de 1760, o Baixo e o Médio Rio Negro estavam completamente despovoados, em consequência de mortes e de fuga dos sobreviventes (WRIGHT, 1992, CABALZAR & RICARDO, 2006).

De acordo com Joaquim Nabuco (1941 apud ANDRELLO, 2006), muitos fatos ocorridos na época não foram registrados nas fontes. O autor refere-se às ações não ordenadas pelo Governador e que diz respeito aos soldados que haveriam se aliado aos povos Manao em busca dos índios que estavam sob a supervisão dos carmelitas nas missões, o que causou sérios problemas ao governo na manutenção de suas tropas. Sweet (1974) nos informa de uma categoria social constituída por soldados que abandonaram seus postos e homens que viviam nos sertões, envolvidos na coleta das drogas do sertão e na captura de escravos. Tal

[14] Era uma aldeia fundada pelos carmelitas que primeiramente chamou-se Santo Eliseu de Mariuá e, décadas depois, ficou conhecida como "Arraial de Mariuá", a principal base das tropas de resgate (ANDRELLO, 2006, p. 72).

categoria social teria dado suporte às missões carmelitas junto aos grupos indígenas e às relações comerciais ou na guerra com os brancos. Como exemplo desses servidores, um nome deve ser destacado por alcançar sucesso em sua atuação no comércio de escravos do rio Uaupés, Pedro Braga. Segundo Wright (2005), Braga teria desafiado ordens do cabo da tropa de resgate que proibiu o transporte de escravos por certa região do rio sem seu consentimento. As relações comerciais com missionários carmelitas e com as tropas de resgate levaram Braga a percorrer o mais alto curso do rio Uaupés, chegando ao território dos "Boapés" (cf.: idem p. 44-47).

Em 1755, diante de tal situação aliada ao contexto de afirmação e consolidação de fronteiras geopolíticas entre Portugal e Espanha através da assinatura do Tratado de Madri e ciente da importância da função sociopolítica dos indígenas, pois além de portadores de conhecimentos sobre a região e o que estava acontecendo fora dela, sabiam de estratégias e planos, uma vez que eram intermediadores de informações entre indígenas e indígenas e indígenas e não indígenas (FERREIRA & GUZMAN, 2012), a Coroa portuguesa, comandada por D. José I, a quem anos depois foi conferido o título de Marquês de Pombal, resolve garantir a integridade, permitindo a livre circulação por todo o território e proibindo a escravização de indígenas. Nesse mesmo momento foi criada a capitania de São José do Rio Negro, cuja unidade administrativa mantinha subordinação ao Grão-Pará. Em 1757, foi formalmente dado o fim à escravidão indígena através do Diretório de Índios e instaurado o título de diretor de índios. O objetivo principal do Diretório era a integração dos índios à sociedade portuguesa de modo a não haver diferenças, físicas e comportamentais, entre índios e brancos. Isto poderia ser realizado através dos casamentos mistos e de vários fatores de homogeneização cultural. Também fazia parte do Diretório a imposição do uso da língua portuguesa viabilizada pelas escolas. O uso da língua civilizada pelos indígenas acarretaria na civilização dos costumes e, consequentemente, transformar-se-iam em vassalos iguais aos colonos.

Com o Diretório, os índios eram 'descidos' para as vilas coloniais onde, sob o comando dos diretores que contavam com ajuda de lideranças indígenas, seguiam trabalhando na agricultura, extração de drogas de sertão e construções, além de abastecer os novos assentamentos. Nessa época os aldeamentos já não eram mais dirigidos pelos missionários, que tiveram seu "poder temporal" retirado, mas por militares, colonos e civis. Entretanto, o trabalho de catequese continuava sendo realizado pelos missionários.

Como podemos observar as diretrizes elencadas pela política de Pombal de pôr fim a escravidão não funcionaram muito na prática. A mão de obra forçada continuava sendo explorada. Em 1763 foram construídas as fortalezas de São Gabriel e Marabitanas, o que exigiu intensificação do trabalho escravo. Desse modo, o período de governo de marquês de Pombal é marcado pelo aumento no número de aldeamentos e vilas, fugas e revoltas de índios aldeados (LASMAR, 2005), como demonstração de resistência a integração da sociedade colonial a maneira pombalina. Registram-se na literatura que as principais revoltas indígenas foram as de Lamalonga, Poiares, Moreira e Castanheiro Velho (cf. SAMPAIO, 2003; MEIRA, apud ANDRELLO, 2006).

Por volta de 1769 chega Manoel da Gama Lobo D'Almada que viria a ser o primeiro a mapear de forma detalhada a região e, logo depois, governador da capitania do rio Negro até 1799, quando faleceu. Seu governo é considerado o de maior avanço do rio Negro sob o regime colonial (cf. NABUCO, 1941, apud ANDRELLO, 2006) desenvolvendo economicamente o setor agrícola. D'Almada participou de várias expedições por esse rio, passando, principalmente, pelos aldeamentos indígenas recém-estabelecidos no rio Branco. Apesar de seguir os princípios básicos do Diretório, não conseguiu aumentar o número populacional dos aldeamentos. Em 1798 foi extinto o Diretório juntamente com a legislação de Pombal. Foi o período em que se reuniram interesses e experiências dos missionários e colonos, dando fim à escravização sem deixar de ter controle sobre a mão de obra indígena. Porém, há registros de que o trabalho forçado não tenha cessado e o modelo de organização tenha continuado no século XIX. Com a mudança de legislação indigenista vários grupos indígenas saíram dos núcleos coloniais, em especial aqueles que haviam descidos recentemente, retornando as suas terras e trazendo preocupações a administração que presenciava o esvaziamento progressivo dos núcleos. Abre-se, assim, o período em que a busca pelos indígenas acontece sem nenhuma regulamentação que oriente o estado quanto à população indígena, favorecendo o livre comércio entre indígenas e colonos, "guerras defensivas" e expropriação de terras em benefício do tesouro (MOREIRA NETO, 1988). A exploração do trabalho forçado teria continuado de maneira intensa em que se viam indígenas trabalhando acorrentados (cf. ARAÚJO e AMAZONAS, 1984).

Desse modo, o início do século XIX se dá, mais uma vez, com a contínua utilização da mão de obra e escravização do indígena. Além disso, juntamente com o fim do Diretório foi montada uma estrutura militarizada para enquadrar os índios. Formou-se, assim, em 1837, um corpo de Milícias e um corpo efetivo de índios chamado "Corpo de Trabalhadores". Tal

estrutura permitia ao Estado distribuir, de acordo com seus interesses, a mão de obra para executar serviços em obras públicas e de particulares e durou até a década de 1870. É no século XIX que surgem os comerciantes, também designados como "regatões", que mantinham negócios com parceria venezuelana. O escambo de mercadorias foi o método usado para garantir produtos extrativistas. O desejo de obter as mercadorias fez com que cada vez mais os indígenas tivessem seu trabalho explorado, acarretando em um endividamento. Com isso, os comerciantes passavam a abusar de sua autoridade inspirando medo e terror aos indígenas que muitas vezes se refugiavam em lugares de difícil acesso. Nas palavras do naturalista Wallace (apud CABALZAR & RICARDO, 2006, p. 85):

> Sempre que aportam negociantes, ocorre isso: temerosos de serem obrigados a acompanhá-los, alguns índios preferem manter-se ocultos. Muitos dos comerciantes deste rio são da pior espécie. Ameaçando matá-los, obrigam os índios a seguir viagem com eles. Costumam cumprir suas promessas, uma vez que se consideram fora do alcance daquela diminuta fração de lei que mesmo no rio Negro ainda luta para subsistir.

Em 1850, a Capitania do Rio Negro deu lugar a Província do Amazonas. Com a elevação uma nova política econômica foi criada, a chamada política "civilizatória" decretada pelo então governador Bento de Figueiredo de Tenreiro Aranha. Com esse novo sistema recriou-se o cargo de diretor dos índios, cargo este criado no período pombalino. Diferenciando-se do modelo de Pombal, o qual se concentrava nos descimentos e aumento das populações do rio Negro, além do fim da escravidão, a nova diretoria visava o serviço do trabalho público, utilizando principalmente da mão de obra daquelas populações estabelecidas nos rios Uaupés e Içana. Os diretores tinham de atrair os indígenas para as margens dos rios de onde seriam enviados para os serviços públicos. Dessa maneira, eram obrigados a trabalhar sem pagamento na agricultura ou em obras públicas da capital. Criou-se assim, programas constituídos, cada um, por determinados grupos de população indígena: os "gentios", grupos de indígenas que viviam no fundo das florestas, em geral estavam estabelecidos no Uaupés e Içana; o grupo que mantinha um pequeno comércio com os brancos, se enquadrando nas populações indígenas que viviam nos rios Uaupés e Içana que, juntamente com os "gentios", eram engajados às margens do rio; e o grupo considerado mais habituado à civilização, os do rio Negro, que trabalhavam nos serviços de agricultura e navegação e eram enviados para trabalhar nos serviços públicos da capital.

Gregório José Maria de Bene foi o encarregado de catequizar as populações do Uaupés e Içana, dando a devida atenção aos povos que viviam na fronteira com a Venezuela, evitando a migração indígena. Tinha ao seu lado o tenente Jesuíno Cordeiro, nomeado diretor das aldeias de Uaupés e Içana. Juntos, fundaram e restauraram vários povoados nos rios Uaupés, Tiquié e Papuri e comandaram o novo programa de "civilização" dos índios. Para isso, contavam com ajuda de líderes indígenas do Uaupés e comerciantes. Segundo relatos históricos, Cordeiro utilizava de atos de violência para convencer os indígenas a deixarem suas regiões, sendo envolvidos na exploração extrativista ou em trabalhos de construção em Manaus. A mão de obra forçada fez com que muitos povos, em especial os Tukano, Desana e Tariana, fossem transportados pelos comerciantes para trabalhar nos seringais do rio Negro e na extração de outros produtos como cacau e piaçaba no baixo e médio rio Negro (CABALZAR & RICARDO, 2006). Ao lado do trabalho forçado outros fatores também influenciaram a migração de grupos indígenas como o abuso das autoridades, o apresamento de menores para vendê-los a negociantes, a troca, oferecida ao pai, de filhos e filhas pela "liberdade", as falsas promessas de grandes lucros, o abuso sexual de mulheres, entre outros. Em consequência disso, houve um esvaziamento das comunidades indígenas do Uaupés, Içana e Xié. Havia casos em que meninos e meninas eram raptados por comerciantes, militares e viajantes e vendidos para a capital. Sob pressões vindas de Manaus, por volta de 1866, foi extinto o posto de diretor de índios. Contudo, a exploração do trabalho indígena continuou, dando início a um novo ciclo de trabalho forçado.

Nessa época, a exploração econômica da borracha estava alcançando seu auge, exigindo mais mão de obra. O escambo continuava sendo o principal meio de comércio na região possibilitando a saída de produtos extrativos e a entrada de mercadorias. Os produtos que saíam da região iam direto para a capital e envolvia sempre a cachaça que era dada aos indígenas. Levados pelo endividamento, aliciamento, alcoolização e violência, os indígenas eram oprimidos e forçados a trabalhar de forma intensa nas atividades de extração nos seringais, além de serem alvos fáceis das epidemias de varíola e sarampo que cercavam a região. Segundo Cabalzar & Ricardo (ibidem, p.89) cerca de 60.000 mil índios foram submetidos ao trabalho nas zonas de seringas.

Devido aos maus tratos que os indígenas recebiam, houve revoltas expressas não só por guerras contra os brancos, mas também através de movimentos de líderes religiosos. Entretanto, nada adiantava e eram reprimidos com mais violência. Nesse contexto de exploração e trabalho forçado surgiram, na metade do século XIX, os movimentos

messiânicos no alto rio Negro. Os mais notáveis tiveram como líderes Venâncio Kamiko, no rio Içana e Alexandre Cristo, no rio Uaupés. Kamiko era um pajé Baniwa que combinava seu conhecimento religioso e indígena para fazer pregações nos povoados do rio Içana. Seus ensinamentos o colocavam como capaz de livrar o povo das dívidas e absolvê-los dos pecados, pois dizia ter contato direto com Deus. Dessa forma, Kamiko atraiu muitos seguidores e com o tempo os mais próximos tornaram-se titulares de funções sagradas. Juntos, celebravam danças e rituais, casamentos e batismos, além de profetizar o fim do mundo. Segundo seus ensinamentos, o mundo acabaria no dia de São João (24 de junho de 1858), e que por isso o povo deveria entregar todos os seus bens materiais. Assim, o mundo todo queimaria menos o rio Içana, pois seu povo alcançaria o paraíso (WRIGHT, 2005). As pregações do líder Baniwa alcançaram os rios Uaupés e Xié, onde também teve vários adeptos com o discurso de que os libertaria do poder político e econômico dos brancos. A notícia de tais práticas religiosas chegou ao conhecimento do governo, o qual enviou tropas militares para dar fim ao movimento religioso. Apesar das tentativas de busca para aprisioná-lo, Kamiko conseguiu fugir para Venezuela, lugar em que ficou até sua morte em 1902 (ibidem, p.130). Kamiko continuou suas pregações até seu falecimento, ficando marcado na história dos Baniwa.

Dentre os discípulos de Kamiko, Alexandre Cristo foi o que proclamou ser ele o Cristo entre os indígenas do Baixo Uaupés. De acordo com Wright (p.140), Alexandre não tinha nenhuma habilidade xamânica que se destacasse e fizesse seus discípulos o reverenciarem de forma tão respeitosa como faziam com o Kamiko. Em um determinado momento, lideranças de alguns grupos indígenas chegaram a duvidar do que Alexandre pregava, pois afirmava que mandioca e beiju cairiam do céu, caso seus discípulos continuassem sendo seus seguidores. Passou a investir em pregações que visavam inverter posições de poderes econômicos e políticos. Argumentava que Deus faria com que o povo tivesse o controle de toda a situação, havendo uma troca de posição entre os brancos e os indígenas. Desse modo, a ideologia de Alexandre renovava o compromisso dos seguidores com o movimento e, assim, não teriam receio de serem reprimidos pelos militares. Contudo, Alexandre fracassou, pois suas profecias não tinham forças suficientes para manter a crença de seus seguidores (p.156). Há notícias de que vários episódios messiânicos como esses tenham acontecido na região até o final do século XIX, entretanto, não foram documentados. Sabe-se que houve muitos casos de represália militar contra as práticas religiosas e seus líderes, uma vez que tais práticas eram consideradas ameaçadoras às atividades políticas e econômicas dos brancos.

É importante salientar que missionários carmelitas e franciscanos já se faziam presentes na região e permaneceram com suas atividades missionárias até o fim do século XIX, o que nos mostra que acompanharam todo o processo de exploração da mão de obra indígena. Um frei bem conhecido pelas fontes históricas é o Giuseppe Illuminato Coppi que se estabeleceu, em 1882, no Baixo Uaupés onde impôs aos indígenas que guardassem um dia da semana para as atividades de construção de casas, da igreja e da cadeia. Além disso, assumiu o controle das relações comerciais e, dessa forma, nada era feito sem sua autorização. De acordo com as fontes históricas, Illuminato Coppi proibia de maneira violenta os indígenas de usufruírem de suas tradições. Através de atos de desrespeito e violação aos costumes e crenças dos povos indígenas, exibia às mulheres e crianças as máscaras e instrumentos de música sagrados dos Tariana. Segundo a crença, mulheres e crianças não poderiam ver tais instrumentos. A última atitude desrespeitosa de Coppi foi em 1988 quando reuniu as mulheres na capela e, com a ajuda do frei Mathieu Camioni que tomava conta da porta, expôs a máscara de Jurupari, utilizada nos rituais de iniciação masculina. Ao ouvir os gritos das mulheres que tentavam fugir, os homens revoltaram-se e invadiram a capela, deixando a passagem livre para as mulheres. Ao perceber a revolta e a aproximação dos pajés, os padres fugiram sem retornar para a região. De acordo com Cabalzar e Ricardo (2006, p.90), após a saída dos missionários os indígenas voltaram para suas malocas.

No início do século XX, chega a Uaupés a família Albuquerque cujo um dos membros era um comerciante português que se estabelecera na ilha de Boa Vista para fins de exploração econômica. Manuel Antonio Albuquerque, o Manduca, assim chamado pelos índios, ficou marcado nas lembranças dos povos da região pelos atos de violência que praticou contra os indígenas do Uaupés. O controle da região que assumiu por cerca de vinte anos levou os indígenas a permanecerem no endividamento. Morreu no Rio de Janeiro onde teria ido buscar tratamento de saúde (ibidem, p.91).

Em 1908, o rio Uaupés recebe a visita de Dom Frederico Costa a quem os índios teriam pedido ajuda por não aguentar mais a exploração dos comerciantes e de militares. A visita de Dom Frederico, anos depois, daria origem a Prefeitura Apostólica do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira.

Só em 1914, sob decisão do Papa Pio X, as atividades missionárias recomeçaram com o propósito de extinguir a exploração da mão de obra indígena, ficando a cargo da Congregação Salesiana de Dom João Bosco a função de catequizar os índios. Esse momento

dá início a uma nova fase histórica das relações de contato entre índios e brancos do alto rio Negro. Aos poucos as missões salesianas foram se estabelecendo, propondo solucionar o que os missionários anteriores não conseguiram. As primeiras missões salesianas foram instaladas em: São Gabriel da Cachoeira em 1914, Taracuá em 1923 e Iauauretê em 1929. O primeiro no rio Negro e os dois últimos no rio Uuapés. Alguns anos depois foram instaladas em Pari-Cachoeira em 1940, no rio Tiquié; Santa Isabel em 1942, no médio rio Negro; e Assunção em 1952, no rio Içana. O estabelecimento dos salesianos na região reprimiu os abusos dos comerciantes, pois era contra o serviço de exploração dos indígenas. Sua principal função era integrar os povos indígenas à sociedade nacional através do projeto de "catequese e civilização" que contava com apoio do governo, permitindo, assim, aos salesianos assumir autoridade das relações com os povos indígenas. De acordo com Oliveira (1995), o trabalho dos salesianos tinha como propósito de resolver três problemas considerados importantes para o desenvolvimento da região: o saneamento rural, o ensino formal e agrícola e a comunicação com o resto do país. Sem esquecer a atividade religiosa, que segundo D. Pedro Massa (apud OLIVEIRA, 1995) é a "base insubstituível de todo verdadeiro progresso e civilização".

Quando chegaram ao alto rio Negro, os salesianos encontraram um cenário de miséria, morte, doença e medo, regidos pelos abusos dos comerciantes colombianos e brasileiros que forçavam o trabalho dos indígenas em troca de pagar dívidas que nunca terminavam. De forma gradativa, os missionários foram reagindo aos abusos dos comerciantes, principalmente dos balateiros colombianos a quem os salesianos julgavam serem os responsáveis pela violência sofrida pelos indígenas. Dessa forma, os indígenas eram afastados da prática de exploração da mão de obra e de outros atos de violência. A atuação dos salesianos era assentada no que, segundo eles, caracterizava a população como a ignorância, a imoralidade, a superstição, o atraso e a pobreza. Motivos esses que levaram a missão salesiana a investir no projeto "civilizador" que daria ao indígena uma nova categoria social de "índio civilizado" ou "cristianizado" (OLIVEIRA, 1995, p.97). Para isso, procuravam eliminar as manifestações culturais, reprimindo e menosprezando costumes, rituais e formas de pensamento dos indígenas. Forma essa, já exercida pelos missionários anteriores. Segundo relatos do etnólogo Curt Nimuendajú (1950) em sua viagem pela região em 1927, a chegada das missões salesianas trouxeram benfeitorias para os povos indígenas, apesar das imposições que eram feitas:

> Não resta, porêm, a menor dúvida que a missão traz um grande número de benefícios para os índios, e que das quatro calamidades que pezam sobre eles:

> colombianos, negociantes brasileiros, delegados egoistas e missionários intolerantes, estes últimos sejam ainda mais facilmente suportáveis: porque o índio na missão não esta debaixo de tiranos más somente de tutores.

O projeto missionário era baseado ativamente através da educação formal com o ensino da língua portuguesa e dos costumes nacionais, da imposição do uso de vestimentas ocidentais, do abandono das malocas para casas enfileiradas, sendo uma casa para cada família, além, é claro, de consagrar batismos, crismas, casamentos e ouvir confissões. A ação catequética retirava as crianças e jovens de suas casas e os levava para serem submetidos ao processo educacional nos centros missionários que funcionavam em forma de internatos. Lá, eram separados por sexo e proibidos de falar suas línguas. Viviam sob disciplina rigorosa e diariamente recebiam mensagens que depreciavam suas culturas, formando, assim, um ambiente favorável ao abandono de suas identidades, étnica e cultural. Os salesianos prezavam pela hegemonização cultural e social dos povos indígenas da região utilizando um modelo de padronização de línguas. Assim, estariam igualando a sociedade indígena à sociedade ocidental. Investiram na língua Tukano como modelo a ser seguido no Alto Rio Negro que se denominou como processo de "Tukanização". Tal processo levou muitos indígenas a usarem a língua Tukano como "língua franca", o que resultou, segundo Oliveira (1995), na perda parcial ou total de línguas, como é o caso da língua Tariana que hoje possui cerca de 100 falantes (cf. AIKHENVALD, 2010).

Com efeito, o projeto civilizatório dos salesianos de estratégia precisamente educacional, mas com forte sentido evangelizador, percorreu as povoações ao longo dos rios introduzindo modificações no espaço social e cultural. Orientados pela crença de uma superioridade cristã que ia contra os critérios constitutivos das relações culturais da população indígena, os salesianos estabeleceram domínio sobre a região e desenvolveram uma imagem intensamente depreciativa da cultura indígena. Porém, a ação missionária foi muito bem aceita pelos indígenas que não mediam esforços para ver seus filhos inseridos no processo educacional, considerado como meio de alcançar lugares de prestígio na sociedade nacional.

Assim, a atuação dos missionários salesianos permaneceu por um longo período no controle do sistema sanitário, educacional e comercial da região. Dessa forma, os internatos funcionaram até os anos 80 quando já não mais recebiam verbas federais para a manutenção das atividades. Os missionários teriam sido denunciados por crime de etnocídio, passando a seguir a linha progressista da Igreja Católica comandada pelo Conselho Indigenista

Missionário (CIMI), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (LASMAR, 2005).

Embora as missões salesianas tenham colaborado com o controle da exploração das populações indígenas nos rios Negro e Uaupés, os povos do rio Içana não puderam sentir efeitos relevantes, pois os salesianos só firmaram presença na região do rio Içana nos anos 50. Enquanto isso, os Baniwa viviam sob situação de dominação e de hegemonia do trabalho extrativo que tinha como base a violência e atrocidades cometidas contra os índios. No final da década de 1940, entra em cena uma missionária evangélica norte-americana chamada Sophie Muller, que resolveu evangelizar o grupo indígena Kuripako na Colômbia e, em 1948, estendeu seu trabalho aos Baniwa no Brasil. A ação protestante seguia o processo de catequese civilizatória em que as noções de "sujeira" e "pureza" estavam presentes no discurso evangelizador. Pregava, assim, que a "pureza" estava associada à civilização da população protestante. Civilização esta, em que inexiste o álcool e atitudes agressivas, características da civilização católica. A ação protestante fundamentava-se no aprendizado das línguas indígenas e na tradução da bíblia nestas línguas. Utilizava de mensagens anticatólicas anunciando o fim do sofrimento àquele que se convertesse e, dessa forma, conseguiu muitos adeptos à religião que a viam como Deus. Condenando práticas xamânicas e outros rituais, despertava uma forte tendência messiânica como aquelas em que a região do Içana já havia conhecido através de Kamiko e outros líderes.

A notícia da nova religião logo se difundiu, atraindo a atenção daqueles que já demonstravam interesse pela região, os salesianos. Preocupados com o discurso anticatólico de Sophie, os salesianos constroem uma missão na tentativa de controlar o movimento protestante. Em 1953, devido a denúncias de resistência a autoridade do Governo da região, dentre outras, a polícia municipal manda buscar Sophie a fim de esclarecer as denúncias. Sophie foge deixando conversões em massa e produzindo uma divisão religiosa entre católicos e protestantes que ainda hoje pode ser vista. De acordo com Oliveira (1995, p.107), a atuação protestante abrange a maior parte dos povos indígenas da família Aruak que vivem nos rios Içana (Baniwa) e Xié (Werekena).

No contexto da população indígena, as ações religiosas, católicas e protestantes, que se instalaram na região, apesar de se diferenciarem quanto ao método utilizado em seus discursos evangelizadores, apresentam em comum o processo civilizatório. Ambas as

atuações religiosas implicam na configuração cultural encontrada hoje na sociedade indígena do Alto Rio Negro.

A estas condições soma-se a entrada de outro participante da sociedade envolvente, o Exército Militar, que na verdade já se fazia presente na região desde o século XVIII com a construção das fortalezas de São Gabriel e Marabitanas constituindo a primeira manifestação geopolítica do Estado de ocupação e desenvolvimento da região (cf. OLIVEIRA, 1995), mas que se intensificou a partir da década de 1970, quando o Estado resolve dar seguimento ao projeto de integração do território brasileiro. A construção de estradas como a Perimetral Norte (BR 307) que ligaria São Gabriel a Cucuí, fronteira com a Venezuela, e o Projeto Calha Norte estavam previstos no Plano de Integração Nacional (PIN). A construção da BR 307 serviu de atrativo para migrantes que se deslocavam, principalmente, do nordeste do Brasil em busca de trabalho e da possibilidade de conseguir terras ao longo da estrada. Juntamente a essa situação, a invasão de comerciantes colombianos, a exploração da mão de obra indígena, entre outros, trouxeram para a região um maior número de militares e a reinstalação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1974 - antes Serviço de proteção ao Índio (SPI) criado em 1910 e extinto em 1967. Prevendo o desenvolvimento social e econômico e a integração da região ao país, o Projeto Calha Norte, no final dos anos 80, aumentou o contigente militar com a instalação do 5º Batalhão Especial de Fronteira. O Projeto Calha Norte é considerado a maior expressão das políticas militares de ocupação da Amazônia, permitindo a ocupação das fronteiras por empresas e colonos não indígenas, trazendo de volta os métodos antigos de colonização (ibidem, p.155).

É durante esse contexto político que, em 1987, surge a instituição da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), abrindo espaço para que a população indígena possa expressar suas reivindicações colocando como principal objetivo a luta pela demarcação de áreas contínuas no alto rio Negro. A partir daí, as relações entre indígenas e não indígenas criaram um novo cenário e várias ações sociais e políticas têm sido desenvolvidas a fim de garantir os direitos dos indígenas.

A história dos primeiros contatos dos povos indígenas da região com a sociedade envolvente é permeada de constantes discriminações, trabalhos forçados, estigmas e até massacres. Proibida de forma violenta a praticar suas tradições, seus ritos, a população indígena teve que conviver com a chegada de migrantes de outras regiões do país e do mundo

que através do comércio, da extração da borracha, do ouro e da construção da estrada revelam um novo segmento de ocupação e cultura ao lado da população indígena.

Decerto, o processo colonizador da região ocasionou profundas transformações sociais e culturais aos povos indígenas do Alto Rio Negro. Durante a colonização, e principalmente no *boom* da borracha, muitos indígenas foram mortos e muitos outros foram levados para os centros de extração de látex e demais produtos, onde eram submetidos aos mecanismos do endividamento e consequente exploração de trabalho. Grupos indígenas também migraram para outras direções do rio Negro, enquanto outros grupos permaneceram, mas foram submetidos ao critério de homogeneização, o qual previa a padronização das diferenças sociais e tinha como referência a experiência Tukano. As situações de contato entre as formas societárias distintas resultaram numa nova configuração das relações sociais, de uma nova organização do espaço e da diversidade étnica e linguística que a região apresenta, como veremos a seguir.

3.3 O CENÁRIO CULTURAL E LINGUÍSTICO

Acompanhamos na seção anterior um breve histórico acerca das primeiras relações de contato entre indígenas e não indígenas. Vimos que essas relações se deram de forma violenta, trabalho forçado, proibição de práticas culturais e do uso de línguas indígenas. A introdução de colonizadores à região resultou na dispersão de muitos indígenas para outras localidades que, junto com a uniformidade linguística imposta, desestruturou o sistema político, social e religioso dos indígenas, dando origem a novas formações sociopolíticas no rio Negro (Cf. VIDAL, 1999).

A localização de origem das línguas, seja através de relatos orais ou análises linguísticas, tem sido recentemente estudada por autores como Aikhenvald (2010, 2013), Hugh-Jones (2002), Chernela (1983), Jackson (1983), Sorensen Jr (1967), entre outros, cujos trabalhos fazemos uso nessa seção. As distinções entre línguas e etnias da região são mantidas por uma rede complexa de descendência, aliança e relações matrimoniais. Desse modo, a região é conhecida pelos grupos linguísticos exogâmicos e pelo multilinguismo institucionalizado, em especial a área do Uaupés. Nesse sentido, apresentamos uma breve descrição acerca da estrutura cultural e linguística dos povos indígenas habitantes do Alto Rio Negro.

São cerca de 450 comunidades distribuídas ao longo do rio Negro e seus afluentes pertencentes aos seguintes grupos linguísticos:

Quadro 3.1 - Línguas faladas no Noroeste Amazônico

Tukano Oriental	**Aruak**	**Nadahup**[15]	**Yanomami**	**Tupi-Guarani**
Tukano	Baniwa	Hupda	Yanomami	Nheengatu (Língua Geral)
Desana	Kuripako	Yuhupde		
Kubeo	Werekena	Dow		
Wanana	Tariana	Nadöb		
Tuyuka	Baré	Kakwa*		
Pira-Tapuya		Nukak*		
Miriti-Tapuya				
Arapaso				
Bará				
Karapanã				
Siriano				
Makuna				
Tatuyo*				
Yuritií*				
Barasana				
Taiwano				
*Línguas faladas no lado Colombiano				

Fonte: CABALZAR e RICARDO, 2006, adaptado por PACHECO, 2012

Como vemos acima, são cinco as famílias linguísticas que compõem a região do Alto Rio Negro e, atualmente, os grupos indígenas estão localizados, predominantemente, de acordo com a calha dos rios. Dessa forma, podemos encontrar a maior concentração de povos indígenas da família Aruak ao longo do rio Içana e seus afluentes (Cuiary, Aiary e Cubate). Os tariana, apesar de serem da família Aruak, são encontrados no Uaupés. Devido ao processo

[15] Nadahup é um termo usado por Epps e Stenzel (2013) para fazer referência aos Maku, enquanto Farias (2007) utiliza o termo Japurá-Uaupés para referir-se a esse grupo linguístico.

de civilização missionária os tariana abandonaram sua língua em favor da língua Tukano. Não se sabe exatamente quando iniciou esse processo de perda da língua Tariana, mas hoje a língua é falada por dois grupos que vivem nas comunidades Santa Rosa e Periquitos, no Alto Uaupés, com cerca de 100 falantes. Na comunidade de Santa Rosa a língua é falada apenas por adultos e na comunidade Periquitos algumas crianças são falantes da língua (Cf.: AIKHENVALD, 2003, 2010). A língua dos tariana é muito próxima da língua Baniwa do Içana. Além disso, seguem a mesma regra de exogamia presente no Uaupés, os casamentos são feitos com falantes de outras línguas, com exceção as dos desana.

Quanto às outras línguas da família Aruak, estão a língua Baniwa do rio Içana/Kuripako, considerado como um dialeto contínuo, falada por cerca de 4000 pessoas localizadas no médio Uaupés, Içana e seus afluentes e nas regiões da Colômbia e Venezuela; Werekena é também considerado um dialeto do Baniwa de Guainia e, além de ser falada principalmente na Venezuela, é também falada no rio Xié; e Baré, língua não mais falada. Com o processo de civilização e colonização os povos indígenas baré adotaram a Língua Geral ou Nheengatu, marcando sua identidade cultural (ibidem; CABALZAR e RICARDO, 2006; EPPS e STENZEL, 2013; RAMIREZ, 2001). Segundo Meira (1991apud Andrello, 2006), os Baré voltaram a assumir-se como indígenas nos anos 80 a partir da luta pela remarcação das Terras Indígenas no rio Negro.

De acordo com Moore (2011) as línguas Aruak possuem gênero e classificação e alto número de morfemas em seu léxico. Essas línguas formam a mais extensa e diversificada família da América do Sul. Segundo Aikhenvald (2013) a expansão dessa família pode ter sido influenciada pela invasão de escravos e pelo movimento de pessoas em busca de melhores condições para caça e pesca. A origem da família Aruak pode ser localizada entre os rios Negro e Orinoco, área onde está a alta concentração de falantes dessa família. De acordo com a autora, esse é um forte argumento para acreditar que a origem da família Aruak tenha sido nesse local.

O povo pertencente a família linguística Tukano tem sua maior concentração na região da bacia do Uaupés e seus afluentes (Tiquié e Papurí) e também pelo rio Pio-Paraná, na Colômbia, que pertence a bacia do Paporis-Caquetá. Estudiosos e pesquisadores acreditam que essa família linguística tenha se originado a oeste da região do Uaupés próxima dos Andes, o que não se refere a localização de alta concentração das línguas Tukano Oriental atualmente. Consoante Aikhenvald (p.15), as línguas da família Tukano Oriental apresentam

similaridades estruturais e lexicais e podem ser consideradas um dialeto contínuo. As suas línguas são conhecidas pela tonicidade e acento tonal, nasalidade intrínseca de morfema e codificação de evidencialidade (MOORE, 2011). O povo desse grupo participa de uma ampla rede de trocas, dentre as quais estão as relações matrimoniais, rituais e comércio, compondo assim, o chamado "sistema social do Uaupés".

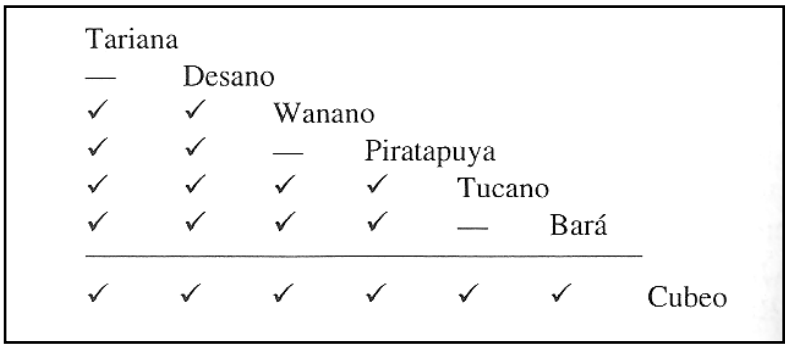
Os grupos Aruak e os grupos Tukano organizam-se em fratrias patrilineares exogâmicas. A unidade exogâmica é o sib (clã). Os sibs se agrupam em fratrias (grupos exógamos que não casam entre si) que mantêm relações de alianças entre si. Esses e outros padrões culturais similares entre os grupos das duas famílias linguísticas ajudam a reduzir as variáveis sociolinguísticas capazes de influenciar o contato entre as línguas (AIKHENVALD, 2013).

A área do Uaupés, onde a língua Tukano é a língua franca, é conhecida pelo multilinguismo baseado na regra de exogamia linguística em que um homem deve casar com uma mulher que fale uma língua diferente da dele, tendo preferência a prima cruzada patrilateral. O ato de casar-se com alguém da mesma língua é considerado como incesto. Desse modo, embora, os grupos da família linguística Nadahup[16] sejam vizinhos e mantenham relações sociais e econômicas com os do grupo Tukano e Aruak, eles não fazem parte do sistema de casamento do Uaupés. Diante disso, os Nadahup e os não indígenas não são considerados multilíngues (SORENSE, 1967; STENZEL, 2005; BRUNO, 2010). Como resultado do multilinguismo reforçado pela exogamia baseada na língua, as crianças crescem em ambientes bilíngues e numa comunidade multilíngue. Elas aprendem primeiramente a língua da mãe – que é a língua do seu cotidiano - mas a língua que identifica o grupo linguístico é a língua do pai. Em cada grupo os homens usam a língua local, que é herdada de seus pais, porém as mulheres casadas falam outras línguas, de acordo com o grupo onde nasceram. Elas têm sua própria língua paterna, diferente da língua de seu marido e mantêm diálogos com outras mulheres, cada uma com sua própria língua de origem (BRUNO, 2010). Dessa forma, a língua é o elemento extremamente importante para as regras de casamento e identificação do grupo étnico e é a língua paterna que funciona como indicador de um grupo patrilinear e linguístico.

[16] Nadahup equivale à família Maku, nome considerado pejorativo pelos indígenas desses grupos (PACHECO, 2012).

Entretanto há grupos que não podem manter relações matrimoniais entre si, como é o caso, por exemplo, dos wanano (Kotiria) que não casam com os piratapuya por serem considerados irmãos. Da mesma forma ocorre com os tariana que não casam com os desano – são considerados irmão mais novos dos tariana – e com os bará e os tukano. Abaixo, temos uma figura que Aikhenvald utiliza para representar as possibilidades de casamento entre grupos linguísticos do Uaupés.

Figura 2 - Possibilidades de casamento entre grupos linguísticos da área do Uaupés



Fonte: Aikhenvald (2010)

Segundo a autora, os grupos tuyuka, karapanã, makuna, siriano, tatuyo, barasana, não estão representados na figura acima por terem uma população reduzida no Brasil. A regra de casamentos exogâmicos não é obrigatória para os kubeo, que falam todos a mesma língua.

A região do rio Uaupés também se destaca pelo uso da língua Tukano que possui status privilegiado entre as demais línguas, pois além de ser a língua do povo Tukano serve de meio de comunicação entre falantes de línguas diferentes, passando assim a ser considerada como a principal língua franca da área[17]. Desse modo, as crianças inicialmente conversam utilizando a língua que identifica sua filiação, a língua do pai, e com o passar do tempo dão continuidade com a língua franca (idem). Com isso, os membros da sociedade da região do Alto Rio Negro são no mínimo bilíngues. Sua influência dominante como língua franca tem existência histórica e exerce sua função em toda a área. Os falantes da língua Tukano dão preferência em utilizar sua língua independentemente da afiliação ou competência de seus interlocutores. Dessa forma, em uma situação em que há visitas, os visitantes são levados a utilizarem a língua de seu anfitrião por uma questão de polidez (SORENSEN, 1967).

[17] O Tukano como língua franca funde-se dentro da área do Nheengatu e do Português (SORENSEN, 1967).

Podemos dizer assim, que a língua Tukano na área do Uaupés aparece associada a status e poder, uma vez que é falada de forma abrangente nesse contexto.

Os Tukano são povos multilíngues que demonstram capacidade para aprender numerosas línguas com perfeição mantendo-as distintas uma das outras (RODRIGUES, 2002). Aikhenvald (2010) através de estudos recentes mostra que, com a expansão do Tukano na região, a língua como distintivo de identidade tribal tem perdido espaço, tornando a maioria das línguas ameaçadas.

Os povos indígenas da família linguística Nadahup encontram-se principalmente na região do Uaupés, nas zonas de interflúvios de difícil acesso. Vivem no interior da floresta e sua principal atividade econômica é a caça e a coleta. Os Nadahup são nômades e não compartilham das regras de exogamia linguística. Pozzobon (1983 apud OLIVEIRA, 1995), observou que os critérios de endogamia linguística estão relacionados com as regras de parentesco e também como forma de assegurar a presença de mulheres no interior dos "isolados matrimoniais", uma vez que há um desequilíbrio de proporção entre os sexos. Essa relação de parentesco não ocorre no sistema social das outras populações indígenas da área que veem essa atitude como um comportamento animal. A família linguística Nadahup está constituída por seis grupos, cada um falando sua língua e mantêm relações comerciais com pessoas da família Aruak e Tukano Oriental. Os Nadahup dividem-se entre clãs e metades patrilineares, como os Aruak e Tukano, mas não seguem as regras de residência dessas famílias. Diante disso, os grupos das famílias Aruak e Tukano não têm interesse em aprender uma língua Nadahup e nem consideram os grupos dessa família como parceiros em suas relações matrimoniais (MELLATTI, 2011). Consoante Aikhenvald (2010), as mulheres da família Nadahup tendem a ser monolíngues, quanto aos homens é possível que conheçam as línguas Tukano Oriental.

O Nheengatu ou Língua Geral é uma versão da língua Tupinambá inserida na região pelos missionários jesuítas no período da colonização entre os séculos XVII e XIX. Atualmente é falado pelos baré, warekena e baniwa que deixaram de falar suas línguas Aruak pelo Nheengatu (Cf. CRUZ, 2011; ver também capítulo 4). O Nheengatu é falado em toda a região do Alto Rio Negro, dessa maneira, os tukano também falam Nheengatu como resultado da imposição de uso da língua durante o processo colonizatório. De acordo com Aikhenvald (2003, 2010) no Uaupés a língua é apenas entendida pelos idosos. Mas as línguas Tukano

Oriental e Tariana apresentam algumas palavras da Língua Geral, reflexos do contato entre as línguas.

Os Yanomami são povos semi-nômades, caracterizados como caçadores e coletores. Vivem aos arredores dos afluentes do Alto Rio Negro e não estão integrados com o sistema linguístico do Uaupés.

As distinções entre grupos linguísticos e práticas de casamento na região do Alto Rio Negro, torna saliente a divisão entre Povos do Rio, as famílias linguísticas Aruak e Tukano Oriental, e Povos da Floresta, os Nadahup. Enquanto os Povos da Floresta localizam-se nos interflúvios dos rios, longe dos grandes rios e tem como principal atividade de subsistência a caça, os Povos dos Rios localizam suas comunidades ao longo dos principais cursos dos rios e tem como atividades de subsistência a pesca e o plantio de mandioca. No entanto não se pode generalizar essa divisão a todos os grupos do Alto Rio Negro. Os desano, por exemplo, vivem em pequenos cursos de rios e também caçam (EPPS e STENZEL, 2013).

A língua portuguesa, neste contexto, aparece em quanto símbolo de colonização e hegemonia. Está associada ao processo civilizatório imposto por missionários salesianos com objetivo de favorecer a integração das comunidades indígenas ao resto da nação. Hoje há um número crescente de falantes do português, em detrimento das línguas particulares, faladas por indígenas da região. Dentre as causas de substituição das línguas indígenas pelo português está a presença das forças armadas que representa um fator de grande influência no âmbito social e linguístico. Ingressar no exército representa uma ascensão econômica e social bastante atrativa. “Muitos povos indígenas, uma vez seu serviço militar concluído, não voltam para suas comunidades de origem em meio rural ou resistem à realização de casamentos étnicos” (BERNAL, 2009).

A rica experiência multilíngue dos povos indígenas do Alto Rio Negro envolve não somente as línguas das famílias Tukano, Aruak e Nadahup, mas também a Língua Geral Amazônica – Nheengatu - o Português e o Espanhol. E está em contraste com a situação equivocada de monolinguismo da sociedade brasileira de admitir como única língua o Português.

Assim, a situação de multilinguismo na região do Alto Rio Negro se destaca pela importância dada à família nuclear, a linhagem, a tribo, a fratria, ao grupo linguístico e ao

grupo exogâmico (SORENSE, 1967). Tendo como principal fator de distribuição territorial, política e humana a exogamia linguística e a virilocalidade residencial.

Diante de tal situação multilíngue e diversificadamente cultural, a região do Alto Rio Negro se apresenta como uma área complexa que suscita muitas questões acerca da vida social, cultural e linguística dos povos indígenas que lá habitam, e requer atenção específica a realidade local por parte dos governantes, pesquisadores, e organizações governamentais e não governamentais.

Nossa breve descrição sobre o cenário linguístico e cultural do Noroeste Amazônico talvez tenha deixado oculto a complexidade do sistema social pertencente a essa regi ão. Nosso intuito, porém, foi apenas apresentar o contexto linguístico-cultural que serviu de base para a criação da Lei de Cooficialização das Línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, cuja exposição será realizada no próximo capítulo.

4 A POLÍTICA DE COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

No capítulo anterior tratamos de forma sucinta a caracterização dos povos indígenas do alto rio Negro, partindo das primeiras relações de contato com os europeus, em meados do século XVIII, seguido de uma exposição sobre o contexto cultural e linguístico que compõe a região. Neste capítulo abordaremos a iniciativa política criada em defesa dos direitos básicos dos indígenas que a veem como um mecanismo de rompimento dos estigmas historicamente impostos. A discussão, que ora apresentamos, além de mostrar o ponto inicial que culminou no projeto de oficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, procura refletir sobre as questões que, embora importantes, se mantêm silenciadas, favorecendo uma visão parcial das consequências de tal política.

4.1 O PORTUGUÊS E AS LÍNGUAS INDÍGENAS

Antes da chegada dos europeus o alto rio Negro era cenário de uma grande diversidade de grupos indígenas que mantinham contato com vários outros grupos do Orinoco e Japurá-Solimões (VIDAL, 1999). A introdução dos colonizadores promoveu a ocupação da região com missionários, soldados e funcionários, inserindo uma nova língua, língua portuguesa, num contexto constituído por uma variedade de línguas indígenas de tradição oral, as quais eram capazes de cumprir quaisquer das funções básicas de uma língua.

Em uma situação de contato estreito e prolongado entre colonizadores e populações indígenas teve início a um bilinguismo por parte dos falantes de português. Entretanto, até meados do século XIX, a língua portuguesa permaneceu limitada, sendo usada exclusivamente pela administração (FREIRE, 2004). Segundo registros, a principal língua utilizada como meio de comunicação entre as povoações é referida como língua geral ou língua geral basílica, o Tupinambá, difundida pelos missionários por meio da catequese. O termo língua geral referia-se a língua de grande extensão territorial. Por motivo de disputa entre espanhóis e portugueses, a Coroa Portuguesa precisava garantir sua conquista de território e utilizou a língua para delimitar suas fronteiras. A língua basílica utilizada para a comunicação passou, então, a ser considerada como um obstáculo para os portugueses. Desse modo, Marques de Pombal instituiu, através da carta régia de 1727, a proibição do uso da língua geral e determinou o ensino em português. Mesmo assim, a língua geral continuou

sendo utilizada, tornando-se majoritária entre a população local até a segunda metade do século XIX quando iniciou seu declínio, dando lugar a hegemonia da língua portuguesa como língua de comunicação. Até meados do século XVIII, as outras línguas indígenas do rio Negro ainda eram mantidas, principalmente pelos indígenas que fugiam das expedições.

O Nheengatu[18], termo designado para língua basílica após um movimento romântico nativista que registrou a língua e as histórias tradicionais em língua geral, aos poucos foi tendo o seu número de falantes reduzidos e, atualmente é falado pelos povos Baré, Warekena, Baniwa e também pelos Tukano no Alto Rio Negro.[19] Ao lado do Nheengatu, muitas outras línguas indígenas compõem o quadro de línguas da região e vivenciam no seu cotidiano com a língua portuguesa. Durante nossa estadia no município de São Gabriel da Cachoeira observamos que a utilização dessas línguas é norteada por questões de resistência, autoridade e identidade. As línguas indígenas estão presentes no dia a dia da população, principalmente daqueles recém-chegados à cidade (sede do município) não falante de português, oriundos de outras localizações do município, ou daqueles com idade mais avançada que apenas conhecem sua própria língua. Apesar de essas línguas estarem presentes, o português é a língua que se destaca nas repartições públicas e privadas, no comércio, nos bancos, nos documentos, enfim, na vida daqueles que há algum tempo reside na sede. Com efeito, a situação descrita nos mostra dois campos em conflito: de um lado a resistência de muitos que ainda lutam pela manutenção de suas línguas indígenas tradicionalmente orais; e do outro, a língua portuguesa (língua oficial), uma língua que há séculos introduziu-se de forma autoritária, trazendo modificações identitárias étnica e regional, na tentativa de substituir o patrimônio local já existente.

Com a Constituição de 1988 (ver cap. 2.0) a população indígena começa a assegurar seus direitos de uso da língua materna, de seus costumes, crenças e de utilizar meios próprios para a aprendizagem nas escolas. No entanto, para uma região majoritariamente indígena, a exigência de algo mais específico voltado para a realidade local faz-se necessário. Desse modo, em 2002 numa sessão na Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira foi aprovado o projeto de cooficializar as línguas Nheengatu,Tukano e Baniwa, línguas mais usadas na

[18] O termo Nheengatu foi criado por Couto de Magalhães a partir nheen, língua ~ falar e katu (ser) bom, significando, assim, 'língua boa' (Cf. CRUZ, 2011).

[19] O contato permanente ao longo dos séculos entre a língua portuguesa e a língua geral provocou mudanças em ambas as línguas. (cf. FREIRE, 2004; CRUZ, 2011).

região. Com o projeto as línguas cooficiais são levadas para dentro dos logradouros públicos, agências bancárias, documentos escritos e outros. E é nesse ponto, ao passar para o plano do documento escrito (pertencente ao universo oficial), que as línguas indígenas encontram dificuldades, pois não possuem a tradição da escrita.

Nossa discussão aqui se baseia, assim, na questão linguística vivenciada pela população são gabrielense e, mais precisamente, na lei de cooficialização das línguas indígenas do município em pauta. Não pretendemos julgar a política linguística de cooficializar línguas, mas tentar mostrar algumas questões que se mantêm implícitas nos discursos de alguns agentes sociais participantes da construção do projeto de lei. Além disso, tentaremos demonstrar como um discurso que se apresenta favorável aos interesses dos povos indígenas pode estar relacionado aos interesses de grupos específicos no interior dessa população.

Como pudemos observar, desde a colonização, a língua tem um lugar privilegiado no processo político, de modo que a discussão das línguas indígenas envolve complexas relações de poder e interesses. Para nos auxiliar na análise, utilizaremos como instrumento analítico o conceito de ideologia linguística organizado por Kroskrity (2000 apud DIAS, 2002) para integrar os campos da política e da língua. A autora apresenta quatro ideias centrais para as ideologias da língua. A primeira está fundamentada na percepção sobre a língua e o discurso construída segundo os interesses de um grupo sociocultural específico. A segunda nos informa sobre a multiplicidade das ideologias da língua, pois segue as múltiplas divisões sociais significativas e as perspectivas relacionadas a cada grupo. Seguindo com a terceira ideia de que os agentes sociais de determinada sociedade possuem diferentes graus de consciência sobre as ideologias locais da língua. E por último, as ideologias da língua "indicam a ligação entre a multiplicidade de formas linguísticas e discursivas e as diversas experiências socioculturais". Partindo desse conceito abordaremos o discurso sobre a lei de cooficialização elaborado por alguns agentes sociais que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na construção do projeto e de sua regulamentação, são eles: ex-vereadores, funcionário da FOIRN, diretores da FOIRN (2009-2012) e o vice-prefeito que teve seu mandato até 2012. Lembramos que a lei foi aprovada em 2002 e regulamentada em 2006. Portanto, os agentes sociais estão relacionados a esse período. Para identificar as falas de alguns agentes sociais optamos também por usar uma numeração ao lado do cargo em que eles ocupam. Utilizamos da transcrição das entrevistas para exemplificar nossa discussão. O objetivo aqui era dar voz aos agentes sociais acerca da lei de cooficialização. Para tanto,

preferimos usar a transcrição de forma simplificada e adotamos alguns dos meios utilizados por Maher (1996) em sua tese de doutorado:

(( )) = comentários do pesquisador

((INC)) = sequência incompreensível

/ = fala entrecortada

[...] = omissão de trechos da fala

4.2 A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO-LINGUÍSTICO

Vimos, acima, que a população indígena passou por um longo processo de abandono de suas línguas dando lugar, pouco a pouco, ao português e transformando suas próprias referências identitárias. Nesse processo de abandono, a expansão do Nheengatu desacelera progressivamente até o ponto de ficar apenas falada no alto rio Negro. Com isso, cada língua indígena passa a ter seu lugar predominante, as aldeias, onde se mantém fortalecida e hegemônica. Os núcleos urbanos são os espaços para o crescimento da língua portuguesa, a língua de contato com os outros países. O Nheengatu passa a ser, então, a língua de articulação entre as aldeias e os centros urbanos. Temos, assim, uma nova fase da história estimulada pela dinâmica de migração e urbanização. Em consequência, tem-se um esvaziamento de muitas comunidades e a criação de bairros nos centros urbanos, acarretando o declínio de muitas línguas indígenas, inclusive o Nheengatu.

Com um número bastante reduzido de línguas indígenas, mas ainda de maior concentração de línguas e etnias diversificadas, a região do alto rio Negro, mais precisamente o município de São Gabriel da Cachoeira, conta com a política de promoção às línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa. Nessa política, as línguas tornaram-se cooficiais, o que permite que tais línguas sejam utilizadas sem restrição de espaço ou tempo.

A ideia teria surgido em uma discussão linguística durante o primeiro curso de Magistério Indígena[20] realizado no município no período de 1998 a 2002. Nesse curso participaram professores indígenas que, em sua maioria, faziam parte de lideranças indígenas de diferentes etnias e conhecimentos linguísticos, como nos conta o vereador-1 da época (2001-2004), que apresentou o projeto de lei à Câmara de São Gabriel da Cachoeira:

> É...na realidade a lei, o projeto de lei né, foi elaborado no curso de formação dos professores que é o...aqui a gente chama de Magistério Indígena I que foi o primeiro curso de magistério...e como...a partir desse Magistério Indígena que os professores junto com a assessoria que tinha na época...na época então tinha o IPOL, Instituto de Política Linguística...é...começaram a pensar né sobre esse projeto...e aí então partiu um pouco dos professores indígenas e algumas lideranças que a maior parte desses professores na...no primeiro magistério é...eram lideranças indígenas, alguns estavam até trabalhando na própria FOIRN, então em organizações indígenas e aí então pensaram é...a partir desse curso então esse projeto de lei que seria a cooficialização das três línguas indígenas aqui no Alto Rio Negro, o Tukano, o Baniwa e Nheengatu...

Um dos ex-alunos do curso e membro da FOIRN-1 (2009-2012), também confirma que a ideia teria surgido em uma das discussões durante o curso de formação e nos conta com detalhes:

> Então, ela surgiu a partir da discussão linguística é... durante o curso de Magistério Indígena. O primeiro Magistério indígena que aconteceu. Isso em 96...um pouquinho antes de 2000. Inclusive eu era aluno também desse curso. E...numa das discussões um companheiro levantou e falou assim: "Que tal a gente pensar oficializar as nossas línguas indígenas?" Aí eu falei, 'parecia brincadeira', aí eu levantei e falei "não, não dá pra oficializar a nível do Brasil por que a gente não pensa a nível local?" Eu até disse: "quem sabe nas próximas eleições eu vou me candidato pra vereador e vou cooficializar essas línguas". Aí a discussão foi, foi e...nosso professor era o...Gilvan Muller, linguista né. Aí, ele disse assim: "se vocês realmente pensarem em cooficializar, a gente pode bolar um projeto, vamos procurar um vereador que esteja interessado apresentar o projeto e fazer aprovar". Aí combinamos né, todos os demais colegas concordaram a ideia, e aí a gente truxe para a reunião da FOIRN, o conselho diretor da FOIRN que aprovou a ideia, aprovou a ideia e o projeto foi escrito pelo Gilvan e mais outros colegas do curso e... levaram pra Câmara dos vereadores né. E na época o vereador Camico e o...tinha mais outro que eu não me lembro o nome é...os dois que assumiram esse papel de apresentar e...pra os demais vereadores pra aprovação. Essa lei foi aprovada[...].

[20] Projeto que capacita professores indígenas para atuarem em escolas. O curso atende à lei de Diretrizes e Bases da Educação, que diz que as comunidades indígenas têm o direito à educação escolar usando suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O curso de Magistério Indígena I foi, então, onde se começou as primeiras discussões sobre a proposta de se criar uma lei que pudesse oficializar as línguas indígenas, garantindo o uso delas sem discriminação. O intercâmbio entre os profissionais que participavam do curso de formação geraram discussões que tinham como pauta principal os direitos linguísticos e educacionais assegurados pela Constituição. Assim, nos conta outro ex-aluno do curso e membro da FOIRN-2 (2009-2012):

> Foi nas discussões...na verdade a gente tava é...teve um grupo de professores que estavam fazendo pesquisa, né, sobre línguas, quantas línguas tinham, como é que era...questões de direito mesmo dos povos indígenas e a gente foi percebendo, entendendo a questão de legislação sobre os direitos que nós temos e a gente foi discutindo em cima dos direitos que nós tínhamos no artigo da Constituição e a gente falou: 'bom, se nós temos direito como qualquer outro cidadão, então porque a gente não fala na nossa língua em setores públicos, por exemplo. Então nós temos direito...então é minha língua, eu tenho que falar e tem por obrigação de alguém me atender na minha língua.'

Esse discurso é confirmado pela ex-vereadora, 2005-2008.

> Até onde eu sei que foi já me repassado com relação a do...145 ela foi uma proposta realmente do movimento indígena, né, e aí...mas foi algo assim que eles tiveram várias reuniões da assembleia e chegaram a essa apresentação. Quase que algo popular mesmo.

Para a ex-vereadora a cooficialização teria o papel de fortalecer as línguas e, assim, não se perder como já acontecera com outras línguas:

> Eu acho que é a questão de direito mesmo, como foi imposto pra eles o português eles querem...aqui é uma terra de...se for olhar, fazer um estudo 90 ou até um pouquinho mais 90% dos moradores indígena mesmo. A maioria são falantes dessas três línguas, né. Algumas até já se perderam, né, no caminho. Então, como direito de não se perder, de fortalecer a questão da escrita, porque muita gente sabe falar, mas não sabe escrever, então de fortalecer isso nas escolas, é de ganhar mais força mesmo é...daí a necessidade eu penso de cooficializar.

A proposta foi levada ao 12º Congresso Anual dos Conselheiros da FOIRN realizado em 24 de janeiro de 2000. Na ocasião estavam presentes 195 delegados das 34 entidades constitutivas da Federação que, por unanimidade, aprovaram a ideia, partindo, assim, para a elaboração do projeto de lei que contou com a assessoria do Instituto de Investigação e

Desenvolvimento em Política Linguística – IPOL[21]. A instituição, que auxiliava o curso de formação de professores, teria também participado do projeto de regulamentação.

> Ela fazia parte...prestava assessoria na formação dos professores e era uma das organizações que ajudava a...a pensar e o curso de formação dos professores aqui no Alto Rio Negro (ex-vereador, 2001-2004).

O projeto pronto foi encaminhado por um vereador indígena a Câmara de Vereadores e aprovado em 11 de dezembro de 2002, tornando-se, assim, um instrumento legal. As discussões anteriores à aprovação não apresentaram nenhum grupo que opinasse contra a proposta de lei, agilizando assim o processo de aprovação, confirmado pelo relato do ex-vereador:

> Não houve nenhuma resistência, tanto também na câmara nem um dos vereadores se opuseram, então se você for verificar é...quando foi votado a lei é...foi um voto...é...foi a maioria dos vereadores que votaram e não existiu nem um grupo que articulasse contrário a isso, que pensasse diferente, eu acho que não, não houve.

De acordo com Almeida (2007), na época, a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, com um total de nove vereadores, contava com cinco vereadores indígenas: Alva Rosa Lana Vieira e José Protásio de Castro, tukano, Robernilson Barbosa Otero e Esaú Ambrósio de Andrade, baré, e Domingos Sávio Camico Agudelos, baniwa. Isso é confirmado pela fala do mesmo ex-vereador:

> Indígenas que se autoidentificavam eram três: era eu e tinha dois tukano, né. Alva Rosa e o Protásio e fora disso tem pessoas que já são daqui de São Gabriel da Cachoeira que tem mãe indígena ou pai indígena, então nós tínhamos aí dois ou mais três vereadores e os outros então, não eram indígenas, mas a maioria como já moram de São Gabriel da Cachoeira que já tem acompanhado toda...esse processo dessa discussão, então **acho que por isso facilitou diríamos a...o entendimento e a aprovação da lei** (grifo meu).

Segundo Oliveira (2007, p.43), a aprovação do projeto pela câmara de vereadores seria uma das condições para obter a jurisprudência para a oficialização. A câmara teria

[21] A entidade foi criada em 1999 sem fins lucrativos e é composta por um grupo de pesquisadores, brasileiros e argentinos, que dão apoio às comunidades linguísticas brasileiras. O objetivo principal da instituição é garantir que as línguas brasileiras sejam faladas no futuro. O IPOL trabalha com o serviço de assessoramento junto ao Estado, levando-o a reformular sua forma de pensar quanto à diversidade linguística existente em nosso país, desenvolvendo projetos que garantam os brasileiros de falarem as suas diferentes línguas. Um dos maiores projetos de assessoramento do IPOL é o de Escolas Bilíngues de Fronteira que formam alunos bilíngues em português e espanhol. (Cf. OLIVEIRA, 2007, disponível em www.e-ipol.org.br).

competência para legislar sobre isso, já que se trata de lei para uso no município (ver seção 2.2.7). A lei de cooficialização valorizaria e fortaleceria o uso não só das línguas cooficiais, mas também das demais línguas. A escolha pelas três línguas se dá pelo motivo delas serem as mais faladas em toda a região:

> Como essas três línguas são as línguas que predominam no Alto Rio Negro, uma língua que a maioria utiliza, o Nheengatu, por exemplo, é quase todos os povos entendem né...porque é uma língua introduzida aqui no alto Rio Negro, uma língua que os missionários trouxeram pro Alto Rio Negro e hoje a...as pessoas que falam o Nheengatu como os Baré, alguns Tukanos que já residem aqui nas proximidades da cidade, o Baniwas né, adotaram como língua mesmo, como língua indígena. Os Baniwa por exemplo, do médio...do baixo Içana, de Assunção até Boa Vista falam Nheengatu, não falam Baniwa falam Nheengatu, então é uma língua de comunicação dos povos indígenas dessa região. Então essas três línguas como elas são mais faladas elas seriam, elas são hoje cooficiais e a cooficialização seria para fortalecer essa política linguística que então se pensou nesse curso de não mais é... de poder fazer com que essas línguas fossem cada vez mais é...o meio de comunicação né aqui na cidade e no interior pudesse ser feita através dessas três línguas além do Português" (ex-vereador, 2001-2004).

Isso também é confirmado na fala abaixo,

> Isso a gente pensou mais porque é...a...as línguas estavam sendo desvalorizadas. O objetivo principal era valorizar as línguas existentes tanto é que hoje é...se aparece um curso local é...já é um curso diferenciado porque tem que escrever na língua. Então, isso é uma maneira de você dizer: 'não você tem que começar a falar na própria língua de vocês, começar a escrever na língua de vocês né' (membro da FOIRN-1, 2009-2012, e ex-aluno do curso de Magistério Indígena I).

Os relatos acima nos mostram que a oficialização garantiria e facilitaria a comunicação em todo o município, principalmente, entre a população indígena residente em comunidades e os setores públicos presentes na sede de São Gabriel da Cachoeira. De acordo com o membro da FOIRN-2, os idosos eram os mais atingidos pela falta de entendimento nos serviços prestados na sede. Com a cooficialização essa questão de comunicação e falta de entendimento, que para muitos indígenas trazia vergonha, estaria pelo menos amenizada.

> Comunicação, comunicação. Principalmente dos mais idosos que chegavam de suas comunidades, tinha dificuldades de se comunicar, às vezes o velhinho ia sozinho pro banco ou na prefeitura, não sabia se expressar direito, então a gente viu essa necessidade. As pessoas que moravam aqui tinha uma fluência já de português, agora quem vinha da base que sentia muita essa dificuldade ((então, foi pensando mais no...)) pensando mais no povo do interior (membro da FOIRN-2, 2009-2012, e ex-aluno do curso de Magistério Indígena I).

Da mesma forma, explica-me a ex-vereadora, 2005-2008:

> Eu acredito que é mais mesmo uma questão é...de resgatar a cultura e, principalmente de valorizar, de valorizar, né, porque a gente sempre ouviu, né, é...relatos da população indígena que tinha a...poucos momentos que teve esse direito de falar sua própria língua é negado,né. Não propriamente em papéis, talvez, né, em alguma lei, mas de alguma forma imposta, uma forma que os seus...as pessoas que...que...seus patrões, até mesmo dos colégios, né. Até por um outro lado a gente entende que até é uma forma de defesa pra que todos pudessem entender o que os outros tivessem falando é...se sentiram é...com esse direito negado de falar a sua própria língua. E com o tempo, eu falo isso já de...de vivência mesmo aqui, a gente ouvia algumas pessoas da própria região indígena zombando do outro quando falava né, indígena. Eles não tinham esse...não se sentiam valorizados por ser indígena. Eu acompanhei muito disso e depois de algum tempo eles começaram a se organizar, buscar seus direitos. Com esses direitos garantidos, com a criação da FOIRN, a FOIRN tem um peso muito forte nisso, né, voltou então, a questão deles procurar vários meios de fortalecer, de recuperar a sua cultura. Então, a gente vê primeiro essa questão de resgatar, depois a questão de valorizar pra que...pra que os próprios indígenas que viessem das comunidades aqui se sentissem acolhidos também, né, que é uma terra deles e as vezes eles iam ao hospital, iam no cartório e não se faziam entendidos, né. É porque...porque não sabiam falar bem português, tinham vergonha porque o português era rastado, né, e queriam falar na sua própria língua que teriam a possibilidade de se explicar melhor, mas é...tinha essa barreira que o próximo não ia entender, né. Então, eu entendo, assim, que foi por essa necessidade de valorizar a...de valorizar e resgatar a língua materna.

O comentário de um funcionário da FOIRN ratifica as falas acima citadas:

> Sim, o que eles é...que eu acabei não comentando, porque assim, a gente...quando foi... começou a ser discutido na cidade é talvez a...o problema aqui na cidade era a questão de compreensão principalmente para as instituições. As instituições estavam criando problemas, por exemplo, tem várias instituições aqui: ISA, FOIRN, a própria prefeitura, o IRAM... quê que acontecia...as vezes pessoas vinham da cidade, dos sítios, pouco falantes de português, aí chegavam nessas instituições e não conseguiam se entender. Primeiro porque aquela pessoa que pede não consegue falar uma língua e aquele que vem da comunidade também não fala português e aí, como fica a relação? Então em cima disso que se buscou essa...pra quê? Pra que todas essas instituições fossem obrigadas a ter pessoas falantes, justamente pra ter essa relação melhor, ((de comunicação)). Eu acho que o principal objetivo era isso, de que a... como era um município de 90% indígena, então essas instituições deviam implantar essas línguas nas...dentro dessas...do seu corpo é...humano.

Para se chegar as três línguas que se tornariam oficiais no município foi realizado um levantamento por uma pesquisadora do ISA a fim de encontrar as línguas mais faladas na região, como nos relata o ex-aluno do curso e também membro da FOIRN-2 (2009-2012):

> A gente discutiu muito isso pra gente chegar num...pra ver quem são...quais seriam as línguas que poderiam ser oficiais e a gente...teve uma pesquisa no ISA, se não me engane, uma pesquisadora do ISA, que trabalhava no ISA que apontou que essas três línguas que tinha mais pessoas falantes morando no município e também uma população maior aqui mesmo no município de São Gabriel da Cachoeira. ((Essa

> pesquisa que o senhor está falando foi nesse período de 2000...)). Nesse período de 2000, 2001 mais ou menos. ((Não lembra quem foi, né?)) Acho que foi...Cristiane...Flora....foi pelo Isa, teve esse levantamento pra gente poder ((mas antes da discussão ou foi durante a discussão?)) durante a discussão. Justamente uma pesquisa pra ver qual língua estava... já pensando no projeto ((e observou-se que essas três línguas eram as mais...)) populosas...e foi apresentada, porque a gente tinha que justificar, né por que...cooficializar, isso.

Desse modo, um decreto municipal foi criado contribuindo para que a população cada vez mais pudesse identificar-se como indígena, alterando um quadro antigo de opressão e discriminação, conforme relata o membro da FOIRN-2 acima citado:

> [...] Isso também ajudou a...bastante pra...se identificarem mesmo como indígena porque na...naquela época também era...até na reunião de ontem os pessoal estavam lembrando da década de 90, por exemplo, era muito difícil as pessoas se identificarem como indígenas, então era caboclo, era não sei o quê, sendo índio, porque era muito discriminado e não podia falar na sua língua. É...então na época ninguém queria ser índio e...e depois com essa discussão de cooficialização pra mostrar identidade, que realmente nós somos iguais como os outros, outras pessoas, nós somos cidadãos brasileiros e isso ajudou bastante as pessoas se identificarem como indígenas e assumir como papel dizer que ele é índio, que tenho minha língua, tenho meus costumes. Então, isso foi uma contribuição aqui e em outros municípios porque era quase...quase que era proibido falar na sua língua na rua, né, porque se você for na rua falando sua língua você era discriminado, era considerado atrasado índios mesmo, sei lá...[...]

A busca por conseguir identificar-se como indígena também foi pauta nas discussões anteriores à elaboração do projeto de cooficialização como vimos acima, e é confirmado no depoimento do funcionário da FOIRN:

> Tudo isso...isso foram anos, acho que todas essas conquistas que o movimento teve não foi tão rápido não, porque havia muita...talvez assim...falta de entendimento da própria população aqui. Essa questão que, por exemplo...e voltando para a valorização da cultura que tem que resgatar, revitalizar as línguas e muita gente diz: 'ah, vou voltar pra trás de novo, retrocesso de novo, já tô aqui, vou voltar pra ser índio de novo'. Então tinha muito esse problema, até hoje ainda existe. Tem gente que pensa que você vai é...vai...vai revitalizando você tá voltando fazer as danças, voltando as línguas você tá se retrocedendo, tem gente que pensa isso. Na verdade não, a gente só quer ter uma identidade ((então vê a língua portuguesa como um...)) a língua portuguesa ainda é...ainda é...((algo moderno)) é, pra muitos ainda é. Mas felizmente mudou muito de 2000 pra cá.

A oficialização para Oliveira (2007, p.41) é a maneira mais direta de garantir direitos linguísticos e de cidadania que não se limitam na escola. O reconhecimento pelo estado, o status oficial, é algo de grande importância para a promoção social dos grupos que a falam, possibilitando-os de expressar-se publicamente em suas línguas ou tratar de aspectos da sua

vida civil. A oficialidade de línguas está em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que proclama a igualdade de direitos a todas as comunidades linguísticas, não importando se é oficial/não oficial; majoritária/minoritárias; escrita/ágrafa; nacional/regional/local etc (cf. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, p.2). Antes, porém, os direitos linguísticos estavam ancorados dentro dos direitos educacionais, respaldados pela LDB (1996), que postula o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisas voltados para a educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, e pela Constituição Federal de 1988 que, no capítulo reservado aos povos indígenas, no artigo 210, assegura o direito ao uso das suas línguas nos processos escolares (ver também seção 2.2.4).

Oliveira (ibidem, p.42) ressalta ainda que a oficialização das línguas indígenas não violaria o artigo 13º da Constituição, que institui a língua portuguesa como a língua oficial da União, uma vez que a oficialidade é em nível municipal e não se trata de substituição de línguas. A lei de cooficialização teria um calendário de implantação paulatino que começaria com práticas linguísticas e linguageiras sem ônus para o orçamento, como o atendimento médico-hospitalar nos postos públicos realizado por algum funcionário falante de uma das línguas cooficiais. Seguindo para a implantação do ensino das línguas indígenas no ensino fundamental das escolas públicas do município.

Nesse sentido, a lei foi encaminhada e aprovada. Depois disso, as escolas incorporaram o ensino do Nheengatu e a língua passou a ser falada mais publicamente. No entanto, não se sabe muito bem por que, hoje apenas escolas públicas municipais mantêm o ensino do Nheengatu para as turmas do 1º ao 5º ano, que é realizado uma vez por semana com aulas de cinquenta minutos, por professores falantes da língua. O ensino é feito a partir da tradução de palavras em português para o Nheengatu. Sabe-se que nas escolas municipais e estaduais localizadas na sede do município[22] há a presença diversificada de alunos, indígenas, não indígenas, falantes de línguas indígenas ou não. Essa situação aliada à argumentação de alguns pais sobre a escolha de ensinar a língua Nheengatu e não outra teria, talvez, levado a retirada do ensino da língua Nheengatu da maioria das escolas. De acordo com a lei de cooficialização o ensino deveria ser ofertado nas três línguas cooficiais, além do português, em todas as escolas do município (art. 2º § 3º C).

[22] A palavra *sede* é utilizada pela população de São Gabriel da Cachoeira para referir-se ao contexto urbano do município. Assim, também, usa-se muito o termo *sítio* para referir-se a zona rural ou interior, onde há bastantes comunidades indígenas.

> Então as escolas, por exemplo, implantaram a língua Nheengatu né, várias escolas aqui implantaram, só que como a gente observa é..não deu muito certo. Primeiro porque quando foi implantado, talvez eles assim não pensaram que em uma determinada sala há uma diversidade de etnias. Então como é que eu sou de dez anos, sou tukano, escuto minha mãe falar tukano em casa e chego lá pra aprender Nheengatu, fica difícil. Eu acho que até na análise dos próprios pais eu acho que depois que começaram a fazer vigilância, observaram que não tava dando muito certo, tanto é que algumas escolas retiraram isso do currículo porque não tava dando certo[...] (funcionário da FOIRN).

Diferente da sede, as escolas nas comunidades indígenas trabalham com o processo de ensino-aprendizagem na língua indígena local. Isso teria iniciado após a Constituição de 1988 e as demais leis e decretos que vieram logo em seguida (LDB, Decreto 26, de 04/02/91 – artigos 1 e 2, Núcleos de Educação Indígena e outros). A cooficialização apenas reforçou, de forma legal, o uso das línguas nas comunidades, como ressalta o ex-vereador, 2001-2004:

> Bom na realidade, acho que ela...a lei acho que consegue dar um suporte legal para as comunidades que já vinham com esse objetivo de que a língua materna fosse utilizada na alfabetização, que a língua materna fosse a língua de comunicação, né. Essa lei ela tá muito ligada ao que já prevê a Constituição. A Constituição prevê que ela...as comunidades indígenas adotem na...como meio de comunicação e, principalmente na escola a língua materna. Então, a lei acho veio apenas reforçar isso e aí, sem dúvida nenhuma nas comunidades indígenas a comunicação primeira, né, é a comunicação pela língua materna. Então a...o português é a segunda língua nas comunidades indígenas.

Diante disso, algumas pessoas acreditam que o ensino do Nheengatu na grade curricular das escolas municipais da sede está apenas para cumprir uma exigência presente na lei 145/2002. Não tem a mesma funcionalidade e comprometimento como é realizado nas escolas indígenas das comunidades.

> Acho que as únicas instituições que hoje colocam em prática essa lei são as escolas, mas muito mais as escolas indígenas nas comunidades. Mesmo as escolas da cidade, elas têm colocado, tem se preocupado de ter dentro de seu currículo a...aula de uma dessas línguas. Tem algumas escolas aqui que adotaram o Nheengatu. Colocaram no currículo, mas vejo assim muito na intenção ou naquela velha concepção de que uma escola indígena, pra se tornar uma escola indígena você tem que apenas colocar o...dentro do currículo, da grade curricular algumas matérias relacionadas com a questão indígena. Não no sentido assim de fato de tornar as escolas realmente escolas indígenas com a participação das comunidades, com o comprometimento da comunidade com relação ao funcionamento, a elaboração do projeto político pedagógico, enfim a comunidade tomar posse da escola...é isso (ex-vereador, 2001-2004).

Nesse mesmo sentido nos fala o membro da FOIRN-2 (2009-2012), a respeito do ensino das línguas cooficiais nas escolas:

> No interior sim. Por exemplo, não nas três línguas ao mesmo tempo numa escola, por exemplo, em Uaupés, onde se fala Tukano, eles começaram a alfabetizar nessa língua Tukano como primeira língua e o português ficou como segunda língua. Em cada região em que essas três línguas predomina mais, por exemplo, no Içana a alfabetização é na língua Baniwa. Aqui no Rio Negro 90% da alfabetização é na língua Nheengatu. O que ficou problemático foi aqui na cidade é...algumas escolas tem dado...não sei se é alfabetizar que estão dando aula na língua Nheengatu, Tukano nunca vi, Baniwa também nunca vi, mas só Nheengatu, algumas escolas. Eu tenho a minha filha, né, aqui no colégio São Gabriel, chegava com a tarefinha dela de língua Nheengatu, mas metodologia de ensino...se é pra ensinar, pra falar, pra ensinar a ler, mas eu acho que a metodologia de ensino não é adequado pra aprender a falar essa língua. Eles ensinam porque talvez se sintam obrigado a ensinar ((porque foi incluso na grade...)) porque foi incluso na grade.

E comenta sobre a necessidade do diálogo para um ensino mais efetivo das línguas indígenas nas escolas:

> Nesses cursos que nós fizemos de Magistério aprendemos um método de aprender a falar é...o professor linguista que dessa metodologia de ensino de aprender a falar, que quando você aprende uma língua, então você é obrigado a decorar e não aprender, você aprende depois que decora porque você já vai aprendendo escrevendo, qualquer língua que você aprende, inglês, espanhol, você já vai escrevendo. Aí, ele fala o seguinte pra você aprender escrever você tem que ser no diálogo, não escrever, porque se você for escrever você vai querer tentar falar aquilo que você está escrevendo, mas você não consegue pronunciar direito, agora você falando comigo, eu falo contigo, a gente vai conversando aqui sem escrever ainda, essa é a maneira mais correta de se aprender a falar uma língua, porque você aprende falando. Aí, eu falo contigo, aí...são os primeiros passos básicos pra você aprender uma língua sem escrever, você só vai escrever depois que você tem algum domínio na fala, aí pra você poder escrever.

Desse modo, após a aprovação da lei 145/2002 nada mais foi realizado quanto ao processo de implementação até a data de sua regulamentação em 2006. Antes, porém, reuniram-se representantes das instituições COPIARN, APIARN, SEMEC, SEDUC/SGC, Escola Agrotécnica, ISA, SSL, Vereadores, UFAM para discutir sobre os itens necessários para o processo de regulamentação da lei 145/2002. Foi realizado, então, um seminário organizado pela FOIRN e pelo IPOL na maloca da FOIRN nos dias 23 a 26 de abril de 2006, intitulado "Política Linguística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa". Além dos representantes das instituições acima citadas, o seminário contou com a participação de coordenadorias como: Associações Indígenas Baniwa/Curripaco (CABC), da

calha do rio Içana; Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX); Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés (COITUA); Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN) e Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) (FARIA, 2007). Também participaram lideranças, secretários municipais e vereadores, como nos conta a ex-vereadora (2005-2008) e participante do seminário:

> Fui convidada pelo simpósio e lá é...confiaram em mim e eu também como representante do povo é...não poderia me eximir de representar algo que eles gostariam que fosse apresentado. Nós tínhamos outros vereadores. Na verdade, eu apresentei a lei, mas tem também a participação do vereador Ernani, do vereador José Maria, vários, do vereador Alzimar que participaram lá da reunião com eles ao que foi feito na FOIRN, ao que foi feito pela parceria do IPOL, UFAM e FOIRN, né, e foi o convite pra todos os vereadores, esses foram os que participaram mais ali juntamente conosco. E na própria regulamentação a gente tem é...a gente tem a participação do vereador Ernani, do vereador José Maria também.

Contando com a coordenação e assessoria de Gilvan Muller de Oliveira, linguista – IPOL, Lia Varela, linguista - IPOL, Iraguacema Maciel, linguista, Raimundo Nonato Pereira da Silva, antropólogo e Ivani Ferreira de Faria, geógrafa – UFAM/IPOL, o encontro teve como objetivo discutir, refletir e esclarecer a importância de uma política linguística e de gestão do conhecimento originadas a partir dos direitos que os povos indígenas têm, assegurados pela Constituição e por ser um município com uma quantidade populacional indígena expressiva.

De acordo com Faria (2007, p. 57), os principais pontos discutidos nos quatro dias de evento foram:

> Oferta de serviços públicos nas línguas cooficiais – Atendimento, documentação pública; Sinalização da cidade – do município; Ensino-Aprendizagem das línguas cooficiais; Presença das línguas cooficiais nos meios de comunicação; Política contra a discriminação linguística e Uso das línguas cooficiais nas organizações privadas (comércio, associações, etc.); e Política de promoção das demais línguas do município (cláusula do plurilinguismo).

Como podemos ver, dentre os assuntos debatidos está o uso das línguas cooficiais nos setores públicos e privados, dessa forma, o seminário contou, ainda, com a presença de alguns representantes de setores privados, assim nos conta a ex-vereadora:

> Ainda mais as instituições religiosas e de comerciantes, né, e o membro de associações de bairros. Eu me lembro que na época tinha o representante do banco do Bradesco...é...foi feito convite pra todos e eu me lembro assim a participação, acho que tinha alguém do comércio, talvez não durante todo o seminário. Eu falei simpósio, mas foi seminário mesmo. É...tinha, tinha sim, houve a participação.

> Houve o convite, houve até a conversa com eles, mas nem todos participaram durante todo o seminário.

A partir das discussões ocorridas no evento uma proposta de regulamentação foi elaborada, passando por uma revisão jurídica para, assim, ser levada à Câmara dos Vereadores de São Gabriel da Cachoeira (ver anexo). Na Câmara, a proposta foi apresentada pela vereadora Francivalda Rodrigues, não indígena, e em 31 de outubro de 2006 aprovou-se em forma de Lei n. 210.

A Regulamentação oferece subsídios para que a Lei n. 145 possa ser implementada, revertendo o quadro de negação das línguas indígenas impostas pelo Estado colonial português. Abre, dessa maneira, espaço para que o uso das línguas indígenas tenha livre circulação por toda a região e seus falantes possam utilizá-las sem qualquer constrangimento. Falar a língua indígena e exigir ser entendido é um dos procedimentos previstos na lei de cooficialização. Dessa forma, as instituições públicas e privadas devem prestar seus serviços na língua oficial e nas línguas cooficiais, tendo o poder executivo municipal o prazo de cento e oitenta dias a partir da regulamentação para prestação de serviços na modalidade oral e um ano para a prestação de serviços na modalidade escrita:

> Art.2.º §1º A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas, na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito;
>
> Art.5º §4º As instituições privadas de interesse comercial ou não (associações, igrejas, etc.) terão por obrigação atender ao público também nas línguas co-oficiais;

Conforme vimos anteriormente, a falta de entendimento ocasionado por aqueles que falam línguas indígenas e aqueles que não as falam era motivo para que o uso das línguas indígenas ficasse restrito aos espaços familiares. Contudo, a Lei e sua Regulamentação estendem esses espaços e leva as línguas indígenas para praças, ruas, avenidas, instituições públicas e privadas, além do comércio local, como nos relata o ex-vereador:

> Então se previa que a partir então da lei é...que o prefeito pudesse no período de dois, três anos tornar essa...colocar essa lei em prática né. Previa toda uma...um período das instituições aqui do município de São Gabriel da Cachoeira se adequarem a esse projeto de lei. Então todos os meios de comunicação, as formas oral, escrita e as Instituições teriam que se adequar para que as populações indígenas pudessem então se comunicar, ter acesso as informações né...que essa época havia uma preocupação muito grande e uma reclamação muito grande das comunidades indígenas, principalmente com as instituições públicas com relação a comunicação. Então os principais documentos dessas instituições seriam traduzidos para essas três línguas e essas Instituições como escola é...alguns poderes públicos aqui constituídos, algumas Instituições federais que tem aqui pudessem ter pessoas

> dentro dessas instituições que falassem essas três línguas ou então né falassem essas três línguas e pudessem traduzir então as informações para as populações indígenas.

Nesta fala fica evidente a preocupação do ex-vereador com a população que chega das comunidades. Geralmente são pessoas que se dirigem até a sede para resolver problemas que não podem ser solucionados estando na comunidade, seja para receber seu pagamento ou resolver alguma pendência no banco, seja para solicitar documentações nas instituições públicas ou fazer as compras do mês. Quando, porém, chegam ao local de seu objetivo se deparam com situações em que sua própria língua não é a ideal para aquela ocasião, que não conseguem se fazer entendidos e é nesse momento que a Lei ampara, assegurando aos falantes de línguas indígenas a não trocarem de línguas para ser atendidos. Entretanto, o município ainda não conseguiu dar a esses falantes a possibilidade de expressar-se em sua língua em setores públicos e privados e no comércio. Podemos confirmar isso com a declaração do ex-vereador:

> Na realidade na prática a lei não, não está funcionando né. Você tem hoje as instituições públicas que continuam não...é com o atendimento na língua oficial que é o português, porque é...esse é um processo que...seria um processo mais educativo mesmo das instituições né, então um processo que deveria partir do poder público municipal local dando como é... exemplo né...para que as outras instituições pudessem servir. Então a lei previa tudo isso né, um período onde as instituições se adequarem a isso. A prefeitura teve uma época é...que até contratou pessoas que falavam as línguas...as..as co...cooficiais para trabalhar na própria prefeitura é...eu acho que através dessa lei teve uma época que até agora os bancos, o banco do Brasil, o Bradesco também começou a contratar pessoas daqui da região né, mas não sei se é com a intenção de facilitar a comunicação, mas hoje nós temos pessoas trabalhando né, não sei se é para facilitar a comunicação. Mas não tem nada claro né com relação a isso, e aí a...a própria, o próprio meio de comunicação que nós temos hoje que é a rádio municipal né, você não...você não tem a comunicação através dessas três línguas e não vejo nenhuma instituição trabalhar é... traduzir ou então... traduzir pra essas três línguas algum documento a... comunicações importantes que essas instituições têm.

Segundo o membro da FOIRN-2 quando acontece de o lugar ter falantes das línguas cooficializadas, esses são chamados para atender aqueles que falam tais línguas:

> É, por exemplo, nos hospitais onde já tem militares que falam Tukano, Baniwa e Nheengatu, aí quando viam um velhinho que não conseguia se expressar, já chamava alguém que entende. Então, já...hoje já ajudou bastante só que não tem uma pessoa pra atender especificamente essas pessoas, por exemplo, no banco não tem ninguém que possa atender um velhinho pra ouvir e traduzir pras pessoas que estão ali, não tem. Se tiver alguém que fala a língua geral, chama ele, mas não é um atendente específico pra isso.

Em sua fala, o diretor deixa claro que a presença de funcionários falantes de Nheengatu, Tukano e Baniwa não é algo que se fez para cumprir as normas estabelecidas na Lei, ou seja, não houve contratos voltados para tentar solucionar o problema de comunicação entre os falantes de línguas indígenas e os não falantes de línguas indígenas. Dessa forma, podemos dizer que se trata de uma situação de coincidência ou mesmo sorte quando a população oriunda das comunidades vem para sede e encontra falantes das línguas cooficiais nos setores públicos.

Isso se confirma no comentário do vice-prefeito (2009-2012):

> o que seria... os bancos tinham que ter essas três, qualquer comércio, instituição tinha que ter e não tem, ninguém fiscaliza, você não sabe quanto tem, quanto isso tem... algumas coisas que escuto é... algumas pessoas da FOIRN falando que o exército tem, mas aquilo é por acaso porque a maioria dos soldados deles são indígenas, claro, eles ficam atentos em relação a isso e colocam de alguma forma a questão da lei, mas ninguém sabe quanto isso tá facilitando se é a política lá, se tá no plano estratégico da instituição, você só vai saber se olhar isso, né?, se não também pá pum uma boa intenção, mas não tá lá no âmago da estratégia de desenvolvimento institucional da empresa.

Consoante a ex-vereadora houve um esforço de algumas instituições para tentar ter falantes das línguas cooficiais em seus estabelecimentos logo após a Lei ser regulamentada, porém, talvez por falta de apoio, a busca por atendentes específicos não prosseguiu:

> A questão das instituições a gente viu por um tempo, agora isso já é...de alguma forma a gente não ouve mais muito é...a gente viu nas instituições se esforçarem pra ter pessoas que falassem as três línguas nas instituições pra atenderem esse público, né? Eu vi mais por parte das instituições, eu acho que a parte da área comercial ainda precisa...até mesmo que trabalhado com eles, com essa parte de divulgar a lei, de apresentar, de explicar como seria, né, é...até a parte de um apoio necessário.

Observamos, assim, que, apesar da iniciativa de algumas instituições, raramente há a comunicação nas línguas cooficiais. Mesmo tendo alguém que fale uma das línguas é preciso que este se coloque a disposição da pessoa que chega falando uma das línguas indígenas. De acordo com o funcionário da FOIRN, muitas das vezes existe esse atendente, mas por motivo de vergonha prefere se comunicar em português, em seus termos:

> Esse é o problema, por isso que eu tô dizendo que acho que não funcionou muito. No comércio não existe isso ((de jeito nenhum?)), nas instituições muito pouco, muito, muito pouco. A gente vê algumas vezes, né, só que ainda tem aquela timidez ainda porque tem pessoas que tão lá nas instituições que ainda tem vergonha.

E reitera dizendo:

> Infelizmente não funcionou, pouco funcionou. Hoje, eu diria, por exemplo, até a FOIRN, a gente briga, por exemplo, olha aí, que a maioria não consegue falar a língua, pode até falar a língua, mas quando alguém, outro chega não consegue mais se entender, aí continua esse mesmo problema. Então, pouco funcionou ((o atendimento aqui então é em língua portuguesa?)) é em português só que teve uma melhora muito grande, nesse último...porque eu acho que esses últimas...últimos funcionários que estavam aqui são indígenas. Eles falam Tukano, Nheengatu, é...Baniwa, inclusive a Roberlina, não sei se você conhece, ela fala todas essas línguas. É...então ficou muito mais fácil, porque qualquer um que chegava eles conseguiam se entender, mas antes era diferente.

Confirmando o que o funcionário da FOIRN nos disse, durante as visitas que fizemos na FOIRN, observamos que, em geral, a língua utilizada é a língua portuguesa, contudo, quando chegava alguém falando em língua indígena os funcionários o atendiam também em língua indígena.

Quanto ao uso das línguas indígenas nos bancos, alguns alunos que participam dos cursos de licenciatura do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, informaram-nos que o banco Bradesco possui funcionários que falam as línguas cooficiais, porém, não souberam informar com exatidão se realmente é frequente a utilização dessas línguas no atendimento (comunicação informal). Infelizmente, não tivemos a possibilidade de conversar com o responsável (gerente) do Banco do Brasil, pois estava de férias e a pessoa encarregada naquele momento nos disse que não poderia nos informar nada sobre o assunto. Em relação ao banco Bradesco, também não foi possível conversar com nenhum funcionário, pois sempre estavam muito ocupados. Diante disso, percebemos que há certo receio por parte dessas instituições em falar sobre a cooficialização, preferindo, assim, não fazer comentários a respeito do tema.

De acordo com o membro da FOIRN-2, um dos problemas na falta de atendimento nas línguas cooficiais vem do próprio falante de línguas indígenas que, embora tenha dificuldades em expressar-se na língua portuguesa, chega a determinado setor público tentando falar em português:

> Eu acho que ainda é uma falta de conhecimento até de dizer: ‘se eu não sei expressar direito meu português eu tenho que falar na minha língua.’ Agora o quê que acontece como a maioria dos velhinhos consegue expressar um pouquinho em português, eles acham que tem que falar em português e não na língua dele, entendeu? Então, por isso que eu falo ainda é questão de...falta de saber dos seu direito da sua língua que você tem que falar. Porque nunca ninguém chegou a falar

> com alguém na sua língua numa prefeitura ou no banco, por exemplo. Chegar lá e falar com alguém que está atendendo na sua língua. Você chega lá...já se esforçando a falar em português, então nunca... ((O senhor acha, então, que falta as pessoas...)) Falta que as pessoas conheçam mais que da lei, que existe isso, que você pode chegar lá e falar, que você não é obrigado a falar português, você não é obrigado a se esforçar falar português. Então, eu acho que falta mais divulgação desse direito que nós temos aqui em São Gabriel.

E isso, muitas das vezes, pode influenciar a não contratação pelas instituições, bancos e comércio local de pessoas falantes das línguas cooficiais. Segundo o membro da FOIRN-2, acima citado, é preciso que a população busque por seus direitos, tomando as devidas providências, caso não sejam respeitados, assim declara:

> Isso é uma coisa que a gente deixou bastante claro pra eles, para os mais velhinhos, pessoal do comércio, a gente deixou bastante claro, porque a lei existe, talvez pela câmara...não sei quem é que deveria fazer isso, talvez divulgar mais essa lei. Obrigar mesmo os comércios, dizer: 'olha tem essa lei no nosso município vocês são obrigado a contratar, porque se um dia alguém, algum velhinho vir até aqui falando na língua dele e não for atendido, ele vai buscar os direitos dele e vocês sabe muito bem que vocês podem sofrer um processo'. Acho que isso ainda tem que ser divulgado para talvez os comerciantes se assustarem um pouco nesse sentido.

A população indígena, principalmente os mais idosos e os que vivem nas comunidades, ainda têm certa relação negativa com o uso de sua língua em espaços públicos, uma vez que foram obrigados a utilizar a língua da colonização durante muito tempo, como relata o funcionário da FOIRN:

> Outra coisa também é...uma história da colonização né, foram quase século de colonização né, os missionários proibiram demais a língua né, os pais que...começaram a frequentar os internatos acabaram ficando com vergonha, os padres proibiam isso e...a partir desse momento até na própria casa ele não falam mais com os filhos.

Dessa forma, chegar a um setor público e exigir ser atendido na sua língua é um processo que deve ser trabalhado constantemente entre os moradores do município, de forma a tentar eliminar de vez os resquícios da colonização.

A Lei prevê também que as sinalizações, placas, etc., espalhadas pela cidade possam estar escritas, além do português, nas três línguas cooficiais:

> Art.5º §5º Os letreiros, placas, outdoors, folders, panfletos de publicidade no espaço público devem oferecer informação também nas três línguas co-oficiais. Igualmente

> serão oferecidas nas três línguas as listas de preços, os cardápios dos restaurantes, lanchonetes e similares.

Nos termos do membro da FOIRN-2, baniwa: “pra efetivação dessa cooficialização e até deveria ter sinalização nas línguas na cidade e tal...isso tá tudo bonitinho na lei, mas não tem isso...eles não botam isso na prática”. O tempo em que ficamos na cidade (20 dias), observamos que o uso das línguas cooficias em espaços públicos (placas, sinais de trânsito entre outros) restringe-se a saudações em pouquíssimas placas localizadas em alguns pontos específicos: na entrada do Colégio São Gabriel; na área de pouso e decolagem do aeroporto; na entrada da “maloca” atrás do ginásio, como podemos ver nas fotos abaixo tiradas durante nossa estadia no município:

Figura 3 - Entrada do Colégio São Gabriel

Fonte: Fabiana Sarges, 2012.

Podemos ver na figura acima a expressão “Sejam Bem Vindos” escrita em seis línguas indígenas, entre elas o Nheengatu e o Tukano, as línguas cooficiais. A placa está localizada logo após o portão de entrada do colégio, ao lado do mural de informações. Esta é a única sinalização em línguas indígenas presente na escola, mas representa uma das medidas de implementação da política linguística existente no município. O Colégio São Gabriel foi uma das instituições escolares que adotou a língua Nheengatu assim que a Lei foi aprovada,

tempos depois retirou a língua de seu currículo. A escola é uma das mais antigas do município e está conveniada a Diocese de São Gabriel da Cachoeira. Segundo o funcionário da FOIRN, a língua da escola sempre foi o português:

> Eu estudava no colégio São Gabriel, lá dificilmente você ouvia alguém pronunciar uma palavra indígena por mais que fale em casa com os pais, mas na escola era vergonha, você pronunciar uma palavra era vergonha, sentíamos vergonha. ((E o ensino...era na língua portuguesa?)) O ensino era tradicional, português, português.

A placa acima é a única que não possui línguas internacionais ao lado das línguas indígenas.

Figura 4 - Entrada da Maloca

Fonte: Fabiana Sarges, 2012

Assim como na figura anterior, a figura 3 também é uma placa de saudação que contém a mensagem “Sejam Bem Vindos”. Ela está localizada na entrada da maloca que fica atrás do ginásio no centro da cidade. Na placa, há a presença do português, espanhol e inglês, representando que o local também recebe pessoas não indígenas e das línguas Tukano e Nheengatu representando a presença de pessoas indígenas. Em conversa informal com alguns participantes indígenas que estavam vendendo seus produtos no local, a ausência da língua Baniwa na placa talvez seja porque a maioria dos baniwa são evangélicos e como no lugar

acontece danças e vendas de bebidas alcoólicas, não seria um lugar apropriado para um evangélico estar presente.

Figura 5 - Área de pouso e decolagem do aeroporto

Fonte: Fabiana Sarges, 2012

A placa acima está localizada na área de pouso e decolagem do aeroporto do município e contém a mensagem "Sejam Bem Vindos" escrita em português, inglês e espanhol. A única língua indígena presente na placa é a língua Nheengatu, representando que na cidade a presença indígena é fortemente marcada e por ser, talvez, a língua inserida pelos missionários durante a colonização na tentativa de comunicar-se com os indígenas.

A presença das línguas internacionais nas placas, acima apresentadas, pode ter papel significativo. O espanhol por representar a língua de fronteira entre o município e os países Colômbia e Venezuela, tendo, portanto, a presença de indígenas morando ou trabalhando em um desses países. O inglês pode ser visto como símbolo de globalização almejado pela população, que é estimulada através da mídia televisiva, internet, rádio, entre outros.

Figura 6 - Parte interna da Maloca

Fonte: Fabiana Sarges, 2012

Figura 7 - Parte interna do telhado da Maloca

Fonte: Fabiana Sarges, 2012

No espaço interno da "maloca", figuras 5 e 6, mostram algumas placas com a escrita dos nomes dos produtos que são vendidos no local e uma placa de proibição com a mensagem "proibido a entrada de bebidas alcoólicas", todas as placas estão escritas em Português. A maloca é um local aberto a toda população da cidade em que aos domingos os indígenas se

reúnem para vender produtos e alimentos produzidos por eles, como beijus, caxiris[23], frutas, açaí, etc. Além da venda dos produtos, os povos indígenas aproveitam esse dia para relaxar e se divertir. Eles dançam, comem e bebem bastante caxiri ao longo do dia. De vez em quando bandas de forró locais marcam presença animando a festa. Durante o evento os indígenas conversam entre si e falam ao microfone nas suas línguas. A presença de visitantes como pesquisadores e professores que vão ministrar disciplinas em cursos, é frequente. Em um dos domingos em que estávamos presente, juntamente com outros professores que estavam em São Gabriel para lecionar nos cursos do PARFOR, uma senhora tukano utilizando sua língua Tukano cantou em homenagem aos professores que ali estavam (Figura 5).

Figura 8 - Placa localizada próximo a praia

Fonte: Fabiana Sarges, 2012

A figura 9 é mais um exemplo das sinalizações do município escritas em português. Ela está localizada a margem do rio Negro, próximo à praia. Assim como na cidade, a ausência de placas e sinalizações nas línguas indígenas em lugares como a "maloca" que reúne todos os domingos dezenas de indígenas mostra o contraste com a realidade local. Enquanto cidade onde a maioria de sua população é indígena e que apresenta línguas cooficiais, a falta de sinalizações nas línguas nos guia para outro caminho, o de passado,

[23] Caxiri é uma bebida fermentada que tem como base a mandioca, muito utilizada durante as festas e rituais indígenas.

atrasado. Contrastando com as línguas que oferecem desenvolvimento e modernidade, Português, Inglês e Espanhol (SHULIST, 2012).

Figura 9 - Muro de uma igreja evangélica

Fonte: Sarah Shulist, 2012

Outra mensagem de boas vindas que têm impacto na paisagem linguística da cidade está localizada no muro de uma igreja evangélica em uma das ruas do centro do município. A língua indígena apresentada é o Nheengatu e está ao lado da língua nacional e de uma língua internacional. A igreja evangélica tem grande representatividade entre os povos da família linguística Aruak da região do rio Içana falantes de Nheengatu, entre eles baniwa, kurripako e werekena. De acordo com Shulist (2012) o uso do Nheengatu na mensagem pode ser o reflexo de uma população em que a maioria é evangélica.

É válido comentar que as placas que constam a mensagem “Sejam Bem Vindos” em várias línguas, incluindo indígenas e não indígenas, não são sinalizações produzidas ou instaladas por ações do governo, mas fruto de ações individuais ou coletivas que nada tem a ver com o poder público do município. Quanto às línguas cooficiais utilizadas, o Nheengatu é a que está mais presente. Além disso, é a língua que é ensinada em algumas escolas da sede. Segundo a autora, o Nheengatu é a língua que recebe mais apoio institucional, enquanto o Tukano é a língua mais ouvida entre as organizações que participam do movimento indígena e

o Baniwa é mais visto e ouvido nos bairros mais distantes do centro do município e nas igrejas evangélicas.

Conforme o artigo 2º § 3º E-I, os veículos de comunicação (rádios, jornais,vídeo, escritos locais, outdoors, carros volantes de publicidade) terão, também, de contemplar na sua programação diária as línguas cooficiais com um prazo de três anos a partir da regulamentação da Lei. A legislação de línguas cooficiais influenciou, a princípio, a utilização da rádio local nas línguas indígenas, mas atualmente não está sendo mais realizadas as programações nas línguas. Em conversas informais com funcionários do setor de comunicação da FOIRN, foi comentado que a transmissão em línguas indígenas acontece para algumas comunidades quando se tem informações ou recados a serem passados. Os próprios boletins informativos da FOIRN são escritos em português, salvo o nome do boletim. Na mesma instituição há uma loja com produtos artesanais indígenas, entretanto, as placas com a descrição dos produtos estão em português.

Figura 10 - Boletins informativos da FOIRN

WAYURI

BOLETIM INFORMATIVO SETEMBRO / OUTUBRO / NOVEMBRO/ DEZEMBRO DE 2003

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN

EDITORIAL...

Mais uma vez a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro publica o seu boletim informativo, que tem por objetivo, felicitar toda a Comunidade Indígena, funcionários e respectivos familiares, enfim todos os amigos, parentes, financiadores e parceiros pela passagem de mais um ano de trabalho e de conquistas consolidadas, ao mesmo tempo em que rogamos a Deus para que ilumine a vida de todos e abençoe os lares dos nossos parentes por mais longínquos em que se situem, para que assim possamos ter a fé e a esperança renovada para juntos continuarmos lutando pela unidade do movimento indígena, e que seus objetivos estejam sempre comprometidos com as causas do povo, cultura, costumes, tradições e de garantir os direitos indígenas para que todos tenham consigo a letra da igualdade, liberdade e fraternidade no peito e na consciência de cada um.

Nesta edição você vai ficar sabendo das principais atividades realizadas, destacando os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2003, dos encontros em que a FOIRN participou a nível nacional e internacional, o reconhecimento pelo Governo Federal e empresas privadas de renome nacional aos relevantes trabalhos executados pela FOIRN em prol das comunidades indígenas do Rio Negro, recebendo inclusive prêmios pelo referido reconhecimento o que comprova a competência e a capacidade do corpo administrativo da Federação, dignificando todo o povo de São Gabriel, abrigador de 22 etnias, que representa 35 mil índios. Faça um bom proveito do nosso Boletim Informativo.

Délio Firmo Alves

CIDADANIA EM PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO NO RIO NEGRO

No dia 29/07/03 foi lançado oficialmente na maloca da FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro –, o Projeto Consolidação da Implantação da Cidadania Indígena no Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM). O convênio com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos da Presidência da República - Ministério da Justiça está possibilitando a continuidade das atividades iniciadas nos projetos anteriores (2001 - 2002). Cujo objetivo é levar as mais longínquas comunidades ribeirinhas do Rio Negro, o direito de ter nas mãos os documentos básicos, para garantir a cidadania ativa dos povos indígenas, capacitar Agentes Indígenas da Cidadania, além de prestar assessoria jurídica às associações indígenas na regularização junto ao cartório publico e a Receita Federal.

Estiveram presentes na cerimônia de lançamento representantes de várias instituições locais, que são parceiras no projeto, como a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Poder Judiciário, Ministério Público, Câmara Municipal, Militares, Instituto Socioambiental – ISA, FUNAI e outras instituições. A 1ª Campanha realizou –se entre os dias 30 de julho a 01 de agosto. Mais de 300 pessoas foram atendidas na maloca da FOIRN, onde foram expedidas certidões de nascimento, CTPS e Carteiras de Identidade.

Na 2ª campanha o Projeto beneficiou as comunidades indígenas do Alto Rio Içana e Rio Ayari. Os pólos de atendimentos foram: Canadá – Rio Ayari; Tucumã Rupita e Coraci situados no Alto Rio Içana atendendo os indígenas das etnias: **Curipaco, Baniwa, Cubeo, Baré, Tariana.**

TOTAL DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS NA 2ª CAMPANHA

Certidão de Nascimento	CTPS	Carteira de Identidade	Título de Eleitor	Total de Documentos
437	409	450	310	1606

FOTOS TIRADAS: 620

PESSOAS CADASTRADAS: 1.055

Campanha - Canadá

Campanha - Tucumã

A terceira campanha atendeu as demandas do Alto Waupés e Papuri. O pólo de atendimento foi o Distrito de Iauareté **COMUNIDADES ATENDIDAS :** Miriti, Umari Cachoeira, Santa Rosa, Ji Ponta, Periquito, Caruru Cachoeira, Ilha de Inambu, Ilha de são João, Aracú Ponta, Loiro, Juquira Ponta, Paraná Jucá, São Luís, Itaiaçú, Patos, Santa Cruz, São Miguel, Melo Franco, Uirapixuna, Ituim, Vila Fátima, Santo Atanásio, Jacaré Banco, Marabitanas, Urubucuara, São José de Anchieta.
Foram atendidas indígenas das etnias: Piratapuia, Dessano, Tariano, Wanano, Juruti, Hupda, Tuyuca, Siriano, Arapaço, Baré.

TOTAL DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS 3ª CAMPANHA

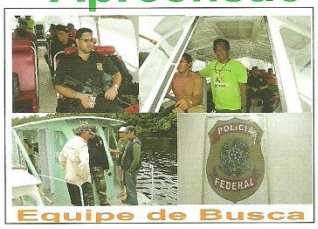
Certidão de Nascimento	CTPS	Carteira de Identidade	Título de Eleitor	Total de Documentos
358	416	526	500	1800

FOIRN **WAYURI** FOIRN

Boletim Informativo - Outubro, Novembro e Dezembro 2011.

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Apreensão no Rio Marié TI



Equipe de Busca

Em Maio do corrente ano, os representantes das comunidades e membros da diretoria da Associação com a presença da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN já tinham tomado decisão que não permitiriam a entrada da empresa de pesca esportiva no Rio Marié. No mês de julho aconteceu uma outra reunião,onde por unanimidade os representantes das comunidades que fazem parte da Associação e com a presença da Foirn disseram "não" a entrada no Rio Marié Terra Indígena(TI) Médio Rio Negro I, segundo os moradores esse rio serve para buscar alimentos para o sustento das famílias das comunidades situada nas suas proximidades. Apesar dos representantes das comunidades e a Associação do Baixo Rio Negro tem buscado diálogo, o representante da empresa de pesca esportiva não respeitou a decisão tomada, e isso começou causar a revolta. Houve várias denúncias sobre pesca esportiva pelas lideranças Indígenas das comunidades pertencentes a ACIBRN- Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro, foram feitas 3 tentativas de busca para expulsá-los.Recentemente no dia 05 de novembro do ano em curso os indígenas se sentiram revoltados pela falta de respeito e invasão pelo responsável da empresa de Pesca Esportiva no rio Marié,então resolveram novamente fazer essa busca de apreensão e finalmente conseguiram apreender o patrimônio da Agência de pesca esportiva que se chama Acute Angling, com a participação dos **Agentes da Polícia Federal** e acompanhamento de **Agentes da Funai**. O responsável da Empresa de pesca que estava no local era o Sr. **Wellitom Mello,** sendo que o agente financiador de toda a operação de pesca era um norte americano com o nome inglês **Paul Reiss**, que oferecia o Rio marié no Site de sua Agência e que havia adotado com o nome de **Rio Tucano,** que dizia nas frases do SITE, que oferecia o melhor conforto nas balsas flutuantes dizendo aos turistas que estavam legalizados na área e que cobrava equivalente 6.200 Dólares por pessoa. Foi apreendido pela Policia Federal de São Gabriel da Cachoeira todo os equipamentos que estavam sendo usados como;Motor de Centro,Motores de Popa,Botes e cabanas, mas devido não ter um delegado da Polícia Federal aqui em SGC, tudo o material foi encaminhado para Manaus para ser feito a aprensão e isto deixou o movimento indígena bastante chateado é que após de tanto esforço das lideranças indígenas para retirada desta empresa a coordenação regional da Funai sem pelo menos comunica-los deixaram o barco partir para Manaus causando mal entendido entres as lideranças indígenas das comunidades e a direção da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, esta ação das lideranças ficará na história do movimento indígena isto vem mostrar que os indígenas são os verdadeiros donos da terra e que para entrar nela tem que pedir permissão dos seus donos.Maiores informações acesse o e-mail comunicacao@foirn.org.br.

Equipamentos e materiais apreendidos

Fonte: FOIRN, 2012

Uma das principais dificuldades encontradas no processo de implementação da lei 145/2002, em especial as medidas previstas que requer materiais escritos, é a falta de padronização de escrita das línguas cooficiais. Essa questão implica duas transformações importantes nas línguas indígenas. Primeiro, porque as línguas indígenas são historicamente línguas orais e a oficialização dessas línguas indica que também estarão presentes no domínio da escrita. Segundo, a criação de uma ortografia significa que esta irá se sobrepor às variantes da língua, gerando uma hierarquização das variedades linguísticas. As línguas cooficiais, assim como qualquer outra língua, apresentam variações dialetais. Do ponto de vista linguístico, essa variações são próximas, mas do ponto de vista sociológico têm diferenças.

De acordo com Veiga (apud DIAS, 2002), não só a unificação e a capacidade de escrita estariam contempladas na língua padronizada, mas valores como eficiência, funcionalidade e racionalidade seriam critérios observáveis na criação de uma ortografia. A oficialização de uma língua implica na padronização de uma escrita que, por sua vez, tem como ponto de partida o modelo ocidental de Estado-nação e está carregado de valores que influenciam a criação de hierarquias. Nas palavras de Dias (2002) "a escrita não é uma tecnologia neutra; ela é um fator essencial na criação de hierarquias". Segundo a autora, os grupos que têm acesso à escrita teriam mais privilégios do que os grupos que não a têm. É através da escrita que lidamos com o sistema burocrático moderno e, para realizar suas atividades dentro desse sistema, a população indígena se utiliza do português. Podemos, assim, dizer que a língua indígena atua no campo da comunicação informal, nas conversas e atividades do dia a dia e o português no campo formal, na escola, no banco, na prefeitura, etc. A ideia de cooficializar colocaria a língua oficial e as línguas indígenas coexistindo num mesmo espaço. Percebemos, desse modo, uma ideologia que sugere igualdade entre as línguas indígenas e a língua portuguesa, contribuindo para que a população indígena possa assumir sua identidade e usufruir de suas línguas em espaços que antes era só da língua oficial, o português.

Dessa maneira, a convenção de uma ortografia carrega valores que remetem ao modelo ocidental de organização social e "vem de encontro a uma realidade caracteristicamente marcada pela pluralidade" (ibidem), como é o caso de São Gabriel da Cachoeira que apresenta uma diversidade de línguas indígenas, o que exige um olhar mais minucioso e específico. A escolha por uma variante linguística para cada uma das línguas cooficializadas poderá levar benefícios ao grupo mais próximo da variante escolhida. Temos, então, conforme Dias (2002) a ideologia da unificação carregada de valores como a uniformidade, a rigidez, a estabilidade; contrastando com a dinamicidade, a variabilidade e a flexibilidade de uma língua caracterizada como língua oral, que possibilitam a preservação de um contexto rico em sua diversidade, como as línguas indígenas.

Outro ponto levantado por Dias em seu artigo sobre a padronização do crioulo, mas que pode ser facilmente levada para o contexto de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa, é a questão da busca por um status de igualdade entre o português e as línguas indígenas, uma vez que apresentam limites fortemente marcados. A lei 145/2002 deixa claro que a língua portuguesa é o idioma oficial da Republica Federativa do Brasil e promove as línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa como línguas cooficiais. Em outras

palavras, apesar de todas as medidas previstas na regulamentação da Lei e de todo discurso em volta da política linguística de revitalização e valorização das línguas, será que as línguas cooficiais terão os mesmos privilégios que o português tem nas relações externas?

Nesse sentido, a unificação da escrita das línguas cooficiais é um processo complexo devido as variedades dialetais. O Baniwa, por exemplo, possui dicionário e gramática escritos na língua por Henri Ramirez, contudo, contrasta fortemente com a opinião da grande maioria dos falantes da língua que diz não concordar com a ortografia criada pelo linguista. O Tukano e Nheengatu estão discutindo propostas para criação de suas ortografias, assim nos fala o ex-vereador:

> Olha existe uma discussão no caso, por exemplo, dos baniwa que eu tenho participado, existe uma discussão muito grande a respeito disso, é...nesse mesmo período né, houve uma discussão no rio Içana para tentar chegar numa escrita...como é que a gente pode dizer...única, né, porque...aí é uma realidade...uma...uma...as comunidades indígenas...como é que eu poderia dizer...elas ficaram refém da própria, como é que a gente poderia dizer...da própria...da própria divisão que existe na área da Linguística né, ora quando você tem um linguista que é...que é mais preocupado com a questão da escrita e da...como é que a gente poderia dizer é...da escrita, da ortografia, da fonética, enfim, tudo isso aí...houve um tempo aí que as comunidades indígenas lá do Içana tiveram assessoria do Henri Ramirez, então eles avançaram na questão da escrita e aí, existe até um dicionário Baniwa que foi produzido, mas que precisou ter uma conversa maior com outros...com outros baniwa de outra regiões para chegar a uma conclusão. E eu acho que essa conversa não chegou porque também existe outra versão que é das políticas, como é da..da política linguística, né, como é que se chama essa vertente da...da variedade. Então alguns assessores...alguns acessórios achavam que cada comunidade, cada localidade deveria decidir sua própria escrita e não ter uma unificação única da escrita. Então, mas isso também é...hoje você não tem essa discussão nas comunidades indígenas é...eu não tenho a certeza, mas talvez quem trabalhou isso muito mais através da escola foram os Tuyucas, porque tem um projeto político pedagógico Tuyuca ela vem muito forte essa questão da língua. Eu acho que talvez eles tenham avançado muito mais do que as outras regiões na questão da grafia, com relação a isso acho que o pessoal lá dos Tuyuca deve ter avançado bastante.

Existem estudos como o de Wilson Silva que tem desenvolvido um trabalho de construção de uma ortografia para a língua Desano (família linguística Tukano Oriental), língua não cooficializada. O projeto de Silva é parte de um projeto maior de documentação da língua Desana que deu origem a sua tese de doutorado (SILVA, 2012). Segundo Silva, para a criação da ortografia da língua Desana considerou-se experiências prévias com escritas de outras línguas como o português, o espanhol e o Tukano que é ensinado em algumas escolas das comunidades. Além disso, tem-se considerado falantes de Desana que apresentam dialetos

diferentes. De acordo com o autor, as decisões finais da ortografia são sempre do falante (informação verbal).

Os tuyuka também apresentam uma proposta de escrita, realizada com a assessoria do linguista Gilvan Muller de Oliveira, que é utilizada no processo ensino-aprendizagem da Escola Tuyuka. Assim, a língua de instrução é a língua Tuyuka e a língua portuguesa é definida como segunda língua (Cf. REZENDE, 2007). Stenzel (2004, 2007, 2009), tem trabalhos realizados com a língua Kotiria (Wanano)[24], inclusive pesquisas que investigam, através de dados comparativos, que a língua Kotiria tenha mais influência das línguas do grupo Aruak do que em outras línguas Tukano Oriental da região.

Alguns cursos de formação de professores como Magistério Indígena II e o curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável elaboram propostas de ortografia de uma das três línguas cooficiais em conjunto com os alunos para uso durante o curso, como declara o funcionário da FOIRN:

> O Magistério Indígena que vai começar segunda-feira estava tentando fazer isso, porque lá são professores de todas as regiões, mas até eles não conseguiram se entender, porque um diz: 'não é assim', outro diz: 'não pra cá é assim'. Eles tentaram fazer isso, mas ainda não foi aplicado. Tem uma ortografia que criaram, mas é...ainda ficou muito restrito a eles, porque eles ainda estão na formação. Tem professores que já estão há anos lá como professor e como eles estão criando, aí eles já estão há anos, eles continuam dando aula do jeito que eles aprenderam ((é complicado, né)). É complicado, então...por exemplo, esse professor que foi lá, que a gente contratou, ele é...fala a língua geral, fala bem a língua geral, só que é uma língua diferente. Quando ele chegou pra dar aula, porque eu era coordenador lá da escola, sempre eu vou lá ver o que...como o professor dá aula, é...eu via...é diferente ele ensinar tanto é que os alunos perguntaram: 'mas não é assim, a gente fala assim, ele diz, não, é assim...((as diferenças da língua)) é...eu não sei quando ainda, a gente não tem essa proposta.

A língua de instrução durante os cursos depende da territorialidade linguística de cada uma das línguas cooficiais. Dessa forma, os cursos são realizados de acordo com as calhas dos rios formando três Polos: Uaupés, nas comunidades de Taracuá, para a família linguística Tukano; Içana, em Tunuí-cachoeira, para a família linguística Aruak; e Rio Negro, em Cucuí,

[24] Kotiria quer dizer "povo d'água". Na região e na literatura são também conhecidos como Wanano, Uanano, Guanano. Entretanto, após reunião em assembleia, em 2006, foi decidido a adoção do uso exclusivo do nome tradicional Kotiria para referir-se tanto ao povo quanto à língua. Dessa forma, foi solicitado aos pesquisadores e assessores que passassem a utilizar Kotiria a partir de então, como expressão de autodeterminação e valorização cultural (STENZEL, 2009).

para os falantes de Nheengatu. O curso de Magistério Indígena II conta ainda com o funcionamento em línguas da família Maku em Barreira Alta e em língua Yanomami em Maturacá (FARIA, et al., 2010). Tanto o curso de Magistério Indígena quanto o curso de Licenciatura Intercultural têm parcerias com a FOIRN e com o IPOL. Ambos os cursos fazem parte das políticas linguísticas que promovem o uso das línguas coficiais em contextos educacionais em conformidade com a legislação 145/2002. Estão voltados para a necessidade educacional e cultural da região, além de garantir o uso das línguas indígenas nos mais variados contextos. São resultados de esforços e discussões acerca de uma política educacional que respeitasse as diferenças culturais e linguísticas e estivesse de acordo com a legislação vigente sobre a educação e a lei de cooficialização. Tais discussões iniciaram-se na década de 80 com o movimento indígena e com o surgimento da FOIRN em 1987, durante a II Assembleia Indígena do Rio Negro.

O primeiro curso de formação de professores, o Magistério Indígena I, aconteceu entre os anos de 1998 a 2002 como respostas das reivindicações dos professores por uma educação escolar indígena, dando início às primeiras experiências das escolas indígenas pilotos: a Escola Indígena Baniwa e Kuripako Pamáali, na região do Içana; e a Escola Indígena Municipal Ʉtãpinopona Tuyuka, no rio Tiquié (cf. REZENDE, 2007), como nos conta o ex-vereador:

> Então foi nesse período que se constituiu a...o primeiro curso de formação de professores. Então participei é de todo o processo da elaboração que o curso de formação foi o resultado da reivindicação dos professores e da primeira conferência municipal de educação que houve no alto rio Negro em 1997 de onde saíram essa demanda da formação é...de criar um programa não só de formação mas um programa que atendesse é...a implementação de uma política voltada para educação escolar indígena né, toda uma estrutura. Então nesse período foi criado a categoria de professores indígenas, foi criado o sistema de educação escolar indígena é...os professores que antes era considerado como professores rurais porque eles eram é... essa herança, esse nome rural era porque antes quem...a instituição que contratava os professores eram o IERAM, o Instituto Rural do Amazonas. Então esses professores eram considerados como professores rurais e não indígenas. E a partir de 97 então com essa administração conseguiu avançar a questão da regulamentação da implementação de políticas voltadas realmente a questão da educação escolar indígena. Então o plano e cargos de salários do magistério indígena, o sistema municipal, é... criação do conselho municipal. Então o sistema municipal previa a criação de, de uma câmera que tratasse especificamente da questão da educação escolar indígena. Hoje essa lei é...em 2003 essa lei foi modificada, eu acho que nós precisamos rever novamente essa lei é...que trata da educação aqui do município de São Gabriel da Cachoeira, mas enfim esse período foi é...que deu início toda a política, a discussão da educação escolar indígena no final de é em 99, 98 a 2000, foi criada as primeiras experiências de escolas piloto aqui no município, é um projeto que também teve a participação da secretaria municipal, mas eles foram financiados

> por recursos estrangeiros e a escola Paámali e a escola Tuyuka né. Então, toda a... partir daí é que surgiu o que diríamos a implementação. Antes de 97 havia apenas a discussão e a participação de alguns professores indígenas, lideranças indígenas com relação a educação escolar indígena né que já então muito antes já havia essa mobilização da comissão dos professores de Roraima, Amazonas e Acre né que é a Acopiam que mobilizava os professores e aí muitas lideranças e professores já participava dessa discussão, mas a implementação dessas políticas então é a partir de 97, a partir da primeira conferência municipal de educação escolar indígena.

Segundo o próprio ex-vereador, antes das reivindicações por uma educação escolar indígena, a língua utilizada nas escolas era o português, pois as instituições escolares eram coordenadas por missionários salesianos:

> Nas escolas, como na maioria das escolas é...antes dessa lei elas eram e muito antes da discussão da educação escolar indígena eram coordenadas pelas irmãs salesianas, a língua que se utilizava era a língua portuguesa. Então todas as escolas rurais a primeira língua era a língua portuguesa. Depois dessa discussão então de 97 da Conferência Municipal de Educação e depois da lei é que as comunidades indígenas hoje praticamente adotaram sua língua materna e utilizam como meio de comunicação dentro da escola a língua materna.

A educação oferecida pela rede pública, municipal, estadual e federal, reforçada principalmente pelos salesianos, sempre teve a necessidade de integrar os indígenas a sociedade ocidental, desqualificando qualquer particularidade cultural e linguística da região. Nas palavras do funcionário da FOIRN:

> Mesmo nesse período que é...que eu tava falando que chegou os missionários eles não foram se preocupando com a língua, introduzia português, aquela ideia... até aquele período aquela ideia de extinguir é...os índios, extinguir a cultura, a língua, era aquela questão, aquela ideia de integração nacional.

Entretanto, a partir das manifestações do movimento indígena, dos encontros entre lideranças, seminários e conferências acerca de uma educação voltada para a realidade do município, hoje as escolas, em especial das comunidades, atendem às necessidades específicas da diversidade cultural indígena. E para atender essa demanda, é preciso a elaboração de cursos e projetos específicos para indígenas. É nesse sentido que o curso de Magistério Indígena II e Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável funcionam.

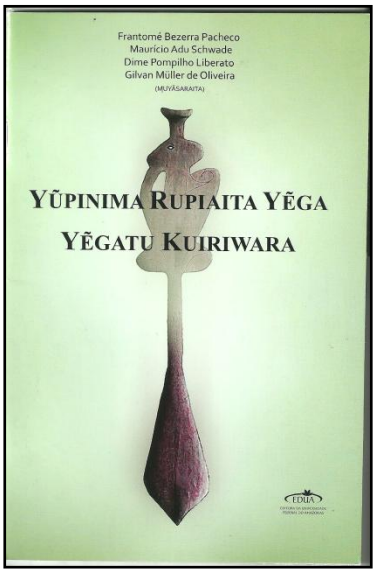
Com a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação ao lado da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e a pareceria da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o curso de Magistério

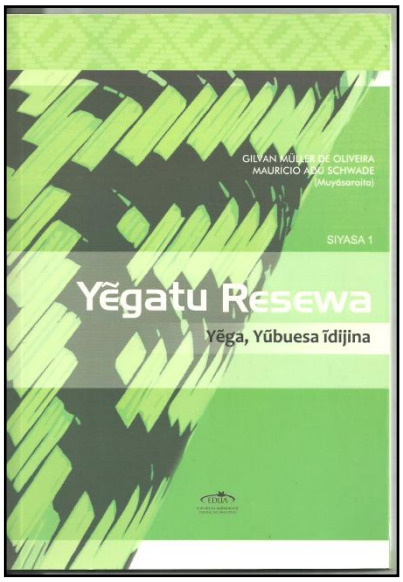
formará novos professores que lecionarão nas escolas municipais das comunidades indígenas. A concepção pedagógica assumida no curso é o Ensino via Pesquisa que tem como ponto principal o currículo aberto que se estrutura a partir das problemáticas trazidas pelos discentes. Tais problemas serão respondidos através de pesquisas realizadas pelos próprios alunos. Um dos objetivos do curso é a da Equipagem das línguas indígenas envolvidas incluindo as línguas cooficiais, denominadas no curso como Língua de Instrução. Desse modo, instrumentos linguísticos serão criados garantindo o uso dessas línguas em vários contextos exigidos pelas comunidades dos falantes (Cf. FARIA, et al., 2010).

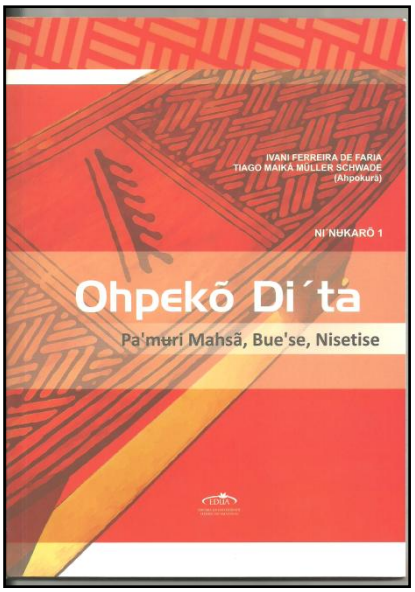
O curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável também se dá através do Ensino via Pesquisa que prioriza o contexto educacional local e os interesses dos participantes. A proposta metodológica integra ensino, pesquisa e extensão, construindo seu currículo ao longo do curso, refletindo as preocupações e interesses dos grupos indígenas inseridos no processo de formação. O curso surgiu a partir de discussões sobre a Universidade dos Povos Indígenas do Rio Negro em maio de 2005 e articula conhecimentos indígenas e não indígenas e intercultural. A Licenciatura ocorre semestralmente nos meses de férias e recessos escolares dos alunos, o que permite conciliar as atividades docentes nas escolas com as atividades do curso, uma vez que os discentes do curso são professores indígenas.

A Licenciatura habilitará professores/pesquisadores para atuarem nas escolas indígenas diferenciadas, sendo capazes de desenvolver projetos que visem a sustentabilidade das comunidades indígenas (Cf. ibidem). A primeira turma do curso de Licenciatura colará grau muito em breve e já podemos contar com alguns resultados do curso. As turmas finalistas produziram livros utilizando a ortografia elaborada durante o curso em conjunto com os professores (ver abaixo). São livros que retratam a diversidade linguística e cultural da região e está em conformidade com a lei das línguas cooficiais. A tradução da Lei145/2002 e da Regulamentação 210/2006 nas línguas cooficiais a partir da ortografia elaborada no curso constitui um dos itens apresentados nos livros e pode ser vista juntamente com os grafemas no anexo deste trabalho. Uma nova turma do curso Licenciatura iniciará suas atividades nos mesmos moldes da anterior.

Figura 11 - Livros produzidos no curso de Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável no Alto Rio Negro/AM







Da esquerda para direita, livros na língua Nheengatu, Tukano e Baniwa.

Tais projetos educacionais, em conformidade com a Lei 145/2002, se voltam muito mais para as comunidades, para o interior ou área rural, do que para a sede, a área urbana do município. É perceptível a diferença entre a realidade presente nessas duas áreas. É no interior que estão os territórios indígenas demarcados e assegurados pela Constituição e que a manutenção linguística e cultural é mais aparente e intensa, embora muitas línguas tenham um número bem reduzido de falantes. É lá, também, que estão as escolas que buscam atender às

necessidades de suas comunidades. Apesar da grande maioria dos moradores da sede ser indígenas, incluindo muitos participantes do movimento indígena, há diferenças entre a sede e as comunidades e isso é confirmado pela fala dos próprios indígenas, principalmente quando referem-se à educação:

> Quando começou a implantar, quando os missionários começaram a chegar, as primeiras escolinhas do interior foram de missionários, de...começaram. Só que eles por exemplo, pegavam professores do Uaupés e mandavam lá pra aqui pro rio Negro onde era tudo Nheengatu, como é que o professor vai se dar com o aluno? Então eles não se entendiam até o movimento de novo... 'a partir de agora o professor tem que ser da comunidade, que fala a língua, que entende a comunidade, metodologia diferente, que a gente trabalha com via pesquisa agora no rio Negro.' Não precisa mais se apegar ao livro, não precisa mais o aluno aprender sobre frutas sabe lá de onde, caqui... não sei o que, jabuticaba...a gente utiliza nosso material, nosso peixe, nossos animais, caça e...então foi encaminhado é...nesse período a educação indígena ela teve na verdade um auge né, foi bem discutido [...] a gente não consegue criar propostas pra São Gabriel porque **há diferença muito grande da cidade pro interior**. Assim, no interior cada comunidade tem sua língua, então...aqui não como é que vou implantar numa mesma escola grande...na escola nheengatu se tem desano, tariano, como é que eu vou fazer isso? Então a gente tem essa dificuldade (Funcionário da FOIRN).

Mediante o comentário, observamos que houve mudanças na educação escolar das comunidades após as discussões, já relatadas acima, acerca de uma educação específica para cada comunidade e a Lei veio reforçar o que estava acontecendo:

> Nas escolas, como na maioria das escolas é...antes dessa lei elas eram e muito antes da discussão da educação escolar indígena eram coordenadas pelas irmãs salesianas, a língua que se utilizava era a língua portuguesa. Então todas as escolas rurais a primeira língua era a língua portuguesa. Depois dessa discussão então de 97 da Conferência Municipal de Educação e depois da lei é que as comunidades indígenas hoje praticamente adotaram sua língua materna e utilizam como meio de comunicação dentro da escola a língua materna. ((Mas a lei influenciou...)) Ela reforçou o que já as comunidades indígenas vinham reivindicando e a maior dificuldade do aprendizado dos alunos era porque o português não era a língua de comunicação da maioria que moravam nas comunidades indígenas (ex-vereador).

A lei 145/2002 foi criada no intuito de possibilitar uma melhor relação social, linguística e cultural na sede, uma vez que já existem trabalhos direcionados para as comunidades assegurados pela Constituição. Mas as ideologias linguísticas locais nos levam para a concepção de que o lugar das línguas indígenas é no interior e de que existem outras línguas como o português, o inglês e o espanhol que oferecem maiores possibilidades de desenvolvimento social e econômico e que estão presentes na área urbana do município.

Na sede a legislação de línguas cooficiais influenciou, a princípio, a utilização da rádio local nas línguas indígenas, mas atualmente não está sendo mais realizadas as programações

nas línguas. Em conversas informais com funcionários do setor de comunicação da FOIRN, foi comentado que a transmissão em línguas indígenas acontece para algumas comunidades quando se tem informações ou recados a serem passados.

Durante nossa estadia na cidade pudemos assistir a missa com o bispo que abre a cerimônia com saudações nas três línguas cooficiais, além do Português, incentivando o uso das línguas indígenas. É a ideologia de valorização cultural muito bem reconhecida pela população indígena que durante muito tempo foi reprimida pelos missionários. A introdução das línguas cooficializadas no ato simplório de saudação realizado pelo líder religioso da cidade, bem como a utilização das línguas na fala de representantes de organizações, secretarias, etc., exerce influências significativas sobre a população indígena no que diz respeito ao uso dessas línguas. Shulist (informação verbal) durante seu trabalho de campo observou, em uma assembleia de educação, a fala de um professor na língua Nheengatu em que reconhecia o direito dado pela lei de usar a sua língua. Atitude esta apoiada pelas pessoas ali reunidas.

Ao chegarmos ao município é possível ver as línguas indígenas sendo mais utilizadas nos espaços públicos da cidade em conversas informais, mostrando que a legislação de línguas cooficiais contribuiu de algum modo com as mudanças na forma de pensar dos povos indígenas. Muitas pessoas acreditam que a partir da Lei o sentimento de vergonha por usar a língua indígena em público diminuiu. Vale ressaltar que o uso das línguas nas ruas é algo que já vinha sendo trabalhando entre a população através do movimento indígena do Alto Rio Negro. A Lei veio reforçar de maneira legal a utilização das línguas indígenas, expandindo o uso também em logradouros e instituições públicas.

> Na realidade com a população sim, porque você verifica que cada vez mais você anda na rua e você vê pessoas falando na sua língua materna, se comunicando na língua materna que isso no passado bem recente...é eu vim pra São Gabriel da Cachoeira em 82 quando tinha dez anos, vim de Assunção pra cá é...na rua era assim raro você ouvi pessoas na rua falando sua língua materna, né, porque havia toda uma discriminação com relação ao uso da língua materna, então é...o projeto integracionista que o...é...os não índios trouxeram e vieram e implementaram aqui no Alto Rio Negro ela...vinha com essa intenção de negar a cultura, negar a língua e pra você se tornar um cidadão né, brasileiro São gabrielense, aqui na sede antes você tinha que dominar o português. Então muita gente não tinha como preservar sua língua aqui na cidade. E aí eu acho que não só a partir da lei, mas muito antes a partir do momento em que o movimento indígena se firma aqui no Alto Rio Negro aí, começa haver então essa reviravolta, né. Os índios começam a se identificar como pertencente a um povo e que ao mesmo tempo utilizar a sua língua materna na comunicação diária. Então hoje São Gabriel da Cachoeira é normal você verificar Baniwa circulando, falando Baniwa, quem é nheengatu fala Nheengatu, quem é Tukano fala Tukano (Ex-vereador).

Em consonância com a lei 145/2002 haveria um Conselho Municipal que fiscalizaria o processo de implementação da Lei além de dar apoio na capacitação dos professores.

> Art.7º Fica estabelecido no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira o Conselho Municipal de Política Linguística.
>
> §1º O Conselho terá caráter consultivo e deliberativo e deverá acompanhar, orientar e fiscalizar a aplicação da Lei 145/2002, e administrar o fundo Municipal de Política Linguística

Esse Conselho seria constituído por instituições municipais, estaduais, federais, associações de comerciantes e organizações não governamentais, conforme nos fala a ex-vereadora:

> Na verdade, a iniciativa é...quando você fala da iniciativa, independente do Conselho, a iniciativa ela tinha partir do poder público municipal. Então, em relação a comissão, eu lembro da FOIRN, da SEDUC, mas eu não...assim (ela procura resposta na documentação). Tá aqui ó, seria a FOIRN, a câmara de vereadores, SEMEC, SEDUC, UFAM, FUNAI, IPOL, COPIARN, ISA, UEA, Escola Agrotécnica, Saúde sem limites e APIARN.

De acordo com a Lei, o Conselho iria estimular a promoção tanto das línguas cooficiais quanto das demais línguas indígenas no município e teria 60 dias para iniciar suas atividades. Segundo a ex-vereadora a falta desse Conselho contribuiu para que a Lei não fosse aplicada:

> Eu acho que talvez não avançou por conta disso e que uma das coisas que precisa pra fortalecer a regulamentação e a própria lei em si...a criação do Conselho. Então isso seria pra tá fiscalizando, pra tá acompanhando...aí acho que é ponto que tá faltando pra...pra fortalecer isso.

Mesmo tendo muito a implementar a lei de cooficialização é vista pela população como uma conquista que deu maior visibilidade aos povos indígenas, reafirmando a luta por seus direitos assegurados pela Constituição. É um ato de valorização que reforça a presença indígena no município, apesar de não ser isso o que mostra o espaço urbano. A valorização, o resgate, a conquista pelo espaço e a manutenção das línguas indígenas são algumas das expressões que atravessam os dizeres da população indígena, dialogando entre si. No próximo capítulo veremos como os discursos dos professores indígenas estão atravessados pelo social e pela história, pela entonação e pelo já-dito.

5 O DISCURSO QUE RESSOA ENTRE OS AGENTES SOCIAIS ACERCA DA COOFICIALIZAÇÃO

Após ficarmos conhecendo sobre a política linguística de promoção às línguas indígenas, desde seu surgimento até seu processo de implementação, abordaremos neste capítulo o conhecimento, as opiniões e atitudes dos agentes sociais acerca da lei de cooficialização. Aqui, nossos agentes sociais são professores indígenas participantes dos cursos de licenciatura do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (ver capítulo 1). Muitos deles participaram das discussões sobre a criação da lei 145/2002 e de sua regulamentação e, no momento atual, vivenciam a real situação do processo de aplicação da Lei. Os discursos desses agentes são reflexos de relações sociais estabelecidas em um contexto socioideológico e aparecem constituídas por várias vozes relacionadas às estruturas sociais e históricas que nem sempre se materializam na escrita ou na fala, mas nas atitudes e crenças, comportamentos ou negações. Tais posicionamentos dos agentes mostram-se interagidos e independentes em um movimento dialógico, de reciprocidade entre o eu e o outro. São opiniões, pontos de vista que se caracterizam como uma relação dialógica constitutiva com outros discursos que os antecedem.

Dessa forma, notamos que alguns conceitos do pensador russo Mikhail Bakhtin como *enunciado, dialogismo* e *polifonia* fazem-se presente nos discursos dos professores indígenas que aqui serão apresentados. Trata-se de respostas dadas as sete questões do segundo bloco do questionário (ver anexo) que foi aplicado durante o curso de licenciatura PARFOR. Caracterizamos, em nosso trabalho, o questionário como um gênero textual/discursivo, uma vez que suas respostas podem ser compreendidas a partir das relações históricas e sociais do contexto em que se deu a aplicação, legitimando-os discursivamente (MARCUSHI, 2005). O aspecto discursivo é dado a partir das relações enunciativas estabelecidas na situação social de interação. A interação, aqui, dá-se quando os agentes sociais (os professores) expõem seu ponto de vista, reformula-o, utiliza de seu conhecimento e experiências acerca da lei 145/2002, da regulamentação e do processo de implementação, reportando-se a outras vozes para fazer valer seu ponto de vista. É esse constante diálogo, a reação do eu ao outro nos processos discursivos marcados historicamente, que nos leva a caracterizar o questionário como um gênero textual/discursivo (Cf. capítulo 1).

5.1 SITUANDO OS CONCEITOS BAKHTINIANOS DE DIALOGISMO E POLIFONIA

Sobre essa relação entre discursos, entre eu e o outro, Tezza (2010) esclarece que nosso discurso é apenas um pano de fundo para outros discursos e que por isso não é uma obra acabada, mas um processo heterogêneo, pois mantêm relações constantes com outros discursos. É nessas relações discursivas que se fundamenta a concepção bakhtiniana de *dialogismo* que considera o discurso como um *eu* constituído por vozes sociais heterogêneas que são absorvidas na interação. Por serem pontos de vista sobre o mundo, essas vozes podem ser confrontadas, complementadas, estar em oposição e em correspondência dialógica. Dessa forma, nossos discursos estão relacionados diretamente com outros discursos que o precedem ou que lhe sucedem, mas que lhes dão sentido. Para Bakhtin o dialogismo é a condição do sentido do discurso e decorre do processo de comunicação interativa em que eu me vejo e me reconheço através do outro, na imagem que o outro faz de mim (BEZERRA, 2012). Desse modo, a identidade do sujeito é dada pela alteridade através da linguagem. A alteridade aparece nas propostas de Bakhtin e de seu Círculo de Estudos de Bakhtin sendo o princípio unificador. Além disso, preconizam a concepção de que a linguagem é dialógica, dinâmica e heterogênea.

É nessa perspectiva que se fundamenta o diálogo, entendido sob o olhar bakhtiniano como o ponto de tensão entre o *eu* e o *outro* provocado pelo social, sendo o *outro* fundamental para a constituição do *eu.* Nesse sentido, afirma Bakhtin "em todo discurso são percebidas vozes" atravessando o sujeito por meio da interação, às vezes citadas, assimiladas ou simplesmente mascaradas (BRAIT, 2011). Quando essa multiplicidade de vozes e consciências marcadas pela historicidade, pelas relações sociais, pelo não acabamento, definindo-se no diálogo com o outro e fazendo-se ouvir, ou seja, ecoam simultaneamente no momento da fala, constituem a categoria de polifônico.

De acordo com Bakhtin, o que rege essa multiplicidade de vozes, como visões de mundo autônomas é a posição do autor, mas cada uma dessas vozes possui independência que ao combinar-se com as outras produzem efeitos de sentidos. O autor não toma essas vozes e consciências como objetos de seu discurso, mas permite, no movimento de interação social, que elas se constituam por meio de outros discursos alheios, revelando e mantendo sua individualidade. São vozes plenivalentes e consciências equipolentes em relações dialógicas

infindas (FARACO, 2009, p.79) É a heterogeneidade discursiva, as várias vozes sociais que interpenetram-se e fazem-se ouvir, que caracteriza a *polifonia.*

O termo polifonia advém da música e é caracterizada, segundo Tezza (2002, p.90) como o "efeito obtido pela sobreposição de várias linhas melódicas independentes, mas harmonicamente relacionadas". Bakhtin vinculou o conceito de polifonia, a "forma artística produzida", ao analisar a obra de Dostoiévski. De acordo com Bakhtin, Dostoiévski criou um gênero romanesco inovador chamado de romance polifônico, em que a consciência do outro "não se insere na moldura da consciência do autor, mas que permite a ele entrar em relações dialógicas" (BRAIT, 2012, p. 51). O romance de Dostoiévski se constrói sob um mundo polifônico em que as vozes e consciências independentes, visões de mundo diferentes, se combinam e se estruturam do mesmo modo em que se estrutura a voz do autor do romance (ibidem, p. 55). Segundo Bakhtin, as personagens no romance aparecem tendo voz própria com o mínimo de interferência do autor, definindo-se no diálogo com outros. Essas vozes embatem entre si, lutam umas com as outras, exibindo suas opiniões a respeito de algo. São consciências que se mantêm sempre abertas à interação com outras consciências e é através dessa interação que se revelam e mantém sua individualidade. Dessa maneira, nenhuma consciência se objetifica, nenhuma voz social se impõe como a última e definitiva palavra (FARACO, 2009, p. 79).

Ressalta o pensador russo, que os discursos de outrem abarcam não só os textos literários, mas todos os domínios da vida. Refere-se, desse modo, aos discursos cotidianos que, de forma abundante, estão constituídos das palavras de outrem, originárias de fontes indeterminadas. Assim, nos fala Bakhtin (1993, p.139):

> Ouve-se, no cotidiano, a cada passo, falar do sujeito que fala e daquilo que ele fala. Pode-se mesmo dizer: fala-se no cotidiano sobretudo a respeito daquilo que os outros dizem – transmitem-se, evocam-se, ponderam-se, ou julgam-se as palavras dos outros, as opiniões, as declarações, as informações; indigna-se ou concorda-se com elas, discorda-se delas, refere-se a elas, etc. [...] Qualquer conversa é repleta de transmissões e interpretações das palavras dos outros.

Consoante a afirmação de Bakhtin, observamos no decorrer da análise dos questionários que as respostas mantém uma correlação, uma interação social, visto que os autores, aqui chamados de agentes sociais, são seres socialmente organizados inseridos num espaço onde as relações socioculturais são bastantes expressivas. Ademais o questionário em si caracteriza um diálogo, uma pergunta que suscita uma resposta. Respostas construídas por

discursos que, por sua vez, são constituídos por posicionamentos e opiniões heterogêneos orientados por uma situação histórica e social.

Os modos de pensar e de dizer desses agentes são realizados no enunciado através da interação verbal que, de acordo com Bakhtin (Voloshínov, 2010), constitui a realidade fundamental da linguagem. Para o autor, toda enunciação se origina de alguém e se dirige para alguém, ela é "o território comum do locutor e do interlocutor". Desse modo, a enunciação pressupõe uma atitude responsiva ativa que leva em consideração as "forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso" (ibidem, p.152). O *enunciado*, considerado por Bakhtin como a unidade da troca verbal, é determinado pela alternância dos sujeitos que estão em uma dada posição social, pela situação social mais ampla e pelo contexto imediato em que ele é produzido.

Esta questão torna-se particularmente útil e importante no presente estudo, visto que o contexto em que se deu a pesquisa é aquele que tem, como base histórica, um povo sofrido pelo processo colonizatório que vem tendo seus direitos reconhecidos há pouco mais de duas décadas e que puderam expressar suas opiniões, pontos de vista, ao responder algumas questões sobre um tema ao qual estão inteiramente envolvidos. Por isso, o contexto comunicativo e cultural e a relação dialógica, entendida como a relação que se estabelece entre enunciados (FIORIN, 2012) são de suma importância para a compreensão dos enunciados realizados pelos professores indígenas acerca da lei de cooficialização.

Outro fator importante considerado por Bakhtin e que foi observado em nosso trabalho é o fato do enunciado "*dirigir-se* a alguém, de estar voltado para o *destinatário*" (idem, 1997, p.320). Isto é, o enunciado tem um autor e um destinatário que, por sua vez, é determinado pela "área da atividade humana e da vida cotidiana" a que se direciona um dado enunciado, podendo ser "*o outro* não concretizado (é o caso de todas as espécies de enunciado monológicos de tipo emocional)" (p. 321). Pode ser também um interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana. No nosso caso, a professora-estudante para quem os agentes sociais reportaram os enunciados e com quem compartilharam a situação vivenciada por eles. Ou, ainda, pode ser um destinatário presumido, não necessariamente presumido pelo autor, mas que se apresenta a partir da circulação do enunciado. Quando as respostas dadas as perguntas do questionário são tomadas como uma amostra dentro de um corpus a ser estudado. Nesse caso, o destinatário constitui-se como uma especialista pertencente a uma área especializada da comunicação cultural que tenta enxergar não apenas opiniões a respeito da cooficialização

de línguas indígenas, mas discursos que dizem muito mais coisas sobre a legislação 145/2002 e seu processo de implementação. Para Bakhtin, esses aspectos referentes ao destinatário condicionam e influenciam na compreensão dos enunciados. Dessa forma, quando falamos ou escrevemos levamos em conta aquele a qual se destina a nossa fala ou escrita, as informações que tem sobre a situação, seus conhecimentos especializados na área, entre outros, repercutindo, assim, na comunicação.

Além disso, segundo Bakhtin, o enunciado tem sempre uma apreciação valorativa, determinando o discurso do locutor e a recepção desse discurso pelo interlocutor. Vale ressaltar que o discurso do locutor tem como alicerce o contexto de vida, o meio social onde ele ocorre e o impregna de julgamentos de valor. Baseado no pensador russo, afirma Faraco (2009, p.21):

> O *eu* e o *outro* são, cada um, um universo de valores. O mesmo mundo, quando correlacionado comigo ou com o outro, recebe valorações diferentes, é determinado por diferentes quadros axiológicos. E essas diferenças são arquitetonicamente ativas, no sentido de que são constitutivas dos nossos atos (inclusive de nossos enunciados): é na contraposição de valores que os atos concretos se realizam; é no plano dessa contraposição axiológica (é no plano da alteridade, portanto) que cada um orienta seus atos (grifo do autor).

É na dimensão axiológica mencionada por Bakhtin em suas abordagens que emerge todo enunciado. Isso quer dizer que os enunciados estão repletos de valores e significados, pressupõe um caráter responsivo e abriga um universo de vozes sociais em constante diálogo. Os enunciadores, por sua vez, mantêm-se em posições sociais avaliativas em que estão em jogo critérios éticos, políticos, crenças, entre outros, que podem revelar-se de forma positiva ou negativa, boa ou má, verdadeira ou falsa. São determinadas sócio-historicamente e materializadas na comunicação, na interação verbal.

Dessa maneira, observamos que os discursos apresentados pelos agentes sociais constroem-se dialogicamente, uma vez que são construídos a partir do discurso do *outro* na interação e, por isso, não são individuais. Imprime-se considerando a situação histórica e social. São vozes sociais independentes que deixam-se ouvir, caracterizando, assim, a polifonia, como veremos abaixo.

Antes de iniciarmos nossa abordagem sobre as vozes sociais que ecoam nos discursos dos agentes participantes de nossa pesquisa é importante lembrar que, conforme comentado anteriormente, no capítulo 1, aplicamos os questionários a 12 das 14 turmas dos cursos de

licenciatura realizados na sede de São Gabriel da Cachoeira, tendo um total de 367 questionários. No entanto, em meio desse total, encontramos pessoas que residem nos municípios de Barcelos e Santa Isabel. Dessa maneira, optamos por selecionar os questionários apenas das pessoas indígenas que vivem no município em pauta e fazem parte de uma das etnias pertencentes a São Gabriel. Durante nossa análise também observamos que em muitos questionários haviam questões não respondidas o que nos levou a fazer outra seleção. Resolvemos manter os questionários em que todas as questões estavam respondidas ou que havia somente uma questão não respondida. Com isso, chegamos ao total de 268 questionários passíveis de análise. As respostas exemplificadas neste capítulo foram copiadas exatamente como estão escritas nos questionários e estão identificadas por gênero, idade e etnia, preservando, dessa maneira, o nome da pessoa. O número e letra que aparecem ao lado da etnia correspondem ao número do questionário e curso em que o agente social faz parte. Decidimos optar por essa forma para que, durante nossa análise, pudéssemos recorrer ao questionário caso surgissem dúvidas quanto à escrita em alguma das respostas.

5.2 AS VOZES QUE ECOAM ENTRE OS AGENTES SOCIAIS INDÍGENAS

Discutimos no capítulo anterior, o processo de implementação da política linguística de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa a partir das falas de alguns dos agentes sociais que estiveram engajados na construção de tal política. Vimos que algumas mudanças, apesar de modestas, aconteceram após a lei ser promulgada, mas que muito ainda tem de ser feito. Nessa seção ficaremos conhecendo as opiniões e os pontos de vista dos agentes sociais que vivenciam o processo de implementação da lei 145/2002.

É importante ressaltar que não nos interessa aqui, apesar de um total de 268 questionários, sendo 131 mulheres e 137 homens, centralizar nosso estudo em números, uma vez que nosso objetivo é dar voz aos agentes sociais a um tema presente no cotidiano daqueles que residem no município de São Gabriel da Cachoeira. É apresentar a visão de quem está diretamente associado ao processo de cooficialização, os usuários das línguas indígenas cooficiais e não cooficiais. Notamos, porém, que os discursos proferidos pelos agentes revelam um quadro de relações socioculturais que se manifestam dialogicamente. São relações de sentido que se estabelecem a partir da palavra de outrem, do confronto, da confirmação ou da rejeição.

A recente política linguística de cooficialização está inserida em um contexto voltado para as políticas da diversidade que buscam reverter o quadro de homogeneização instaurado em nosso país séculos atrás. O Brasil inaugurou essa nova fase da história de reconhecimento de direitos linguísticos e culturais através da promulgação da Constituição Federal de 1988. A mudança foi estimulada pelas comunidades linguísticas brasileiras juntamente com instituições internacionais como UNESCO, OEI e União Latina que uniram forças no intuito de modificar a imagem que o Brasil tem de si mesmo no que diz respeito as outras línguas faladas por cidadãos brasileiros (OLIVEIRA, ALTENHOFEN, 2011). Daí em diante, com a tutela estatal sobre os povos indígenas, movimentos em prol da autodeterminação enquanto indivíduos, do reconhecimento de direitos civis e da garantia de que se cumprissem os dispositivos constitucionais ganharam forças.

Consoante esse novo contexto político, surge os movimentos e organizações indígenas. No Rio Negro, a organização política dos povos indígenas é representada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, além de organizações não governamentais como Instituto Socioambiental – ISA. Essas organizações desempenham ações de políticas públicas e projetos econômicos na região. Desse modo, novos acontecimentos, mudanças significativas tiveram lugar na região, principalmente na relação entre indígenas e não indígenas, iniciando um novo quadro que vem se configurando entre as posições dos indígenas no alto rio Negro (ANDRELLO, 2008). Um bom exemplo foi a entrada de candidatos indígenas nas eleições municipais, sendo eleitos para o cargo de prefeito e vice-prefeito com mandatos até 2012. Nas eleições passadas novamente houve a candidatura de indígenas. Soma-se a isso o crescente processo de urbanização que ocasionou o esvaziamento de inúmeras comunidades (Cf. seção 2.2). São transformações sociais e econômicas pelas quais tem passado o município em pauta. E é a partir dessas mudanças que as políticas públicas procuram contornar os efeitos gerados por tais mudanças.

Diante desse novo contexto que se configura percebemos que a existência de algumas limitações entra em confronto com as demandas que surgem a partir das políticas da diversidade. Estamos falando de limitações técnicas e ideológicas que permeiam o Estado, cujo olhar sempre esteve voltado ao monolinguismo, à produção da homogeneidade, à falsa imagem da unidade linguística. Entretanto, com o movimento de defesa da diversidade cultural e linguística nas sociedades, a elaboração de instrumentos jurídicos que apoiem e defendam a heterogeneidade de línguas e culturas tem sido um recurso frente à hegemonia das línguas oficiais.

Em São Gabriel da Cachoeira a política de cooficializar línguas partiu de um curso de formação de professores que, como pudemos ver no capítulo 4, discutiam sobre os direitos linguísticos da população indígena. Vimos no mesmo capítulo que o processo de implementação caminha muito lentamente e requer esforço político e da população que muitas vezes desconhece ou procura privar-se de conhecer, talvez por conveniência da posição que ocupa, das emendas que constituem a lei 145/2002. De acordo com os agentes envolvidos diretamente nas discussões e na construção do projeto de lei, após a promulgação em 2002, houve divulgação por parte dos próprios indígenas que participaram das reuniões e discussões acerca da elaboração do projeto de lei, além dos professores e secretários municipais, conforme nos informa o ex-vereador, baniwa:

> Foi divulgado sim. Foi feito um trabalho de divulgação, mesmo porque como é um trabalho de lei que surge do movimento indígena, então o próprio movimento indígena fez essa divulgação, né, através da FOIRN, através dos professores municipais, da secretaria municipal, então foi divulgado. Na cidade também. Houve um período de divulgação. Que falam na verdade foi a implementação, mas que eu acho que as comunidades e a população, a maioria tem informação, tem conhecimento a respeito dessa lei.

Isso se confirma na fala da ex-vereadora, não indígena:

> Houve na rádio, nas escolas, até porque eles estavam participando também. (pausa) E eu acredito que a FOIRN deve ter levado alguma coisa pras comunidades.

A respeito da divulgação o diretor da FOIRN, baniwa, comenta:

> Houve uma divulgação bem ampla, houve uma divulgação bem ampla...população, nos comércios...dizendo que: 'agora vocês podem falar, *você não pode ser mais discriminado*, você chega lá no banco ou no em qualquer lugar do setor público você pode falar na sua língua, Tukano, Baniwa, Nheengatu, você chega lá, você tem direito. Aí, o setor em que você está que tem buscar o...alguém pra traduzir aquilo que você está falando pra ele. Se você sentir que você está sendo discriminado, maltratado, de certa forma procure a gente que a gente vai denunciar que isso é um crime'. ((mas aí...)) Até aqui nunca aconteceu, né? ((nunca ninguém veio cobrar isso?)) Não.

A partir das respostas da primeira questão dos questionários, notamos que a maioria confirma que conhece a Lei ou já ouviu falar a respeito. No entanto, observamos que o nível de conhecimento acerca da Lei se restringe primeiro em saber quais são as línguas que foram cooficializadas;

> "Já ouvi falar mas *não sei qual o número da lei* sim cooficializado em três língua falada Tukano, Baniwa Nheengatu". (**Homem**, 39 anos, Tukano, 28A).

> Já ouvi que são as três línguas: Tukano, Nheengatu e Baniwa (**Mulher**, 38 anos, Tariana, 10I).

> Já ouvi falar, *a lei oficial do município* de S.G.C oficializou três línguas, Tucano, Nenhegatu e Baniwa (**Homem**, não disse a idade, Tariana, 5J).

> Já ouvi sim. É uma lei que oficializa o uso das línguas Tukano, Nheêngatu e Baniwa. Mas *a lei não sei* (**Homem**, 40 anos, Tukano, 10J).

> Já ouvi são três línguas, Tukano, nheegatú, baniwa são essas línguas que são oficializado, por isso tem uma lei que ampara para *conserva as nossas línguas* (**Mulher**, 29 anos, Tariana, 6E).

> Sim, a que no nosso município foi cooficializados as três línguas Baniwa, Tukano,Nheengatu (**Mulher**, 37 anos, Baré, 11E).

> Sim, já ouvi falar. As línguas cooficializadas são nheengatu, Tukano e baniwa (**Mulher**, 29 anos, Baré, 7B2).

Segundo, que as línguas cooficiais deveriam ser ensinadas nas escolas;

> Já ouvi falar. Por poucas informações que tenho é que as três línguas que são: Tukano, Baniwa e nhengatu elas são ensinadas nas escolas indígenas municipais (**Mulher**, 31 anos, Piratapuia, 1A).

> "Sim. Sei que essa lei foi cooficializada e as principais são: nheeengatú, baniwa e tukano. Aqui em São Gabriel nas Escola da sede foi implantando a disciplina do nheengatú". (**Mulher**,34 anos, Tukano, 40A).

> Sim. A lei reza que as três línguas devem ser colocadas na grade curricular (**Homem**, 38 anos, Piratapuia, 6B3).

> Sim. Eu já ouvi falar que o tucano, Baniwa e nhengatú já foram cooficializada, em outras escolas já faz parte da grade curricular (**Mulher**, 52 anos, Baré, 17I).

> Afirmativo. São línguas primordiais do município de São Gabriel da Cachoeira, para o enriquecimento ontológico além das escolas adotam uma dessas línguas no devido lugares. Quanto a escolas estaduais as vezes não adotam no componente curricular (**Homem**, 39 anos, Piratapuia, 8H).

> Sim, que é *para valorizar as línguas* e ser usadas ou ensinado nas escolas (**Homem**, 33 anos, Kotiria (Wanano), 22E).

Terceiro, haveria falantes das três línguas dentro das instituições públicas e privadas;

> Com certeza **sim.** *Pouca coisa: O que eu mais ou menos sei*, é que existe uma lei q/ *garante aos povos indígenas do alto Rio Negro o uso de suas línguas* em lugares, instituições sem qualquer inibição ou proibição por parte de terceiros, sejam dos índios ou não índios (**Homem**, 32 anos, Desana, 5I).

> Já ouvi falar após a cooficialização todas as entidades públicas tinha que ter as *pessoas falantes dessa língua* para atender melhor e resolver os problemas que querem resolver (**Mulher**, 39 anos, Piratapuia, 18H).
>
> Sei. Foi trabalhado exatamente p/ atender a *características reais do município* em todos os serviços públicos p/ melhorar e democratizar os mesmos (**Homem**, 34 anos, Desana, 9J).
>
> Já. *Essa lei respeita as três línguas que poderia ser usada nas instituições publica da cidade*, mas não acontece (**Mulher**, 41 anos, Piratapuia, 14J).
>
> Já**,** onde as lideranças apresentaram a cooficialização das três maiores línguas faladas no alto rio Negro. Nheengatu, Tukano e Baniwa. Porque assim *melhoraria as situações de mercado de trabalho publico*, facilitando o acesso dos setores públicos (**Mulher**, 51 anos, Tariana, 4C).
>
> "Do meu conhecer falavam com a cooficialização das três línguas indígenas nas recepções e no atendimento público estariam aquelas pessoas que entendiam aquelas línguas, só que não estão acontecendo". (**Homem**, 31 anos, Bará, 18B1).

E que a lei proporciona o direito a liberdade de expressão, é o que nos mostra alguns exemplos abaixo:

> Já ouvi falar da lei de cooficialização das línguas e gostei pois *é uma conquista na liberdade de expressão* (**Mulher**, 27 anos, Baré, 5M).
>
> Sim. Em 2002 foi cooficializada as três línguas: Tukano,Nheengatu e Baniwa. Era para atender a necessidade do povo, porque *existem pessoas que não entendem português e só entendem a língua materna* (**Mulher**, 33 anos, Tariana, 25M).
>
> Diante da lei de cooficialização das línguas indígenas sei que, *através dessa lei ganhamos como indígenas a garantia de direito à liberdade de expressão das línguas indígenas* além de valorizarmos a nossa cultura (**Homem**, 36 anos, Wanano, 6F).
>
> Sim. É o *reconhecimento do espaço da língua o direito e liberdade de expressão*. (**Mulher**, 32 anos, Desana, 10F).
>
> Sim. Ela dá o direito das pessoas falarem livremente em qualquer lugar do município, *coisa que antigamente não existia*. *Quem falava era discirminado*, mas há muitoas coisas a serem melhorados, como por exemplo contratar pessoas falante dessas línguas e um banco, para facilitar o atendimento (**Homem**, 36 anos, Piratapuia, 8J).
>
> Já ouvi falar, para resgatar língua para quem perdeu, *quem não perdeu continuasse falar com liberdade na sua língua materna* (**Homem**, 54 anos, Wanano, 5H).

As respostas acima nos indicam os aspectos a que a lei das línguas cooficiais é associada pelos agentes quando perguntamos o que eles sabem sobre a Lei. Notamos que tais respostas direcionam-se para uma afirmação de identidade favorecida pela lei de cooficialização, principalmente quando se referem ao uso das línguas indígenas em lugares

públicos, uma vez que é comum encontrarmos pessoas conversando em suas línguas nas ruas da cidade. Muitas dessas pessoas afirmam que o sentimento de vergonha e insegurança por falar uma língua indígena publicamente reduziu expressivamente e associam esse fato a promulgação da lei de cooficialização. Entretanto, como comentamos no capítulo 4, a região já vinha sendo trabalhada a esse respeito por lideranças e movimento indígena antes da Lei. A identidade, construída a partir do contato com o outro, é uma das propriedades discursivas presentes nos enunciados dos agentes, que ora se dá em relação ao seu próprio enunciado como um todo, ora em relação a uma só palavra em seu interior (FARACO, 2009, p.67), para mais exemplos temos:

> Que é importante *não perder a identidade cultural* (**Mulher**, 32 anos, Baré, 39E).
>
> Sim. A lei é amparada *conforme a realidade e a sociedade de cada povo como cultura de cada etnia* (**Homem**, 37 anos, Tariana, 9E).
>
> Já ouvi falar na lei de cooficialização aqui em São Gabriel da Cachoeira, *devido que tem muito indígenas, várias etnias.* Por isso foi escolhido essas três línguas para poder contato entre povos indígenas, *maioria são indígenas* em S. Gabriel (**Mulher**, 46 anos, Tukano, 7H).
>
> Sim. É a lei que rege para que os indígenas *falem nas suas próprias línguas sem medo e vergonha de ser um indígena e evitar inibir o indígena por falar errado e não entender o português* (**Mulher**, 40 anos, Piratapuia, 1D).
>
> Hoje foi aprovado e *devem ser valorisado as etnias*. (Mulher, 43 anos, Baré, 8F)
>
> Diante da lei de cooficialização das línguas indígenas sei que, *através dessa lei ganhamos como indígenas a garantia de direito à liberdade de expressão das línguas indígenas além de valorizarmos a nossa cultura* (Homem, 36 anos, Wanano, 6F).

No contexto brasileiro, a identidade cultural passou por um longo processo de apagamento, ganhando atenção somente a partir dos anos 80. No que se refere aos indígenas, é a partir dessa década que começam a ganhar resistência e exigir seus direitos à educação, à moradia, ao trabalho e à cidadania. A Lei aparece como um instrumento jurídico que afasta o equivocado posicionamento ideológico que diluía as identidades indígenas tornando-as não visíveis a nação brasileira, mas que hoje são reconhecidas pelas entidades do poder público.

Observamos também que os aspectos destacados nas respostas têm como base as emendas previstas na regulamentação 210/2006 que obriga o município:

> Art.2º § 3º A incentivar a apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

> Art.4º Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial que use.
>
> Art. 5º § 3º O poder público priorizará nas suas licitações dentro do município prestadores de serviços que respeitem a Lei 145, oferecendo atendimento ao público também nas línguas co-oficiais.

Dessa maneira, percebemos nas respostas o caráter dialógico apontado por Bakhtin como um discurso que representa a constituição do sujeito em relação com o mundo através de diálogos que se unem e produzem efeitos de sentidos (BRAIT, 2005). São respostas permeadas pelo social que se encontram revelando sua natureza dialógica. De acordo com a concepção bakhitniana todo enunciado parte de alguém e se dirige a um interlocutor através da interação, conforme mencionado na seção 5.1. Dessa forma, o locutor enuncia em função do interlocutor impondo uma atitude responsiva que é determinante na produção. A esse respeito, observamos que em algumas das respostas o enunciador dirige-se claramente à pessoa a quem responde, tentando presumir uma resposta, o que influencia no enunciado. Podemos perceber isso de duas maneiras: a) quando presumem que a pessoa a quem respondem conhece bem o assunto em pauta e que, talvez por receio em equivocar-se quanto ao assunto preferem não comentar sobre, daí utilizam de termos como: *não tenho muito conhecimento; só sei; não tenho informação aprofundada; da lei não sei; não sei explicar*. b) tentam mostrar que conhecem a Lei utilizando de datas e número a que corresponde a Lei.

> Sei, *a lei foi aprovada em 2001*, para facilitar nos trabalhos escolares, na fala e escrita para revitalização das culturas existentes desta região (**Homem**, 39 anos, Tukano, 10H).
>
> Já ouvi dizer, *mais não tenho, muito bem o conhecimento dessa lei, sei alguma coisa* (**Mulher**, 21 anos, Tariana, 15B3).
>
> "Já ouvi falar *mas não sei qual o número da lei* sim cooficializado em três língua falada Tukano, Baniwa Nheengatu". (**Homem**, 39 anos, Tukano, 28A).
>
> Sim**.** *Só sei* que a partir da cooficialização as escolas indígenas começaram a praticar as línguas faladas nas comunidade. Também que os órgão de trabalho contrataria uma pessoa de cada língua cooficializada. Que no muito do casos não está sendo realizado (**Mulher**, 37 anos, Baré, 15H).
>
> Já. Que são Tukano, Nheengatu e Baniwa. No momento *não sei explicar* (**Homem**, 49 anos, Piratapuia, 1M).
>
> Ouvi falar sobre isso, *mas não tenho nenhuma informação* aprofundada sobre isso, de como se deu a origem desta lei (**Mulher**, 27 anos, Tariana, 21I).
>
> Não tenho muito conhecimento, *só sei* que foram três e que foi esclarecido numa assembleia da FOIRN (**Mulher**, 33 anos, Tukano, 26I).

> Já ouvi falar de *lei cooficializada em 2002 145*. Eu sei sobre ela onde nós podemos comunicar ao público com seguinte língua Tukano, Nêgatu e Baniwa (**Mulher**, 39 anos, Desana, 19E).

> *Da lei não sei*, mas sei que foram cooficializadas três línguas que são Tukano, Baniwa e Nhengatu, que eram dialogadas em grande núcleo no município (**Homem**, 34 anos, Tariana, 10L).

Também podemos inferir do uso desses termos a falta de conhecimento mais profundo acerca da Lei 145, o que nos remete aos discursos citados no início desta seção e também no capítulo 4 dos ex-vereadores e diretor da FOIRN, como podemos exemplificar no trecho do discurso do diretor da FOIRN, baniwa, já citado na seção 4.2:

> Eu acho que ainda é uma falta de conhecimento até de dizer: 'se eu não sei expressar direito meu português eu tenho que falar na minha língua.' Agora o quê que acontece como a maioria dos velhinhos consegue expressar um pouquinho em português, eles acham que tem que falar em português e não na língua dele, entendeu? Então, por isso que eu falo ainda é questão de...falta de saber dos seu direito da sua língua que você tem que falar. Porque nunca ninguém chegou a falar com alguém na sua língua numa prefeitura ou no banco, por exemplo.

Em relação as respostas dos professores vejamos:

> Sim. Já ouvi a respeito da lei, mas não tive acesso a ela e sei muito pouco sobre a mesma (**Mulher**, 45 anos, Baré, 29F).

> Sim. Não sei de nada porque precisamos alguém que possa nos orientar ou falar sobre essa lei (**Mulher**, 28 anos, Piratapuia, 18B2).

> "Uma lei que as escolas fundamentais não conhecem". (**Homem**, 59 anos, Baré, 11B1).

> Já na FOIRN, a lei que ampara para conserva a nossa língua (**Homem**, 41 anos, Tukano, 26E).

> Já ouvi falar, *mas não sei* qual é a lei (**Mulher**, 35 anos, Tariana, 32E).

> Já *dentro* da FOIRN (**Homem**, 36 anos, Piratapuia, 35E).

> Não. Porque nos interiores, FUNAI *nunca chegaram a falar* essa lei de cooficialização das línguas indígena, mesmo por meio do meu interesse que eu apredi algumas línguas (**Homem**, 38 anos, Tukano, 5C).

> Sim. Que foi minha juntamente para implementar nas escolas indígena, mas *deveria ser mais divulgada* e ter a participação da população. A maioria da população indígena desconhece essa criação (**Homem**, não disse a idade, Tukano, 15C).

> Sim. *O que eu sei* essa lei não foi posta em prática e sim apenas no papel, *não tenho acesso a esta lei*, gostaria muito de ter (**Mulher**, 34 anos, Tukano, 5B3).

Conforme nos mostra os comentários acima, há um descontentamento por parte dos agentes quanto a falta de divulgação do que está previsto na Lei. Diante de tais respostas é possível notar que a maioria da população indígena desconhece a Lei e seus objetivos. Muitos apenas ouviram rumores dentro de algumas instituições sobre a existência de uma lei que garantiria os direitos dos indígenas. A nível de descontentamento, acrescenta-se a não implementação das emendas previstas na regulamentação 210/2006, como podemos ver abaixo:

> Já ouvi falar, mas muito pouco, e o que sei é que a lei existe mas nada é feito. Apenas alguns trabalhos paralelos. Como um grupo a que eu pertenci e fiz alguns projetos para trabalhar em cima do resgate (**Mulher**, 45 anos, Baré, 10B3).
>
> Isso já ouvi fala essa língua cooficializada que são Tukano, Nhengatu, Baniwa. Mas *depois sumiu*, mas na lei pode existi (**Homem**, 34 anos, Bará, 9C).
>
> Sobre reconhecimento de cooficialização das línguas temos já conhecido. Essa lei *não está na prática* na instância de repartições públicas. Somente com os falantes (**Homem**, 51 anos, Tariana, 2I).
>
> Já ouvi falar várias veze. Eu sei que a lei já foi aprovado no papel, mas *na prática não está acontecendo* (**Homem**, 28 anos, Tukano, 8C).
>
> Já ouvi falar, só que *não vi na prática* (**Homem**, 53 anos, Tuyuca, 6J).
>
> Só sei foi implementada no município foi aprovada pela camara dos vereadores mas como todas as leis deste município *nada funciona* (**Mulher**, 39 anos, Baré, 3B2).

Esse bloco de respostas se comparadas com os discursos dos ex-vereadores e diretores da FOIRN, citados no capítulo 4, são equivalentes. Isso mostra que há o fenômeno social da interação através das enunciações que são colocadas em movimento dialógico, em confronto, em aceitação ou oposição, como nos confirmam as respostas abaixo:

> Eu já ouvi falar sobre a cooficialização das línguas indígenas que *é muito bom* para os nossos filhos aprender falar e aprender escrever essas línguas para não ser esquecidos (**Mulher**, 37 anos, Baniwa, 7I).
>
> Sim, *veio para atender as necessidades* dos indígenas em relação a comunicação e a liberdade de expressão dessas línguas (**Mulher**, 27 anos, Tukano, 11I).
>
> Já. Essa lei permite todas as escolas desse município ensinarem a ler, escrever e manter a cultura (**Homem**, 49 anos, Tukano, 6H).
>
> Sim. Só sei que a partir da cooficialização as escolas indígenas começaram a praticar as línguas faladas nas comunidade. Também que os órgão de trabalho contrataria uma pessoa de cada língua cooficializada. Que no muito do casos *não está sendo realizado* (**Mulher**, 37 anos, Baré, 15H).

> Já que são Tukano, Nhêegatu e Baniwa mais isso é no papel mais *na realidade isso não acontece.* Isso porque pra isso funcionar tinha ter falantes de línguas nas instituições como banco, no Forum, assim por diante.(**Homem**, 39 anos, Baniwa, 16H).
>
> Acredito que *melhorou a liberdade de falar* em qualquer momento e lugar". (**Homem,** 37 anos, Baré, 7A)
>
> As leis aqui em S.G.Cachoeira é muito dificio de acreditar *não funciona* como deveria principalmente com nós indígena". (**Mulher,** 42 anos, Tuyuca, 14A).
>
> Existe, sabemos que as três línguas foram cooficializadas, Tukano, Baniwa e Nheengatu, sabemos que essa lei garante o direito a liberdade de expressar das línguas indígenas (**Homem**, 53 anos, Tukano, 1E).
>
> Porque *antigamente a nossa línguas maternas não era permitido fala*. Depois dessa cooficialização a gente se sente livre de fala a nossa própria em qualquer lugar (**Mulher**, 25 anos, Tuyuca, 7G).
>
> Já, onde as lideranças apresentaram a cooficialização das três maiores línguas faladas no alto rio Negro. Nheengatu, Tukano e Baniwa. Porque assim *melhoraria* as situações de mercado de trabalho publico, facilitando o acesso dos setores públicos (**Mulher**, 51 anos, Tariana, 4C).
>
> Não. Porque nos interiores, FUNAI nunca chegaram a falar essa lei de cooficialização das línguas indígena, mesmo por meio do meu interesse que eu apredi algumas línguas (**Homem**, 38 anos, Tukano, 5C).

Podemos observar nas respostas mencionadas a posição dos agentes como sujeitos sociais que buscam por melhorias e garantias que seus direitos serão respeitados. Notamos certo confronto de posições entre os enunciados que ora se confirmam, ora se opõe. Nos enunciados abaixo verificamos a voz de seus autores quando se referem ao não funcionamento da Lei e utilizam expressões como *fazer valer, não vejo, eu sinto* e mostram suas avaliações.

> A lei existe apenas no papel o que falta é *fazer valer* de verdade essa lei (**Mulher**, 44 anos, Tukano, 3B3).
>
> Sim. O que eu sei essa lei não foi posta em prática e sim apenas no papel, *não tenho* acesso a esta lei, gostaria muito de ter (**Mulher**, 34 anos, Tukano, 5B3).
>
> Já, é uma lei que está apenas em documento e não se vê vigorando-se como diz o estatuto onde seria obrigação da presença dos tradutores em compartimentos públicos na cidade. O que se vê apenas a liberdade de uso das línguas nas ruas da cidade (**Homem**, 28 anos, Wanano, 9B3).
>
> Bem esta lei é muito importante para nós povo indigena, *eu sinto* estão valorizando a nossa língua, com isso trás mas p/ valorizar e repassar p/ nossos filhos, aprenderei a lingua (**Mulher**, 34 anos, Baré, 14B3).

> Sim, que o povo indígena não deve esquecer sua língua e sim valorizar a sua língua (**Homem**, 45 anos, Baniwa, 1J).

> "Já ouvi falar mas *não vejo* nada de mudança por que apenas algumas escolas ensinam os alunos a falar ex. Nheengatu. Outras línguas não ensinam". (**Mulher**, 35 anos, Piratapuia, 39A).

> Eu não sei se irá servir futuramente, mas na atualidade *não vejo* porque cooficializar, pois para mim não tem serventia nenhuma, mesmo porque sobre a lei não sei nada (**Homem**, 40 anos, Tariana, 25E).

A última resposta implica no discurso de descontentamento quanto a escolha de apenas três línguas serem cooficializadas em um município em que há um número bem maior de línguas. Segundo Aikhenvald (2010, 2012) os tariana têm um número bastante reduzido de falantes na língua. A voz social que ecoa nesse enunciado é a voz de quem tem a língua de sua etnia em perigo de desaparecer e que busca por meios que evite tal acontecimento. Vale lembrar que a escolha pelas línguas se deu por serem as mais faladas na região (Cf. capítulo 4). Esse descontentamento também aparece em mais respostas:

> Já, no nosso município de S.G. da Cachoeira é um município de vários povos com diferente cultura e língua. Mesmo assim ouve a cooficialização *somente três língua mais falada* que são. Tukano, Nhegatu e Baniwa (**Homem**, 39 anos, Tukano, 4B1).

> Tenho um pouco de conhecimento. Parece que quando aprovaram a lei da cooficialização destas três línguas Tukano, Baniwa e Nheegatu, pensaram que estas três línguas erão importante. *E outras línguas existentes no nosso municípios que são faladas. Como fica?*. Para mim deixa um grande argumento, seria justo que todas as línguas fossem cooficializadas assim poderíamos dizer q/ todas as línguas são reconhecidas. (**Mulher**, 25 anos, Desano, 12B1).

> Sim**.** Ela reconhece ...*e porque somente 3 linguas* se existem mais 20 além das mesmas? **(Homem,** 37 anos, Baré, 19 F).

> Já**.** Que é uma lei que reconhece *somente três línguas indígenas* como mais faladas de S.G.C. (**Mulher**, 24 anos, Piratapuia, 7B3).

> Lei Municipal 145/2002. A lei veio p/ corrigir um contracenso. Outra coisa, nas regiões os povos indígenas são falantes de 23 linguas, *porque não aprovaram* e não incentivam, a lutar a ensinar, a escrever. Caso contrário será esquecido (**Homem**, 29 anos, Desano, 23D).

O descontentamento também se dá a respeito da ausência da política de cooficialização como tema de discussão em assembleias e encontros indígenas, como podemos ver na resposta dos agentes (professores) e dos agentes que participaram das discussões e da construção do projeto de Lei e de sua regulamentação:

> Sim, já ouvi, estive presente na assembleia. Ficou parado no tempo, não se falou mais depois da aprovação (**Mulher**, 42 anos, Baré, 4B2).

> Não lembro bem se teve, mas eu...que teve algumas discussões, mas na câmara parece que já teve alguma mudança, mas eu não sei...depois que...eu não acompanhei mais porque eu comecei também a trabalhar no interior, aí eu não fiquei mais direto aqui, só que eu nunca ouvi isso, movimento pra discutir isso, como deveria ser, eu nunca ouvi e eu nunca participei também (Diretor da FOIRN, baniwa).

Isso se confirma no comentário do funcionário da FOIRN, baniwa:

> Mas eu acho que a gente adormeceu um pouco, acabou adormecendo. Eu tava dizendo pra outra, porque tudo isso influencia pra questão de tudo isso que a senhora está querendo, a língua. É...a gente acabou adormecendo porque o movimento indígena conseguiu terras demarcadas, conseguiu educação diferente, conseguiu saúde diferenciada, estamos brigando por expectativas econômicas aí, quando a gente viu que alcançou isso o movimento ficou parado, não criou mais metas. E o que aconteceu, nesses quatro anos a gente não tivemos mais assembleias que seja referência. Temos alguns seminários pequenos, mas muito é...individualizados. Foirn com Ifam, Foirn com não sei o que...a í a gente nunca mais conseguiu juntar como fizemos a cinco anos atrás, quando trouxemos médicos, conselho nacional, conselho estadual, todas as instituições que são assim...nós conseguimos trazer né...amarramos um acordo e também não funcionou, algumas coisinhas funcionaram outra não deu pra...não deu pra...chegar o objetivo da proposta e agora a gente tá tentando retomar de novo, né? (Funcionário da FOIRN, baniwa).

De acordo com o ex-vereador, baniwa, as discussões se deram até o momento da Regulamentação. Após ser regulamentada a Lei, as discussões se voltaram para outros assuntos, como a criação da universidade indígena que estaria em conformidade com a lei de cooficialização, em seus termos:

> Nas discussões que eu tenho participado desde 2006, houve um...nesse período 2004, 2006, houve uma discussão muito forte, foi justamente para regulamentação da lei. Hoje existe uma discussão com relação a...hoje existe uma discussão bem pouca com a questão da regulamentação dessa lei, mas se discute muito quando você discute a formação de professores é...hoje tem uma discussão muito forte de na criação de uma universidade indígena que...é...as instituições puxam no alto Rio Negro tem duas vertentes de discussão sobre essa criação da universidade indígena, uma ...do movimento indígena junto com o ISA e o outro mais pela Ufam, pela própria Ufam né que também já realizou seminário. E nessas discussões você vê presente a necessidade de discutir a política linguística e como se deve implementar a política linguística no Alto Rio Negro e como é que a escola que é...vai trabalhar isso, principalmente as universidades que irão atender ali 23 povos. Então, como é que você trabalha é...essa questão das línguas dentro de um espaço na universidade, na sala de aula enfim...essas coisas são discutidas quando existe esses seminários.

Os discursos acima mostram certo distanciamento daqueles que estiveram envolvidos diretamente na elaboração da lei 145/2002. Em nenhum momento informam o porquê desse afastamento que reflete em descontentamento por aqueles que esperavam mudanças significativas após a aprovação da Lei. Encontramos também descontentamento sobre a falta de concursos para a seleção de pessoas que falassem as línguas cooficiais:

> Sim, sei que ela ampara o nosso direito de falar escrever documentos na língua, pede um concurso onde os órgãos seriam obrigados a contratar pessoas falantes p/ atender os nossos parentes na língua e que isso não foi cumprido (**Mulher**, 35 anos, Tukano, 37E).

> Já ouvi falar sobre essa lei. Com a cooficialização dessas línguas cada instituição era para contratar pessoas que falam essas línguas p/ melhor atendimento. Mas só que isso não está acontecendo. Precisa ser realizado concursos nessas três línguas (**Mulher**, 36 anos, Tariana, 7L).

Essas respostas vão de encontro com o que está previsto na regulamentação 210/2006:

> Art.2.º § 1º E – As repartições públicas municipais que não dispuserem de funcionários habilitados à prestação de serviços nas línguas co-oficiais no seu quadro funcional contratarão falantes com competência nas línguas co-oficiais nas modalidades oral e escrita.

De acordo com vice-prefeito, gestão 2009-2012, baniwa, a falta de apoio e interesse do poder público municipal foi um grande fator para o não andamento do processo de implementação da Lei. É interessante comentar que nesse período o município teve como gestores os primeiros indígenas a conquistar cargos políticos. Os candidatos ao cargo de prefeito e vice-prefeito, ambos indígenas das etnias tariana e baniwa, venceram as eleições de 2008 com grande expressividade, o que indica que a população do município, em especial os indígenas, tinham bastantes expectativas quanto ao fortalecimento cultural e melhorias na saúde, educação e sustentabilidade econômica.

> [...]É...e eu pessoalmente não consegui nada em termo de colocar aquilo o que viemos defendendo e continuo plenamente pensando nessa e melhorando mais a visão em relação a isso, mas é... eu queria dizer é assim que...nesse aspecto da lei eu digo a...você que não tem nada. Você não vai encontrar nada. Se encontrar me avise que... (risos) eu quero ver (vice-prefeito, 2009-2012).

Quanto ao processo de implementação da Lei, conforme mencionado na seção 4.2, é possível notar algumas mudanças após a Regulamentação. Uma das perguntas do questionário aplicado foi justamente sobre isso, a saber: O que mudou para você após a provação da lei de cooficialização? De acordo com as respostas, observamos que a grande maioria afirma que a Lei trouxe mudanças em muitos aspectos. Dentre eles, o que mais teve destaque diz respeito a

possibilidade de utilizar a língua em locais públicos da cidade, desmistificando a homogeneidade linguística e cultural imposta pela colonização. Nessas respostas ecoa a voz da identidade que tanto sofreu com o processo de homogeneização e é expressa em alguns momentos pelos termos *liberdade, comunicar, expressar, livre*, *assumir*. Como resultado de discriminação, o sentimento de *medo, vergonha*, acompanhava o falante de língua indígena no momento de usar a língua, como vemos abaixo:

> Mudou muito porque apareceram muito falante de línguas e que podemos *falar com qualquer momento*, na sala de aula, etc. (**Homem**, 53 anos, Tukano, 1E).
>
> Mais *liberdade* de expressão (**Mulher**, 36 anos, Tariana, 7L).
>
> Ante *eu tinha medo* de falar a minha língua na escola ou em lugares público. Porque era proibido. Agora não tenho mais (**Mulher**, 46 anos, Tukano, 1L).
>
> *Livre* expressão de idiomas perante ao público (**Homem**, 37 anos, Tariana, 2J).
>
> As pessoas tem oportunidade de se *expressa sua língua* em qualquer lugar sem preconceito (**Homem**, 49 anos, Tukano, 7J).
>
> Interesse de falar e escrever. (**Homem**, não disse a idade, Tariana, 4F).
>
> Descriminação do uso das linguas nas ruas da cidade (**Homem**, 49 anos, Tukano, 6H).
>
> Com a cooficialização da língua indígena facilitou bastante para o povo indígena, na parte de si *comunicar* (**Homem**, 39 anos, Tukano, 11H).
>
> Mais *liberdade de assumir a minha identidade e a lingua* falada desde criança (**Mulher**, 41 anos, Bará, 5B1).
>
> Antes eu tinha vergonha de falar tucano na rua, agora falo em qualquer lugar (**Mulher**, 33 anos, Tariana, 25M).
>
> Mudou o modo de viver e *senti mais livre* (**Mulher**, 25 anos, Tuyuca, 7G).
>
> Segurança, direito e *liberdade* e o *livre-arbitrio* (**Homem**, 25 anos, Baniwa, 18C).

Além disso, há destaque para a valorização, reconhecimento, resgate de culturas e línguas:

> Mudou muita coisa, como valorização da cultura **(Mulher,** 32 anos, Baré, 14F**).**
>
> As pessoas falam livremente em qualquer lugar do município. As línguas são valorizadas nas escolas indígenas etc. (**Homem**, 36 anos, Piratapuia, 8J).
>
> As crianças das escolas diferenciadas valorizam as suas línguas p/ aprender melhor o conteúdo (**Homem**, não disse a idade, Tariana, 5J).
>
> A valorização da própria língua (**Mulher**, 35 anos, Baré, 6G).

> Mudou um sistema de valorização, falando em qualquer momento (**Homem**, 39 anos, Tukano, 13H).
>
> Sim, mudou um pouco resgatar as suas cultura, língua, crença (**Mulher**, 46 anos, Tukano, 7H).
>
> A valorização das línguas indígenas da nossa região (**Mulher**, 24 anos, Piratapuia, 7B3).
>
> Deixe a liberdade de expressar a língua indígena em qualquer lugar e sentir mais indígena valorizado (**Homem**, 48 anos, Tukano, 6L).
>
> Mudou a resgatar as línguas, cultura (**Homem**, 41 anos, Wanano, 1G).

Muitos dos agentes consideram que a mudança foi mais expressiva no fator educação, o que pode estar associado ao fato de os agentes serem professores.

> Entre o povo Tukano usamos a lingua na escola, na reuniões, palestras, isso ajudou muito para o entendimento (**Homem**, 40 anos, Piratapuia, 11L).
>
> Após a aprovação a nossa educação escolar indígena melhorou bastante (**Mulher**, 31 anos, Tukano, 12E).
>
> Na escola através da cooficialização, houve bastante mudanças na escola ou na comunidade. (**Homem**, 24 anos, Baniwa, 7F).
>
> Temos direito de ensinar com as nossas próprias línguas nas escolas (**Homem**, 46 anos, Wanano, 4H).
>
> Que muitas escolas ensinam os alunos na própria língua sem dificuldades de comunicar com alunos (**Mulher**, 43 anos, Tariana, 6B1).
>
> Ficou melhor para a pratica da escola (**Mulher**, 45 anos, Tukana, 5G).
>
> As línguas cooficializadas são faladas dentro e fora da escola ou qualquer lugar onde for andar (**Homem**, 32 anos, Tukano, 17M).
>
> As escolas poderam sistematizar e alfabetizar a língua materna como primeira língua na escola (**Homem**, 45 anos, Baniwa, 7D).
>
> Antes era totalmente diferente tudo era esquecido, com essa lei, tornou a revitalizar as culturas, crenças e línguas, principalmente nas escolas (**Homem**, 20 anos, Baniwa, 15B2).
>
> Que a língua indígena podem ser ensinada qualquer escola pública (**Homem**, 37 anos, Baniwa, 8E).

Em oposição às respostas que afirmam haver mudanças após a Lei, encontramos respostas que afirmam não ter acontecido nada de diferente para eles. Algumas delas se voltam para o fato de que suas línguas já serem faladas antes da promulgação da Lei. Há também aquelas que se mostram contrários a Lei pelo fato de suas línguas não estarem entre as línguas cooficiais.

> Particularmente na minha vida NADA. Mas acredito que serviu como fortalecimento para que o movimento indígena da região conquiste seu espaço (**Mulher**, não disse a idade, Baré, 30D).

> Isto gerou um certo conflito ideológico em função das demais permanecerem exclusas **(Homem,** 37 anos, Baré, 19 F).

> Nada, porque antes dessa lei existir já falávamos Tukano com falantes dessa língua e Português com quem não é falante da língua Tukano (**Mulher**, 24 anos, Tariana, 14B2).

> Simplesmente nada, as autoridades locais nem valorizam, reconhecem os grupos étnicos falantes de línguas (**Homem**, 33 anos, Tukano, 26D).

> Nada, pos as línguas continuam sendo pesada e descordo em segundo plano (**Homem**, 30 anos, Baniwa, 25A).

> Pra mim não mudou nada, e não é reconhecido pelas algumas etnias, e por vários pessoas tem de deixar a sua própria língua (**Homem**, 29 anos, Tariana, 9B2).

> Como falei se a lei funcionasse mudaria muito, mas como não funciona, nada mudou (**Mulher**, 45 anos, Baré, 10B3).

> Por mim não mudou nada e a outras línguas ficaram no abismo (**Homem**, 40 anos, Piratapuia, 3C).

> Pelo que vejo não mudou nada continua a mesma coisa como ante. (**Mulher**, 51 anos, Tariana, 4C).

> No ponto de vista não mudou nada, continua na mesmo, so mudou para o professor que ganhou uma cadeira dando aula (**Homem**, 34 anos, Tariana, 10L).

> Pelo visto até agora não mudou nada o que foi dito no encontro da aprovação. (**Mulher**, 49 anos, Tukano, 23A).

Há ainda algumas respostas que afirmam que as mudanças tenham ocorrido mais nas comunidades. Isso vai de encontro com que comentamos na seção 4.2 e com o discurso dos agentes citados na mesma seção quando mencionamos que a grande maioria dos projetos educacionais estão mais voltados para as comunidades do que para sede. Sobre isso podemos citar:

> Nada continua sendo o mesmo. Talves muda para comunidades rurais (**Mulher**, 39 anos, Baré, 3B2).

> Após a aprovação da lei, as comunidades ribeirinhas onde funciona as escolas tinha mudado um pouco, produzindo suas cartilhas (**Mulher**, 37 anos, Tariana, 17H).

Isso se confirma quando perguntamos sobre as mudanças nas comunidades ou na cidade a respeito do uso das línguas cooficiais.

> Não. Apenas no interior as escolas indígenas procuram trabalhar suas línguas e culturas, elaborando cartilhas próprias, conforme sua realidade (**Mulher**, 27 anos, Tukano, 1I).
>
> Sim. Pelo que ouço a respeito do uso das línguas na comunidade ou na cidade é através da escola. Cada escola ensina a língua materna nas suas comunidade". (**Homem**, 30 anos, Tariana, 17A).
>
> Sim. Uso da língua em visão minha, as comunidades tenta regularizar conforme a sua cultura de cada etnias, querendo revitalizar o que foi perdido no período anos 40 e 50". (**Homem**,36 anos, Piratapuya, 19A).
>
> Não. Na cidade n/ao teve mudança muito não querem praticar as línguas. Enquanto que na comunidade as escolas são indígenas e alfabetizam na língua da comunidade (**Homem**, 45 anos, Baniwa, 7D).
>
> Sim. Nas comunidades percebeu-se que houve uma grande mudança porque desde então, a língua materna tornou-se obrigatório na grade curricular (**Mulher**, 41 anos, Baré (pai), 33D).
>
> Não. Aqui na cidade não se percebe mudanças sobre as línguas, também as comunidades próximas de S.G.C. são falantes de português (**Mulher**, 35 anos, Tariano, 13D).
>
> Sim. Na comunidade hoje as crianças são alfabetizada na língua materna (**Homem**, não disse a idade, não disse a etnia, 19M).
>
> Sim. Na comunidade sim, com direito de ensino das línguas nas escolas e na cidade não teve mudança (**Homem**, 30 anos, Baniwa, 23M).
>
> Sim. Através desta cooficialização surgiu a política de educação diferenciada na nossa comunidades indígenas, Língua de instrução na nossa escola é com Ling. tukana em alfabetização (**Homem**, 39 anos, Tukano, 4B1).
>
> Sim. Nas comunidades as escolas ensinam na língua materna e na cidade em alguns repartições públicas a língua cooficializadas são utilizadas. (**Homem**, 25 anos, Baniwa, 3F).

É possível notar nas respostas acima que as mudanças se apresentam muito mais nas comunidades, o interior, do que para a sede, a área urbana como já discutido na seção 4.2. Notamos também que as mudanças mencionadas nas respostas referem-se, em sua maioria, a educação escolar, ao ensino das línguas. A política de cooficialização foi desenvolvida para tentar contornar os problemas com o uso da língua que a situação social da cidade apresenta. No entanto, poucas mudanças ocorreram na cidade (ver seção 4.2). Como podemos confirmar nas respostas dos agentes, mais uma vez aparece o aspecto do uso da língua em público (oral e escrita), como também da valorização cultural e linguística:

> Sim. No caso respeito, valorização pela língua (**Mulher,** 26 anos, Tukano, 21F).

> Sim. Somente com a língua Tukano por ser ela falada na minha região de atração e as outras duas continuam sem necessidade (**Homem**, 51 anos, Tariana, 2I).
>
> Sim. Falamos ou melhor expressamos na língua indígena em casa, na rua, em reuniões, (na escola ainda aqui na cidade está bem devagar) nas comunidades está mais seguro falam e escrevem (**Mulher**, 44 anos, Desana, 1H).
>
> Sim. Respeito pelos grupos étnicos escrita com a própria língua e respeito e valorização de sua própria cultura (**Homem**, 49 anos, Tukano, 6H.
>
> Sim. As crianças e jovens sabe escrever e falar dentro da escola em todos os aspectos que ocorre na comunidade cultural, social e político (**Mulher**, 41 anos, Bará, 5B1).
>
> Sim. Porque a partir de cooficialização das línguas os indígenas que já não valorizavam mais da sua própria língua já se sentem valorizados e estão aptos a defender a sua cultura". (**Mulher**, 34 anos, Tariana, 14B1).
>
> Sim. Não ter medo de falar na rua com sua própria língua com seus parentes (**Homem**, 41 anos, Wanano, 1G).
>
> Sim. Pois através do ensinamento da língua, pude perceber que além de falarem a língua também podem caligrafar suas línguas materna (**Mulher**, 24 anos, Baré, 2C).
>
> **Sim**. Muitos que não falavam as línguas indígenas hoje querem aprender (**Mulher**, 35 anos, Tukano, 37E).

O processo de implementação da lei que cooficializa as línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa apresentam ainda alguns desafios e um deles é a escrita das línguas. As línguas indígenas, assim como qualquer língua, apresentam variações dialetais (ver seção 4.2). Outro fator importante a ser considerado nesse processo de aplicação da Lei é o apoio e incentivo de instituições, organismos governamentais e não-governamentais e principalmente do poder público municipal e estadual. É preciso também um querer mais expressivo dos próprios indígenas quanto às emendas previstas na Lei. Esses e outros aspectos são citados nas respostas quando perguntamos: o que está faltando para que as mudanças apresentadas e previstas na lei de cooficialização possam ser concretizadas? Vejamos:

> Aqui em nosso município faltam muitas coisas, não temos apoio das autoridades principalmente do apoio do prefeito e do secretário, e também nem dos vereadores, e nem os órgãos não governamentais como ISA e FOIRN, só sabemos dos nomes. Anos e anos eu trabalho nas escolas, eles nunca vão visitar as escolas, pra influenciar ou dar palestras sobre movimentos indígenas ou sobre as línguas. Ninguém sabe o que eles fazem e que tipo de trabalhos são executado dentro desses órgãos, mas a gente sempre escutamos sobre os projetos de tanto milhões, mas na prática ninguém vê nada. Só vemos eles engordando (**Mulher**, 38 anos, Tariana, 10I).
>
> Para isto está faltando articulação entre as entidades q/ no representa e a prática do que a lei nos permite e nos dá o direito desse cooficialização e formalização da escrita das línguas (**Mulher**, 40 anos, Baré, 14I).

> Falta a unificação das línguas, por que tem outras pessoas que falam ou pronunciam de outra maneira das outras, por isso deve haver só uma única (**Mulher**, 37 anos, Baniwa, 16I).
>
> Primeiro que a comunidade não sabe em que pé ficou a aprovação. É preciso que os órgãos públicos que eram as mudanças no atendimento dando oportunidade aos profissionais nestas línguas cooficializadas (**Mulher**, 42 anos, Baré, 4B2).
>
> Na minha opinião está faltando os livros e materiais didáticos, que possam ser concretizadas e também estão faltando professores bem formados nessas áreas de ensino (**Mulher**, 51 anos, Tukano, 21B3).
>
> Na minha opinião incentivar todos os povos a entrarem de acordos juntos, lutando pelos nossos direitos e assim possam ser concretizados (**Homem**, 27 anos, Baniwa, 29A).
>
> Vontade e aquisição de conhecimentos judiciários por parte dos falantes p/ cobrar formalmente e oficialmente os seus direitos adquiridos (**Homem**, 34 anos, Desana, 9J).
>
> Que esta lei não esteja somente no papel mais que esteja presente dentro das instituições; como hospital, posto de saúde, entre outros. Que tenha pessoas que realmente falam essa língua com as pessoas que chegam nesta instituições (**Mulher**, 28 anos, Baré, 18D).
>
> Primeiro a mudança da própria sociedade em geral, isto é, conscientização, acabando com o etnocentrismo. Segundo pela própria sociedade indígena que precisa entender que a língua é muito importante para um povo (**Homem**, 39 anos, Baniwa, 16H).

O descontentamento pelo não cumprimento do que rege a lei das línguas cooficiais está claramente definido nas respostas acima, principalmente, no que diz respeito a falta de apoio dos órgãos e instituições participantes das discussões e elaboração do projeto de lei, mas que encontram-se afastados dessa questão. É mencionado, também, a necessidade de divulgar para a população, esclarecer melhor sobre o que se trata a Lei, quais são suas diretrizes para que conhecendo seu regimento possa buscar, argumentar e discutir sobre seu funcionamento.

Diante disso, os pontos de vista dos agentes sociais constituem-se em oposição ao discurso de homogeneização impulsionado pelas ideologias nacionais que visavam a construção da unidade linguística. Além disso, as diferentes vozes que aparecem nos enunciados dos agentes, em suas mais variadas formulações, se voltam para os discursos de afirmação da identidade que, durante um longo tempo, esteve reprimida pelo processo de colonização. Os dizeres, acima expostos, carregam junto o dizer que aponta a lei de cooficialização como um recurso legal capaz de romper as fronteiras que ainda existem acerca

da afirmação da identidade. As vozes que constituem os enunciados são orientadas por fatores históricos e sociais, manifestando-se em consciências valorativas que se confrontam, se afirmam e se opõem (ZOPPI-FONTANA, 2005).

As divergências e concordâncias que se apresentam a respeito das concepções enunciadas nos mostram uma dimensão polifônica, onde as vozes são individuais e deixam-se ouvir, definindo-se num diálogo com outros. A diversidade de vozes e consciências articulam-se através dos agentes num movimento de interação e independência, inclusive de seu autor que as concebe como marca identitária do indivíduo (BEZERRA, 2012).

Dessa maneira, o espaço de tensão em que se dá a relação entre as vozes dialógicas está relacionado à construção de um discurso que enfatiza os direitos dos indígenas como cidadãos comuns perante o Estado e a sociedade. A produção de sentidos é dada a partir dos dizeres dos agentes que estão embutidos um no outro em uma atitude responsiva a outros discursos que influenciam seus dizeres. Os diferentes posicionamentos estabelecem-se a partir do encontro com vozes passadas, presentes e futuras cercadas de valores e forças sociais.

Nesse sentido, percebemos que a busca por direitos denunciam as injustiças cometidas historicamente e se desenvolvem como alicerce para as reivindicações dos indígenas. No instrumento jurídico encontram respaldo suficiente para assegurá-los como um povo que requer atenção específica, mas que também busca por direitos que os igualam a todo cidadão brasileiro, o que não tem sido fácil, uma vez que a ideia conservadora de identidade indígena, como povos aldeados nas áreas rurais, ainda persiste no Estado e na sociedade. Sobre isso, se observarmos, o movimento indígena é uma representação dos povos indígenas que se localizam em comunidades nas áreas rurais e, ao falarem dos indígenas residentes na cidade, área urbana, muitas das vezes, refere-se como um povo separado, merecedor de um outro olhar. Mas essa discussão não se insere no contexto de nosso trabalho.

Dando continuidade a nossa discussão, procedemos ao estudo das vozes presentes nos enunciados citados acima. Verificamos a partir da análise discursiva do corpus que algumas vozes se fazem ouvir, a saber: a da etnicidade, a da igualdade e a da diversidade linguística e cultural.

A voz da etnicidade tende a responder ao discurso da homogeneização do modelo de Estado-nação em que a unidade da língua e da cultura se destacam. O sujeito que articula discursivamente essa voz traça uma ideia de reflexão direcionada sobre as línguas,

principalmente sobre o uso corrente da língua portuguesa imposta por políticas governamentais, apagando características importantes que servem de base para a identidade cultural. Nos discursos dos professores e também dos ex-vereadores e diretores da FOIRN é possível encontrarmos o eco do processo de colonização que oprime a identidade indígena. A ideia da etnicidade, antes vista a partir da linguagem e como organizadora de coletividade, se apresenta como uma construção social estabelecida através da relação de contraste. De acordo com Cunha (apud, VAZ FILHO, 2011) "os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem".

A aparição da etnicidade busca recuperar o apagamento simbólico ocasionado pelo discurso dominante de homogeneização do processo de sobreposição dos modelos europeus aos indígenas. A voz da etnicidade, apresentada pelos indígenas como símbolo de opressão, revela-se também como uma ferramenta em defesa da cultura e das línguas indígenas. Além de mostrar que os indígenas buscaram reagir e articular-se política, econômica e culturalmente, fortalecendo os laços de identidade em um município majoritariamente indígena. Essa voz que interage com outras aparece de forma implícita ou explícita nos discursos dos agentes.

> ***Sim.*** *A lei e amparada conforme a realidade e a sociedade de cada povo como cultura de cada etnia* (***Homem****, 37 anos, Tariana, 9E*).
>
> *Que é importante não perder a identidade cultural* (***Mulher****, 32 anos, Baré, 39E*).
>
> ***Já*** *ouvi falar na lei de cooficialização aqui em São Gabriel da Cachoeira, devido que tem muito indígenas, várias etnias. Por isso foi escolhido essas três línguas para poder contato entre povos indígenas, maioria são indígenas em S. Gabriel (****Mulher****, 46 anos, Tukano, 7H).*
>
> Cooficialização é uma lei que ampara e foi aprovado das três língua indígenas mesmo tempo são esses tribos que estão dominando o município (**Homem**, 39 anos, Tukano, 13H).

Diante do rompimento da imagem de unidade, os indígenas organizam-se e tomam iniciativas em busca de direitos civis, políticos e sociais. Como um povo sofrido pelas ações dos colonizadores europeus, mostra-se através de seus discursos que resistiram e lutam como sujeitos de direitos. Direitos esses conquistados a partir da Constituição de 1988 quando tiveram reconhecidos suas crenças, línguas e organizações sociais.

A voz da igualdade que ecoa nos enunciados dos agentes que vivenciam o processo de implementação da Lei, como também dos enunciados proferidos por aqueles que estiveram

envolvidos diretamente na elaboração da Lei, é fundamentado no princípio dos direitos humanos, a autodeterminação. A busca de reconhecimento e garantia de direitos têm sido pauta de discussões dos movimentos e lideranças indígenas. A voz da igualdade ganha força com a promulgação da lei de cooficialização, permitindo aos indígenas de utilizar suas línguas no âmbito público e privado, e reafirmando suas identidades étnicas e culturais. Essa voz está em oposição ao princípio de integridade territorial e soberania política dos Estados nacionais e se apresenta nos discursos dos agentes sociais como conquista, reconhecimento e resgate. Falar publicamente suas línguas e tê-las inseridas nos mais diversos espaços sociais é igualar-se a qualquer cidadão brasileiro.

> Que São Gabriel adotou as três línguas cooficiais. Nhengatu, baniwa e tucano, e que todos os órgãos públicos deveriam ter pessoas falantes das três línguas p/ poder atender toda a clientela de São Gabriel (**Mulher**, 28 anos, Baré, 17L).
>
> A lei garante o direito de falar suas línguas (**Homem**, 36 anos, Tukano, 9M).
>
> **Já** ouvi, essa lei de cooficialização além de Português, oficializou as três línguas indígenas para serem respeitado (**Mulher,** 26 anos, Tukano, 21F).
>
> É que agora essas línguas são vistas também como as outras (**Homem**, 31 anos, Baré, 8B3).

Por fim, a voz da diversidade linguística e cultural. Ela se ressente da etnicidade e é dentetora de uma discursividade que aparece por meio da valorização, do reconhecimento e do respeito. Em oposição ao processo de unicidade imposta por políticas governamentais, ela se apresenta como afirmação de um discurso que recentemente tem repercutido na sociedade, a valorização das diferentes culturas e línguas. Isso aparece evidenciado nas políticas linguísticas atuais que se voltam ao atendimento das demandas específicas dos grupos, como é o caso da lei de cooficialização que contempla direitos que garantem o exercício de cidadania dos indígenas. É uma espécie de retratamento do Estado da ação homogeneizadora que reprimiu os indígenas durante muito tempo. Mas essa voz também se apresenta como mais uma ferramenta de conquista na busca por direitos específicos, como podemos observar abaixo.

> Que a lei ampara não é proibido falar qualquer língua nativa no Brasil no artigo n.231 falam os direitos indígenas (**Homem**, 37 anos, Baniwa, 8E).
>
> Porque a partir de cooficialização das línguas os indígenas que já não valorizavam mais da sua própria língua já se sentem valorizados e estão aptos a defender a sua cultura". (**Mulher**, 34 anos, Tariana, 14B1).
>
> Respeito das línguas cooficializadas (**Homem**, 38 anos, Tukano, 13M).
>
> Respeito ao indígena (**Mulher**, 41 anos, Piratapuia, 14J).

As representações analisadas são estabelecidas através do movimento de interação social em que os sujeitos constituem seus discursos por meio das palavras de outros sujeitos. Essas palavras adquirem significação no seu discurso interior, gerando uma atitude responsiva mobilizadora do discurso do outro. Os discursos dos agentes são constituídos por vozes sociais que se interpenetram, confrontam, encontram, dispersam e se combinam formando um todo social. A interpelação de vozes é orientada pelo contexto histórico-social, pela posição desempenhada pelos interlocutores e pela situação de produção. Cada voz sinaliza para uma especificidade construída a partir do histórico de formação. A voz da etnicidade, não permite que sua herança cultural se apague, mantendo-se vigorosa quanto ao processo homogeneizante do passado. A voz da igualdade permite exigir por aspectos antes não concedidos, mas que hoje podem ser adquiridos. A da diversidade cultural e linguística ergue-se abrigando, através de leis, direitos, contrapondo-se a política unificadora do Estado. As vozes que se entrecruzam vão, ao mesmo tempo, formando novas vozes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho buscou analisar as representações que a lei de cooficialização e sua regulamentação possuem para os agentes sociais que vivenciam o processo de implementação da Lei. Durante o desenvolvimento do estudo fomos conduzidos a apresentar o andamento da política linguística de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas. Tomamos como ponto de partida as opiniões e pontos de vista de agentes sociais envolvidos tanto no processo de elaboração da Lei, quanto no processo de implementação, mas principalmente aqueles que vivenciam cotidianamente com a situação linguística apresentada na região. Nosso intuito foi dar voz a esses agentes sociais que estão inseridos no contexto histórico e social de políticas linguísticas e que, muitas vezes, é silenciada.

Iniciamos nossas discussões situando o leitor quanto à questão que recentemente vem sendo difundida e aplicada principalmente em contextos que apresentam multilinguismo, política linguística e planejamento linguístico. Vimos que a política linguística e o planejamento linguístico surgem como intervenção sobre as situações linguísticas e precisam de meios para ser materializados. Dessa maneira, para que uma política linguística possa evoluir-se é preciso que o *status*, a função, e o *corpus*, a forma, estejam se entendo adequadamente. Enquanto o primeiro volta-se para o status social e político das línguas, e aqui o risco de desvalorizar uma língua enquanto se eleva outra é bastante alto, o segundo pretende fazer com que as línguas sejam utilizadas em situações que antes não era. Após apresentarmos os conceitos sobre políticas linguísticas e planejamento linguístico, mostramos alguns exemplos de ações que vem sendo desenvolvidas em alguns países da América Latina. Destacando, assim, a política linguística de cooficialização no município de São Gabriel da Cachoeira, sendo este o primeiro município a cooficializar línguas, e no município de Tacuru em Mato Grosso do Sul.

Notamos que as políticas de cooficialização são o resultado de muitas mobilizações por parte dos povos indígenas em exigir que seus direitos como cidadão sejam garantidos. Em São Gabriel da Cachoeira, município multilíngue, a ideia surgiu em um curso de formação para professores que tinha como itens de discussão os direitos linguísticos e educacionais assegurados na Constituição. Um dos argumentos em favor da criação da Lei era a facilidade de comunicação em todo o município, especialmente entre as pessoas que residem nas

comunidades e os setores públicos e privados na sede. Como pudemos ver, esse aspecto é um dos que ainda estão pendentes no processo de implementação da Lei e que requer apoio não somente do poder público municipal, mas de toda população de São Gabriel da Cachoeira. Contrastando com esse e outros aspectos, o curso de Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável no Alto Rio Negro, se destaca por estar em conformidade com a Lei, desde os passos iniciais que se deram através de discussões com a participação dos povos indígenas, considerando a territorialidade linguística e respeitando a diversidade cultural e linguística desses povos, até a estrutura que sustenta todo o desenvolvimento do curso. Como mencionamos no capítulo 4, o curso, além de atender a necessidade de formação de professores que atuarão em escolas indígenas do ensino fundamental e médio, busca formar pesquisadores voltados para a questão da sustentabilidade, desenvolvendo projetos para as comunidades as quais fazem parte. Com a primeira turma já finalizada e dando início a segunda turma, é possível imaginarmos a criação de projetos políticos e educacionais voltados realmente para atender às necessidades coletivas das comunidades indígenas.

De acordo com o que foi apresentado nos capítulos anteriores, o que vemos é que o processo de aplicação da Lei na cidade, lugar para qual a Lei estaria voltada, caminha lentamente. O que realmente se vê na cidade é a repercussão que a Lei obteve com a legalização do uso das línguas em locais públicos da cidade, uma vez que é a esse aspecto que a maioria das pessoas fazem referência ao falar na lei de cooficialização. Aliado a esse aspecto está a introdução do ensino das línguas cooficiais nas escolas, algo que chegou a ser feito, mas que hoje apenas algumas escolas continuam com o ensino da língua Nheengatu. O ensino das línguas indígenas nas escolas é um desafio, uma vez que nas salas de aula há presença de várias etnias e línguas e a duração da aula é muito curta.

Quanto ao aspecto de visibilidade e funcionalidade, estamos de acordo com os autores Calvet (2007) e Zimmermann (1999) quando afirmam que as línguas para terem status precisam ser utilizadas pelos falantes, o que não vem acontecendo em São Gabriel. As línguas são usadas em comunicações informais, familiares, dando lugar ao português para o uso formal, como em bancos, instituições públicas e privadas, etc. A criação de espaços comunicativos na cidade é um fator de grande importância no processo de implementação. Isso inclui as placas, informativos, publicidade, entre outros. No município são pouquíssimas placas encontradas com a escrita das línguas indígenas (ver capítulo 4), a maioria delas produzidas por ações individuais ou coletivas independentes do poder público municipal.

A partir dos discursos indígenas utilizados em nosso trabalho percebemos que o nível de conhecimento sobre a Lei é muito superficial, principalmente se levarmos em conta o número de anos após aprovação e regulamentação. Em sua maioria associam o que sabem a algumas das demandas propostas na Regulamentação.

Notamos que os discursos dos agentes sociais participantes do nosso estudo estabelecem uma relação dialógica, visto que, se confrontam, se confirmam, se interpenetram e se agrupam dentro de uma dinâmica de interação de vozes sociais que vão se reconstruindo e instaurando novos sentidos. A política de cooficialização no município de São Gabriel da Cachoeira se apresenta como um instrumento de legalidade que se impõe ao processo de homogeneização, ao qual os povos indígenas desse município permaneceram durante um longo tempo. Através dessa política linguística a população ganha forças para se autoafirmarem como indígenas, como um povo diverso que requer políticas específicas, mas que também exigem por direitos que o igualem como cidadãos brasileiros. Não podemos esquecer da força política que alicerça essa questão. Estamos vivenciando um período em que a valorização de contextos multilíngues nos apresenta uma nova maneira de olhar as diferentes línguas e suas relações, destacando e definindo direitos de povos estigmatizados. A política de cooficialização contribui com a nova demanda mundial, a da globalização e da inclusão cultural e linguística (Cf. HAGÈGE, 2000).

Podemos dizer, portanto, que a política linguística de tornar línguas cooficiais em âmbito municipal foi um grande passo para tentar atender as necessidades dos povos indígenas locais, mas é importante ressaltar que não é a obrigatoriedade do uso dessas línguas em lugares como escolas, hospitais, bancos, etc., que fará com que essas línguas indígenas alcancem o nível de *status* (CALVET, 2007) desejado pela própria população usuária dessas línguas. O que, é claro, não exime o poder público e órgãos estatais, agências bancárias, etc. de cumprirem o que está previsto na Lei. Entretanto, é preciso que o uso das línguas indígenas esteja inserido dentro das comunidades, dentro das famílias, pois é no uso das línguas pelos falantes que está o potencial de desenvolvimento e recuperação do espaço na sociedade, além de evitar que desapareçam.

A criação de espaços comunicativos na área onde a lei está diretamente voltada é um ponto que deve ser enfatizado no município de São Gabriel da Cachoeira, uma vez que para a língua sobreviver é preciso que tenha funcionalidade e, para isso, é necessário que os falantes a utilizem na comunicação. O fato de ter línguas legalmente determinadas como cooficiais

não é suficiente para levar essas línguas às praticas sociais, ao reconhecimento da sociedade brasileira. É preciso cumprir com os princípios previstos na Lei, por exemplo, quanto a elaboração de cursos nas línguas cooficiais para servidores públicos e privados, o que facilitaria a assistência às pessoas não falantes de português. A introdução de espaços linguísticos como esse consequentemente leva a um espaço social em que as línguas indígenas, escrita e oral, terão maior visibilidade e reconhecimento na vida cotidiana dos falantes dessas línguas e de outros que ali chegam.

Destaca-se aí, o fator da inserção da escrita como elemento importante para a realização das atividades administrativas e burocráticas que, até então, a língua utilizada era o português. A entrada da escrita em ambientes externos a escola traz às línguas indígenas funcionalidade e, consequentemente, a elevação de seu status.

Antes de finalizar gostaria de mencionar um fator importante e que deve ser considerado, mas não foi tratado neste trabalho é a questão do gênero. Como já discutido acima, um dos aspectos que se destaca no Alto rio Negro é a descendência patrilinear e a proibição de casamentos entre falantes da mesma língua. Autoras como Chernela (1997, 2004) e Lasmar (2005) fizeram um estudo considerando a questão do gênero, concluindo que existem diferenças nas falas dos homens e das mulheres. Em um estudo preliminar das respostas dos questionários que gerou um trabalho apresentado na qualificação (ver apêndice) percebemos que as respostas tinham como pano de fundo a dinâmica das relações de gênero, exercendo influências nas opiniões e pontos de vista acerca da política linguística de cooficialização. Essa questão nos leva a pretender fazer um novo estudo a partir dos discursos dos agentes sociais, mas com um olhar voltado para as relações de gênero, dando, de certa forma, continuidade a um estudo já iniciado.

Dessa maneira, ao elencar questões acerca da cooficialização de línguas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, esperamos ter contribuído com as discussões acerca de políticas linguísticas e seus processos de implementação, principalmente no que tange às políticas linguísticas instituídas em contextos multilíngues. No que diz respeito aos povos indígenas do município, esperamos que nosso estudo possa ter evidenciado aspectos que possam contribuir no processo de aplicação da Lei 145/2002 e de sua Regulamentação 210/2006. Destacamos o quão gratificante foi adentrar em um contexto rico e diverso em suas culturas e línguas e construir, a partir do apoio de seu povo, um trabalho que delineia algumas das grandes problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas daquele município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKHENVALD, A. Y. *Multilinguismo, e contato linguístico na região da bacia do Vaupés: o caso da língua Tariana*. Texto apresentado em palestra oferecida pelo departamento de Antropologia – PPGAS/Museu Amazônico/ UFAM, 2012.

_____. *Language contact in Amazon*. Oxford University Press, New York, 2010.

_____. Multilingualism and ethnic stereotypes: the Tariana of the Northwest Amazonia. *Language in Society*, 32, 1-21. Cambridge University, 2003.

ALKMIN, T. Sociolinguística. In.; MUSSALIM, F. BENTES, A. C. *Introdução à linguística*. Vol. 1. 5.ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. Os movimentos indígenas e a autoconsciência cultural. À guisa de apresentação. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Terra das línguas:* Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. Manaus, PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

ANDRELLO, G. *Cidade do índio*. Transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

_____. *Política indígena no rio Uaupés*: hierarquias e alianças. Teoria e Pesquisa, UFSCAR, 2008.

ARAÚJO E AMAZONAS, L. da S. *Dicionário topográfico, histórico, descriptivo da comarca do alto Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, edição fac-similar, 1984.

ARRUTI, J. M. A. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 93-123, 2000.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Laud e Yara Frateschi Vieira. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 1929/2010.

_____. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. Tradução: BERNADINI, A. F. et. al. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/Editora UNESP, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução: PEREIRA, M. E. G. G. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERMÚDEZ, R. M. *Al borde del multiculturalismo*: evaluación de la política linguística del estado mexicano em torno a sus comunidades indígenas. CONfines 3/5, 59-73, 2007.

BERNAL, R. J. *Índios urbanos*: processo de reconfiguração das identidades étnicas indígenas em Manaus. Tradução de Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BEZERRA, P. Polifonia. In.: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BRAGGIO, S. L. B. *Políticas e direitos linguísticos dos povos indígenas brasileiros*. Signótica, 14, 129-146, jan./dez. 2002.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In.: BARROS, D. L. P. de. FIORIN, J. L. (orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem. In.; BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. 1.ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In.; BRAIT, B. (org.). *Bakhitn: dialogismo e construção de sentido*. 2.ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRUNO, A. C. Problemas no estudo de ideologia linguística em situações multilíngues. In: Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *Amazônia e outros temas*: coleção de textos antropológicos. Manaus: EDUA, 2010.

BUCHILLET, D. Contas de vidro, enfeites de branco e potes de malária. Epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os Desana. *Série Antropológica*. Brasília, 1995.

CABALZAR, A., RICARDO, C. A. *Povos indígenas do Rio Negro*: uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira – Mapa/Livro. 3. Edição. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

CALVET. L. J. *As Políticas Linguísticas.* São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

_____. *Sociolinguística*. Uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CHERNELA, J. M. *The Wanano indians of the Brazilian Amazon*: a sense of space. Austin: University of Texas, 1993.

_____. A estrutura social do Uaupés. *Anuário Antropológico*, v.81, p.59-69, 1983.

_____. The "ideal speech moment": women and narrative performance in the Brazilian Amazon. *Feminist Studies* 23, N. 1, Spring, 1997.

_____.Language ideology and women's speech: talking Communnity in the Northwest Amazon. *American Anthropologist* 105, p. 794-806, 2003.

_____. The politcs of language acquisition: language learning as social modeling in the Nothwest Amazon. *Women and Language*, Vol. 27, N.1, p.13-21, 2004.

COÊLHO, L. M. *Uma síntese da história da Amazônia*. Uma visão didática. 2. Edição ampliada e revisada. Manaus, CECIL Concorde COM. IND. EXP. LTDA, 2004.

CRUZ, A. da. *Fonologia e gramática do Nheengatú*. A língua geral falada pelos Baré, Werekena e Baniwa. Tese de doutorado. Vrije Universiteit, 2011.

DIAS, J. B. *Língua e poder*: transcrevendo a questão nacional. Mana 8 (1): 7-27, 2002.

EPPS, P. STENZEL, K. *Upper Rio Negro*. Cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, Museu Nacional, 2013.

ERICKSON, F. *Qualitative Methods*. Research in teaching and learning. Volume 2. New York, Mac Millan, Publishing Company, 1990.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo*. As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARIA, I. F. O processo democrático. A proposta dos povos indígenas do Rio Negro para regulamentação da lei n. 145/2002. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Terra das línguas:* Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. Manaus, PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

_____. *Ecoturismo indígena. Território, sustentabilidade, multiculturalismo*: princípios para a autonomia. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

FARIA, I. F.; SILVA, R. N. P. da. OLIVEIRA, G. M. Licenciatura indígena, políticas educacionais e desenvolvimento sustentável no Alto Rio Negro/Am. In: AMARAL, J. J. O. LEANDRO, E. L. (orgs.). Amazônia e cenários indígenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

FARIA, I. F. SCHWDE, T. M. M. (orgs.). *Ohpekõ Di'ta. Pa'mɯri Mahsã, Bue'se, Nisetise*. Ni'nɯkarõ 1. Manaus, Am: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

FASOLD, R. *The sociolinguistics of society.* New York, NY, USA: B. Blackwell, 1984.

FERGUSON, C. A. Diglossia. In.; *Language and social strucutures*. Word. Vol. 15, 1959, p. 232-251.

FERREIRA, E. A. C. GUZMAN, D. *Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...": os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do padre João Daniel (1741-1776).*Texto apresentado no IV Encontro de História Colonial, Belém, 2012.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In.: BRAIT. B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chaves*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FLEMING, L. *From patrilects to performatives*: Linguistic exogamy and language shift in the Northwest Amazon. Dissertação (mestrado). University of Pennsylvania, 2010.

FREIRE, J. R. B. *Rio Babel*: a história das línguas indígenas na Amazônia. Rio de Janeiro: Eduerj /Atlântica, 2004.

_____. Língua geral amazônica: a história de um esquecimento. In: FREIRE, J. R. B. & ROSA, M. C. (org.) *Línguas Gerais:* política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003, p. 195-209.

GONÇALVES, A. L. *Cooficialização de línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu*. Coleção Proart Literatura. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado e Cultura, 2012.

GUZMAN, D. de A. A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, Vol. III, n. 2, 2008, p. 103-139.

HAGÈGE, C. *Não à morte das línguas*. Coleção das Artes e Literatura, 11. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

HAMEL, R. E. Direitos linguísticos humanos: debates e perspectivas. In.; OLIVEIRA, G. M. (org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003

_____. Indigenous language policy and education in Mexico. In.; HORNBERG, N.H. *Encyclopedia of language and education*, vol. 1; language policy and political issues in education, 2nd edition. Heidelberg: Springer Science, Business Media LL, 2008, p. 301-312.

HILGEMANN, C. M. *Mitos e concepções linguísticas do professor em contextos multilíngues*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

HUGH-JONES, S. *Nomes secretos e riqueza visível: nominação no Noroeste Amazônico*. Mana 8 (2), 45-68, 2002.

INFORMATIVO GÊNERO, RAÇA E ETNIA. *O Guarani é idioma oficial do Paraguai.* Disponível em http://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2011/01/26/guarani-e-idioma-oficial-do-paraguai/. Acessado em 03 de outubro de 2013.

JACKSON, J. E. *The fish people*. Linguistic exogamy and tukanoan identity in Northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KING, K. A. *Language revitalization processes and prospects*. Quichua in the Ecuadorian Andes. Bilingual Education and Bilingualism:24. Multilingual Matters Ltd, 2001.

LANDABARU, J. *Historia de la traducción de la Constitución de Colombia a siete lenguas indígenas (1992-1994).* Ameríndia, n. 22, 1997.

LASMAR, C. *De volta ao Lago de Leite*. Gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

LEANDRO, E. L. AMARAL, J. J. O (Orgs.). *Amazônia e cenários indígenas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

LYONS, J. *Linguagem e linguística*: uma introdução. Rio de Janeiro, Ltc, 1987.

MAHER, T. de J. M. *Ser professor sendo índio.* Questões de lingua(gem) e identidade. Tese de doutorado. Campinas, SP, 1996.

MARCUSHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In.: DIONÍSIO, P.A.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.(orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

MELATTI, J. C. Noroeste da Amazônia. *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Cap.13. Brasília, DF: UNB, 2011. Disponível em www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm.

MEIRA, M. Uma nova história do Rio Negro. In: Simpósio dos povos indígenas do rio Negro: Terra e Cultura, I *Anais do I Simpósio dos povos indígenas do rio Negro*. Universidade do Amazonas/FOIRN, 1996, p.121-48.

MOORE, D. Línguas indígenas. In: MELLO, H. ALTENHOFEN, C. V. RASO, T. (Orgs.) *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. Brazil: Language situation. In: BROWN, K. (Org.). *Encyclopedia Of language and linguistics*. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 117-128.

MOREIRA NETO, C. A. *Índios da Amazônia*. De Maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

NIMUENDAJÚ, C. Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés, 1927. *Journal de la Societé dês Americanistes de Paris*, 39, 1950, pp.125-182.

OLIVEIRA, A. G. *O mundo transformado*. Um estudo da cultura de fronteira no Alto Rio Negro. Coleção Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.

OLIVEIRA, G. M. de. SCWADE, M. A. *Yegatu Resewa. Yega, Yũbuesa Ĩdijina*. Manaus, Am: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

OLIVEIRA, G. M. *Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística*. Synergies Brésil. n. 7., 2009, pp. 19-26. Verão online disponível em http:/ressources-cla.univ-fonte.fr/gerflint/Bresil7/Gilvan.pdf

_____. (org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

_____. Oficialização das línguas indígenas em nível municipal no Brasil. Algumas considerações político-linguísticas e jurídicas preliminares. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Terra das línguas:* Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. Manaus, PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

OLIVEIRA, G. M. ALTENHOFEN, C. V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil. In: MELLO, H. ALTENHOFEN, C. V. RASO, T. (Orgs.) *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PACHECO, F. B. SCHWADE, M. A. LIBERATO, D. P., OLIVEIRA, G. M. *Yũpinima Rupiaita Yega Yegatu Kuiriwara.* Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

PACHECO, F. B. A linguística e o estudo das línguas indígenas. In: Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *Amazônia e outros temas:* coleção de textos antropológicos. Manaus: EDUA, 2010.

_____. O papel das línguas indígenas no ensino superior indígena em contexto de multilinguismo: considerações a partir do Alto Rio Negro. *Revista Linha Mestra*, N. 21. Ago-Dez, 2012, p. 799-804.

PEREIRA, M. C. *Naquela comunidade os adultos falam alemão e "brasileiro". Na escola, as crianças aprendem o português. Um estudo do continuum oral/escrita em crianças de série bisseriada.* Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

RAMIREZ, H. *Dicionário da língua Baniwa*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001.

REZENDE, J. S. *Escola Indígena Municipal Ʉtãpinopona Tuyuka e a construção da identidade Tuyuka*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica dom Bosco. Campo Grande, MS, 2007.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Biodiversidade e diversidade etnolinguistíca na Amazônia. In: SIMÕES, M. do S. (org.). *Cultura e biodiversidade entre o rio e a floresta*. 1. Ed. V. 1. Belém: Universidade do Pará, 2001.

_____. *As línguas indígenas no Brasil*. In: RICARDO, C. A. (org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 59-63.

_____. Panorama das línguas indígenas da Amazônia. In: F. QUEIXALÓS & RENAULT-LESCURE (org.). São Paulo: IRD/ISA/MPEG, 2000, p. 15-28.

_____. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Revista Línguas do Brasil*. V. 57, n. 2, 2005.

ROMAINE, S. The impact of language policy on endangered languages. *International Journal on Multicultural Societies*. Vol. 4, n. 2. Unesco, 2002.

RUIZ, R. Language planning considerations in indigenous communities. *Bilingual Research Journal*. Vol. 19, N.1, PP. 71-81. Winter, 1995.

SAMPAIO, P. M. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa. Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*, n.10, p. 73-100, Campinas-SP, 2003.

SANTOS, G. F. *Língua oficial e direitos linguísticos na Constituição Brasileira de 1988*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Católica de Pernambuco, 2009.

SEKY, L. Alto Xingu. Uma área linguística? In.: FRANCHETTO, B. (org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngüe*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

_____. Notas sobre a história e a situação linguística dos povos indígenas do Parque Xingu. In: SEKY, L. *Linguística indígena e educação na América Latina*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. *Revista Impulso* 12 (27). p. 157-170. 2000.

SHIRAISHI NETO, J. O pluralismo como valor fundamental. A co-oficialização das línguas Nheengatu. Tukano e Baniwa, à língua portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Terra das línguas:* Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. Manaus, PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

SHULIST, S. *Relatório preliminar:* observações etnográficas sobre o uso e a promoção das línguas indígena na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. FOIRN, 2012.

_____. *Signs of status*: the semiotics of officialization and visibility in urban Amazonian. (a sair).

SILVA, R.N.P. da. Passos e compassos. O desafio na terra das línguas. In.: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Terra das línguas:* Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. Manaus, PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

SILVA, W. L. de. *Descriptive Grammar of Desano*. Tese de doutorado. University of Utah, 2012.

SILVA, L. A. L. da. FARIA, I. F. de. (orgs.). Paakeetakaroda Nhaaha Lipiirikananai. Manaus, Am: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SORENSE, JR., A. P. Multilingualism in the Northwest Amazon. *American Anthropologist*, 69, p. 670-84, 1967.

STENZEL, K. Multilingualism in the Northwest Amazon, Revisited. *Memórias Del Congresso de Idiomas indígenas de Latinoamérica*. University of Texas at Austin, 2005.

_____. Glottalization and other suprasegmental features in wanano. In: *International Journal of American Linguistics*, 2007. 73, 331-366.

_____. Contato linguístico e mudança linguística no Noroeste Amazônico: o caso dos Kotiria (Wanano). *Revista da ABRALIN*, v. 8, n. 2, p. 71-100, jul/dez. 2009.

_____. *Algumas 'joias' tipológicas de Kotiria (Wanano)*. ReVEL. Edição especial n. 3, 2009.

SWEET, D. G. *A rich realm of nature destroyed*. The Middle Amazon Valley, 1640-1750. Tese de doutorado, University Microfilms, Ann Arbor, 1974.

TEZZA, C. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin. In.; FARACO, et. al. *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier, 1988.

VAZ FILHO, F. A. A identidade indígena hoje. Disponível em: www.alasru.org/wp-content/.../25-GT-Florêncio-Almeida-Vaz-Filho.pdf. Acessado em 16 de setembro de 2013.

VIDAL, S. M. Amerindian groups of northwest Amazonia. Their regional system of political-religious hierarchies. *Antropos*, v.94, p. 515-28. 1999.

WRIGHT, R. M. História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/ Companhia das Letras/ SMC, 1992.

_____. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.

ZIMMERMANN, K. Política Del lenguaje y planificación para lós pueblos ameríndios. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 1999.

ZOPPI-FONTANA, M. G. O outro da personagem: enunciação, exterioridade e discurso. In.: Bakhtin: dialogismo e construção do sentido. 2.ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

ANEXOS

Anexo A – Questionário aplicado aos professores do PARFOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Mestrado em Letras - PPGL

Programa de Pós-Graduação em Letras - UFAM

Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário. Coroado I. CEP 69077-000. Manaus/AM

Questionário – Professores **N.º_____**

Pesquisadora: Fabiana Sarges
Local e data da coleta: São Gabriel da cachoeira, AM - _____de _____de 2012.

1. Identificação:

1.1Nome:_____
_____
1.2 - Idade: _____ Sexo: ( ) feminino ( ) masculino
1.3 - Lugar de residência/comunidade: _____
1.4 – Você é indígena ou descendente indígena? _____
1.5 – Povo/etnia a que pertence: _____
1.6 – Qual sua comunidade de origem? _____
1.7 - Qual o povo/etnia de sua mãe?_____
1.8 – Quais línguas sua mãe fala? _____
_____
1.9 - Qual o povo/etnia de seu pai? _____
1.10 – Quais línguas seu pai fala? _____
_____
1.11- Escolaridade: _____
1.12 - Curso de formação: _____
1.13 – Curso em andamento: _____
1.14 - Você fez outra faculdade antes? Qual? Onde?_____
_____

2. Competências linguísticas

2.1 – Quais línguas você fala? _____
_____
2.2 - Que língua você fala melhor?_____
2.3 - Que língua você aprendeu primeiro? _____
2.4 - Que língua você usa mais frequentemente em casa?
_____
2.5 - Que língua você ouve falar mais fora de casa, mas dentro da comunidade?
_____
2.6 - Você fala que língua com seus filhos e parentes? Quando? Por quê?
_____
_____
_____

2.7 – Quando é necessário falar Português na comunidade/cidade?

_____

_____

2.8 – Quando é necessário falar Espanhol na comunidade/cidade?

_____

_____

2.9 - Como você aprendeu a falar Português?

( )Na escola ( )No trabalho ( )Em casa ( )Com os militares ( )No comércio
( )Outros, qual? _____

2.10 - Como você aprendeu a falar Espanhol?
( )Na escola ( )No trabalho ( )Em casa ( )Com os militares ( )No comércio
( )Outros, qual? _____

2.10 – Quando você era criança que língua seus pais falavam entre eles?

_____

a) Que língua eles falavam com você? Por quê?

_____

3. Sobre a cooficialização

3.1 - Você já ouviu falar na lei de cooficialização das línguas indígenas? O que sabe sobre essa lei?

_____

_____

_____

_____

3.2 - O que a lei de cooficialização de línguas indígenas representa para você?

( ) reconquista do espaço pela língua ( ) reconhecimento da diversidade de línguas
( ) afirmação da cultura e garantia de direito à liberdade de expressão das línguas indígenas
( ) mais um discurso político sobre a diversidade de línguas ( )Não representa nada.
Outros:

_____

_____

3.3 - O que mudou para você após a aprovação da lei de cooficialização?

_____

_____

3.4 - Você tem visto mudanças na sua comunidade e/ou na cidade a respeito do uso das línguas cooficializadas?
( )Não ( ) Sim. Quais?_____

_____

_____

3.5 - Existe algum tipo de apoio na comunidade e/ou cidade com relação ao uso dessas línguas?
( )Não ( )Sim. Qual(is)? _____

_____

a) Por parte de quem ou de quais entidades?_____

_____

b) Que tipo de apoio está faltando? _____

_____
_____

3.6 - Você fala ou entende uma das línguas presentes na lei de cooficialização?
( )Não. ( )Não falo, mas entendo. ( )Sim, falo e entendo. Qual?_____
Com quem?_____
Quando? _____
Por quê? _____
_____

3.7 - Em sua opinião, o que está faltando para que as mudanças apresentadas e previstas na lei de cooficialização possam ser concretizadas?

_____
_____
_____
_____

4. A língua no âmbito da escola

4.1 – Qual escola você trabalha? Onde está localizada?_____
_____
4.2 - Há quanto tempo você trabalha nessa escola? _____
4.3 - Há quanto tempo você trabalha como professor (a)?_____
4.4 - Que/quais língua(s) é (são) ensinada(s) na escola em que você trabalha?

_____
_____

4.5 - Quais os objetivos de ensinar essa(s) língua(s) na escola?

_____
_____
_____

4.7 -Como você descreveria ou definiria sua forma de ensinar essa(s) língua(s)?

_____

a) Quais as dificuldades que você já teve? _____
_____
_____

4.8– Em sua opinião, o ensino dessas línguas parece ser diferente do ensino do português? Como?

_____
_____

4.9 - Que apoio você recebe da Secretaria de Educação do Estado e do Município para o ensino dessa(s) língua(s)?
( ) Fornecimento de material didático ( ) Cursos de capacitação e formação para professores
( ) Oficinas ( ) Outros. Qual(is):_____

4.10 - Os pais concordam com o ensino dessa(s) língua(s) ou pedem para ser(em) trabalhada(s) na escola?

_____
_____
_____

4.11 - Quais as mudanças mais importantes que você tem visto na educação indígena nos últimos anos?
_____
_____
_____

4.12 - As atitudes acerca da língua indígena mudaram nos últimos anos?
( )Não ( )Sim, um pouco ( ) Sim, muito
Como isso se dá? _____
_____
_____

4.13 - Como é o ensino do Português? Em que momento ele entra na escola?
_____
_____
_____

Obrigada pela sua participação!

Anexo B – A lei n. 145/2002

LEI Nº. 145 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheêgatu, Tukano e Baniwa à Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, Brasil.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, AM

FAÇO saber a todos que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas decretou a seguinte:

LEI:

Art. 1° A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, passa a ter como línguas co-oficiais o Nheêgatu, o Tukano e o Baniwa.

Art. 2° O status de língua co-oficial, concedido por esse objeto, obriga o município:

§ 1° A prestar os serviços públicos básicos de atendimento nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito.

§ 2° A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas co-oficiais.

§ 3° A incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

Art. 3° São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das co-oficiais.

Art. 4° Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou co-oficial que use.

Art. 5° As pessoas jurídicas devem ter também um corpo de tradutores no município, conforme o estabelecido no caput do artigo anterior, sob pena da lei.

Art. 6° O uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurado nas escolas indígenas, conforme a legislação federal e estadual

Art. 7° Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, em 11 de dezembro de 2002.

DIEGO MOTA SALES DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Fonte: ALMEIDA (2007)

Anexo C – A lei n. 210/2006

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N° 210 DE 31 DE OUTUBRO DE 2006

Dispõe sobre a regulamentação da Co – Oficialização das Línguas **NHEENGATU, TUKANO e BANIWA**, a Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira/ Estado do Amazonas.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira / AM,

FAÇO saber a todos que a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas decretou a seguinte:

LEI:

Art. 1°. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

Parágrafo Único – Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas, passa a ater como línguas co – oficiais, as Nheengatu, Tukano e Baniwa.

Art. 2°. O Status de língua co-oficial concedido por este objeto, obriga o município:

§ 1° A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas, na língua oficial e nas três línguas co – oficiais, oralmente e por escrito;

A O status de 'co-oficialidade' equivale ao conceito de 'oficialidade', com o que se define que o município de São Gabriel da Cachoeira tem, a partir da promulgação da lei, quatro línguas oficiais.(CNR)

B O poder executivo municipal realizará o levantamento no prazo de 60 dias após a regulamentação da lei, dos funcionários dos vários órgãos proficientes nas línguas co-oficiais e os nomeará, por portaria, para a prestação de serviços específicos do órgão nas línguas co-oficiais.(CNR).

C O poder executivo municipal terá o prazo de 180 dias a partir da regulamentação da lei para iniciar a prestação de serviços nas línguas em sua modalidade oral. (CNR).

D O poder executivo municipal terá o prazo de um ano a partir da regulamentação da lei para a prestação de serviços na modalidade escrita. (CNR).

E As repartições públicas municipais que não dispuserem de funcionários habilitados á prestação de serviços nas línguas co-oficiais no seu quadro funcional contratarão falantes com competência nas línguas co-oficiais nas modalidades oral e escrita.(CNR).

F Aos órgãos públicos estaduais e federais com atuação no município, recomenda-se a contratação de funcionários com domínio oral e escrito das línguas co-oficiais.(CNR).

Fonte: ALMEIDA (2007)

G Os concursos do serviço público municipal para os cargos de atendimento ao público exigirão proficiência em português e em uma das línguas co-oficiais. (CNR).

H Todos os concursos do serviço público municipal oferecerão aos candidatos as provas nas quatros línguas oficiais, e o candidato escolherá em qual das quatro língua fará a prova. (CNR).

I A Instituição pública deverá ter um número de funcionários falantes das línguas co-oficiais compatível com a demanda. (CNR).

§ 2° A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas oficiais;

A A documentação de interesse público no âmbito do município, como editais, avisos, comunicados, incluindo sinalização pública da cidade, placas de trânsito, nomes dos órgãos públicos, será sistematicamente produzidas nas quatros línguas oficiais. (CNR).

B A certidão de nascimento e outros documentos portáveis que implicam pagamento de taxas serão bilíngües português/uma das línguas co-oficiais, definida segundo a solicitação do requerente. Os casos omissos serão encaminhados para o Conselho Municipal de Política Lingüística conforme Art. 7°,§1°.(CNR).

C A Secretária Municipal de Educação criará uma rede de instituição que atuam na formação de quadros docentes, de tradutores e outros profissionais necessários para a implementação desta lei. Esta rede encarregar-se-á das diversas tarefas de capacitação e desenvolvimento de equipamentos lingüísticos (toponímia, terminologia, etc) com a participação ativa do Conselho de Política Lingüística. (CNR).

D É terminantemente proibida a cobrança de taxa extra, ou duplicidade de pagamento do requerente, em qualquer documento bilíngüe, emitido conforme o disposto na letra "B" do artigo 2° § 2°.

§ 3°. A incentivar a apoiar o aprendizado e o uso das línguas co – oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

A O poder executivo destinará recursos para assegurar a oferta das línguas co-oficiais no sistema educacionais: tanto na contratação e capacitação de docentes das/nas três línguas oficiais, quanto na produção de materiais didáticos, etc. (CNR).

B A educação infantil funcionará em perspectiva bilíngüe com o ensino de uma língua co-oficial e do português. (CNR).

C A oferta das três línguas co-oficiais é obrigatória em todas as redes escolares do município e facultativa nas escolas indígenas específicas das etnias falantes das outras línguas do município, que têm como sua língua étnica como língua de instrução. (CNR).

D Todos os estabelecimentos de ensino da esfera Municipal, Estadual e Federal orientar-se-ão para a Política lingüística de co-oficialização priorizando as

três línguas dentro de seus respectivos de ensino-aprendizagem num prazo de dois anos. (CNR).

E Os veículos de comunicação (rádios, jornais, vídeo, escritos locais, outdoors, carros volantes de publicidade) contemplarão na sua programação diária as línguas co-oficiais do município. Nas rádios estará presente diariamente presente pelo menos um programa de jornalismo e de maior interesse público em cada uma das línguas co-oficiais. Num prazo de três anos deverão ser destinados 10% de tempo de emissão para cada uma das línguas co-oficiais nas rádios emitindo do município. Nas rádios estatais atingir-se-á a 50% de tempo de emissão nas três línguas co-oficiais no prazo de três anos a partir da regulamentação da lei. (CNR).

F O Poder executivo municipal favorecerá a criação de uma rádio comunitária para a transmissão prioritária nas três línguas co-oficiais. (CNR).

G A transmissão televisiva será de no mínimo dez minutos diários em cada língua co-oficial com implantação num prazo máximo de dois anos. (CNR).

H A publicidade pública e privada de interesse público deverá ser veiculada pelos meios de comunicação nas quatro línguas oficiais do município. (CNR).

I Os serviços públicos de radiofonia transmitirão prioritariamente nas línguas co-oficiais quando a transmissão for destinada ao território lingüístico específico daquela língua (Baniwa no Rio Içana, Nheengatu no Rio Negro e Tukano na Bacia do Vaupés). (CNR).

Art. 3º. São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das co – oficiais.

Art. 4º. Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou co-oficial que use.

§ 1º Qualquer discriminação referente a língua é crime. Penas alternativas serão a prestação de serviços para as entidades que implementam a política de línguas (escolas, organizações, indígenas etc.), ou pagamento de multa revertida ao Fundo Municipal de Política Lingüística, para o ensino e promoção das línguas co-oficiais. (CNR)

§ 2º As denúncias serão comunicadas a Polícia ao Ministério Público Estadual e Federal, se possível com a orientação do Conselho Municipal de Políticas Lingüística. (CNR).

Art. 5º. As pessoas jurídicas devem ter também um corpo de tradutores no município, conforme o estabelecido no caput do artigo anterior, sob pena de pagamento de multa de 150 UFIR em primeira ocorrência e 450 UFIR em segunda ocorrência, recurso que deverá ser revertido ao Fundo Municipal de Política Lingüística (FMPL).

§ 1º O alvará de funcionamento para as pessoas jurídicas privadas no município será emitido mediante a apresentação do certificado de adequação ao artigo

5° da Lei 145-2002, o alvará será renovado anualmente com novo processo de certificação pelo Conselho Municipal de Política Lingüística. (CNR).

§ 2° Estarão dispensados de certificado de adequação as empresas com menos de cinco funcionários que não tenham atendimento ao público. Os casos omissos serão encaminhados para o Conselho Municipal de Política Lingüística.

§ 3° O poder público priorizará nas suas licitações dentro do município prestadores de serviços que respeitem a Lei 145, oferecendo atendimento ao público também nas línguas co-oficiais. (CNR).

§ 4° As instituições privadas de interesse comercial ou não (associações, igrejas etc) terão por obrigação atender ao publico também nas línguas co-oficiais. (CNR).

§ 5° Os letreiros, placas, outdoors, folders, panfletos de publicidade no espaço público devem oferecer informação também nas três línguas co-oficiais. Igualmente serão oferecidas nas três línguas as listas de preços, os cardápios dos restaurantes, lanchonete e similares. (CNR).

§ 6° As igrejas devem oferecer serviços religiosos também nas três línguas co-oficiais, em conformidade com as línguas de seus membros e em periodicidade a ser definida pela comunidade congregacional num prazo de um ano. (CNR).

Art. 6° O uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurado nas escolas indígenas, conforme a legislação federal e estadual.

§ 1° As demais línguas serão consideradas oficiais no âmbito das suas comunidades.

Art.7°. Fica estabelecido no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira o Conselho Municipal de Política Lingüística (CMPL).

§ 1° O Conselho terá caráter consultivo e deliberativo e deverá acompanhar, orientar e fiscalizar a aplicação da Lei 145/2002, e administrar o Fundo Municipal de Política Lingüística. (CNR).

§ 2° O Conselho Municipal de Política Lingüística estimulará os trabalhos de promoção das demais línguas do município, realizando oficinas, publicando materiais, capacitando professores e produzindo audiovisuais. (CNR).

§ 3° O Conselho será constituído por instituições do poder público e por instituições da sociedade civil que atuam no município (FOIRN, Câmara de Vereadores, SEMEC, SEDUC, UFAM, FUNAI, IPOL, COPIARN, ISA, UEA, Escola Agrotécnica, SSL, APIARN, instituições religiosas, Associação de comerciantes, um membro das associações de bairro). (CNR).

§ 4° A FOIRN terá quatro membros, sendo um representante de cada língua co-oficial e um representante das demais línguas e as demais instituições um representante com seu respectivo suplente. (CNR).

§ 5° O início do trabalho do Conselho será 60 dias após a regulamentação da lei. (CNR).

Art. 8° Fica estabelecido no âmbito do município de São Gabriel da Cachoeira o Fundo Municipal de Política Lingüística (FMPL).

Art. 9° Revogadas as disposições em contrário.

Art.10° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira/ Estado do Amazonas, em 31 de Outubro de 2006.

FRANCISCO ORLANDO DIOGENES NOGUEIRA

Presidente da Câmara Municipal

Anexo D – A lei n. 210/2006 em Tukano – Versão traduzida pelos alunos do curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

• Duhtiro n° 210 / 2006 Ye'pa Bahuari Mahsã

Município de São Gabriel da Cachoeira /AM kharã na ukũathe a'te nirõsa, nheẽgatu, dahsea ye, behkarã ye, pehkasã ye.

Câmara de São Gabriel da Cachoeira/AM kharare duhtigu a'tiro duhtise mahsiõ kumi:

Duhtiro:

Art. 1◦ – Português diakhũ ni a'to Brasil di'tare, ukũse.

Ni'karõ nirõ: São Gabriel da Cachoeira di'tare a'tiro thoa ytia kura kharã na ukũathe (nheẽgatu ye, dahsea ye, behkarã ye).

Art. 2° – Ni'karõ merã ukũse a'tiro wa'to a'ti municipiore nike a'tiro duhti:

§1° – Mahsã da'rase ta'tipa pure da'ra dhuirã pehkasã na ukũse, tho nikã ytia kura kharã na ukũse ukũ oharasama.

A – A'ti Município São Gabriel da Cachoeirare ni'karõ merã ukũse warosa nikarore wero ba'paritise ukũse thoa.

B – A'ti municipiore duhtiro pua mhuipũ be'ro te noho ukũse mahsirare behse norõsa na topu da'raharẽ.

C – A'ti municipiure duhtiro 180 numuri be'ro, na behsekarã da'ratharãsama na ukũse se'saro merã.

D – A'ti municipiure duhtiro ni'kã kuma kuorosa na ohase merã da'ra nukãtho.

E – A'ti municipiure da'rase ta'tipa pure ukurã, oha mahsitirã moorã ukũ oharã daraharẽ phirosa.

F – A'ti municipiu popea pure estaduais, federais, da'rase ta'tipa nirã a'te ukũ oha werarẽ phirosa.

G – A'ti municipiure mahsã merã da'rarati nirarẽ pehkasã ye, ku ye ukũgure uarosa.

H – A'ti municipiu da'rase o'rotiro, ba'paritise ukũse kũke merã oha duhtiro behserore kũ bahsi behsegusami kũ ukũ mahsĩ ohasere.

I – Da'rase ña kahsa nuko tikerãta o'bosamã ni kuorosa, mahsã merã da'rase ta'tipa pure pa'muri mahsã ye ukurarẽ.

§2◦ – Pehkasã ukũse, pa'muri mahsã ukũse merã diakhũ bahuro oha wiorẽse nirõsa.

Fonte: FARIA e SCHWADE, 2012.

A – A'ti municipiure werese purĩ, turũse pawu ñe'õse phirĩ, wiorã dhuise ta'tipa ba'paritise ukũse merã ohake nirõsa.

B – Mahsãke wereri purĩ, tho nikã ahpeye kuose puaro ukũse merã nirõsa, pehkasã ye, tho nikã ni'karõ pa'muri mahsã ye merã, tere ua nigusami, na orã uatikarẽ Conselho Municipal de Política Linguisticapu, art.7° §1° duhtiro nohõ wa'rosa.

C – Bu'ese ñanururi ta'tia, parõsa ni'kã ta'tia, bu'erã, bue whia karã, wereorã, ohoasere ñanururã kũ norosa. Nã phe ñanururã sama, mahsĩka weathere, ukũ merikã weathe (wametise wi'seri, nopu atipari nise, ohasetise, ahpeye) nirãsamã Conselho de Política Linguística kharã na merã.

D – Wahpayenoña marirõsa no'o nise thutuase purĩ uakarẽ, B - pu duhtiro nirõ nohota art.2°§2° nirõ nohõta.

§3° – Bu'ese wi'seripure toho nikã ahpeye noho merã werese itiakura kharã nã ukũse mahsiãto nirã were kahsa wetamorõsa.

A – Municipiure duhtiro wetamurõsa a'te itiaro ukũsere, nã wimararẽ bu'ekhure, wapayea there, nã oha bu'eathi purĩ na oha wioreãthi purirẽ.

B – Wimarã puta bu'e nukarasama a'te buesere na ye merã tho nikã pehkasã ye merã.

C – A'ti Municipiure a'te i'tiaro ukũse nirõsa nipetirã pa'muri mahsã wimarã, mamaphia, buhkurã bu'erarẽ wetamuse nirõsa ahpeye mahsã kurari kharã nã bahsi mahsĩ na ye ukũse merã bu'ekarãsama.

D – Nipetise bu'ese wi'seri municipal, estadual, federal kahse pua kumã were kahsarosa pa'muri mahsã i'tiaro ukũsere.

E – A'te ukũsepu, ukũse whiaropu, kihti purĩ pu, ñamike whiaropu, nã oha õsepu, turũse pawupu, pa'muri mahsã nã ukũse merarẽ narẽ duhtiro ahpo nukõ kabero ahpeye ukũ wiorẽse merã purõ ukũ norõsa. 10 % pohse nirõsa pa'muri mahsã ye merã ukurõ a'ti municipiu kahse ukũ wiorẽse, toho nikã 50% Estado kahse ukũ wiorẽse pure nirõsa. Ytia kuma be'ro ato duhtiro whiakabero ukũ wiorẽ nukã norosa.

F – Municipiure duhtiro wetamurõsa ni'karõ ukũse whiaro ytia kura kharã nã ukũse merã nã ukukã.

G – Pua kuma be'ro televisão pure whianukarõsa 10 minutu pohse umukhori nuhkũ te ukũse merã whiarosa.

H – Were wañase pure ba'paritise ukũse merã ohake nirõsa.

I – Pa'muri mahsã na ye di'tari pure kihti wereoro pure na ye merã ukũrasama.

Art.3° – Pehkasã ye, pa'muri mahsã ye ni'karõ merã nise ni.

Art. 4° – Pehkasã ye, pa'muri mahsã ye, ukũse de'ro nikã bhuikã noña marirõsa:

§1° – Ukũsere de'ro ni buhikagu buiritigusami. Thoni buhikãgu bu'ese wi'seripu, te ukuse merã darase wi'seripu wahpayegusami, kũ wahpayese Fundo Municipal de Politica Linguisticapu thoarosa.

§2° – Puliciare, Ministério Publicu estadual federal pure weresarasama tho wetirã Conselho Municipal de Politica Linguistica pure de'ro webosari ni seritiarãsama.

Art. 5° – Mahsã merã da'rase wi'seri kharã wereorã kuorasama municipiu pure artigo to' buikharõ duhtiro nohota, nẽ keoro wetikarẽ wahpayerãsama 150 UFIR nẽ wa'karẽ, be'ro wenemoka 450 UFIR, te wahpayeke Fundo Municipal de Politica Linguisticapu (FMPL) wa'rosa.

§1° – artigo 5° duthiro 145/2002 kũkaro nohõ nã bahsi da'rarã na ye tho we da'rarãsa nirĩ purĩ ñeorãsama. Tho werã kumarĩ nuhkũ ahpokũ norõsa Conselho Municipal de Politica Linguistica pure.

§2° – Nikã muse duharo da'rarã kuose wi'seri to we da'ra ya nirĩ purĩ uanosome. To niroho watikarẽ Conselho Municipal de Politica Linguistica pure onorõsa.

§3° – Mahsarẽ suori nirã nã da'ratamuaharẽ 145 duhtiro merarẽ ama mutarõsa.

§4° – Ahpeye nohõ Du'ase wi'seri, ahpeye nohõ mahsã merã da'rase wi'seri, i'tia kura kharã nã ukũse merã nirõsa.

§5° – Mahsã pharã nã siaro ohake phirĩ pure ytiaro ukũse merã nirõsa, toho nikã ba'se duase wi'seripu te wame ytiaro ukũse merã nirõsa.

§6° – Ni'kã kuma be'ro ñubu'ese wi'seri kharã, ytia kura ukuse merã da'ratharãsama.

Art. 6° – Apheye kurari kharã nã ukũse bu'ese wi'seripu bu'e norõsa. Te duhtise Legislação federal estadual kũkaro wero nohota.

§1° – Ahperã mahsã kurari nã ukũse na ye mahkaripu ukũ nisetirãsama.

Art. 7° – A'tiro thoamhã, suori da'rathe, a'ti mahkã São Gabriel da Cachoeirapu, nirõsa a'ti Conselho Municipal de Politica Linguistica (CMPL).

§1° – Conselho seriñanorõ, thota wa'to nirõ nirõsa, tota tuo, sirutu, wereo, tota ñanu yã nurũrosa Fundo Municipal de Politica Linguisticare a'to duhtiro 145/2002 niro nohota.

§2° – Conselho Municipal de Politica Linguistica a'tiro we'e da'rarã nĩ ahpeye ukũse kurari kharã ye neokũ bu'ese merã añuro ahpokũ wemahsĩsa wimarãre wereorã, añuro ahpo kũbahsarosa a'tere ña tuose kuhiri merã.

§3° – Conselho Municipal Politica Linguistica pure, pehkasã pa'muri mahsã, a'ti municipiure da'rase ta'tipa, FOIRN, CAMARA DOS VEREADORES, SEDUC, SEMEC, UFAM, SSL, FUNAI, IPOL, COPIARN, APIARN, ISA, ESCOLA AGROTÉCNICA, UEA, oãkhuye ukũse tatipa, duase kuori kura kharã, niku nimahsĩsami associações de bairros).

§4° – FOIRN kuorosa niku dahsea ye behkarã ye, nheẽgatu ye ukũ ohamasirã, ba'paritirã nirãsama, nikũ ni nemoguusami narẽ bapatiakhu. Ahpeye da'rase wi'seri nikũta kuorosa te nuhkũ, nã marikarẽ duhkayaharẽ kuorãsama.

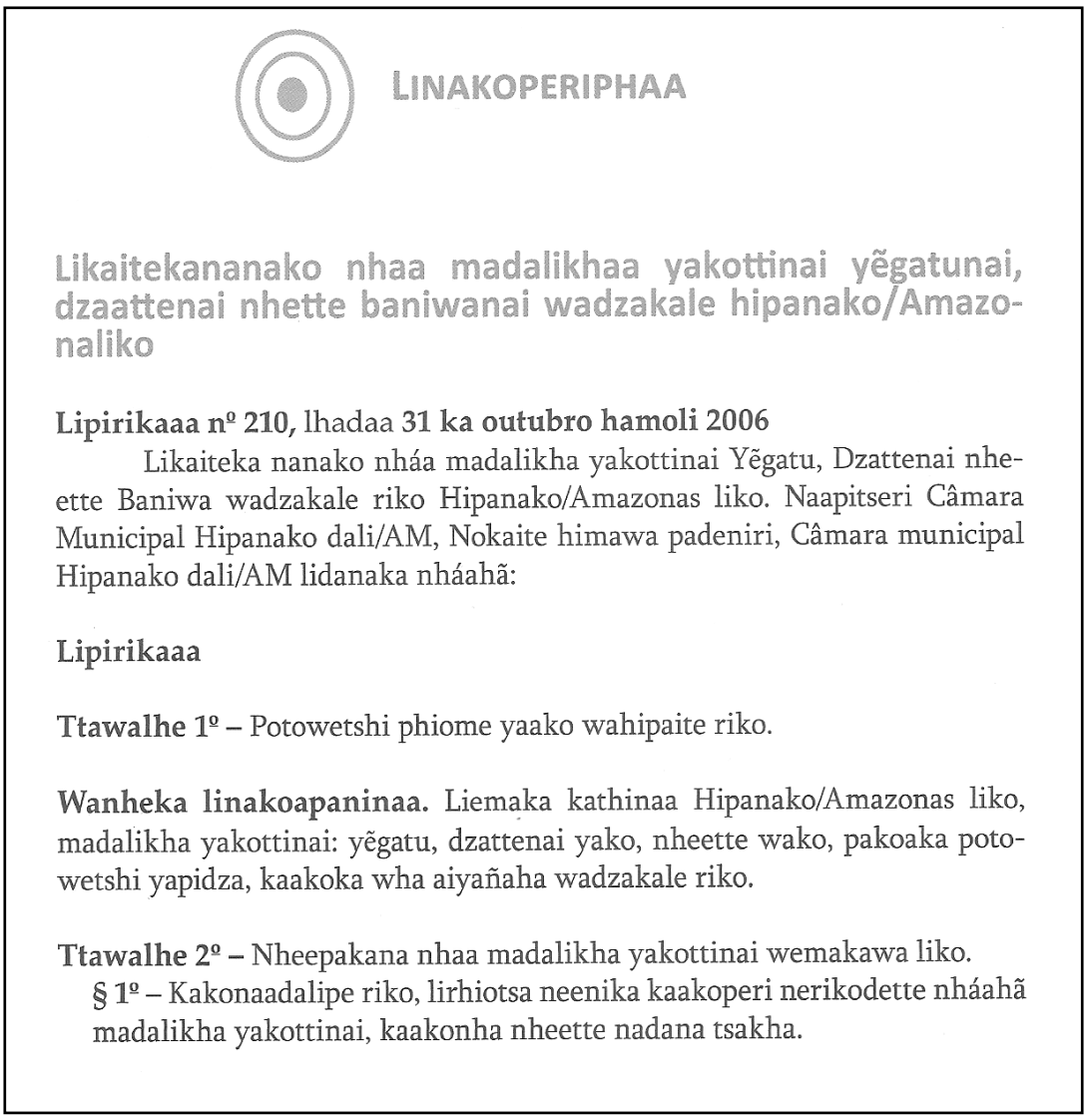
§5° – Pua muhipũ be'ro nirõsa duhtise ahpokũ werekhasa da'ra nukarõ.

Art. 8° – Fundo Municipal de Politica Linguistica (FMPL) a'tiro thoa mahsã São Gabriel da Cachoeirare pa'muri mahsã na ukũse).

Art. 9° – Keoro nitikã mi dukayu norosa.

Art. 10° – A'to duhtiro nikã wihari numu merã duhti nukã.

Anexo E – A lei 210/2006 em Baniwa - Versão traduzida pelos alunos do curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável



LINAKOPERIPHAA

Likaitekananako nhaa madalikhaa yakottinai yẽgatunai, dzaattenai nhette baniwanai wadzakale hipanako/Amazonaliko

Lipirikaaa nº 210, lhadaa **31 ka outubro hamoli 2006**

Likaiteka nanako nháa madalikha yakottinai Yẽgatu, Dzattenai nheette Baniwa wadzakale riko Hipanako/Amazonas liko. Naapitseri Câmara Municipal Hipanako dali/AM, Nokaite himawa padeniri, Câmara municipal Hipanako dali/AM lidanaka nháahã:

Lipirikaaa

Ttawalhe 1º – Potowetshi phiome yaako wahipaite riko.

Wanheka linakoapaninaa. Liemaka kathinaa Hipanako/Amazonas liko, madalikha yakottinai: yẽgatu, dzattenai yako, nheette wako, pakoaka potowetshi yapidza, kaakoka wha aiyañaha wadzakale riko.

Ttawalhe 2º – Nheepakana nhaa madalikha yakottinai wemakawa liko.

§ 1º – Kakonaadalipe riko, lirhiotsa neenika kaakoperi nerikodette nháahã madalikha yakottinai, kaakonha nheette nadana tsakha.

Fonte: SILVA e FARIA, 2012

A – Kathinaaka nháahã madalikha yakotti, pakoaka yalanawi yaako yapidza, nakaitte kadanako naakona, nháahã watsa likoadaka yakottinai.

B – Ttalikanatti Hipanako dali (prefeito) lirhiotsa watsa dzamapi keri nako, liniwakanhaa kaakoperi nerikokha nháahã madalikha yakottinai, nadenhi karo lirhio kakonaphipe riko.

C – Ttalikanatti Hipanako dali (prefeito) lirhioka 180 hekoapi, likada karo nadenhi kakonaphipe riko, nhá kako peri nayo nhá madalikha yakotti.

D – Ttalikanatti Hipanako dali (prefeito), lirhioka apada hamoli, likadakaro nháahã yanhekape idanaka nerikoda nháahã madalida yakottinai, kakonaphipe riko.

E – Kaakonaphipe ñame peri irhio, kaako peri nheette idanakape nerikokha nha madalikha yakottinai, nalhiotsa watsa naamaka kaakoperi ou idanakape, nadenhikaro neeni.

F – Kaakonaphipe estadual nheette federal, neeni peri hipanako, nalhio tsa watsa naamaka nháahã kaakoperi nheette idanakape nayo nhá madalikha yakottinai, nadeñikaro nainai.

G – Nhá watsa nháahã nakadzekataakakarodape (curso), nalhio watsa nháahã idenhika wape ayaha kakonadalipe riko, nalhiotsa watsa nanheka yalanawi yako matsia, nheette apada yakotti nakhitte nhá madalida yakottinai.

H – Nhá watsa nhá concurso, lirhiotsa watsa nadenhika prova nayo nhá likoadaka yakotti, idenhikawape lirhiotsa watsa liniwanaka koamedali yakotti iyo lioma lidenhika.

I – Kaakonaphipe, lirhiotsa watsa, lirhioka nhá kako peri nayo nhá madalikhaa yakottinai, koadzoka likoa likapa.

§ 2º – Nadzekatakadanako nhá documento neewiki ikoawale, kadzo campanhanaidzo, lirhiotsa potowetshi iyo nheette nayo nhá madalikha yakottinai.

A – Nhá papera nadzeekatanipe (documento), nadenhinipe wadzakale irhio, editalnaidzo, koekottonai, nhenanaape nhá kakonadalipe, kaaronai tsakha, lirhiotsa watsa nayokami nhá likoadaka yakottinai.

B – Papera medzenikarophe pha, paama paperanai ikaitekada pakawiñakaro koakadaka, nalhio tsa dzamada yakotti iyoka, nadana potowetshi iyo e nanakhitte nhá madalikha yakottinai, koamekatsa liomaka kakoawaleri. Ñame kada naama nadeñika paperanai, liaka yakotti naikalhe nhá Conselho Municipal de Política Lingüística, likaite kapidzo 7º Ttawalhe, § 1º (CNR).

C – Ikapakada ikadzekatakapani nako lirhio tsa watsa, lirhiokaapada kakonaphi, nhá watsa nhá ikitsindakape watsa nhá ikadzekatakakape, ikaittekape tskha nayo nhá madalikha yakotti, nhette padawa ideñikape, liapidza watsa Conselho de Política Lingüística (CNR).

D – Name matsiaka nakobra taxa extra, ou dzamawalixoda likawiñaka lhiena yomakada, koamedali yakotti katsa, kadzo likaittekapidzo letra B 2º Ttawalhe, § 2º.

§ 3º – Kanakai nenika nhaa madalikha yakotti pakadzekatakakawa liko, nheette phema karoda yakotti.

A – Ttalikanatti Hipanako dali, lirhiotsa lipirika palata ikadzekatakakhetti irhio, nakadzekataka nhá madalikha yakotti iyo, nadenhikaro tsakha livronai, etc. (CNR).

B – Ikadzekattakakapani nalhio nhá yenipettipe irhiokape peema pakapi hamoli, lirhioka neenika apada makonai yako e potowetsi (CNR).

C – Madalida yakottinai, lirhiotsa phiome nhá pakadzekatakaka roda liko, lirhiotsa nakadzekatak, nhá kaako peri paana yakottinai, nadeñika watsa liyo naako.

D – Phiome nhá pakadzekatakakaroda município idzarope, estado idzarope e federal nalhiotsa nhemaka naikawa linai Política Lingüística nanako nhá

madalikha yakotti, neeni karo nhá madalikha yakotti pakadzekatakakarodape liko, dzamada hamoli nako.

E – Nhá kaaronai iakitekape (rádio, jornais, vídeo, escritos locais, outdoors) nalhiotsa nadenhika naiyo nhá madalikha yakottinai. Radionai liko lirhiotsa nenika apada programa ikaite kada jornal nako, kanakaidali nalhio nhá newikinai, naiyo nhá madalikha yakottinai. Madalida Hamoli nako lirhiotsa neenika 10% linakhitte, lidoromeka napirika koekatto naiyo nhá madalikha yakotti, aiyaha wadzakale riko, Radionai lirhiotsa neenika 50% lidoromeka napirika koekato naiyo nhá madalikha yakotti, madalida hamoli nako.

F – Ttalikanatti Hipanako dali, lirhiotsa likada apada radio nadzada nhá newikinai, napiri koekatu naiyo nhá madalikha yakottinai (CNR).

G – Koekato pakapanda televisão liko, neenika dzamada pakapi lidoromeka limotto karowa naiyo nhá madalikha yakotti, hekoapi ikoami, dzamada hamoli nako.

H – Koekato, yakottinai neewiki koawale ou paita ikoawale, lirhiotsa naiyo nhá madalikha yakottinai.

I – Ipirikape koekato, yakotti radio fonia liko, lirhiotsa naiyo nhá madalikha yakottinai, iniali rhe Baniwaliko, nheengatú makapawani, dzattenai nadzakale rikolhe tsa.

Ttawalhe 3º – Lideñikanaa wapidza hipanako wattalikanaa potowetsi ou naiyo nhá madalikha yakottinai, matsia katsani.

Ttawalhe 4º – Name watttaitaka wamakadawalita kako peri potowetsi riko nheette Naiyo nha madaliana yakotti kalhekatsa.

§ 1º – Pamakadawalita kada yakotti, ñame matsiakalika nalhio nhá ideñikape yakottinai iyo (pakadzekatakakaroda, organizaçãonai, makonai etc), ou nakawiñaka lirhio Fundo Municipal de Política Lingüística, palata iyo

likitsindatakaro ikadzekatakakhetti, nerikoda nhá madalikha yakottinai.

§ 2º – Nakaitekana ka nalhio nhá Policia, ministério Publico Estadual nheette Federal, kanakaikada nhemaka Conselho Municipal de Política Lingüística.

Ttawalhe 5º – Nhá tsakha kadzaroanheperi nalhio tsa neenika kaakoperi nerikoda nhá madalikha yakottina, ñame kada nhepa nakawiñaka 150 UFIR, nheette 450 UFIR, dzamawali xopa ñamelhiepa, palata liakawa Fundo Municipal de Política Lingüística (FMPL).

§ 1º – Papera ikaitekada, nataitaka nadeñika nhá kadzaroanheperi wadzakale riko, lirhiotsa nheetaka lhiehe papera (certificado) Kadzo likaittekapidzo Ttawalhe 5º, Whepawapa 145/2002, lirhiotsa hamoli ikoamika, nawalhittetaka lhiehe papera linai Conselho Municipal de Política Lingüística (CNR).

§ 2º – ñameka koawada nhá papera ikaitekada nattaitaka madeñika nhá kadzaroanheperi, irhio kapa peema pakapi yapirhe newiki ideñikape nalhio nãme kada naama nhemaka, naaka Conselho Municipal de Política Lingüística.

§ 3º – Ttalikanatti Hipanako dali, lirhioka liniwanaka nhá kadzaroanheperi liwentakadanako, lipiri kapidzo whepawape 145, neeniri tsakha kaakoperi naiyo nhá madalikha yakottinai.

§ 4º – Kakonaphipe, yapiñetakape ideñika idzaroanheetti iyo, ñame peri yapiñeta idenhika (Associações, igrejas etc.) nalhiotsa neenika kaakoperi nerikoda nhá madalida yakottinai (CNR).

§ 5º – Nhenanape, outdoors, folders, panfletos, nadenhikada nako neewiki nai irhio, lirhiotsa nayo nha madalikha yakottinai, nheette tsakha nakoadape nha idzaroanhettinai, inhawadatti.

§ 6º – Nhá tsakha igrejanai, nalhio nadenhika naiyo nhá madalikha yakottinai.

Ttawalhe 6º – Yakottinai neniri wadzakale riko lirhiotsa nanika wakadzekatakakawa liko, likaite kapidzo whepawape (Federal e estadual).
§ 1º – Paana yakottinai nhá tsakha, kathinaperitsa nadzakale riko.

Ttawalhe 7º – Neenika wadzakale riko Hipanako Conselho Municipal de Política Lingüística (CMPL).

§ 1º – Lhiawatsa Conselho, lideñikale, phemakaroda paikawa, nheette likapa tsakha, kaphaka nheepakatsa nhá phepawape 145/2002 e lidenhika tsakha liyo palata inokada Fundo Municipal de Política Linguística.

§ 2º – Lhiawatsa Conselho Municipal de Política Linguística likhedzakotaka nhá madalikha yakottinai, wadzakale riko, lidenhika oficinanai, lipublikarikako livronai, likadzekataka ikadzekatakape nheette lideñika pakapawape nheette phemawape (CNR).

§ 3º – Nenika watsa conselho riko nhawatsa nhá (FOIRN, Câmara dos vereadores, SEMEC, UFAM, FUNAI, IPOL, COPIARN, ISA, UEA, Escola Agrotécnica, SSL, APIARN, Igrejanai, Associação de comerciantes, nheette associação de bairro (CNR).

§ 4º – FOIRN watsa lirhioka watsa likoadaka newiki nakoamitsa nhá yakottinai.

§ 5º – Lideñika watsa Conselho dzamapi keeri iphomite, nakaitte kada nako liakona lhieñe whepawape.

Ttawalhe 8º – Neenika wadzakale riko Hipanako Fundo Municipl de Politica Linguistica.

Ttawalhe 9º – Lhiepekana kani, poadzalhe kadaani.

Ttawalhe 10 – Kathinaka lhieñe phepawape, liphomite hekoapi, nakaittekadzami liakona.

Nawakakakaroda Câmara Municipal Hipanako dali/Amazonas,
lhiadaa 31 ka outubro hamoli 2006.

Francisco Orlando Diógenes Nogueira
Presidente da Câmara Municipal
Idanakaitani waakolikhitte: Trinho Paiva (Baniwa)

Anexo F – A lei 210/2006 em Nheengatu - Versão traduzida pelos alunos do curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

VIII. Lei tawa wasupe n. 210 de 31 de outubro de 2006, yumusupiwa ĩdijina yẽgaita kuaita Tukano, Baniwa asui Yẽgatu

Atos do Poder Legislativo

Uyeẽ tarese kuaita yẽgaita, yẽgatu, tukanu, baniwa asui kariwaiata yẽga ike tawa upe.

Tuixawa kamarapura ike tawa upe, uikuwa amazuna upe.

AXARI pekuarã, kamara tawa upe wara uyeẽ kuaye:

LEI:

Art. 1.º Kariwaita yẽga ae yepe yẽga purũgitasa payẽ yane retama turususawa upe.

Yepe mãduaisa – Pekuarã ike tawa upe, amazuna upe, kui usasa mayete kariwa tayẽga yawe, umeuwaá yãpinima arã, yapurũgita arã kuaita yẽga rupi, Yẽgatu, Tukanu asui Baniwa.

Art. 2.º Yawewa rupi kua yẽgaita umũdu kua yane retama umuyã:

§ 1.º Payẽ murakí kariwa kitiwaraita, tarikute tãburi upurũgita waita asui ũpinima waita kua musapiri yẽga tasuiwara.

a) Yawewa rupí, kui ike yane retama upe, kua lei irũ yariku 4 (irũdí) yẽgaita yãpinima arã asui yapurũgita rupiara payẽ mamẽ. (CNR)

b) Kua prefeitura uriku mukuĩ yasí, sakuerãtu musupiri rire, umarama kuaita upuraki rama waita. kuaita ukũtari waita asui ũpinima waita kuaita musapiri yẽgaita . (CNR)

Fonte: PACHECO, SCWADE, LIBERATO, OLIVEIRA, 2012

c) Kua prefeitura uriku pu yepe yasí purãga rire kua lei, uyupiru arã upurũgita kua musapiri yẽgaita irũ payẽ miraita irũ. (CNR)

d) Kua prefeitura uriku yepe akayu purãga rire kua lei, uyupiru arã upurakí yũpinimasa rese kua yẽgaita irũ. (CNR)

e) Payẽ murakí kariwa kitiwara mamẽ tiware yamã upurũgita waita kua yẽgaita, tarikute tãburi upurũgitawa asui ũpinima waita kua musapiri yẽgaita. (CNR)

f) Murakí kariwa takitiwara (estadual e federal) tarikute tãburi upurakisa waita upurũgita waita asui ũpinima waita kua musapiri yẽgaita.

g) Tasikari arã murakí kariwa takitiwara, tẽki aikue concurso upe, yũpinimasa kariwa yẽga rupi asui yepe suiwara kua yẽgaita.

h) Yapuderi ruapía yariku murakí kariwa takitiwara (concursos) tẽki aikue muyãsa supiwa (prova) 4 (irũdí) yẽga rupí. Ape miraita taparawaka mayewa yẽga rupí taputari tamuyã taprova.

i) Tẽki aikue kariwa murakí kitiwara upe, miraita upurũgita waita kua musapiri yẽga, tapuderi arã tasuãti muiri miraita.

§ 2.º Tãpinima paperaita tamuyarí arama waita murakí rẽdaita rupí asui miraita umarã musapiri yẽga upe asui kariwaita yẽga rupí.

a) Payẽ kua ducumẽtu kariwa takitiwara, kuekatuita, ũbuesa, peé wasu (rua) upe (sinais), murakita rera, tẽki yũpinima kua 4 (irũdi) yẽga rupí (português, yẽgatu, baniwa asui tukanu)

b) Ũbeusa mã ara yanase asui amũ ducumẽtu yaruata waita, mukuĩ yẽga rupi, kurí yũpinimasa (kariwaita yẽga asui yepe yẽga tasuiwara maye uputai upurãdu sara). Amuita tamũdu muatiri sara yẽgaita supe.

c) Secretaria upurakí waa ũbuesara (educação) rese umukirai kurí yepe mũtí mamẽ upurakí waá tarese kua yẽgaita asui tamuyã payẽ amũ murakí ita (terminologia).

d) Mairame awa upurãdu ducumẽtu mukuĩ yẽga rupi, tiupude upagari mukuĩsa rire, maye ũbeu kua letra B upe Art. 2.º, § 2.º.

§ 3.º – Yãbeu asui yajudari uyũbue waita, takũtari arama asui tãpinima arã yũbuesara rukaita rupí asui tapurũgita arã kua yẽga.

a) Prefeitura urikute umũdu murakí rupiara tasupe kua yẽgaita, Maye parawaka (contrato) arã, upurakí arãwaita, maye tamuyã rupia tamurakita yẽgaita rese.

b) Ũbuesara taina mirita, mukuĩ yẽga rupi tapuderi tãbue (kariwa tayẽga asui yepe tasuiwara kua yẽgaita)

c) Kua musapiri yẽgaita tapuderi tãbue payẽ tawa upe, kua yũbuesara rukaita rupí maitepí kuaita tẽda wasu puraita. (CNR)

d) Mui yũbuesara rukaita tarikute tapurãdu tasẽdu upurakisa yẽga, tasui maita tapurakí tarese kua musapiri yẽgaita yũbuesara rukaita upe, mukuĩ akayu upe.

e) Mui ũbeusaraita kuekatu (comunicação): (radio, jornal, carro uriku waa tiapusa tarikute tapurũgita yepe yẽga tasuiwara). Asui radio upe tapurũgita kua musapiri yẽgaita, purãga arã miraita usẽdu.

f) Prefeitura urikute umuyã yepe radio tẽda wasu yara mamẽ takũtai kua musapiri yẽgaita.

g) Televizão upe takũtai kurí 10 (mukuĩ pu) minutos yẽgaita upe muiri ara mairame aikue retama upe, kua mukuĩ akayu rire.

h) Payẽ marãduwa kariwa tayara purãga waá yãde arã yurikute yũpinima kua 4 (irũdí) yẽga rupí (kariwa yẽga, yẽgatu , baniwa asui tukanu).

i) Radio fonia rupi tarikute tapurũgita tayẽga rupi, mairame isana, tapurũgita Baniwa ou Yẽgatu, waupes ou Tiquie rame tapurũgita tukanu rupí. Yawe amũ paranã ita.

Art. 3.º Kuaita musapiri yẽga tavaleri payẽ murakí ike tetama upe.

Art. 4.º Neawa upuderi umuserana yepe mira upurũgita ramẽ kua musapiri yẽga tasuiwara.

§ 1.º Tapuká ramẽ yẽga rese ti purãga – crime tẽki tapagari yepe muta yẽga taresewara.

§ 2.º Sesewara yarikute yãbeu pulícia tasupe u Ministerio publico asui federal supe, yepewasu tairũ kua yẽga purakísaita.

Art. 5.º Kuiata kariwaita umuyãsaraita dukumẽtu (certidão de nascimento, Identidade) tarikute tãburi tairumu upurũgitari waita, kuaita musapiri yẽga.

§ 1.º Upuderã yumuyã kua, umuyã waita ducumẽtu tarikute tapurãdu sese kua yẽgaita, muiri akayu tapuderi arã tapurakí miraita irũ.

§ 2.º Murakí kariwa takitiwara mamẽ ti waa tapurakí miraita irũ ti marã tasike upurũgita waa kua yẽgaita.

§ 3.º Kariwaita murakí tamaã piri tarese kuaita upurakí waita kua musapiri yẽga irũ.

§ 4.º Amuita murakí kariwaita kitiwara (associações, igrejas) tarikute takũtari kua musapirita yẽga irũ.

§ 5.º Payẽ tawa (município) upe yurikute yũpinima kua musapiri yẽgaita rupi, mercadoria preço, loja upe asui mamẽ yãbau waita (restaurantes...).

§6o. Tupakuita tarikute tapurũgita kua musapiri yẽga tasuiwara irũ, maye takũtaisa tẽdawa tarupí.

Art. 6.º Kuaita amuita yẽga ike tawa upe, tapuderi tapurakí tairumu yũbuesara rukaita rupí maye ũbeuwa lei ũbuesa rese. (federal/estadual).

§ 1.º Amuita yẽga puderi purũgita retamaita rupí.

Art. 7.º Aikue ike tawa upe kui, siya ũbeusa waa yẽgaita rese (FMPL).

§ 1.º Muatiri saraita tarikute tapurãdu asui tamuyã asui yuiri tamaã sese kua lei 145/2002 tamarã si purãga usu kua lei. (CNR)

§ 2.º Muatiri saraita yẽga rese tapurakí amũ yẽgaita rese aikue waita tawa upe, asui tamuyã yũbuesara miraita irũ tãbue ũbuesaraita tamuyã arã tamurakí rupia.

§ 3.º Muatiri sara tayumuatiri payẽ amũ mũdusa tairũ (poder) asui kua uriku waita yara irũ uiku waita ike yane retama upe (FOIRN, Vereaduita, SEMED ,SEDUC, UFAM, FUNAI, IPOL, COPIARN, ISA, UEA, Escola Agrotécnica, SSL, APIARN, Instituições religiosas, Associação de comerciantes, yepe mira associação bairro pura). (CNR).

§ 4.º FOIRN uriku kurí 04 (irũdí) miraita upurũgita waita, kua yẽgaita sui yepe amu yẽga tasupe, asui amũ murakí rẽdaita yepe mira sumuã irũ.

§ 5.º Mukuĩ yasí rire mairame tamukaturupa kua lei ũbeusa (conselho) uyupiru upurakí.

Art. 8.º Aikue ike tawa upe kuiri, siya ũbeusa waá yẽgaita rese (FMPL).

Art. 9.º Payẽ purũgitasaraita uyukuawaita sakakuera kua lei ti upuderi umuwirakiti ae.

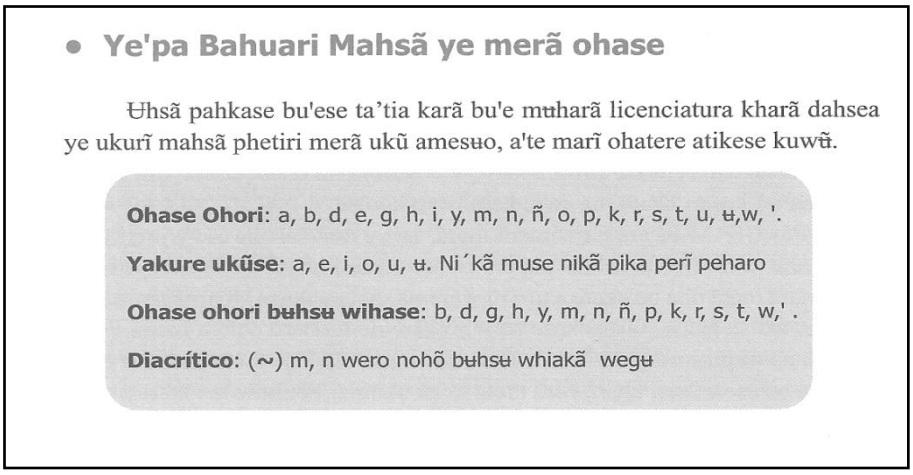
Art. 10.º Kua lei uyupiru uvaleri, yumuyukua miraita supe kua ara.

Yumuatiri ara tawa upe, 31 de outubro de 2006.

Francisco Orlando Diógenes Nogueira
Taruixa kamaraupe

Tradução: Antonio Luciano SEMED/SGC
Correção de grafia: Dime Pompilho Liberato/Disc./LICEN/UFAM

Anexo G – Grafemas da língua Tukano usados para a tradução da lei 210/2006 elaborados no curso Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável



- **Ye'pa Bahuari Mahsã ye merã ohase**

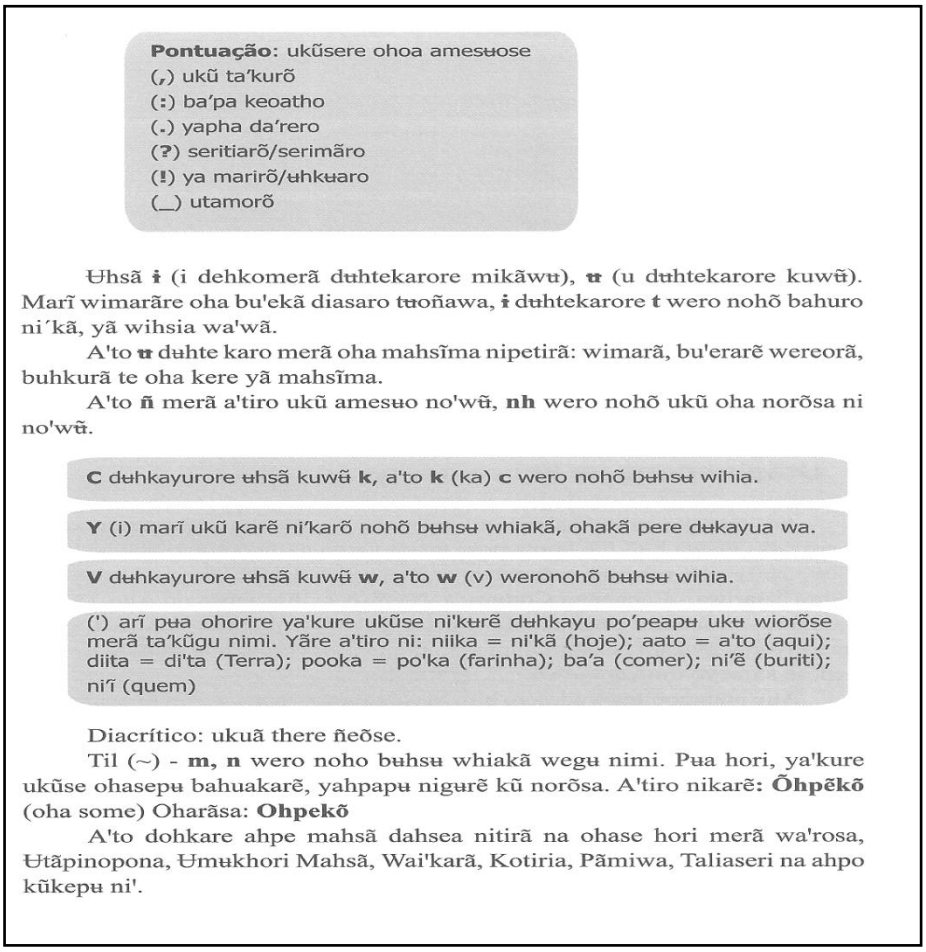
Ʉhsã pahkase bu'ese ta'tia karã bu'e mʉharã licenciatura kharã dahsea ye ukurĩ mahsã phetiri merã ukũ amesʉo, a'te marĩ ohatere atikese kuwʉ̃.

Ohase Ohori: a, b, d, e, g, h, i, y, m, n, ñ, o, p, k, r, s, t, u, ʉ,w, '.

Yakure ukũse: a, e, i, o, u, ʉ. Ni´kã muse nikã pika perĩ peharo

Ohase ohori bʉhsʉ wihase: b, d, g, h, y, m, n, ñ, p, k, r, s, t, w,' .

Diacrítico: (~) m, n wero nohõ bʉhsʉ whiakã wegʉ



Pontuação: ukũsere ohoa amesʉose
(,) ukũ ta'kurõ
(:) ba'pa keoatho
(.) yapha da'rero
(?) seritiarõ/serimãro
(!) ya marirõ/ʉhkʉaro
(_) utamorõ

Ʉhsã **i** (i dehkomerã dʉhtekarore mikãwʉ), **ʉ** (u dʉhtekarore kuwʉ̃). Marĩ wimarãre oha bu'ekã diasaro tʉoñawa, **i** dʉhtekarore **t** wero nohõ bahuro ni´kã, yã wihsia wa'wã.

A'to **ʉ** dʉhte karo merã oha mahsĩma nipetirã: wimarã, bu'erarẽ wereorã, buhkurã te oha kere yã mahsĩma.

A'to **ñ** merã a'tiro ukũ amesʉo no'wʉ̃, **nh** wero nohõ ukũ oha norõsa ni no'wʉ̃.

C dʉhkayurore ʉhsã kuwʉ̃ **k**, a'to **k** (ka) **c** wero nohõ bʉhsʉ wihia.

Y (i) marĩ ukũ karẽ ni'karõ nohõ bʉhsʉ whiakã, ohakã pere dʉkayua wa.

V dʉhkayurore ʉhsã kuwʉ̃ **w**, a'to **w** (v) weronohõ bʉhsʉ wihia.

(') arĩ pʉa ohorire ya'kure ukũse ni'kʉrẽ dʉhkayu po'peapʉ ukʉ wiorõse merã ta'kũgu nimi. Yãre a'tiro ni: niika = ni'kã (hoje); aato = a'to (aqui); diita = di'ta (Terra); pooka = po'ka (farinha); ba'a (comer); ni'ẽ (buriti); niĩ (quem)

Diacrítico: ukuã there ñeõse.

Til (~) - **m, n** wero noho bʉhsʉ whiakã wegʉ nimi. Pʉa hori, ya'kure ukũse ohasepʉ bahuakarẽ, yahpapʉ nigʉrẽ kũ norõsa. A'tiro nikarẽ: **Õhpẽkõ** (oha some) Oharãsa: **Ohpekõ**

A'to dohkare ahpe mahsã dahsea nitirã na ohase hori merã wa'rosa, Ʉtãpinopona, Ʉmʉkhori Mahsã, Wai'karã, Kotiria, Pãmiwa, Taliaseri na ahpo kũkepʉ ni'.

Fonte: FARIA e SCHWADE (Orgs.), 2012.

Anexo H- Grafemas da língua Nheengatu usados para a tradução da lei 210/2006 elaborados no curso Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

I. Maye Yũpinimasa Rupiaita
Yẽgatu Kuxima Suiwara Asui Kuiriwara

Yawewa yãbui ike pinimasaita upita arã waita uyũpinima yepe nũgarãtu. Yẽgatu uriku mukuĩ pu-pu mukuĩ siyasa yũpinimasa rupiaraita yumuyana waita kuxima suiwa, maye:

a, b, d, e, g, i, k, m, n, p, r, s, t, u, w, x, y

Yakũtai rire siíya rirewa sese kua yẽgatu, yawasemũ xĩga amũ pinimasaita ipupe arã waita yãpinima, yawe arã uyumusiya xĩga pinimasa rupiaraita, kuiri rupi, uriku irũdi pu yepe siyasa, yũpinimasa rupiaraita, maye mukamẽsa upe ike iwirupi:

a, ã, b, d, e, ẽ, g, i, ĩ, k, m, n, p, r, s, t, u, ũ, w, x, y

Iwasuimawa Yaseruka

Kuiri yẽgatu uriku irũdi nũgara iwasuimawa yaseruka "vogais": a, e, i, u, tiwaita umuyã yapurũgita yane tiĩ kiti asui irũdi nũgara teyuiri aikue Iwasuimawa Yaseruka "vogais" umuyã waita yapurũgita yane tiĩ kiti: ã, ẽ, ĩ, ũ. Yawe arã payẽ rupi, kuiri aikue pu musapi siyasa wasuimawa yaseruka "vogais".

Yamuyã yawe, yamuiwasuima arã yũbuesaraita ukua kutara asui tamaã amurupisa uyupurũgita kua vogais, yapurũgitawa yane tiĩ kiti, isuiyã ũbawa yapurũgita yane tiĩ kiti.

Iwasuwa Yaseruka Usẽ

Yẽgatu uriku yuiri mukuĩ pu musapiri siyasa, iwasuwa yaseruka usẽ "consoante", yasikaiwa upe yamaã yãpinima piri kuaita irũ asui yaseruka aĩta kuaye:

Fonte: PACHECO, SCWADE, LIBERATO, OLIVEIRA (Orgs.), 2012.

b (be)	**r (re)**
d (de)	**s (se)**
g (ge) [gue]	**t (te)**
k (ke)	**w (we)**
m (me)	**x (xe)**
n (ne)	**y (ye)**
p (pe)	

Pinimasaita Rupia Uyupuruwaita

Asui, aikue yuiri pinimasaita rupia uyupuruwaita amũ yẽga sui, Purtuges sui, u amũ yẽga ĩdíjena sui, yasu wara yariku aĩta yapuderi arã yapurũgita purãga asui yapinima yuiri.Yãse Yẽgatu rupi tiyakua maita yãpinima arã. Yawe arã yasikai yãpinima aĩta amurupi xĩga isuiyã maye uyũpinimawa purtuge rupi. Mã yaseruka aĩta, mayete yaserukasa purtuges rupi.

Aĩta kuaita

L (Le) – lapiri, gagaluna, lãparina, puladu, gajula, lavãdera, ilimãu, pilutu, pilãu, larãja, lakraya, lama etc...

Z (Ze) – aizizus, zagaya, zeru, zirũ, ziiii etc.

J (Je) – Jetu, jurumũ, jãdu, jií, jibuya, jãbu etc...

Ae umuyã yamãduai, yamuiwasuima arã yãpinima yane yẽga, tainaita tayupiru arã tãpinima purãga, mamẽ umẽwa yaxai takua manũgara tãbeu putaiwa yãde arã.

II. Mukamẽsa Maye
Yũpinima Kuxima Suiwara

Ike iwirupi, yãpinima maye yẽgatu uyũpinima waiku kuxima suiwara, tasãwanawa tamutiritirika asui maye yãpinimawa yaiku kuiri. Yãse yasã retana iwasusa maye uyũpinima waita uri uikú. Ape yãde kuiri yãpinima yaiku maye yumukamesa ike iwirupi, asui maita yaxai upita uyũpinima wanawaita kuxima suiwa.

Maye mã

Ike yumukamẽ maye upita yũpinimasa Yẽgatu

Ike Yasu Yãpinima Yane Yẽga Yẽgatu - Purũgitasa		
nh	usu upita purtuges yẽga supe	Ninho
ñ	usu upita español yẽga supe	Piña
yã, yẽ, yĩ, yũ	usu upita Yẽgatu yẽga supe	Yẽgaisa, Yãde
o	yasu yãpinima U irũ	Corasí = Kurasi
c	yasu yãpinima K irũ	Caxirí = Kaxiri
am, em, im, um	yasu yãpinima Ĩ / Ã / Ẽ / Ũ	Timbiu = Tĩbiu, Ambue = Ãbue, Seem = Seẽ
ua	yasu yãpinima WA irũ	Uawiru = Wawiru
ia	yasu yãpinima YA irũ	Iasú = Yasu
ç / ss	yasu yãpinima yepe S irũ	Uaçai = Wasai
an, en, in, un	yasu yãpinima Ã / Ẽ / Ĩ / Ũ irũ	Andirá = Ãdira

Ike yumukamẽ maye yũpinimasa Yẽgatu rupi Iwasuimawa yaseruka tairũ:

Iwasuimawa Yaseruka	Pinimasaita
a	amũ / yamũ
ã	ãdira
e	kuera
ẽ	kawẽra
i	igara
ĩ	ĩga
u	uba
ũ	ũbá

Ike yumukamẽ maye yũpinimasa Yẽgatu rupi Iwasuwa yaseruka usẽ tairũ:

Iwasuwa Yaseruka Usẽ	Pinimasaita
B	Bakuyari
D	Daridari
G	Garapá
K	Kaá
M	Makira
N	Nãbi
P	Pĩda
R	Resa
S	Saĩti
T	Tuyu
W	Wainãbi
X	Xibui
Y	Yawakaka

APÊNDICE – Considerações acerca da lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa: alguns dos resultados preliminares apresentados na qualificação.

INTRODUÇÃO

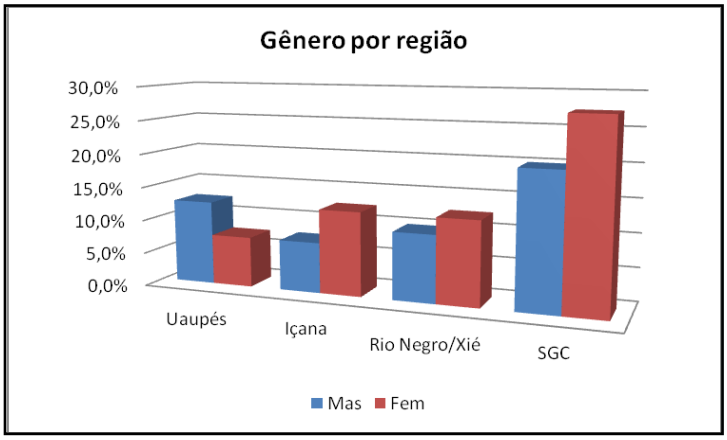
A configuração das relações entre os sexos em sociedades ameríndias tem sido trabalhada e é tema de discussão na literatura etnográfica do Noroeste Amazônico (Lasmar, 2005; Chernela, 2003 e outros). Para Lasmar, o ponto de vista das mulheres está associado ao sistema de relações sociais em que elas estão inseridas. Dessa forma, olhar os nossos questionários a partir da problemática de gênero pode nos trazer resultados significativos e contribuir também com os estudos relacionados a essa problemática.

Dessa forma, este trabalho resulta da análise de 40 questionários sendo 20 homens e 20mulheres, que declararam-se indígenas. Nosso intuito foi verificar se há alguma diferença nas respostas dadas pelos homens e pelas mulheres a respeito do que pensam sobre a lei de cooficialização. Buscamos, dessa forma, analisar o conhecimento, opinião e atitudes dos agentes sociais acerca da política linguística que tornou as línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa cooficiais. Optamos em mostrar nossos resultados através de gráficos e quadros para melhor ilustrar, mas nossa análise dá ênfase a aspectos qualitativos, pois buscamos interpretá-la a partir do ponto de vista dos falantes das línguas da região.

Iniciamos apresentando os dados referentes às opiniões, conhecimentos e atitudes linguísticas relacionadas ao enfoque, o processo de implementação da lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa. É importante ressaltar que este trabalho é parte do que foi apresentado na qualificação, portanto trata-se de alguns resultados preliminares. Assim, o que vamos apresentar aqui é um recorte efetuado no total dos questionários aplicados, conforme informado no capítulo 2, pois não haveria espaço para um aprofundamento sobre essa questão.

1 Lugar de residência, etnias, línguas faladas

Figura 1 – Gênero por região



Quadro 1.1 - Porcentagem do gênero por região

Gênero	Uaupés	Içana	Rio Negro/Xié	SGC
Mas	12,5%	7,5%	10%	20%
Fem	7,5%	12,5%	12,5%	27,5%

Abordando a questão do gênero, notamos que as mulheres se apresentam em menor número apenas na região do Uaupés, tendo uma diferença de 5% em relação aos homens. Nas outras regiões elas se apresentam em maior número, principalmente na sede onde a diferença é de 7,5% em relação aos homens. Muitas dessas mulheres são migrantes de outras comunidades da região do Alto Rio Negro que chegaram à cidade em busca de estudo, trabalho etc., e acabaram se fixando na cidade através do casamento, muitas vezes com os não indígenas residentes no local. Apesar do casamento com o não indígena não representar a única opção economicamente vantajosa, o casamento de uma mulher indígena com um não indígena, o chamado branco, representa uma aproximação na escala de classificação social presente entre os 'brancos' e uma melhoria de vida aos parentes, principalmente para aqueles que chegam das comunidades mais distantes. "*A casa da parente casada com um branco é ao mesmo tempo um ponto de apoio e de transformação, uma espécie de fronteira entre o mundo dos índios e o mundo dos brancos"* (LASMAR, 2005, p. 248).

Abaixo, apresentamos um quadro indicando as línguas faladas por eles e, em seguida um quadro com as línguas faladas por gênero.

Quadro 1.2 – Línguas faladas segundo o lugar de residência dos falantes

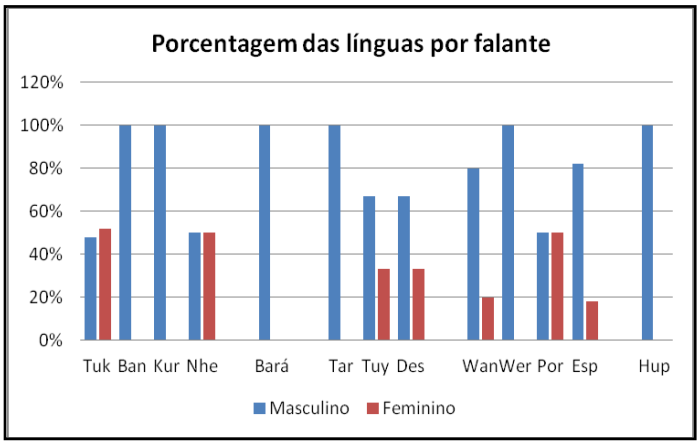
Línguas faladas			
Içana	**Rio Negro/Xié**	**Uaupés (Tiquié e Papuri)**	**Sede**
Baniwa/Kuripaco	Tukano	Tukano	Baniwa
Nheengatu	Nheengatu	Tuyuca	Tukano
Português	Espanhol	Hupda	Desano
Espanhol	Desano	Desano	Tariano
	Português	Espanhol	Wanano
		Kotiria (Wanano)	Nheengatu
		Português	Tuyuca
			Bará
			Espanhol
			Português

De acordo com o quadro acima, observamos a diversidade de línguas faladas por nossos participantes, ficando a sede com um maior número de línguas faladas. Ao compararmos esse quadro com a figura 2, notamos que as línguas faladas nem sempre correspondem as etnias encontradas em nossos falantes. Muitas línguas indígenas da região, e do Brasil, possuem hoje um número bastante reduzido de falantes devido ao sistema de homogeneização que vem ocorrendo desde a chegada dos europeus. Segundo Rodrigues (2005) havia cerca de 5 milhões de indígenas e 1.175 línguas. Com a política de homogeneização, atualmente no Brasil há aproximadamente 350 mil indígenas e 180 línguas. Dentre as 180 línguas indígenas há grupos com menos de cem pessoas. Para Rodrigues, estes grupos estão sob ameaça de extinção. As línguas de muitos grupos que ainda existem, são consideradas como perdidas ou poderão se perder se políticas linguísticas voltadas à diversidade linguística e cultural, que recentemente tem surgido no país, não ultrapassem a primeira etapa desse processo, a teoria.

No Noroeste Amazônico muitas línguas indígenas se encontram em situação preocupante. É o caso dos Tariana com 1.500 pessoas, mas apenas 95 falantes (AIKHENVALD, 2012). Voltando ao nosso quadro, notamos que as línguas cooficiais estão presentes nas línguas faladas por nossos falantes. Destaque dado à sede do município que apresenta falantes das três línguas cooficiais. Outro destaque é o Português e o Espanhol que

aparecem sendo falados em todas as regiões. Abaixo temos uma figura mostrando a porcentagem das línguas faladas pelos agentes sociais.

Figura 2 – Porcentagem das línguas por falante



O percentual descrito na figura refere-se ao número de falantes dentro do universo de 40 questionários aqui analisados. O quadro acima representa, além das línguas faladas por nossos falantes, o percentual de cada língua separado por gênero. É importante dizer que a pessoas participantes de nossa pesquisa são falantes de pelo menos duas línguas.

Nessa figura podemos observar que a língua Tukano é a língua mais falada depois do português, estando presente na fala dos agentes das regiões Uaupés e seus afluentes, Rio Negro e Xié e na sede do município. É a língua mais usada não só pelos Tukano, mas também por outras etnias da família Tukano Oriental, funcionando como língua franca conforme falado anteriormente. Segundo Bruno (2010), os Tukano tem a fala como fator distintivo que envolve status e prestígio ocasionando diferenças entre homem e mulher, parentes que ocupam posições sociais diferentes e entre homens mais velhos e mais jovens. Estudos de Aikhenvald (2010) afirmam que o crescente uso da língua Tukano no Uaupés tem reduzido o uso das demais línguas, podendo estas estar em situação de ameaça.

Observando a figura 2, vemos que entre os falantes da língua Tukano, o percentual maior ficou com o gênero feminino com 52%. Se observarmos o quadro 1.3 notamos que esta diferença é de apenas um em relação ao gênero masculino. Com exceção das línguas Nheengatu e Português que tiveram os números de falantes iguais para ambos os gêneros, nas demais línguas notamos que o maior número de falantes ficou com o gênero masculino.

Quadro 1.3 – Relação das línguas faladas por gênero do agente

Língua	**Tuk**	**Ban**	**Kur**	**Nhe**	**Bará**	**Tar**	**Tuy**	**Des**	**Wan**	**Wer**	**Por**	**Esp**	**Hup**
Masculino	13	3	2	5	1	1	2	2	4	1	20	9	1
Feminino	14	0	0	5	0	0	1	1	1	0	20	2	0
Total	27	3	2	10	1	1	3	3	5	1	40	11	1

Não podemos esquecer que no Noroeste Amazônico a língua predominante de uma comunidade é estabelecida segundo o grupo de descendência, vista como modelo de língua a ser seguida (CHERNELA, 2004). Dentro da família linguística Tukano Oriental os falantes consideram-se pertencentes a uma família baseada no princípio patrilinear, fundada a partir de um ancestral mítico do sexo masculino. Desta forma, descendentes, homens e mulheres, reconhecem sua identidade e língua de acordo com a identidade e língua que identifica o pai. Segundo Chernela enquanto a língua da mãe é considerada privada e estigmatizada, a língua do pai é pública, social e dominante. Discutiremos essa questão no decorrer de nossa análise. Antes, porém, achamos interessante comentar sobre um fato evidente, das três línguas cooficiais apresentadas em nosso quadro 1.3, a língua Baniwa foi a que apresentou o menor número de falantes sendo todos do gênero masculino e residentes nas comunidades do Içana e na Sede (cf. quadro 1.2). Este fato fica apenas como um dado a ser melhor observado, pois sua análise estará ausente em nosso trabalho. Na próxima seção tratamos das respostas referentes às opiniões e atitudes de nossos falantes acerca da cooficialização das línguas Nheengatu, Baniwa e Tukano.

2 Atitudes, conhecimentos e opiniões: resultados preliminares

Apresentamos aqui nossos primeiros resultados da análise de dados sobre o que pensam, sabem e que atitudes têm os falantes da região do Alto Rio Negro quanto à política linguística de cooficialização.

Esta parte refere-se às respostas dadas as quatro primeiras questões do tópico 3 do questionário (em anexo), são elas:

3.1 - Você já ouviu falar na lei de cooficialização das línguas indígenas? O que sabe sobre essa lei?

3.2 - O que a lei de cooficialização de línguas indígenas representa para você?

3.3 - O que mudou para você após a aprovação da lei de cooficialização?

3.4 - Você tem visto mudanças na sua comunidade e/ou na cidade a respeito do uso das línguas cooficializadas?

Trata-se de questões subjetivas que requer uma análise mais específica. Para tanto, criamos categorias a partir das respostas de modo a facilitar a tabulação de dados em nossa planilha matriz. Algumas questões do nosso questionário dava a oportunidade para que o falante desse mais de uma resposta. Nesse sentido achamos conveniente mostrar os dados obtidos das duas formas: a partir do número de respostas dadas e a partir do número de falantes. Nos primeiros quadros, por exemplo, são apresentados os dados focando as respostas por número de falantes e por respostas dadas, e em seguida, são apresentados um gráfico e um quadro focando a porcentagem do número de respostas dadas. Todos os quadros e gráficos possuem títulos dando essa informação.

Ao iniciar a análise notamos que as respostas traziam algumas diferenças em seu teor quando se tratava das respostas das mulheres em relação às respostas dos homens. Chernela (1997) em seus estudos sobre a narrativa da mulher Wanano[25] notou diferenças no ponto de vista das mulheres em relação ao ponto de vista dos homens ao narrar histórias. Tais diferenças estão baseadas em questões de cultura e poder dos Wanano. Entretanto, apesar das oposições entre as narrações, elas acabam complementando-se. Pertence aos homens o ato de contar histórias entre os Wanano, a presença das mulheres se faz apenas como ouvintes, ou seja, elas não contribuem na produção e interpretação da narrativa. As mulheres não têm autoridade para falar em contextos formais. São vistas como influências caóticas e de divisão. São poucos os momentos em que a narrativa é feita por uma mulher, quando isso acontece há uma quebra na hierarquia de gênero e a mulher passa a dar a narrativa uma interpretação sob o ponto de vista do sexo feminino.

Em nossas análises tentaremos verificar se há diferenças entre as respostas dadas pelos homens e pelas mulheres associando ao que a literatura do Noroeste Amazônico tem a nos

[25] Grupo linguisticamente distinto da família Tukano Oriental habitante da bacia Uaupés no Brasil e Colômbia.

oferecer. Ratificando o que foi dito no início deste trabalho, a análise aqui apresentada refere-se a 40 questionários (falantes), oferecendo uma visão ainda parcial do que foi encontrado no total de questionários.

Nosso primeiro quadro traz os dados referentes à primeira questão citada acima (questão 3.1). Os 40 falantes responderam que sim, que já ouviram falar na lei de cooficialização. Analisando as respostas dadas sobre o que sabem a respeito da lei, verificamos que se dividiam em dois grupos: o primeiro grupo, correspondente a um número de 35 pessoas, representou em suas respostas uma só direção, sabem quais são as línguas cooficiais e que a lei aprovada reconheceria e valorizaria o uso das línguas indígenas em público sem discriminação ou vergonha. Dentre esse grupo, cinco respostas foram mais citadas, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 2.1 – Conhecimento sobre a lei de cooficialização

	Por falante		**Por respostas marcadas**	
	Quant.	%	Quant.	%
Resgate/Reconhecimento/valorização das línguas e das culturas	5	12,5%	6	12%
Direito a liberdade de expressão	4	10%	5	10%
Sabe que foi aprovada	6	15%	7	14%
As línguas devem ser ensinadas na escola	5	12,5%	7	14%
Sabe quais são as línguas cooficiais	13	32,5%	13	26%
Outras respostas	7	17,5%	12	24%

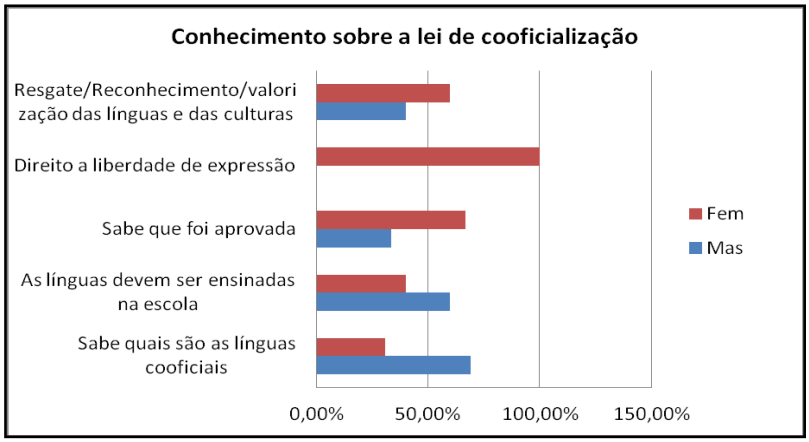
De acordo com o quadro 4.2.1 notamos que 32,5% dos falantes conhecem quais são as línguas cooficiais, representando 26% das respostas marcadas. Outro número interessante mostrado no quadro refere-se à aprovação da lei. O quadro mostra que 15% dos falantes sabem que a lei que cooficializou as línguas Nheengatu, Baniwa e Tukano foi aprovada, não se distanciando do número de respostas marcadas, 14%. O número de respostas quanto ao reconhecimento e valorização das línguas e das culturas assemelhou-se ao número de respostas que associavam a lei de cooficialização ao ensino das línguas nas escolas, 12,5%. Outra resposta também citada diz respeito ao direito a liberdade de expressão, representando 10% dos falantes. O quadro acima nos mostra os aspectos a que a lei de cooficialização é associada pelos falantes quando perguntamos o que eles sabem sobre a lei. Além disso, as respostas desse primeiro grupo apresentam uma afirmação de identidade em decorrência da

aprovação da lei de cooficialização, principalmente no que diz respeito ao uso público da língua. É comum nas ruas da cidade de São Gabriel da Cachoeira ver e ouvir pessoas conversando em suas próprias línguas. Muitas dessas pessoas afirmam ter perdido o medo, a vergonha e a insegurança ao falar uma língua indígena após a cooficialização, mostrando assim, que a lei de cooficialização mudou em algum aspecto a forma de pensar dos falantes de línguas indígenas que hoje utilizam suas línguas em lugares públicos da cidade. No entanto, não temos dados comparativos para dizer se tal afirmação está totalmente correta.

O outro grupo corresponde a um número bem menor de falantes e suas respostas vão à outra direção. Os falantes desse grupo mostraram em suas respostas um descontentamento acerca do funcionamento e divulgação da lei de cooficialização, como vemos abaixo:

> Isso já ouvi fala essa língua cooficializada que são Tukano, Nheengatu e Baniwa. Mas depois sumiu, mas na lei pode existi. (Homem,34anos, Bará, 9C)
>
> Sobre reconhecimento de cooficialização das línguas temos já conhecido. Essa lei não está na prática na instância de repartições públicas. Somente com os falantes. (Homem, 51 anos, Tariana, 2I).

Figura 3 – Conhecimento sobre a lei de cooficialização (referente ao número de respostas) por gênero do agente



A figura mostra um percentual maior por parte das mulheres quando se trata de reconhecimento e valorização das línguas e das culturas e também da liberdade para falar em público usando sua própria língua. Quando se trata da língua em instituições como a escola, o percentual maior fica com os homens. Essa relação das mulheres com a liberdade de falar pode representar um sentimento acerca do deslocamento espacial. As mulheres do Alto Rio Negro, em especial as do Uaupés, quando casam vão morar no lugar de residência de seu esposo que em geral fala outra língua. A mudança residencial, portanto, representa um rompimento nas relações de afeto entre as mulheres e sua família de origem. Esse sentimento

de ruptura afetiva transluz-se nas falas diárias e cantigas rituais das mulheres do Uaupés (LASMAR, 2005).

O próximo quadro traz os dados obtidos a partir da questão 3.2 (múltipla escolha) que diz respeito à representatividade da lei de cooficialização para os moradores do município de São Gabriel da Cachoeira.

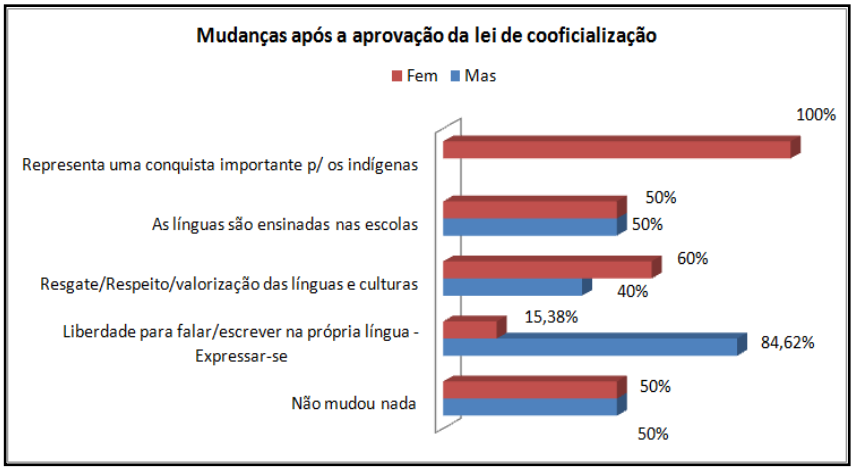
Quadro 2.2 – Representação da lei de cooficialização para o falante

	Por falante		**Por respostas marcadas**	
	Quant.	%	Quant.	%
Reconquista do espaço pela língua	3	7,5%	9	16,36%
Afirmação da cultura e liberdade de expressão	30	75%	30	54,55%
Reconhecimento da diversidade de línguas	5	12,5%	12	21,82%
Mais um discurso político	1		3	5,45%
Não representa nada	0	0,00%	0	0,00%
Não respondeu	1	2,5%	1	1,82%

O quadro acima nos mostra que o nível de representatividade da lei de cooficialização é bastante significativo no que se refere à afirmação da cultura e liberdade de expressão. Isso nos leva a entender que a legislação das línguas cooficiais estabelece um ato de valorização simbólica acerca das línguas indígenas, que antes era proibida e discriminada. De acordo com o quadro, com uma porcentagem bem inferior à afirmação da cultura e liberdade de expressão que teve 75% dos falantes e 54,55% de respostas marcadas, está o reconhecimento da diversidade de línguas com 12,5% dos falantes, representando 21,82% de respostas marcadas. Como vemos, a política de cooficialização vem representada por vários aspectos que trazem em sua essência associações históricas de discriminação, homogeneidade e opressão.

A próxima figura traz as principais mudanças ocorridas após a aprovação da lei de cooficialização para o agente.

Figura 4 – Mudanças para o agente após a aprovação da lei de cooficialização



Comparado a figura 3, que reflete o conhecimento das pessoas em relação a lei, em que temos o aspecto *liberdade de expressão* sendo destacado pelo gênero feminino, a figura 4 mostra-se em oposição nesse aspecto, uma vez que ressalta o gênero masculino com 84,62%. No que diz respeito a resgate, respeito, valorização da língua, as figuras 3 e 4 se aproximam, permanecendo o gênero feminino em destaque. Um novo aspecto aparece nesse gráfico acentuado apenas pelo gênero feminino, mostrando que a política de cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa representa uma conquista para os indígenas.

"Mudou. Sabemos que isso é uma conquista importante para nós indígenas, precisa ser/por em prática." (Mulher, 43 anos, Baré, 18)

Os aspectos ensino das línguas indígenas nas escolas e as mudanças não ocorridas apresentaram as mesmas porcentagens, 50% masculino e 50% feminino.

Dentre as respostas sobre a não ocorrência de mudanças, podemos citar o uso das línguas indígenas por funcionários nas instituições e nos comércios da cidade.

"Na verdade não modificou nada. Ainda hoje algumas pessoas passam por humilhações quando dirigem as instituições e comércios." (Mulher, 42 anos, Tariana, 3D)

Consta na regulamentação nº 210/2006 o serviço público oferecido na língua oficial e nas três línguas cooficiais.

Art. 2º. §1º A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas, na língua oficial e nas três línguas cooficiais, oralmente e por escrito;

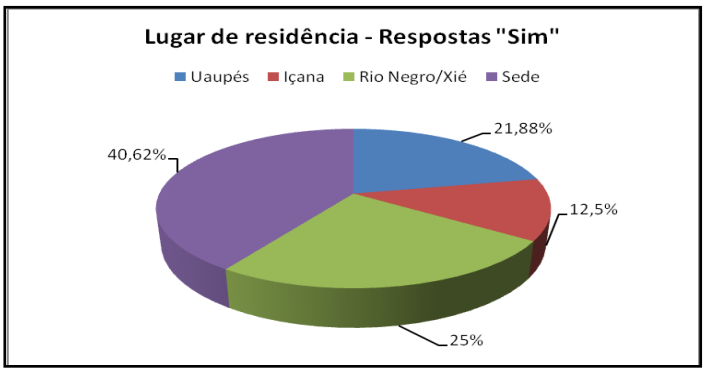
Algumas instituições apesar de dispor de funcionários habilitados ao serviço, não divulgam a prestação de serviços nas línguas cooficiais.

Nosso próximo quadro traz os dados obtidos a partir da questão 3.4: Você tem visto mudanças na sua comunidade e/ou na cidade a respeito do uso das línguas cooficializadas? Sim, Não, Quais?

A partir de nossos dados notamos que 80% dos nossos falantes responderam que houve mudanças em suas comunidades e 20% responderam que não. Dos 80%, 70% especificaram quais mudanças ocorreram e 10% dos falantes não especificaram.

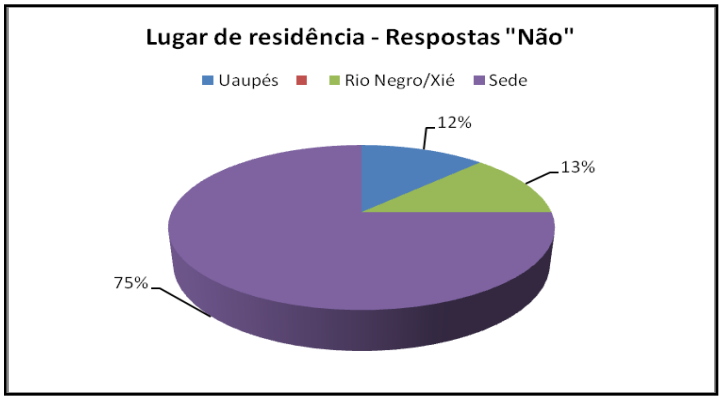
Em relação às pessoas que responderam "Sim", independente de ter especificado ou não as mudanças ocorridas, notamos que 40,62% delas residem na sede do município, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 5 – Lugar de residência dos agentes que afirmaram ter visto mudanças em sua comunidade



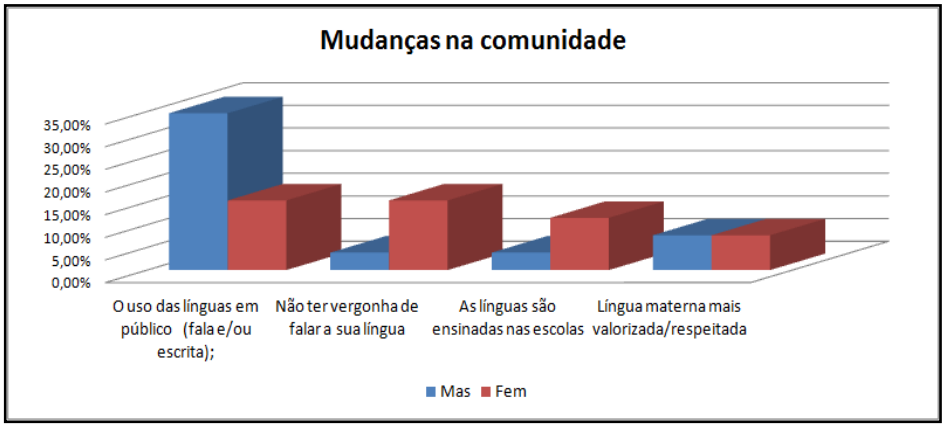
De acordo com a figura acima, percebemos que as mudanças ocorridas após a aprovação da legislação das línguas cooficiais aconteceram, principalmente, nas comunidades. Isto mostra que a região para qual foi mais direcionada a lei de cooficialização, contexto urbano do município, não apresenta traços de implementação. Na região rural, as comunidades, segundo participantes da elaboração da lei e até mesmo alguns falantes de nossa pesquisa, a língua materna já era falada nas comunidades antes da existência dessa política de línguas cooficiais. A política de cooficialização surgiu para contribuir com aqueles falantes de língua materna que ao chegarem à cidade encontram uma realidade diferente, a constante presença da Língua Portuguesa. E, segundo os dados, a cooficialização não alcançou seu objetivo maior, visto que a cidade não apresenta traços aparentes de implementação. Isso pode ser ratificado no gráfico seguinte, que ilustra de forma percentual as pessoas que responderam "Não" à questão 3.4.

Figura 6 – Lugar de residência dos agentes que afirmaram não ter visto mudanças em sua comunidade



Conforme as figuras 5 e 6, percebemos que as mudanças a partir da cooficialização não foram tão evidenciadas no contexto urbano. As mudanças decorrentes após a política de cooficialização citadas pelos falantes da pesquisa referem-se aquelas acontecidas nas comunidades. Dentre elas, quatro se destacaram, como vemos abaixo.

Figura 7 – Mudanças na comunidade por gênero do agente



Consoante a figura 7, vemos aspectos já ocorridos em outros gráficos trabalhados anteriormente. E, mais uma vez, o uso das línguas indígenas em público está entre os aspectos mais citados. No que se refere ao gênero, esse aspecto se destacou nas respostas masculinas com 34,62%, indo de encontro com a figura 4.

"Sim. Direitos de usar próprias línguas nas ruas, nas escolas, no mercado de trabalho." (Homem, 27 anos, Baniwa, 29A)

"Sim. A livre expressão e/ou comunicação da população falante em suas línguas maternas; isso garantido por lei." (Homem, 32 anos, Desana, 5I)

"Sim. Que a maioria que deixava sua própria lingua voltou falar novamente." (Homem, 33 anos, Baniwa, 2L)

Por conseguinte, quando se refere ao aspecto não ter vergonha de falar a sua língua o destaque fica para o gênero feminino, com 15,38%. Neste quadro, porém, o aspecto valorização ficou com a mesma porcentagem para os dois gêneros, 7,69%. Quanto ao aspecto línguas ensinadas nas escolas, o quadro apontou um destaque para o gênero feminino com 11,54%, discordando com o quadro 4.2.2 em que o destaque foi para o gênero masculino.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em nossa análise fizemos uma breve sondagem acerca da cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa entre os professores participantes dos cursos de licenciatura do PARFOR. Tentamos verificar qual a opinião, o nível de conhecimento e as atitudes desses participantes quanto à política de cooficialização existente em São Gabriel da Cachoeira.

Vimos, portanto, que de acordo com os dados obtidos a partir dos 40 questionários em análise, todos já ouviram falar alguma vez sobre tal política. Alguns apenas ouviram rumores, outros conhecem um pouco mais. Em sua maioria, associam seu conhecimento a alguns dos itens presentes na regulamentação 210/2006, dos quais os mais citados se referem ao uso público das línguas indígenas, a liberdade de expressão; ao ensino das línguas cooficias nas escolas; ao respeito e valorização das línguas indígenas. Entretanto, há aqueles que apenas sabem quais línguas foram aprovadas como cooficiais. Diante desses resultados, podemos dizer que o nível de conhecimento da população sobre a política de cooficialização aprovada em 2002 e regulamentada em 2006 é muito pequeno em relação ao número de anos após aprovação e regulamentação.

Em nossos dados observamos diferenças nas respostas dos homens e das mulheres. As respostas das mulheres voltaram-se, principalmente, ao aspecto de valorização, resgate e respeito às línguas e culturas. Com o deslocamento espacial após a aliança matrimonial, as mulheres passam a utilizar a língua de seu marido, deixando o uso de suas línguas para ocasiões específicas. Diante disso, percebemos em seus argumentos um sentimento expressivo de valor à sua língua. As respostas dos homens direcionaram-se, de forma

especial, ao aspecto do uso das línguas indígenas no espaço público. Notamos uma preocupação, por parte dos homens, em preservar às suas línguas durante atos de comunicação, oral e escrito, independentemente do lugar em que estejam. Como vimos, anteriormente, a língua falada por uma pessoa marca sua identidade social, baseada em um sistema de descendência em que a língua que predomina é a língua do pai.

As diferenças encontradas nas respostas dos homens e das mulheres ratificam trabalhos como os de Chernela (1997, 2003, 2004) e de Lasmar (2005) quanto à questão de gênero no Noroeste Amazônico e estão associadas às implicações sociológicas e ideológicas que constituem o universo social e cultural da região.

É importante ressaltar que o trabalho aqui apresentado refere-se a alguns dos resultados preliminares da pesquisa. A análise e discussão mais aprofundada serão realizadas quando incluirmos no trabalho os dados dos demais questionários. Os dados apresentados neste texto, além de itens de identificação dos respondentes, referem-se a algumas questões específicas sobre a lei de cooficialização 145/2002 que acabaram caracterizando o uso das outras línguas indígenas presentes na região. Muitas informações ainda podem ser analisadas a partir das respostas dos questionários. Dessa forma, é nossa pretensão dar continuidade a esse trabalho.

Referências bibliográficas

ANDRELLO, G. *Cidade do índio*. Transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

_____. *Política indígena no rio Uaupés*: hierarquias e alianças. Teoria e Pesquisa, UFSCAR, 2008.

BRAGGIO, S. L. B. *Políticas e direitos linguísticos dos povos indígenas brasileiros*. Signótica, 14, 129-146, jan./dez. 2002.

BRUNO, A. C. Problemas no estudo de ideologia linguística em situações multilíngues. In: Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *Amazônia e outros temas*: coleção de textos antropológicos. Manaus: EDUA, 2010.

CABALZAR, A., RICARDO, C. A. *Povos indígenas do Rio Negro*: uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira – Mapa/Livro. 3. Edição. São Paulo:ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

CALVET. L. J. *As Políticas Linguísticas.* São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CHERNELA, J. M. *The Wanano indians of the Brazilian Amazon*: a sense of space. Austin: University of Texas, 1993.

_____. The "ideal speech moment": women and narrative performance in the Brazilian Amazon. *Feminist Studies* 23, N. 1, Spring, 1997.

_____.Language ideology and women's speech: talking Communnity in the Northwest Amazon. *American Anthropologist* 105, p. 794-806, 2003.

_____. The politcs of language acquisition: language learning as social modeling in the Nothwest Amazon. *Women and Language*, Vol. 27, N.1, p.13-21, 2004.

EPPS, P. STENZEL, K. *Upper Rio Negro*. Cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, Museu Nacional, 2013.

HAMEL, R. E. Direitos linguísticos humanos: debates e perspectivas. In.; OLIVEIRA, G. M. (org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003

_____. Indigenous language policy and education in Mexico. In.; HORNBERG, N.H. *Encyclopedia of language and education*, vol. 1; language policy and political issues in education, 2nd edition. Heidelberg: Springer Science, Business Media LL, 2008, p. 301-312.

JACKSON, J. E. *The fish people*. Linguistic exogamy and tukanoan identity in Northwest Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KING, K. A. *Language revitalization processes and prospects*. Quichua in the Ecuadorian Andes. Bilingual Education and Bilingualism:24. Multilingual Matters Ltd, 2001.

LASMAR, C. *De volta ao Lago de Leite*. Gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

MELATTI, J. C. Noroeste da Amazônia. *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Cap.13. Brasília, DF: UNB, 2011. Disponível em www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm.

OLIVEIRA, G. M. *Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística*. Synergies Brésil. n. 7., 2009, pp. 19-26. Verão online disponível em http:/ressources-cla.univ-fonte.fr/gerflint/Bresil7/Gilvan.pdf

_____. (org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

_____. Oficialização das línguas indígenas em nível municipal no Brasil. Algumas considerações político-linguísticas e jurídicas preliminares. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). *Terra das línguas:* Lei municipal de oficialização de línguas indígenas. Manaus, PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

OLIVEIRA, G. M. ALTENHOFEN, C. V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil. In: MELLO, H. ALTENHOFEN, C. V. RASO, T. (Orgs.) *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PACHECO, F. B. A linguística e o estudo das línguas indígenas. In: Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *Amazônia e outros temas:* coleção de textos antropológicos. Manaus: EDUA, 2010.

_____. O papel das línguas indígenas no ensino superior indígena em contexto de multilinguismo: considerações a partir do Alto Rio Negro. *Revista Linha Mestra*, N. 21. Ago-Dez, 2012, p. 799-804.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SORENSE, JR., A. P. Multilingualism in the Northwest Amazon. *American Anthropologist*, 69, p. 670-84, 1967.

STENZEL, K. Multilingualism in the Northwest Amazon, Revisited. *Memórias Del Congresso de Idiomas indígenas de Latinoamérica*. University of Texas at Austin, 2005.

ZIMMERMANN, K. Política Del lenguaje y planificación para lós pueblos ameríndios. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 1999.